

Imar Domingos Queiróz

**O Movimento Nacional de Direitos Humanos e os desafios das lutas
por reconhecimento e redistribuição**

Florianópolis

2007

Imar Domingos Queiróz

**O Movimento Nacional de Direitos Humanos e os desafios das lutas
por reconhecimento e redistribuição**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Doutora em Sociologia Política, área de concentração: movimentos sociais, sociedade civil e ecologia política, sob orientação da Prof^a Dr^a. Ilse Scherer-Warren.

Florianópolis

2007

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra. Nair Heloisa de Souza Bicalho (UnB)

Profa Dra. Artemis Augusta Motta Torres (UFMT)

Prof. Dr. Paulo José Krischke (DICH)

Prof. Dr. Héctor Ricardo Leis (UFSC)

Profa Dra. Ilse Scherer-Warren (Orientadora)

Profa Dra. Lígia Helena Lückmann (Suplente/UFSC)

Profa Dra. Maria José Reis (Suplente/Univali)

Florianópolis, 09, fevereiro, 2007.

**Para minha filha Eikásia e meu filho Oziris,
esperando que um dia compreendam as
ausências a que fui obrigada a submetê-los.**

AGRADECIMENTOS

- À prof^a Dr^a Ilse Scherer-Warren, orientadora competente e compreensiva, cujos diálogos foram sempre muito estimulantes e enriquecedores;
- Aos prof^s. Drs. Lígia Helena Lückmann e Theophilos Rifiotis pelas contribuições apresentadas durante a qualificação do projeto;
- À Irma Kneis e Cynthia Pinto da Luz, do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz (Joinville), pela sensibilidade e disponibilidade com que me permitiram o acesso aos arquivos do Centro;
- Ao P. Teobaldo Witter do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade (Cuiabá) e Ângela Maria dos Santos do Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Bienes (Cáceres-MT), cuja mediação foi imprescindível para que eu tivesse acesso aos arquivos do MNDH em Brasília e autorização junto à Coordenação Nacional para realização das entrevistas com os militantes do Movimento;
- À Roseana Queiroz e Paulo Carbonari, coordenadores do MNDH;
- À Narayana, da Secretaria Nacional do MNDH, pela sensibilidade e presteza demonstradas durante a pesquisa de campo na sede do MNDH, em Brasília, e por ter se mostrado sempre tão disponível durante as minhas buscas por uma ou outra informação;
- Aos amigos de Cuiabá em Florianópolis, Janaina Loeffler; Maria Lúcia Cavalli e Renato Neder, pela convivência, carinho e solidariedade;
- Às colegas do Departamento de Serviço Social/UFMT, prof^s Dalva Cândida, Irenilda Ângela dos Santos, Madalena Rodrigues e Maria de Souza Rodrigues, pela solidariedade demonstradas durante o período de elaboração da tese, e especialmente às amigas Delma Rosa, Janaina Carvalho;
- À Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFMT, pela concessão da Bolsa PICDT;

- Os professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC, pela recepção carinhosa;
- À Albertina Wolkman e Maria de Fátima Souza, da Secretaria Executiva do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC, pelo carinho e profissionalismo com que sempre me atenderam;
- Aos meus entrevistados, sem apoio e a participação dos quais este estudo teria sido possível.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
ABI – Associação Brasileira de Imprensa
AI – Anistia Internacional
AI 5 – Ato Institucional nº 5
CAT – Comitê contra a Tortura
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CDHs – Centros de Direitos Humanos
CDH/CD – Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados
CDH/OAB – Comissão de Direitos Humanos da OAB
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEJIL – Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CIDH/OEA – Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CONANDA – Conselho Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente
CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social
CJPs – Comissões de Justiça e Paz
CONANDA- Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNASS – Conselho Nacional de Assistência Social
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DESCAs – Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
DESCs – Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
DhESAs – Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FDCA – Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente
FENDH – Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos
FIDH - Federação Internacional de Direitos Humanos
GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
IBASE – Instituto Brasileiro de Análise Socioeconômica

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômico

MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONGs – Organizações Não-governamentais

PAD – Programa Articulação e Diálogo

PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

PIDESC – Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PIDHDD – Plataforma Interamericana dos Direitos Humanos: Democracia e Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos

PROVITA – Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas de Violência

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SIN - Serviço de Intercâmbio

SNDH – Sistema Nacional de Direitos Humanos

SNPDH – Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos

TMR – Teoria da Mobilização de Recursos

TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais

RESUMO

O estudo analisa a contribuição do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) para legitimar na esfera pública uma concepção de direitos humanos capaz de articular as lutas por reconhecimento das diversidades étnico-culturais, sexuais e raciais e a afirmação da dignidade humana com as reivindicações pela implementação de políticas públicas de proteção e promoção dos direitos humanos. Com este objetivo identificou-se as matrizes discursivas, os valores e os códigos ético-políticos que informaram os discursos e as ações dos militantes do MNDH; as articulações que o Movimento estabeleceu com os movimentos sociais e ONGs nacionais e internacionais de direitos humanos e, ainda, as relações e interlocuções que estabeleceu com o Estado, identificando, nesse processo, as questões, reivindicações e proposições apresentadas pelo Movimento às diversas instâncias estatais. A análise das fontes empíricas revela que na trajetória investigada o MNDH ressignificou o seu discurso e concepção sobre os direitos humanos, incorporando novas e mais amplas dimensões dos direitos em suas reivindicações, expressando ao mesmo tempo uma certa abertura em relação às reivindicações das organizações civis identitárias filiadas pelo reconhecimento de suas identidades. O MNDH reconhece como legítimas as demandas dessas organizações pelo reconhecimento de suas identidades e em alguma medida as integram no seu ideário e discurso. Porém, sua agenda pública e suas ações cotidianas caracterizam-se principalmente pelas denúncias de violência física, pelas reivindicações em defesa do acesso aos direitos constitucionalmente assegurados, pela instituição de novos direitos e pela afirmação da dignidade humana indistintamente, isto é, independentemente de corte identitário. Em outras palavras, embora reconheça como legítimas as demandas das minorias por reconhecimento de suas especificidades, as demandas pela universalidade e pela igualdade de acesso aos direitos têm centralidade na agenda do MNDH.

Palavras-chave: Movimento Nacional de Direitos Humanos. Direitos. Cidadania. Reconhecimento. Redistribuição.

ABSTRACT

This study analyses the contribution of Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH – National Human Rights Movement) in order to establish, within the public scope, a concept for human rights that could deal with the fights for acknowledgement of ethnic-cultural, sexual and racial diversities and the assertion of human dignity in relation to demands for implementing public policies which protect and promote human rights. With this purpose we have identified the following aspects: the speech sources, values and ethical-political codes that have influenced speeches and actions of MNDH members; articulations established by MNDH with social movements and national and international human rights NGOs; and also relationships and dialogues established with the State along the process regarding issues, claims and propositions presented by the Movement to a wide range of Government spheres. The analysis of empirical data reveals that during the investigated course of action MNDH has re-signified its speech and concept about human rights by incorporating new and wider dimensions of rights in its demands as well as by expressing a certain opening concerning the claims of identity civil organizations that were affiliated through the acknowledgement of their identities. MNDH accepts as legitimate these organizations' claims and to a certain extension they are integrated in its design and speech. Nevertheless, its public agenda and daily practices are characterized mainly by complaints of physical violence, claims to defense of constitutionally guaranteed rights, implementation of new rights and awareness of human dignity without any distinction, i.e., without considering identity matters. In other words, although it accepts the legitimacy of minorities' claims for public awareness to their specific characters, MNDH considers the demands for universal and equal access to rights as central points of its agenda.

Keywords: Movimento Nacional de Direitos Humanos (National Human Rights Movement); Rights; Citizenship; Awareness; Rearrangement.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....	0
<i>CAPÍTULO I - Direitos humanos, reconhecimento e dignidade.....</i>	24
1.1 Situando o debate contemporâneo	25
1.2 As concepções multicultural e complexa dos direitos humanos	29
1.3 Reconhecimento e redistribuição: as duas faces das lutas pelos direitos humanos.....	37
1.4 A dignidade humana como fundamento da luta pelos direitos humanos	49
1.5 Sobre as categorias: direitos e direitos humanos	52
<i>CAPÍTULO II - Gênese, trajetória e matrizes discursivas do Movimento Nacional de Direitos Humanos</i>	58
2.1 O Estado nascente do MNDH.....	60
2.2 A matriz da Teologia da Libertação.....	64
2.3 A matriz democrática	72
2.4 A matriz da transversalidade dos direitos humanos	79
<i>CAPÍTULO III - Movimento nacional de direitos humanos: de rede de articulação a articulação em redes</i>	91
3.1 As abordagens sobre as ações coletivas na sociedade contemporânea	92
3.2 Características e dimensões das redes	98
3.3 O MNDH nos anos 80: rede de articulação.....	103
3.4 O MNDH nos anos 90: articulação em redes	107
3.5 A relação local x global através da articulação com os organismos internacionais.....	114
<i>CAPÍTULO IV - As ambivalências da relação com o Estado e a judicialização dos direitos humanos.....</i>	124
4.1 Da contestação e confronto à interlocução conflitiva	126
4.2 Parcerias: uma relação de desconfianças mútuas.....	135
4.3 A judicialização das lutas pelos direitos humanos	143
4.4 Os setores profissionais mais atuantes no campo dos direitos humanos	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS	164
APÊNDICES.....	175

INTRODUÇÃO

O presente estudo parte do pressuposto de que os movimentos sociais emancipatórios são atores fundamentais para a construção da democracia, para a ampliação dos espaços da política, a instituição de novos direitos, o combate às desigualdades sociais e, especialmente para a criação de novos valores culturais e simbólicos.

Entende ainda que os movimentos sociais contemporâneos vivem um processo de reconfiguração nas suas formas de constituição, articulação e expressão (SCHERER-WARREN, 2004, 2002, 1999; ALVAREZ, 2000; MELUCCI, 2001; 1999; CASTELLS, 1999).

Essa reconfiguração tem sido interpretada de diferentes maneiras pelos estudiosos da temática. Alguns a vêem como a expressão de uma crise, como sinal de enfraquecimento ou mesmo de desaparecimento dos movimentos sociais; para outros, os movimentos sociais estariam sendo substituídos por processos e atores coletivos mais recentes, como as organizações não-governamentais (ONGs).

Ao analisar a produção acadêmica sobre os movimentos sociais brasileiros nos anos 90, Laval et al (2004) constata o que denominam misterioso sumiço dos movimentos sociais na produção acadêmica do período. Para estes autores, entretanto, a chamada “crise” dos movimentos sociais, tão decantada na literatura recente sobre a temática, reflete muito mais a mudança de interesse dos pesquisadores em relação às temáticas a serem investigadas e a utilização de outros referenciais e categorias analíticas para se referir às ações coletivas com maior visibilidade durante o período - como as organizações não-governamentais do que o desaparecimento dos movimentos sociais enquanto fenômeno empírico.

Para estes autores, na década de 1990, sob novas lentes analíticas, parte significativa do que antes era interpretado como movimento social passou a ser analisado através das categorias sociedade civil, organizações não-governamentais e associativismo civil entre outros, levando ao declínio, se comparada com as décadas anteriores, da produção acadêmica sobre os movimentos sociais e à redução dos espaços de discussão e debate sobre a temática nos fóruns acadêmicos.

Como os autores em questão, entendo que a substituição da categoria movimentos sociais por outras categorias analíticas para se referir às ações coletivas das últimas décadas não significa o desaparecimento dos movimentos. Estes continuam sendo atores importantes no processo de democratização da sociedade brasileira. Todavia, reconhecer a importância destes atores no novo século que se inicia não significa desconhecer as metamorfoses ocorridas em suas formas de expressão e constituição ou ignorar a emergência e a importância que adquiriram as novas formas de associativismo civil.

Essa reconfiguração se dá num contexto marcado por profundas mudanças como a intensificação dos processos de globalização; a revolução tecnológica e a crise do socialismo real. Tais processos têm possibilitado não apenas a produção do comércio em escala global mas também a comunicação e a interação entre atores sociais situados em espaços físico-geográficos distintos; a emergência de sujeitos coletivos cujos campos de ação transcendem os limites territoriais do Estado-nação; a difusão de valores éticos e humanistas em escala planetária bem como a articulação, em redes, de movimentos sociais e ONGs para se oporem à nova ordem mundial.

As manifestações antiglobalização hegemônica desencadeadas por militantes provenientes de várias partes do planeta contra os diversos fóruns econômicos realizados pelos países mais ricos do mundo (G8), o movimento zapatista no México e os vários Fóruns Sociais Mundiais realizados em Porto Alegre, a partir de 2001, constituem exemplos emblemáticos das novas formas de expressão dos movimentos sociais e ações coletivas das últimas décadas: a articulação transnacional em rede e a utilização da mídia eletrônica como espaço de informação e ação política, além de expressarem a capacidade de reação da sociedade civil em escala transnacional (SHETH, 2005; COHEN 2003; CASTELLS, 1999; SCHERER-WARREN, 2004, 2002).

Ao analisar as transformações ocorridas nas ações coletivas das últimas décadas, Gohn (2003) afirma que os movimentos sociais antiglobalização

“retratam um tipo de movimento que representa a modernidade das ações coletivas de protestos à medida que atua globalmente, contesta as políticas neoliberais globalizantes, atua em rede utilizando largamente recursos tecnológicos, e propõe um modelo alternativo à atual sociedade baseada exclusivamente no lucro e no mercado” (p. 8).

A essas manifestações mais amplas, com grandes repercussões nos cenários políticos local e transnacional, somam-se milhares de pequenas resistências articuladas por

organizações e micro-movimentos nos diferentes cantos do planeta. Em comum esses movimentos e organizações manifestam seu descontentamento em relação ao modelo de desenvolvimento adotado; lutam contra as consequências excludentes da modernização econômica; opõem-se à idéia de inevitabilidade da nova ordem político-econômica preconizada pelos ideólogos da globalização capitalista; desenham novas experiências democráticas, além de apostarem na criação de uma democracia participativa (SHETH, 2005; SANTOS, 2003; CASTELLS, 1999).

Nesse processo de contestação e confronto, os movimentos sociais também vão se conscientizando da importância do discurso, inserindo-se ativamente nos diversos fóruns e convenções internacionais realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) buscando influenciar nas agendas e discursos dos seus representantes e dos dirigentes governamentais que delas participam. As ameaças da globalização também juntaram boa parte destes movimentos em plataformas políticas comuns, ao nível nacional e internacional, para se contrapor ao capitalismo excludente, às políticas violadoras dos direitos humanos bem como influenciar na definição das políticas locais (nacionais), pressionando os governos de seus países para implementá-las.

Ao analisar o discurso e a política dos novos movimentos sociais da Índia no contexto da globalização recente, Sheth (2005) destaca a contribuição que estes vêm desempenhando na reinvenção da democracia participativa como forma de ação social e de prática política; na criação de novos espaços para tomada de decisões pelas populações nas questões que afetam diretamente suas vidas e para a difusão de significados mais profundos sobre a democracia no mundo que se globaliza. Essa análise sobre os novos movimentos sociais indianos em certa medida é corroborada pelos estudos coordenados por Santos (2005, 2003) sobre a atuação e importância dos movimentos sociais emancipatórios tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento como o Brasil. Em tais estudos os movimentos sociais também são apontados como atores centrais na articulação das resistências à globalização econômica, na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, na construção de novos modelos de democracia e para o combate à exclusão social.

Ao refletir sobre o movimento feminista na América Latina, Alvarez (2000) mostra como a atuação das organizações feministas nos fóruns internacionais de mulheres foi capaz de influenciar nos discursos de agentes estatais e de representantes de organismos relacionados à mulher. Segundo a autora, a absorção relativamente rápida de elementos dos

discursos e agendas feministas pelas instituições culturais dominantes, organizações paralelas da sociedade civil, da sociedade política e do Estado deve-se à multiplicação dos espaços e lugares a partir dos quais as mulheres que se autodenominam feministas passaram a ocupar a partir das últimas décadas.

Além dos movimentos antiglobalização, zapatista e feminista, os movimentos dos direitos humanos também adquiriram visibilidade e relevância na nova ordem mundial. Esse processo está relacionado em parte, à ampliação das violações dos direitos humanos com o crescimento do desemprego, da precarização das condições de trabalho, da desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais; à ampliação das desigualdades sociais entre ricos e pobres; à degradação das condições de vida de milhões de pessoas no mundo inteiro e, em parte, ao ressurgimento de conflitos étnicos, políticos e religiosos e à emergência dos movimentos sociais identitários.

Esse cenário fez com que as organizações nacionais e internacionais de direitos humanos adquirissem visibilidade e relevância na cena política contemporânea. Estas, em geral são apontadas como exemplos de movimentos sociais que teriam reformulado suas agendas e práticas em virtude dessas transformações (SHETH, 2005; ALVAREZ, 2000; SCHERER-WARREN, 1999; DOIMO, 1995; PAOLI, 1995). Na literatura brasileira sobre os movimentos sociais o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) é quase sempre mencionado como exemplo de movimento que vem reconfigurando seu campo de ação e ressignificando sua matriz discursiva em face à globalização e à complexidade da sociedade contemporânea. Não raramente o MNDH é também apontado como um dos atores mais importantes para a redemocratização e a instituição do Estado de direito no Brasil (SCHERER-WARREN, 1999; DOIMO, 1995; PAOLI, 1995).

Todavia, pouca atenção lhe tem sido dedicada, especialmente no campo da Sociologia. Ao contrário de outros movimentos que surgiram no mesmo período (década de 70) e sobre os quais já se conta com um certo acúmulo teórico, o MNDH¹ tem sido um ator pouco estudado na academia. Na literatura específica sobre os movimentos sociais dificilmente se constitui em objeto de análise dos estudiosos da temática², embora seja sempre mencionado no conjunto

¹ A partir deste momento serão adotadas, indistintamente, tanto a sigla MNDH como a expressão Movimento para se referir ao Movimento Nacional de Direitos Humanos.

² Ao contrário dos espaços acadêmicos em que os estudos sobre o MNDH são praticamente inexistentes, com exceção do trabalho de SILVA (1999), nas organizações de direitos humanos é possível identificar uma documentação relativamente extensa sobre a luta pelos direitos humanos no País. O MNDH, por exemplo, tem produzido registros dos sucessivos encontros nacionais e regionais, das Conferências Nacionais de Direitos

das reflexões e estudos sobre os demais movimentos (ALVAREZ, 2000; SCHERER-WARREN, 1999; DOIMO, 2003; 1995).

Uma possível explicação para essa ausência de produção sobre o MNDH reside no fato de que nos estudos sobre os movimentos sociais os pesquisadores direcionaram suas atenções para aqueles movimentos mais massificados com mais visibilidade na esfera pública. Neste contexto, o forte caráter institucional do MNDH e sua estratégia de agir mais como mediador das demandas da sociedade civil junto às organizações estatais do que pela realização de mobilizações de massa, possivelmente também contribuiu para que o MNDH permanecesse como um tema periférico nas pesquisas e estudos acadêmicos sobre a temática, especialmente no campo da Sociologia.

Por outro lado, a visibilidade alcançada por alguns movimentos identitários – feminista, negro, criança e adolescente e homossexual -, no contexto da democratização, também contribuiu para que os pesquisadores direcionassem seus olhares para questões relativas a gênero, homossexualidade, racismo e para aqueles movimentos que elegeram como estratégia de luta ações de impacto na esfera pública (grandes marchas, manifestações, ocupações de prédios públicos) e com maior resistência à institucionalização, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), possivelmente também influenciaram para essa ausência de estudos sobre o MNDH.

Além de contribuir para superar esse vazio, o presente estudo teve como objetivo analisar a contribuição do MNDH para legitimar na esfera pública uma concepção de direitos humanos capaz de articular as demandas pela universalidade do acesso aos direitos com as demandas pelo reconhecimento das diferenças étnicas, culturais e sexuais. Parte da compreensão de que embora os direitos humanos constituam uma dimensão inerente às ações e lutas empreendidas pelos mais diversos movimentos sociais e associações civis é através do MNDH que a luta pelos mesmos adquire visibilidade na cena pública, que se constitui um campo ético-político e discursivo específico sobre os direitos humanos.

Humanos e dossiês sobre a situação dos direitos humanos no País, encaminhado às organizações internacionais de direitos humanos. Na Internet é possível identificar a DH Net, Enciclopédia Digital de Direitos Humanos, uma rede eletrônica sem fins lucrativos que, além de funcionar como portal de informações, oferece espaço gratuito em seu domínio para que as diversas organizações não-governamentais espalhadas pelo país e que integram o movimento de direitos humanos construam sua própria página na WWW (MITRE, DOIMO, MAIA, 2003).

Por MNDH entendo aqui, as ações, manifestações, reivindicações e pressões efetuadas pelas diversas organizações civis visando defender e afirmar os direitos humanos, sendo tais ações direcionadas, principalmente, aos órgãos do poder estatal. Assim, constituem o MNDH tanto as organizações com recortes temáticos ou identitárias (mulheres, crianças e adolescentes, negros, índios, ambientais, homossexuais entre outros) como as organizações que procuram trabalhar os direitos humanos em sua integralidade e indivisibilidade (como os centros de defesa dos direitos humanos e as organizações equivalentes mas que recebem outras denominações), filiadas à organização MNDH.

O interesse em investigar o MNDH surgiu com minha participação em organizações de defesa e promoção dos direitos humanos. A inserção em tais espaços revelou-me a presença de um ator coletivo com legitimidade na esfera pública e significativo poder de intervenção nas agências estatais e organismos internacionais nas questões relativas aos direitos humanos, tanto as relacionadas à violação de direitos como as relativas à formulação de políticas públicas.

Permitiu-me ainda perceber a importância do MNDH para o acesso aos direitos inscritos, para a construção de novos direitos e especialmente para a criação de uma gramática dos direitos humanos, baseada no reconhecimento do outro como sujeito de direitos. Para a maioria das vítimas de violência, especialmente para as mais pobres, os grupos e organizações não-governamentais (ONGs) de direitos humanos representam a única possibilidade concreta de acesso aos órgãos da justiça. Sem a mediação dessas organizações muitas vítimas da violência dificilmente teriam como acessar os órgãos públicos em suas demandas por justiça, dignidade e cidadania. É também em tais espaços que estas se descobrem enquanto sujeitos portadores de direito e a importância da ação coletiva.

Tais percepções levaram-me à suposição de que, no decorrer de sua trajetória o MNDH ressignifica o seu discurso e compreensão sobre os direitos humanos, legitimando-os na esfera pública. De um discurso humanista cristão, ancorado na Teologia da Libertação e na defesa dos direitos civis e políticos, o MNDH passa a adotar um discurso laico, democrático e pluralista dos direitos humanos, reivindicando tanto a universalidade do acesso aos direitos quanto o reconhecimento das diversidades étnico-culturais.

O presente estudo está estruturado em quatro capítulos: o primeiro apresenta um referencial teórico para a compreensão e análise das lutas empreendidas pelo MNDH. Nesta

perspectiva, situa inicialmente o debate contemporâneo sobre os direitos humanos, enfatizando a importância da crítica efetuada pelos novos movimentos sociais para a explicitação das ambigüidades contidas na Declaração de 1948 e para a adoção (pelos organismos internacionais) de uma concepção menos eurocêntrica e liberal dos direitos humanos. Em seguida apresenta duas abordagens críticas às concepções universalistas e relativistas dos direitos humanos, com ênfase para as concepções multicultural e complexa. Tais abordagens constituem uma tentativa de articular o discurso da igualdade (universalidade) com o reconhecimento das diferenças étnicas, culturais, sexuais e religiosas. Para a compreensão da natureza das ações e lutas empreendidas pelo MNDH, apresentei dois paradigmas de análise sobre os conflitos sociais contemporâneos. O primeiro concebe os movimentos sociais como decorrência de conflitos morais. Já o segundo entende que os movimentos sociais lutam tanto pelo reconhecimento como por redistribuição. O capítulo apresenta ainda uma discussão acerca das categorias dignidade, direitos e direitos humanos.

O capítulo II reconstitui a gênese e a trajetória do MNDH, além de identificar as matrizes discursivas e os valores ético-políticos que orientam o ideário e a prática de seus militantes. As consultas às fontes documentais e os depoimentos dos entrevistados permitiram identificar a presença de três abordagens discursivas principais a partir das quais os militantes elaboram os seus discursos: a matriz da Teologia da Libertação; a matriz democrática formulada no terreno das lutas sociais empreendidas pelos novos sujeitos coletivos dos anos 70 e 80 e a matriz da transversalidade dos direitos humanos, cuja referência principal é a II Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993). A partir desta Conferência, o MNDH novamente ressignifica a sua concepção e discurso sobre os direitos humanos, articulando, nos planos discursivo e simbólico, as reivindicações pela universalidade do acesso aos direitos, com o reconhecimento das diversidades culturais.

O terceiro capítulo, tendo como referência a abordagem das redes sociais, identifica e analisa as múltiplas articulações que o MNDH estabeleceu com os movimentos sociais e ONGs nos cenários nacional e internacional. A análise das fontes documentais permitiu identificar a presença de um sujeito coletivo com dois tipos de articulação: uma articulação interna, com os diversos movimentos sociais ONGs que o constituem e uma articulação externa, com os movimentos sociais e ONGs situados nos territórios nacional e internacional. Até a década de 1980 as articulações são feitas fundamentalmente com a sociedade civil brasileira. No final da década de 1990 intensificam-se as articulações com os movimentos sociais, ONGs e os organismos transnacionais de direitos humanos. As conexões com essas

organizações têm sido fundamentais para o empoderamento do MNDH e o reconhecimento de sua capacidade propositiva e formulativa pelos agentes públicos situados nas diferentes esferas do Estado e pelas organizações da própria sociedade civil.

O capítulo IV trata da relação com o Estado. Mostra que, na trajetória assinalada, a relação que se estabelece é marcada por conflitos, antagonismos, contradições e parcerias. Na década de 1970 esta se caracteriza pela autonomia em relação ao Estado e às instituições políticas, isto é, por uma postura anti-estado autoritário. Com a democratização e a instituição de um novo marco jurídico-legal (a Constituição de 1988) o MNDH redefine suas estratégias de ação, passando a estabelecer interlocuções e parcerias com as diversas instituições estatais para a execução e o monitoramento de políticas públicas na expectativa de ampliar a atuação do Estado neste campo. Na década de 1990, com a redução dos investimentos públicos na área social além das pressões e reivindicações sobre poder executivo e a esfera parlamentar, o MNDH passa a pressionar também a esfera judiciária. A partir deste período, as pressões do Movimento sobre esta esfera do Estado tornam-se cada vez mais freqüentes, configurando-se um certa tendência à judicialização da luta pelos direitos humanos no interior do Movimento. Através da análise da relação com o Estado buscou-se também apreender em que medida o MNDH consegue articular, nas reivindicações e proposições dirigidas às agências estatais, as demandas pela universalidade e igualdade de acesso aos direitos com as demandas por reconhecimento das diversidades culturais.

As considerações finais indicam que, em suas lutas pela proteção e promoção dos direitos humanos no Brasil, o MNDH ressignifica o seu discurso e concepção acerca dos direitos humanos, incorporando novas e mais amplas dimensões dos direitos na sua agenda, além de articular, no plano discursivo, as dimensões do reconhecimento e da redistribuição. A questão do reconhecimento na perspectiva do respeito às identidades ou às diversidades étnico-culturais, sexuais e raciais, integra o ideário e discurso dos militantes de direitos humanos, porém, ainda não foi efetivamente incorporada nas suas ações cotidianas, não tendo se traduzido em propostas de políticas públicas para a afirmação da cidadania e da dignidade dos grupos socialmente vulneráveis dentro do Movimento, ainda que algumas iniciativas nessa direção possam ser identificadas.

Procedimentos metodológicos

A abordagem metodológica adotada no presente estudo insere-se na tradição da pesquisa qualitativa. Essa tradição não ignora a importância dos instrumentais quantitativos, caracterizando-se, no entanto, pela prioridade atribuída aos instrumentais qualitativos de pesquisa: observação direta, entrevista em profundidade e a pesquisa documental entre outros.

Do ponto de vista epistemológico a abordagem qualitativa parte do pressuposto de que as questões metodológicas não se relacionam simplesmente a procedimentos técnicos e não são uma questão de decidir entre aplicar um questionário ou conduzir entrevistas em profundidade, como afirma Jovchelovitch (2000, p. 208) “A metodologia relaciona-se e, de fato, depende, de definições teóricas que, por sua vez, estão amarradas a concepções filosóficas”. Na questão metodológica está implícita a concepção de homem e sociedade que orienta o pesquisador em suas investigações.

As abordagens qualitativas não se preocupam em fixar leis para produzir generalizações, mas em compreender os valores, as crenças, as motivações e os sentimentos humanos, compreensão que só pode ocorrer se a ação for colocada dentro de um contexto de significados.

Para Goldemberg (2001, p. 53), os dados qualitativos “consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios terrenos. Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los”.

Nesta perspectiva, o objeto de estudo das Ciências Sociais não deve ser analisado da mesma forma que os fenômenos da natureza, pois, ao contrário destes, as Ciências Sociais lidam com emoções, valores, subjetividades. Estas diferenças se traduzem em diferenças nos objetivos e nos métodos de pesquisa.

Estudiosos como Bourdieu (2002), Goldenberg (2001) e Becker (1999) entendem que na pesquisa qualitativa a explicitação detalhada dos procedimentos metodológicos e o trabalho de campo é tão importante quanto a definição do próprio objeto de pesquisa e o referencial teórico adotado. Para estes autores a descrição detalhada dos procedimentos metodológicos adotados e suas constantes definições devem ser minuciosamente registradas para compensar a falta de “objetividade” e a impossibilidade das generalizações.

A descrição dos procedimentos metodológicos adotados para o delineamento da pesquisa e para levantamento de dados, a seguir, deve ser entendida, nesta perspectiva, isto é, como uma tentativa de explicitar todos os impasses encontrados e as alternativas apontadas.

Para a realização do presente estudo recorri a diversas técnicas de pesquisa: observação, pesquisa documental e entrevistas abertas e semi-estruturadas. A observação direta foi feita através da participação em eventos nacionais do MNDH, como a Assembléia Geral e o XIII Encontro Nacional de Direitos Humanos, em abril de 2004, e as reuniões da Coordenação e Conselho Nacional, em julho de 2005.

Essas instâncias constituíram espaços importantes para a compreensão da dinâmica do Movimento, permitindo identificar tanto as tensões internas e as disputas de poder existentes no Movimento quanto os princípios ético-políticos que orientaram sua atuação, as questões e os temas debatidos, assim como as dificuldades e os impasses encontrados para operacionalização das deliberações coletivas.

A pesquisa documental foi efetuada através de consultas a fontes primárias produzidas pelo MNDH como: Relatórios dos Encontros Nacionais de Direitos Humanos realizados no período de 1982 a 2004; Relatórios de Atividades e Relatórios de Gestão; Relatórios de Reuniões do Conselho Nacional, entre outros documentos que expressaram a análise / percepção do Movimento sobre o impacto de suas ações na sociedade; o ideário do MNDH em suas lutas pela afirmação e defesa dos direitos humanos e ainda o levantamento das organizações civis de direitos humanos filiadas ao MNDH.

A pesquisa documental foi realizada no Centro de Direitos Humanos “Maria das Graças Braz” em Joinville; na sede do MNDH, em Brasília, e no CDH de Goiânia. Pela proximidade geográfica com Florianópolis o levantamento inicial foi feito no CDH de Joinville, onde pude encontrar um importante acervo sobre o MNDH. O levantamento na sede do MNDH ocorreu em julho de 2005. Ambas as organizações contêm vastos registros sobre a atuação do MNDH, ainda que incompletos. Na tentativa de localizar alguns documentos não encontrados nestas duas organizações fiz ainda um rápido levantamento no CDH de Goiânia, porém, sem muito sucesso, já que consegui localizar apenas parcialmente a documentação desejada.

Especialmente na fase exploratória da investigação, quando da elaboração do projeto de pesquisa, valeu-me ainda outra importante fonte de informação: a Enciclopédia Digital de

Direitos Humanos - a DH Net³. Uma rede eletrônica sem fins lucrativos que, além de funcionar como portal de informações, oferece espaço gratuito em seu domínio para que as diversas ONGs espalhadas pelo País possam intercambiar-se. A DH Net divide-se em oito seções⁴, tendo como eixo central a questão da cidadania e dos direitos humanos.

Utilizei também artigos, depoimentos e entrevistas concedidas por militantes e ex-militantes do MNDH publicados em outras fontes (livros, jornais, Internet) para a reconstituição da trajetória do Movimento. O cruzamento dessas diferentes fontes me permitiu enriquecer, complementar, e, em algumas situações, esclarecer passagens importantes da trajetória do Movimento.

Foi também junto a integrantes do CDH de Joinvile que realizei a entrevista piloto, reformulada antes de ser aplicada a toda a amostra. As entrevistas foram realizadas em duas etapas. Na primeira, foram feitas entrevistas abertas com militantes presentes no XIII Encontro Nacional de Direitos Humanos (2004). Neste momento procurei contactar os militantes mais antigos que ajudassem tanto na reconstituição da trajetória do Movimento quanto na identificação de possíveis entrevistados para a segunda fase da pesquisa. Essa primeira ida a campo teve como objetivo colher dados, com vistas a uma melhor delimitação do objeto de pesquisa (ou dos sujeitos da pesquisa). A identificação dos entrevistados, neste momento, ocorreu através de contatos diretos com os participantes do Encontro. Nesse processo construiu-se uma verdadeira rede de informações entre os participantes, o que me permitiu identificar e entrevistar alguns militantes mais antigos presentes ao evento e obter informações sobre ex-militantes históricos a serem posteriormente entrevistados. Os militantes com cargo na Direção Nacional foram deixados para a segunda etapa da pesquisa, considerando-se a maior possibilidade de encontrá-los.

A segunda etapa das entrevistas ocorreu em julho de 2005, durante a primeira reunião anual do Conselho Nacional. Foram entrevistados os integrantes da Direção Nacional –

³ DH Net (www.dhnet.org.br).

⁴ Direitos Humanos, Desejos Humanos, Educação e Direitos Humanos, Cibercidadania, Memória Histórica, Cultura, Central de Denúncias e o Projeto DH Net. Na seção sobre os Direitos Humanos encontram-se distribuídas informações sobre Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos; Tribunal Penal Internacional; Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Organizações Militantes históricas e Grupos de Direitos Humanos; Sistema Brasileiro de Proteção aos Direitos Humanos; SOS Cidadania; SOS Tortura e Redes Estaduais de Direitos Humanos (cf. também, Mitre, Doimo, Maya; 2003).

Conselho⁵ e Coordenação⁶ e também alguns militantes históricos residentes em Brasília, previamente identificados na primeira fase da pesquisa.

Cabe esclarecer, porém, que o fato de integrarem a Direção Nacional (ou de serem dirigentes) não foi o critério mais relevante para a seleção dos entrevistados, mas a possibilidade de atingir um universo mais expressivo, em termos geográficos, já que o Conselho Nacional é formado por representantes das oito articulações regionais⁷ que compõem o MNDH, congregando militantes dos vários Estados e regiões do País, aspecto importante, considerando-se a capilaridade do Movimento no território nacional⁸.

Nas entrevistas com os Conselheiros, considerando o critério da representatividade regional, buscou-se assegurar que pelo menos um representante de cada regional fosse entrevistado. Dos dezesseis (16) Conselheiros, treze (13) participaram da reunião, e destes nove (09) foram entrevistados, ressaltando que um Conselheiro também era membro da Coordenação Nacional.

As entrevistas tiveram como finalidade responder às seguintes indagações: De que forma a categoria direitos humanos vem sendo ressignificada pelos integrantes do MNDH e de que maneira essa mudança de concepção vem sendo traduzida pelos seus integrantes? Quais são os valores ético-políticos presentes na fala dos seus protagonistas? E qual a percepção dos mesmos em relação à contribuição do MNDH para a democratização das relações sociais, a defesa de direitos e a construção de novos direitos? O MNDH tem conseguido construir um campo ético-político e discursivo sobre os direitos humanos capaz de articular as demandas identitárias dos distintos sujeitos (mulher, negro, índio, homossexual, idoso) que o constituem?

O roteiro de entrevistas com os membros da Coordenação Nacional⁹ foi acrescido de um item visando obter informações sobre as ações mais cotidianas do Movimento na esfera nacional, tais como a participação nos conselhos e fóruns, e as articulações e parcerias do MNDH com: as associações civis filiadas; os movimentos sociais e organizações não-

⁵ Composto por 16 Conselheiros, sendo dois representantes por cada Regional. Os conselheiros são eleitos para um mandato de dois anos.

⁶ Composta por seis coordenadorias: Coordenação Nacional; de Formação; de Organização e Projetos; de Cooperação e Parcerias; de Relações Internacionais e Coordenação do Conselho.

⁷ Regional Centro-Oeste; Regional Leste; Regional Minas; Regional Nordeste; Regional Norte I; Regional Norte II; Regional São Paulo e Regional Sul (MNDH, 2003).

⁸ Atualmente o MNDH constitui uma rede de direitos humanos com mais de 400 entidades filiadas.

⁹ Entre os seis componentes da Coordenação Nacional apenas um não foi entrevistado.

governamentais em escala nacional e transnacional; as organizações intergovernamentais e as instituições estatais. Esse procedimento foi adotado por entender que as informações relativas ao funcionamento da organização/Movimento, poderiam ser respondidas com maior propriedade por aqueles que estão diretamente envolvidos nas ações cotidianas do Movimento.

Ao todo foram entrevistados 19 militantes, sendo 13 membros da Direção Nacional – Conselho e Coordenação e Nacionais -, e 06 militantes históricos do Movimento. Neste trabalho, os entrevistados foram identificados pelas letras do alfabeto, na seqüência da realização das entrevistas.

Em geral, todos eles têm uma trajetória de longa militância nas lutas pela afirmação e defesa dos direitos humanos. A maioria, além de participar da Direção Nacional do MNDH atua nos Centros de Defesa dos Direitos Humanos (CDHs) e ou organizações civis equivalentes em seus respectivos Estados. Alguns, inclusive, estão entre seus quadros fundadores. A trajetória de muitos deles se confunde com a própria trajetória das lutas pelos direitos humanos no País, com passagem pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Pastorais Operárias, novo sindicalismo, partidos políticos de oposição, movimentos reivindicatórios urbanos (moradia, saúde, bairros), centros de direitos humanos (CDHs). Os advogados constituem a categoria profissional mais expressiva entre os entrevistados, seguidos de historiadores, educadores, economistas, teólogo, filósofos e profissionais de nível médio (técnicos em saúde e contabilidade).

Quanto à base social do MNDH, pesquisa realizada em 1991¹⁰ mostra que os seus militantes são, em sua maioria, procedentes da classe média, sendo constituída majoritariamente por professores, advogados e funcionários públicos. Embora não haja um estudo sistemático atualizado sobre a composição social do MNDH, comentário geral dos membros da Coordenação Nacional (sobre profissão e faixa etária dos militantes), durante dinâmica de grupo realizada na primeira reunião anual do Conselho Nacional, em julho de 2005, mostra que não existem razões para pensar que este quadro tenha se alterado substancialmente.

¹⁰ Pesquisa realizada pelo MNDH em 1991 identificou as seguintes profissões entre os militantes do MNDH: professores – 19,50%; advogados – 12,60%; operários – 9,04%; agentes de pastoral – 8,20%; agricultores – 3,80%; assistentes sociais – 3,33%; psicólogos – 0,95%, num total de 57,42%. Além dessas profissões especificadas, foram registradas muitas outras, representando 42,58% das respostas dadas. Cabe salientar ainda que, do total de 841 militantes que responderam a esta questão 51,17% são do sexo masculino e 48,51 do sexo feminino” (MNDH, 1992).

CAPÍTULO I

Direitos humanos, reconhecimento e dignidade

O presente capítulo desenvolve algumas reflexões sobre os direitos humanos, levando-se em consideração especialmente as discussões contemporâneas que procuram articular as lutas por reconhecimento das identidades étnicas, culturais e sexuais com as lutas pela universalidade de acesso as políticas públicas. Divide-se em quatro seções. A primeira seção caracteriza brevemente o debate que se estabeleceu entre universalistas e relativistas, por ocasião da Declaração de 1948 e a emergência dos novos movimentos sociais como atores importantes para a crítica à concepção ocidental liberal dos direitos humanos e a inclusão dos direitos ao reconhecimento na agenda dos organismos internacionais de direitos humanos. Em seguida aborda as concepções multicultural (Santos, 2003, 1997) e complexa (Herrera Flores, 2004) dos direitos humanos. Tais concepções se apresentam como alternativas às tradições liberal-ocidental e relativista dos direitos humanos, propondo o diálogo intercultural entre diferentes culturas, como estratégia para que os direitos humanos possam realizar o seu potencial emancipatório.

A seção três apresenta um referencial teórico para a compreensão e análise das lutas empreendidas pelo MNDH, buscando caracterizar a natureza de suas ações. Recorre a autores que apresentam interpretações distintas sobre os conflitos sociais, tais como Honneth (2003) para quem os conflitos sociais são motivados por questões morais e Fraser (2001) para quem os conflitos sociais contemporâneos apresentam tanto motivações morais (reconhecimento) como materiais (redistribuição).

A abordagem sobre a categoria dignidade humana, na seção quatro, faz-se necessária em virtude do fato de que, em última instância, o que caracteriza a luta pelos direitos humanos no interior do MNDH é a luta pela dignidade humana, entendida como um valor universal ainda que nem todas as culturas a formulem em termos de direitos humanos.

O capítulo apresenta ainda uma breve distinção entre as categorias “direitos” e “direitos humanos” em diferentes disciplinas das ciências humanas e sociais, procurando identificar evidências da existência de articulação entre as dimensões do reconhecimento e da redistribuição nas ações e reivindicações no MNDH.

1.1 Situando o debate contemporâneo

No âmbito das Ciências Sociais, o debate contemporâneo sobre os direitos humanos tem sido marcado pela polêmica entre universalistas e relativistas, liberais e marxistas, entre modernos e pós-modernos. A perspectiva iluminista, ancorada na razão ocidental, universalista e formal, tem protagonizado o debate sobre a temática ao longo da modernidade. Incluem-se aqui tanto as concepções liberais¹¹ quanto as concepções marxistas clássicas. Ambas as abordagens, em que pese a distinção existente entre as mesmas, apresentam uma crença inabalável nos potenciais emancipatórios da razão.

Em oposição à abordagem universalista, surge a concepção relativista ou culturalista dos direitos humanos. O relativismo cultural parte do pressuposto de que a cultura é algo específico a cada contexto cultural e a forma de compreensão dessa especificidade é colocar-se no contexto cultural em que ela se apresenta. Daí a sua discordância em torno da idéia de uma moral universal e, portanto, da idéia de universalidade dos direitos humanos contida na Declaração Universal de 1948¹².

Ancorada nos valores ocidentais liberais, a Declaração de 1948 desde o início foi criticada pelo seu etnocentrismo. Nas discussões que antecederam a aprovação do texto da Declaração, tanto os representantes dos países orientais quanto os representantes dos países socialistas questionam (criticam) a orientação liberal contida na Declaração e a prioridade estabelecida aos direitos individuais, em detrimento dos direitos coletivos, no caso dos países comunistas. Por esta razão os representantes dos países comunistas se abstiveram de votar o texto final da Declaração¹³, expressando a falta de consenso em relação ao mesmo.

¹¹ A concepção liberal formal dos direitos humanos tem seus antecedentes históricos nas idéias jusnaturalistas dos séculos XVII e XVIII. Neste período autores como Hobbes, Locke e Rousseau (a despeito das diferenças e da distância histórica entre os mesmos) em contraposição ao Direito Divino dos Reis defendem a existência de direitos naturais, imprescritíveis e inalienáveis, anteriores aos indivíduos. A incorporação dos direitos naturais às Constituições dos diversos Estados-nação no decorrer da modernidade leva à subversão, no plano político, das relações entre súdito e soberano, que passam a ser mediadas pelos direitos de cidadania e não mais por uma relação de submissão (Bobbio, 1992).

¹² A crítica da diretoria executiva da Associação Americana de Antropologia à Declaração de 1948 insere-se neste contexto. Solicitada a se posicionar em relação ao texto preliminar da Declaração, a Associação manifestou-se contrariamente à idéia de direitos universais. Esta entendia que da mesma forma que não era possível falar em uma moral universal também não era possível falar em direitos humanos universais, mas apenas em direitos individuais, particulares (Sousa, 2001).

¹³ Dos 58 Estados-Membros da ONU à época, 48 votaram a favor e 08 se abstiveram de votar – África do Sul, Arábia Saudita, Bielorrússia, Iugoslávia, Polónia, Tchecoslováquia, Ucrânia e União Soviética (Lindgren Alves, 1994).

Além das disputas político-ideológicas decorrentes do pós-guerra (1939-1945), a resistência dos países socialistas à Declaração de 1948 está relacionada à influência da tradição marxista, segundo a qual os direitos humanos não são direitos universais e abstratos, mas direitos de um homem em particular, o burguês egoísta e individualista, excessivamente ligados ao interesse de uma classe, a burguesia. Prevaleceu, no entanto, a concepção ocidental liberal dos direitos humanos, enfatizando que dos 31 artigos da Declaração, apenas os seis últimos fazem referência aos direitos sociais (CANÇADO TRINDADE, 1998).

Nas décadas seguintes, a primazia da concepção liberal dos direitos humanos será “ameaçada” diante das reivindicações pela autodeterminação dos povos, levadas a efeito pelas colônias africanas em seus processos de luta pela independência; das reivindicações pelo direito ao desenvolvimento efetuadas pelos países do Terceiro Mundo e das reivindicações do movimento operário pelos direitos sociais.

Ao reivindicar autodeterminação, direito ao desenvolvimento e os direitos sociais, esses movimentos, em certa medida, forçam uma ampliação dos direitos humanos no âmbito das Nações Unidas com a entrada em vigor, em 1975, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)¹⁴ e a inclusão de alguns novos direitos, especialmente daqueles relacionados às reivindicações das minorias étnico-culturais – como os indígenas e as comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que colocam em evidência os limites do discurso universalista dos direitos humanos, enunciado pela Declaração de 1948.

No contexto da Guerra Fria, a parcialidade da Organização das Nações Unidas (ONU) na definição das políticas internacionais de direitos humanos, de um lado, e a duplicidade de critérios adotados no julgamento das violações dos direitos humanos praticadas pelos países alinhados, de outro, deixam evidentes a apropriação e a utilização do discurso dos direitos humanos para a realização de interesses político-econômicos e militares do Ocidente. Essa política faz com que até o final dos anos 70 os direitos humanos sejam interpretados pela esquerda marxista como um instrumento de dominação do capitalismo contra o comunismo e, por isso, ausentes da agenda política das organizações de esquerda (SANTOS, 2003, 1997).

Ao analisar a relação entre marxismo e direitos humanos, Oliveira (1992) mostra a ausência da temática no pensamento político da esquerda. De acordo com este autor:

¹⁴ O PIDESC é aprovado em 1966, porém só em 1975 consegue o número de assinaturas suficientes para entrar em vigor.

“os dois grandes acontecimentos que incendiaram o imaginário da geração de esquerda nos anos 60 no mundo inteiro, a ‘Revolução Cultural’ chinesa, e o ‘Maio de 68’ na França, foram, um e outro, acontecimentos hostis à idéia demasiadamente ‘burguesa’ dos direitos humanos” (p. 152).

Essa situação foi identificada também no pensamento político da esquerda clássica no Brasil. Para ilustrar a ausência da temática na produção teórica marxista brasileira, Oliveira recorreu à obra “Imagens da Revolução”¹⁵. Segundo o autor, em suas mais de 350 páginas sobre documentos doutrinários e programáticos das organizações clandestinas de esquerda que surgiram no Brasil entre 1961 e 1971 não há, sequer uma vez, a expressão direitos humanos, “mesmo nos trechos onde são denunciadas as atrocidades cometidas pelo regime com as inevitáveis referências a tortura, não se mencionam esses atos como violações dos direitos humanos” (p. 153).

Ainda segundo Oliveira, é na passagem da década de 1970 para 80, com a crise do socialismo real e as experiências de tortura sofridas pelos militantes de esquerda durante o regime ditatorial, no Brasil e na América Latina, que vai ocorrer uma mudança na maneira de enfrentar o tema pelos marxistas. A partir deste período, de simples ideologia burguesa os direitos humanos passam a ser vistos como um valor que já não pode ser ignorado por aqueles que lutam por uma sociedade mais justa.

A emergência dos novos movimentos sociais a partir da década de 60 do século passado e suas demandas por identidade tornam ainda mais intensas as críticas à concepção ocidental dos direitos humanos e o caráter eurocêntrico contido na política implementada pelos organismos internacionais, deixando evidente o paradoxo entre essa política de direitos humanos e as aspirações das ações coletivas contemporâneas por reconhecimento.

Ao colocar na cena pública questões relacionadas à identidade e subjetividade, os movimentos feminista, negro e homossexual, entre outros, revelam a contradição entre o discurso universalista do modelo capitalista de regulação social (o Estado de Bem-Estar Social) e a sua incapacidade para atender as demandas apresentadas por esses novos sujeitos coletivos.

As transformações societárias das duas últimas décadas do século passado: a derrocada do socialismo real; o fim da Guerra Fria; a globalização hegemônica (SANTOS, 2003, 1997); o surgimento e/ou ressurgimento de movimentos nacionalistas e dos conflitos étnico-culturais

¹⁵ Lançada em 1985, por Daniel Araújo Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, sobreviventes da luta armada contra o regime militar.

pós-derrocada do socialismo real, nos países do leste europeu, e as manifestações racistas e xenofóbicas na Europa e EUA tornam ainda mais explícito o paradoxo entre as concepções hegemônicas sobre os direitos humanos e novas demandas surgidas neste campo, isto é, a contradição entre o discurso universalista da Declaração de 1948 e as lutas por reconhecimento identitário.

Neste cenário, os direitos humanos passaram a compor a agenda dos movimentos sociais emancipatórios e dos governos progressistas dos mais diferentes países, adquirindo visibilidade na cena política internacional (SANTOS, 2003, 1997). Ao lado da democracia e do desenvolvimento sustentável, os direitos humanos vêm adquirindo, cada vez mais, relevância e ressonância universais. Há quem afirme, inclusive, que os direitos humanos estão se transformando na nova utopia do século XXI (RAPPORT, 1998) e ainda quem fale em uma “cultura dos direitos humanos como o novo e bem-vindo fato do mundo pós-holocausto” (RABOSSI, 1990, apud HORTY, 1993).

Ao contrário dessas visões extremamente otimistas, no entanto, entendo, como Santos (2003, 1997) e Keil (2002), que os direitos humanos encerram um duplo paradoxo.

Na perspectiva adotada por Santos o paradoxo dos direitos humanos reside no fato de que estes podem ser tanto um instrumento de dominação quanto um instrumento de emancipação. Em Keil o paradoxo dos direitos humanos reside no fato de estes serem ao mesmo tempo tanto um instrumento de legitimação do capitalismo quanto um *locus* possível de fecundação de contestações e alternativas contra as configurações atuais da globalização neoliberal. De acordo com esta autora, “os direitos humanos, apesar de legitimarem a nova ordem mundial, paradoxalmente, também servem para produzir subjetividades críticas capazes de julgar e querer transformar essa ordem mundial e todas as suas consequências” (p. 101).

No campo da sociedade civil, a articulação em redes, envolvendo movimentos sociais e organizações civis de direitos humanos situadas em diferentes espaços físico-geográficos vêm permitindo a formulação de concepções contra hegemônicas de direitos humanos, mais próximas às tradições locais e mais abertas às demandas das “minorias” sociais, pelo reconhecimento de suas identidades étnicas, culturais e sexuais.

Através do discurso dos direitos humanos tais organizações denunciam os efeitos da globalização neoliberal (sua política concentradora de capital, socialmente excludente e

culturalmente homogeneizante); as manipulações e os interesses político-econômicos e militares por de trás das justificativas apresentadas pelos governos dos países hegemônicos, que também utilizam o discurso da democracia e dos direitos humanos para justificar intervenções militares e impor seus interesses aos países não alinhados.

A partir das articulações transnacionais as organizações civis de direitos humanos (movimentos sociais e ONGs) têm procurado incidir na elaboração das políticas públicas (nacionais) e ao mesmo tempo influenciar (redirecionar) as políticas transnacionais, fornecendo modelos de resolução de litígios a partir de suas realidades locais, tornando-os menos eurocêntricos e liberais. Rapport (1998) ressalta que no contexto da globalização é cada vez mais visível, no discurso dos direitos humanos e no Direito, as formas globais receberem uma variedade de formulações locais¹⁶.

A concepção liberal universalista da Declaração (ou dos direitos humanos), aqui rapidamente esboçada, também tem sido criticada pelas teorizações feministas, que contestam as práticas discriminatórias baseadas na diferença sexual, quanto pelo pluralismo jurídico (WOLKMER, 1997)¹⁷ e pelo multiculturalismo crítico (SANTOS, 2003, 1997), entendido como aspiração emancipatória de combinar a luta pela igualdade com a luta pelo reconhecimento da diferença.

1.2 As concepções multicultural e complexa dos direitos humanos

A interpretação multicultural dos direitos humanos parte do pressuposto de que nenhuma cultura é suficientemente completa, daí a necessidade de um diálogo intercultural, de um diálogo entre universos com significados culturais distintos.

Para Santos, os direitos humanos, da forma como têm sido realizados até agora, têm se constituído em instrumento de dominação do Ocidente contra o resto do mundo e só poderão se constituir numa política progressista e emancipatória se forem reconceitualizados como

¹⁶ O autor faz referência a uma série de estudos antropológicos realizados em diferentes contextos, cujos resultados mostram como os direitos humanos são transformados em instrumento de resistência pelas entidades locais.

¹⁷ Ao contrário do monismo jurídico instituído pelo Estado de Direito na modernidade, que admite apenas um sistema jurídico normativo no âmbito do Estado-nação, o Pluralismo Jurídico admite a convivência de vários sistemas normativos em um mesmo espaço geográfico, o Estado não tem a exclusividade da emanção do direito. Surge no final da década de 60, em face à incapacidade do Estado de Direito em responder às crescentes demandas da sociedade civil no capitalismo desenvolvido e nos países do terceiro mundo, levando os diversos atores sociais a criar mecanismos de resolução de conflitos na esfera do cotidiano.

multiculturais. Isto é, se levarem em consideração o reconhecimento da diversidade cultural e, ao mesmo tempo, a afirmação comum da dignidade humana.

Nesta perspectiva, a política dos direitos humanos deve ser considerada basicamente como uma política cultural, e os direitos humanos “como sinal do regresso do cultural, e até mesmo do religioso, no final do século”. E falar de cultura e de religião é, no entender de Santos, “falar de diferença, de fronteiras e de particularismos, daí a necessidade de incorporar o diálogo intercultural entre diferentes culturas”.

A abordagem multicultural proposta por Santos constitui uma crítica tanto à interpretação ocidental liberal dos direitos humanos, à sua pseudo-universalidade e igualdade; quanto à interpretação relativista dos direitos humanos, que ao defender as particularidades culturais vem dando margem aos essencialismos e aos fundamentalismos. A visão ocidental eurocêntrica dos direitos humanos é criticada também pela sua incapacidade de contemplar não apenas as diferentes concepções de dignidade humana, mas também de sua incapacidade de apreender as diferenças étnicas, culturais e de gênero no interior de cada sociedade.

A interpretação multicultural dos direitos humanos surge no contexto das transformações societárias das últimas décadas do século passado, impulsionadas pelos processos de globalização e pelas dinâmicas políticas, culturais e sociais deles decorrentes, e ainda pela percepção de que os direitos humanos, até então concebidos, formulados e implementados pela modernidade ocidental estiveram, em geral, ao serviço dos interesses econômicos e geopolíticos dos Estados capitalistas hegemônicos (SANTOS, NUNES, 2003; SANTOS, 1997, 1995; HALL, 2003).

Do ponto de vista epistemológico o multiculturalismo parte do pressuposto de que a realidade é uma construção social; as interpretações são subjetivas; os valores são relativos e o conhecimento é um fato político (SANTOS, NUNES, 2003; SANTOS, 1995; SEMPRINI, 1999).

O multiculturalismo descreve uma variedade de articulações, idéias e práticas sociais (CAWS, 1994, apud HALL, 2003). Narra uma série de processos e estratégias políticas sempre inacabados. Segundo Hall, assim como há distintas sociedades multiculturais há também multiculturalismos bastantes diversos. Neste sentido, identifica vários tipos de multiculturalismos:

“o multiculturalismo conservador que insiste na assimilação da diferença às tradições e costumes da maioria. O multiculturalismo liberal que busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível ao *mainstream* ou à sociedade majoritária, baseado em uma cidadania individual universal, tolerando certas práticas culturais particularistas, apenas no domínio privado. O multiculturalismo pluralista, que avaliza diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupos distintos a diferentes comunidades dentro de uma ordem política mais comunitária ou mais comunal. O multiculturalismo comercial pressupõe que, se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então os problemas de diferença cultural serão resolvidos (e dissolvidos) no consumo privado, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos. O multiculturalismo corporativo (público ou privado) busca administrar as diferenças culturais da minoria, visando os interesses do centro. O multiculturalismo crítico ou ‘revolucionário’, enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência”(p. 53).

Para Torres (2000, p. 196) o multiculturalismo é tanto um movimento social como uma proposta curricular, e “qualquer que seja sua forma ou colorido o multiculturalismo está relacionado com a política das diferenças e com o surgimento das lutas sociais contra as sociedades racistas, sexistas e classistas”.

Hall (2003) lembra que as sociedades multiculturais não são algo novo. No entanto, com a Segunda Guerra Mundial o multiculturalismo se altera e se intensifica passando a ocupar lugar central no campo da contestação política. Tal processo é resultado de uma série de mudanças como: o fim do velho sistema imperial europeu e as lutas pela descolonização e independência nacional, com a constituição de vários Estados-nação multiétnicos e multiculturais; o fim da Guerra Fria¹⁸ que provou o ressurgimento de traços de antigos nacionalismos étnicos e religiosos mal resolvidos, fazendo com que as tensões nessas sociedades ressurgissem sob a forma multicultural; e ainda à globalização contemporânea, associada

“ao surgimento de novos mercados financeiros desregulamentados, ao capital global e aos fluxos de moedas grandes suficiente para desestabilizar as economias médias, às formas transnacionais de produção e consumo ao crescimento exponencial de novas indústrias culturais impulsionadas pelas tecnologias de informação, bem como ao aparecimento da economia do conhecimento”, cuja característica central é a compressão do tempo-espço; pelo desarraigamento irregular das relações sociais e por processos de destradicionalização que não se restringem às sociedades em desenvolvimento” (p. 58).

¹⁸ Ou seja a ruptura pós-1989 da União Soviética enquanto formação transétnica e transnacional; o declínio do comunismo de Estado como modelo alternativo de desenvolvimento industrial, e o declínio da esfera soviética de influência, especialmente na Europa Oriental e na Ásia Central.

Para Santos (2003), o conceito de multiculturalismo refere-se ao modo de designar as diferentes culturas em contexto transnacional global. O termo multiculturalismo é também controverso e atravessado por tensões. Aponta simultaneamente ou alternativamente para uma descrição e para um projeto. Enquanto descrição é possível falar “a) da existência de uma multiplicidade de culturas no mundo; b) da co-existência de culturas diversas no espaço de um mesmo Estado-nação; c) da existência de culturas que se interinfluenciam tanto dentro como além do Estado-nação” (STAM, 1997, apud SANTOS, p. 28). A expressão tanto pode ser associada a conteúdo e projetos emancipatórios e contra-hegemônicos ou a modo de regulação do exercício da hegemonia nos Estados-nação em escala global. Como projeto “as versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum, além de diferenças de vários tipos” (p. 33).

No entender de Santos (1997, p.19) a questão da universalidade é uma questão particular, uma questão específica da cultura ocidental. As demais culturas não pensam a si mesmas como universais. Além disso, o conceito de direitos humanos foi formulado a partir de pressupostos ocidentais, ou seja, a partir da idéia de que: a) existe uma natureza humana universal que pode ser compreendida racionalmente; b) a natureza humana é essencialmente diferente e superior à restante realidade; c) o indivíduo possui uma dignidade absoluta e irredutível que tem que ser defendida da sociedade ou do Estado; d) a autonomia do indivíduo exige que a sociedade esteja organizada de forma hierárquica, como soma de indivíduos livres.

A tarefa central da política emancipatória consiste em transformar a conceitualização e prática dos direitos humanos de um localismo globalizado num projeto cosmopolita¹⁹. Tal transformação deve partir das seguintes premissas: a superação do debate sobre universalismo e relativismo cultural²⁰; todas as culturas possuem concepções de dignidade, mas nem todas elas a concebem em termos de direitos humanos; todas as culturas são incompletas e problemáticas nas suas concepções de dignidade humana; todas elas têm versões diferentes de dignidade humana, algumas mais amplas do que outras, algumas com um círculo de

¹⁹ Por localismo globalizado Santos (1997) define o processo através do qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso. O cosmopolitismo refere-se à organização transnacional dos Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais na defesa dos interesses percebidos como comuns, e de usarem em seu benefício as possibilidades de interação transnacional criados pelo sistema mundial.

²⁰ Contra o universalismo o autor propõe diálogos interculturais sobre preocupações isomórficas. Contra o relativismo enfatiza a necessidade de desenvolver critérios políticos para distinguir política progressista de política conservadora; emancipação de regulação.

reciprocidade mais largo que outras, algumas mais abertas a outras culturas que outras; todas as culturas tendem a distribuir as pessoas e grupos sociais entre dois princípios competitivos de pertença hierárquica – o princípio da dignidade e o princípio da diferença. O primeiro opera através de hierarquias entre unidades homogêneas e o segundo através da hierarquia entre identidades e diferenças consideradas únicas.

A hermenêutica diatópica é a estratégia proposta por Santos para a realização do diálogo intercultural no campo dos direitos humanos e a construção de uma concepção multicultural dos direitos humanos. A hermenêutica diatópica baseia-se na idéia de que os *topoi* fortes²¹ de uma dada cultura, por mais fortes que sejam, são tão incompletos quanto a própria cultura a que pertencem. Seu objetivo é ampliar ao máximo a consciência de incompletude mútua através de um diálogo entre diferentes culturas. Requer, não apenas um tipo de conhecimento diferente, mas também um diferente processo de criação de conhecimento, uma produção de conhecimento coletiva, interativa, intersubjetiva e reticular. Oferece um amplo campo de possibilidades para os debates, porém, tal diálogo intercultural só é possível através da simultaneidade temporária de duas ou mais contemporaneidades diferentes.

Santos ressalta, no entanto, que o caráter emancipatório da hermenêutica diatópica não está dado *a priori* e que o multiculturalismo pode ser um novo rótulo de uma política reacionária. Para prevenir esta perversão sugere dois imperativos interculturais a serem aceitos por todos os grupos empenhados na hermenêutica diatópica. O primeiro é formulado da seguinte maneira: “das diferentes versões de uma dada cultura, deve ser escolhida aquela que representa o círculo mais amplo de reciprocidade dentro dessa cultura, a versão que vai mais longe no reconhecimento do outro”. O segundo imperativo intercultural é enunciado do seguinte modo “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (p. 29).

Por fim, é importante dizer também que o multiculturalismo crítico proposto por Santos não supõe a eliminação das idéias de dignidade, liberdade e autonomia contidas na visão ocidental ou eurocentrista de direitos humanos, mas a necessidade de se levar em consideração as diversas noções de dignidade ou expressões equivalentes, existentes nas diferentes culturas. O multiculturalismo pressupõe também que o princípio da igualdade seja utilizado de par com o princípio do reconhecimento da diferença.

²¹ Os *topoi* fortes são os lugares comuns retóricos mais abrangentes de determinada cultura.

Numa reflexão bastante próxima à de Boaventura de Souza Santos, o filósofo e jurista espanhol, Herrera Flores (2004) afirma que a polêmica sobre os direitos humanos no mundo contemporâneo centra-se, atualmente, em duas visões, duas racionalidades e duas práticas: uma visão abstrata, vazia de conteúdo e centrada na concepção ocidental de direito e do valor da identidade; e uma visão localista, na qual predomina o nosso “próprio”, com respeito aos outros e centrada na idéia particular de cultura e do valor da diferença. Em oposição a estas duas visões o autor propõe o que denomina de visão complexa dos direitos humanos. Tal visão busca assegurar tanto a universalidade das garantias quanto o respeito pelo diferente.

A visão complexa dos direitos humanos pretende superar a polêmica entre o que o autor denomina de propostas multiculturalistas de tendência conservadora e as posições multiculturalistas holistas, ou entre o pretenso universalismo dos direitos humanos e a aparente particularidade da cultura. Para o autor, ambas as afirmações seriam produtos de visões reducionistas da realidade na medida em que as visões abstrata e localista dos direitos humanos supõem sempre, se situar em um centro, a partir do qual se passa a interpretar o todo. Ambas as tendências dificultam a exigência do diálogo intercultural.

A visão abstrata sistematiza seu “ponto final” sobre as premissas de uma racionalidade formal. Preocupa-se com a coerência interna das regras e sua aplicação geral a contextos plurais. Trata-se, segundo o autor, de uma racionalidade que universaliza um particularismo: o do modo de produção e de relações sociais capitalistas, como se fosse o único modo de relação humana.

A racionalidade formal culmina em um tipo de prática universalista que o autor qualifica como universalismo de partida ou a priori. Tal visão induz a reduzir os direitos a seus componentes jurídicos e a prática social por direitos à luta jurídica. Para o autor, o universalismo a priori desloca da análise questões como o poder, a diversidade ou as desigualdades.

O localismo também se afoga frente à uma pluralidade de interpretações e, a seu modo, constrói um outro tipo de universalismo, um universalismo de retas paralelas que somente se encontrarão no infinito do magma das diferenças culturais. Tal localismo “reforça a categoria de distinção, de diferença radical, com o que, em última instância, acaba defendendo o mesmo que a visão abstrata do mundo”.

Segundo Herrera Flores (2004), a visão complexa dos direitos aposta na racionalidade de resistência. Tal racionalidade não nega que é possível chegar a uma síntese universal das diferentes opções relativas aos direitos e nem descarta a virtualidade das lutas pelo reconhecimento das diferenças étnicas ou de gênero.

“O que negamos é considerar o universal como ponto de partida ou um campo de desencontros. Ao universal há que se chegar – um universalismo de chegada ou de confluência – depois (não antes) de um processo conflitivo, discursivo de diálogo ou de confrontação no qual cheguem a romper-se os preconceitos e as lutas paralelas” (p. 375).

Em última instância o autor propõe um tipo de prática nem universalista e nem multicultural, mas intercultural. No seu entender:

“toda prática cultural é, em primeiro lugar, um sistema de superposições entrelaçadas, não meramente superpostas. Esse entrecruzamento nos conduz até uma prática dos direitos, inserindo-os em seus contextos, vinculando-os aos espaços e às possibilidades de luta pela hegemonia e em estreita conexão com outras formas culturais, de vida, de ação etc.” (p. 377).

No meu entender estes autores procuram mostrar como é possível fugir das visões etnocêntricas sem, no entanto, cair num relativismo absoluto que impossibilita qualquer espécie de julgamento moral sobre as formas de vida.

Costa (2003), a partir de uma perspectiva pós-colonial, questiona as abordagens eurocêntricas dos direitos humanos, segundo as quais a Europa teria sido o pólo irradiador desses direitos e valores mundo afora. No seu entender os direitos humanos não podem ser vistos como um catálogo de direitos elaborados pela Europa, mas como processos dinâmicos e permanentemente redefinidos e reconstruídos. Para ele, o desafio do diálogo intercultural em torno dos direitos humanos consiste em considerar adequadamente formas de autoridades, práticas sociais e aspirações morais que podem ser reconhecidas como legítimas, mas que não podem ser decompostas discursivamente. Este mesmo autor afirma ainda que:

“para que seja efetivamente intercultural, o diálogo em torno de uma política mundial de direitos humanos deve abstrair-se das experiências particulares da concretização histórica desses. O que a política dos direitos humanos deve promover é o combate ao particularismo e não às particularidades culturais. trata-se, portanto, de buscar superar a opressão de gênero, racial ou étnica, observada em países como o Sudão, o Brasil ou a Turquia, sem pretender, contudo, que as relações de gênero, raciais ou étnicas nesses países se tornem semelhantes àquelas vigentes em países como a Suécia, os Estados Unidos ou Canadá, os quais lograram construir, nas condições presentes, formas de regulação das relações sociais mais próximas aos anseios morais de seus habitantes” (p. 11).

Partindo de uma crítica à democracia liberal e aos essencialismos das lutas por reconhecimento, Touraine (1996) defende a importância de a democracia contemplar os direitos das minorias por um lado, e a necessidade de as minorias reconhecerem a lei da maioria e as instituições do Estado moderno por outro, estabelecendo, neste contexto, uma relação entre democracia, direitos humanos e desenvolvimento. Para ele, na contemporaneidade democracia e direitos humanos tornam-se, cada vez, duas faces da mesma moeda, sendo impossível falar em democracia sem respeito pelos direitos humanos. A democracia pressupõe a limitação do poder, isto é, o respeito aos direitos individuais; a garantia dos direitos sociais e, fundamentalmente o reconhecimento do outro, como sujeito portador de direito. No seu entender, o outro tanto pode ser o estrangeiro ou o descendente como o homossexual, o negro, a mulher e o excluído.

Para Touraine uma sociedade que não está aberta às manifestações das diferenças na vida pública não pode ser compreendida como uma sociedade democrática. O reconhecimento das diferenças pelos grupos e ou sociedades culturalmente hegemônicos deve ser suficiente para reconhecer e respeitar o direito de as minorias culturais e sociais manifestarem suas crenças também na esfera pública. O respeito à diferença, no entanto, não pressupõe a extinção das instituições da modernidade como a racionalidade e os mecanismos jurídicos do Estado-nação. No seu entender “é desejável que as minorias sejam reconhecidas em uma sociedade democrática, com a condição de que reconheçam a lei da maioria e não sejam absorvidas pela afirmação e defesa de sua identidade” (p. 194). Nesse sentido, Touraine afirma que “a democracia não é compatível com a rejeição das minorias, nem tão pouco com a rejeição da maioria pelas minorias e com a afirmação de contraculturas e sociedades alternativas que já não se definem pela sua posição conflitante, mas pela rejeição dessa sociedade considerada como o discurso da dominação” (p. 195).

Na seção abaixo, discutir-se-à a categoria reconhecimento, entendida como o respeito às diferenças e o reconhecimento do outro como sujeito de direitos. A questão do reconhecimento está relacionada às demandas dos novos movimentos sociais e dos grupos socialmente vulneráveis por identidade, aos conflitos étnico-culturais e nacionalistas (FRASER, 2001; TAYLOR, 1999).

É importante ter claro que as políticas da dignidade (igualdade) e da identidade (diferença) surgem no contexto da modernidade, ambas se baseando num potencial universal (todos têm direitos iguais, inclusive o de serem diferentes), porém, a hegemonia obtida pelo

pressuposto da igualdade ao longo da modernidade impediu a manifestação das diferenças. É exatamente em torno da afirmação das diferenças que incidem as demandas de grande parte das ações coletivas contemporâneas (TAYLOR, 1999). O grande número de organizações civis identitárias que atualmente integram o MNDH (cap. II) tem colocado a necessidade de o Movimento incorporar essas questões à sua agenda. Daí a pertinência dessa discussão para análise do MNDH.

1.3 Reconhecimento e redistribuição: as duas faces das lutas pelos direitos humanos

Neves (2006) afirma que no campo teórico o reconhecimento se tornou um tema importante a partir da crítica que autores como Taylor (1982), Sandel (1982) e Walzer (1983) – endereçaram às teorias da justiça distributiva desenvolvidas a partir das décadas de 1970 e 80, na esteira dos trabalhos fundamentais de John Rawls. Segundo Neves, o que estava em questão neste debate eram os critérios que deviam ser considerados válidos para a definição de uma sociedade justa. Essas teorias se dividem em duas grandes correntes, os liberais e os comunitaristas. Os primeiros, em que pesem suas dissonâncias internas, têm em comum o fato de imputar à justiça distributiva a determinação do grau de justiça de uma sociedade. Os comunitaristas, por sua vez, criticam os princípios individualistas e etnocêntricos da teoria da justiça proposta pelos liberais, ressaltando a necessidade de se levar em consideração (nas análises dos critérios de justiça) aspectos morais e simbólicos na construção de uma teoria da justiça. Para os comunitaristas muitas vezes as injustiças são não econômicas, mas morais²².

Para efeitos deste estudo, abordo a questão da justiça nos quadros da redistribuição e do reconhecimento, tomando como referência dois importantes autores envolvidos neste debate: Honneth (2003) e Fraser (2001). Eles trabalham, cada um a seu modo, o tema do reconhecimento social, concebendo a categoria do reconhecimento como uma noção central da política moderna.

Honneth defende a tese de que os conflitos sociais são resultados de motivações morais baseados na luta por reconhecimento e que esta luta é o motor das mudanças sociais.

²² Para se situar em relação ao debate entre liberais e comunitaristas consultar, dentre outros Mattos (2005) e Habermas (2004).

Seu objetivo é construir uma teoria crítica do reconhecimento que permita pensar em caminhos emancipatórios a partir do não-reconhecimento.

Fraser entende que é preciso romper com a dicotomia das teorias da justiça contemporânea, que privilegiam ou as injustiças socioeconômicas ou as injustiças culturais. Diferentemente de Honneth, Fraser defende a tese de que a luta por justiça ocorre também na esfera material, constituindo tanto uma questão de reconhecimento quanto de redistribuição.

Segundo Honneth (2003), a tese de que os conflitos sociais possuem motivações morais foi inicialmente proposta por Hegel, em contraposição à idéia presente entre os fundadores da ciência política moderna, especialmente Maquiavel e Hobbes, de que a luta social era uma luta pela autoconservação. Na opinião de Honneth, H. Mead teria sido outro autor a fazer da “luta por reconhecimento” o ponto referencial de uma construção teórica que deve explicar a evolução moral da sociedade.

Honneth identifica nas obras de Hegel, especialmente em seus primeiros escritos, um modelo estrutural de luta por reconhecimento em três etapas. A primeira etapa é constituída pelas relações amorosas, entendidas no sentido amplo, envolvendo tanto as relações entre pais e filhos, as relações de amizade como as relações sexuais. O amor é entendido como “uma relação de reconhecimento mútuo na qual a individualidade dos sujeitos encontra primeiramente confirmação” (p. 79). Na relação amorosa amadurece uma primeira relação de reconhecimento recíproco, constituindo um pressuposto necessário para todo o desenvolvimento posterior da identidade. Todavia, a relação de reconhecimento do amor se revela ainda um domínio de experiência incompleto.

A segunda etapa é constituída pelas relações jurídicas do direito que “representam uma espécie de base intersubjetiva, porque obriga cada sujeito a tratar todos os outros segundo suas pretensões legítimas” (p. 95). A terceira etapa é formada pelas relações de “solidariedade que se apresentam como uma síntese dos dois modos precedentes de reconhecimento, porque partilha com o “direito” o ponto de vista cognitivo do tratamento igual universal, e com o “amor”, o aspecto do vínculo emotivo e da assistência” (p. 95).

Diferentemente do amor, o direito representa “uma forma de reconhecimento recíproco que não admite estruturalmente uma limitação ao domínio particular das relações sociais próximas” (p. 96). Segundo Honneth é o constrangimento jurídico sobre aquele que

rompe o contrato que leva Hegel a supor uma luta por reconhecimento também para a etapa da relação jurídica.

No entender de Honneth, porém, Hegel faz com que a luta por reconhecimento produza as exigências morais para as quais ele mesmo não sabe indicar formas adequadas de resolução. Tal situação levou o referido autor a buscar em Mead as contribuições necessárias para uma inflexão materialista à idéia hegeliana de luta por reconhecimento.

Honneth afirma que em nenhuma outra teoria a idéia de que os sujeitos humanos devem sua identidade à experiência de um reconhecimento intersubjetivo foi desenvolvida de uma maneira tão conseqüente como na psicologia social de Mead. Este autor também teria procurado fazer da luta por reconhecimento o ponto referencial de uma construção teórica para explicar a evolução moral da sociedade.

Para Honneth, Mead coincide com Hegel também na construção de que a relação jurídica de reconhecimento é ainda incompleta, se não puder expressar positivamente as diferenças individuais entre os cidadãos de uma coletividade. Através da psicologia social de Mead foi possível, segundo Honneth, dar à teoria hegeliana da luta por reconhecimento uma inflexão materialista e encontrar os equivalentes teóricos para a distinção conceitual de diversas etapas de reconhecimento. Sua teoria também desemboca na distinção de três formas de reconhecimento recíproco, a saber: o amor, o direito e a divisão do trabalho como componentes do conflito moral.

Honneth afirma ainda que tanto Hegel como Mead estão convencidos de que há um prosseguimento da “luta por reconhecimento” no interior da esfera jurídica e de que os confrontos práticos, que se seguem por conta da experiência do reconhecimento denegado ou do desrespeito, representam conflitos em torno da ampliação tanto do conteúdo material como do alcance social do *status* de uma pessoa de direito. Ambos os autores distinguiram do amor e da relação jurídica uma outra forma de reconhecimento recíproco, a qual os sujeitos humanos precisam ainda de uma estima social²³ que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas. Porém, nenhum dos dois teve condições de definir, de forma mais adequada, as experiências sociais cujas pressões podem gerar a luta por reconhecimento.

²³ A estima social é determinada por concepções de objetivos éticos que predominam numa sociedade, as formas que ela pode assumir são uma grandeza não menos variável historicamente do que as do reconhecimento jurídico.

Para Honneth, a diferenciação de três padrões de reconhecimento deixa à mão uma chave teórica para distinguir sistematicamente os outros modos de desrespeito. Para isso, justifica as diversas relações de reconhecimento, valendo-se de fenômenos objetivos e do exame de três tipos de desrespeito, cuja experiência pode influir no surgimento de conflitos sociais na qualidade de motivo da ação.

A primeira forma de desrespeito se refere aos maus-tratos corporais que destroem a autoconfiança elementar de uma pessoa ou “aquelas formas de maus-tratos práticos, em que são tiradas violentamente de um ser humano todas as possibilidades da livre disposição sobre seu corpo, representando a espécie mais elementar de rebaixamento moral” (p.215). Afirma que nos maus-tratos práticos “o que é subtraído da pessoa pelo desrespeito em termos de reconhecimento é o respeito natural por aquela disposição autônoma sobre o próprio corpo que, por seu turno foi adquirida primeiramente na socialização, mediante a experiência da dedicação emotiva” (p. 215).

A segunda forma de desrespeito está inscrita na privação de direitos ou na exclusão social. “Refere-se aos modos de desrespeito pessoal, infligidos a um sujeito, pelo fato de ele permanecer estruturalmente excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade” (p. 216). No dizer de Honneth:

“a particularidade nas formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentimento de não possuir o *status* de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade” (p. 216).

Como decorrência da privação de direitos, Honneth identifica um terceiro tipo de desrespeito ou rebaixamento moral: a “ofensa” ou “degradação”. Para o autor, a ofensa ou degradação tira dos sujeitos atingidos toda possibilidade de atribuir um valor social as suas próprias capacidades.

Honneth defende então a tese de que essa função pode ser cumprida por reações emocionais negativas, como as que constituem a vergonha ou a ira, a vexação ou o desprezo. Delas se compõem os sintomas psíquicos, com base nos quais um sujeito é capaz de reconhecer que o reconhecimento social lhe é denegado de modo injustificado. Para tornar

plausível sua tese, reporta-se à concepção de sentimento humano desenvolvida por John Dewey²⁴.

Entre os sentimentos morais, é a vergonha que possui o caráter mais aberto. O sujeito que se envergonha de si mesmo na experiência de rechaço de sua ação, percebe-se como alguém de valor social menor do que havia suposto previamente. É nessas reações emocionais de vergonha que, segundo Honneth, a experiência de desrespeito pode tornar-se o impulso motivacional de uma luta por reconhecimento.

É esta distinção, ainda provisória, de violação, privação de direitos e degradação que, segundo Honneth, proporciona os meios conceituais que permitem tornar um pouco mais plausível a tese partilhada por Hegel e Mead de uma luta por reconhecimento como força moral, que promove desenvolvimento e progressos na realidade da vida social do ser humano.

Deixa claro, porém, que nem todas as três esferas de reconhecimento contêm em si, de modo geral, o tipo de tensão moral que pode estar em condições de pôr em marcha conflitos ou querelas sociais. Neste sentido afirma:

“o amor, como a forma mais elementar do reconhecimento, não contém experiências morais que possam levar por si só a formação de conflitos sociais[...]. Em contrapartida, as formas de reconhecimento do direito e da estima social já representam um quadro moral de conflitos sociais, porque depende de critérios socialmente generalizados” (p. 256).

Para o autor, na vergonha social se conhece o sentimento moral onde se expressa a diminuição do auto-respeito que acompanha o modo típico da tolerância passiva do rebaixamento e da ofensa. Afirma, no entanto, que nem todas as lutas sociais têm motivações morais e que a história está cheia de exemplos em que os conflitos sociais são motivados por interesses coletivos.

Para o autor (2003), os modelos de conflito que começam pelos interesses coletivos são aqueles que atribuem o surgimento e o curso das lutas sociais à tentativa dos grupos de

²⁴ Para Honneth (p. 223) o ponto de partida da argumentação de Dewey é constituído pela observação de que os sentimentos aparecem no horizonte de vivências do ser humano somente na dependência positiva ou negativa. A análise dessas vivências de contrachoque dá a Dewey a chave para chegar a uma concepção dos sentimentos humanos nos termos da teoria da ação. De acordo com ela, os sentimentos negativos como a ira, a indignação e a tristeza constituem o aspecto afetivo daquele deslocamento da atenção para as próprias expectativas, que surgem no momento em que não pode ser encontrada a seqüência planejada para uma ação efetuada; em contrapartida o sujeito reage com sentimentos positivos como a alegria ou o orgulho quando é libertado repentinamente de um estado penoso de excitação, já que ele pode encontrar uma solução adequada e feliz para um problema prático e urgente.

conservar ou aumentar seu poder de determinadas possibilidades de reprodução. Ao passo que um modelo de conflito que começa pelos sentimentos coletivos de injustiça “é aquele que atribui o surgimento e o curso das lutas sociais às experiências morais que os grupos sociais fazem perante a denegação do jurídico ou social” (p.261).

Honneth ressalta que o modelo de conflito baseado na luta por reconhecimento não substitui o modelo utilitarista de conflito, entretanto, a fixação da teoria social na dimensão do interesse acaba obstruindo o olhar para o significado social dos sentimentos morais, cabendo ao modelo de conflito baseado na teoria do reconhecimento, além da função de complementação, também a tarefa de uma correção possível (p. 261).

Isso só vai se alterar definitivamente com o desenvolvimento de uma forma de historiografia capaz de pôr em evidência os pressupostos normativos do comportamento que as camadas populares adotam no conflito.

Para Honneth, foi E. P. Thompson quem o impulso para a reorientação, através da qual os pressupostos utilitaristas da tradição histórica anterior puderam ser substituídos por premissas normativas. Honneth afirma que ainda que, em seus estudos sobre as representações morais cotidianas que motivaram a resistência dos trabalhadores ingleses contra a industrialização capitalista:

“Thompson se deixou guiar pela idéia de que a rebelião social nunca pode ser apenas uma exteriorização direta de experiências da miséria e da privação econômica; ao contrário, o que é considerado um estado insuportável de subsistência econômica se mede sempre pelas expectativas morais que os atingidos expõem consensualmente à organização da coletividade. Por isso o protesto e a resistência prática só ocorrem em geral quando uma modificação da situação econômica é vivenciada como uma lesão normativa desse consenso tacitamente efetivo; nesse sentido, a investigação das lutas sociais está fundamentalmente ligada ao pressuposto de uma análise do consenso moral que, dentro de um contexto social de cooperação, regula de forma não oficial o modelo como são distribuídos direitos e deveres entre os dominantes e os dominados” (p. 263).

No dizer de Honneth, as reflexões e os estudos de Thompson mostraram que o protesto e a resistência prática só ocorrem quando uma modificação da situação econômica é vivenciada como “uma lesão normativa desse consenso tacitamente efetivo”. Mas só a mudança na perspectiva efetuada por Thompson não podia levar ainda a resultados que comprovassem historicamente a tese segundo a qual os confrontos sociais se deixam compreender em princípio segundo o padrão moral de uma luta por reconhecimento. Para

isso, segundo Honneth “era necessária uma demonstração complementar de que a violação de um consenso tácito é vivenciada pelos atingidos “como o processo que os priva de reconhecimento social e, por isso, os vexa no sentimento de seu próprio valor” (p. 263).

De acordo com Honneth, estudos históricos posteriormente desenvolvidos ampliaram o enfoque de Thompson, estabelecendo o nexos sistemático entre o desapontamento político de expectativas morais e o abalo das relações de reconhecimento tradicionalmente constituídas. Entretanto, o fato de os trabalhos desenvolvidos concederem à especificidade estrutural da relação de reconhecimento um lugar demasiado pequeno para estar em condições de algo mais do que uma apreensão histórica de modos de vida particular é ainda um problema a ser encarado.

Em face a tal situação, Honneth observa a necessidade de conceber o modelo de conflito da luta por reconhecimento não mais apenas como um quadro explicativo do surgimento das lutas sociais, mas também como um quadro interpretativo de um processo de formação. Com isso, segundo o referido autor, “os sentimentos morais, até aqui apenas matéria prima emotiva dos conflitos sociais, perdem sua suposta inocência e se tornam momentos retardados ou acelerados num processo evolutivo abrangente” (p. 266).

Diante da vitalidade das lutas por identidade e da permanência das desigualdades materiais no início do século XXI, a cientista política e feminista norte-americana, Nancy Fraser (2001) chama a atenção dos movimentos sociais para a necessidade de incorporar as questões econômicas às suas reivindicações. Nesta perspectiva, propõe-se a desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento²⁵ que articule uma política cultural da diferença com uma política social da igualdade para combater as injustiças que configuram as sociedades contemporâneas. Segundo Fraser, os movimentos sociais contemporâneos que lutam por reconhecimento não tematizam devidamente as questões econômicas, o que considera grave, especialmente num mundo globalizado, atravessado por profundas desigualdades materiais. No seu entender a justiça requer tanto reconhecimento como redistribuição.

Para tanto, analisa a conexão entre essas categorias a partir de tipos ideais, distinguindo duas compreensões de injustiça. A injustiça socioeconômica, enraizada na

²⁵ Por teoria crítica do reconhecimento Fraser denomina “uma teoria que identifique e defenda apenas versões de política cultural da diferença que possa ser coerentemente combinada com a política social de igualdade” (p. 246).

estrutura político-econômica da sociedade, e a injustiça cultural ou simbólica, arraigada a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação²⁶. Ambas estão enraizadas em processos e práticas que sistematicamente prejudicam alguns grupos em detrimento de outros. O remédio para a injustiça econômica é a redistribuição. O remédio para a injustiça cultural é reconhecimento²⁷.

No entender da autora, as reivindicações por reconhecimento tendem a promover diferenciação entre grupos, enquanto as demandas redistributivas tendem a promover a homogeneização entre grupos. Esses dois tipos de reivindicação estão em tensão, podendo interferir ou até mesmo atrapalhar uma à outra. Pessoas que estão sujeitas a ambas, injustiça cultural e injustiça econômica, precisam tanto de reconhecimento como de redistribuição. Isto é, precisam reivindicar e negar suas especificidades, configurando, segundo Fraser, o dilema de redistribuição/reconhecimento.

Com a finalidade de identificar os grupos ou pessoas mais vulneráveis a tal dilema, Fraser distingue três modos típico-ideais de coletividade sociais. Os modos de coletividade que se ajustam ao modelo redistributivista de justiça; os que se ajustam ao reconhecimento, e os casos que se ajustam simultaneamente em ambos os modelos de justiça.

No modelo redistributivista de justiça, a autora estabelece um modo típico-ideal de coletividade, cuja existência está baseada na economia. Um exemplo interpretado pela autora como aproximação deste tipo-ideal é a concepção marxiana de classe explorada, entendida de forma ortodoxa²⁸. Na concepção assumida pela autora, a classe constitui “um modo de diferenciação social enraizada na estrutura político-econômica da sociedade” (p. 255). A classe é diferenciada como uma coletividade em virtude da estrutura econômica. A raiz da injustiça, neste caso, é a má redistribuição socioeconômica. O remédio exigido para reparar a injustiça é a redistribuição político-econômica.

O segundo tipo-ideal apontado se ajusta ao modelo de reconhecimento da justiça, está enraizado na cultura. Um exemplo interpretado pela autora como próximo deste tipo-ideal é a concepção de sexualidade menosprezada, definida por Fraser como “um modo de

²⁶ A autora deixa claro que a distinção entre injustiça econômica e injustiça cultural é meramente analítica, pois “no mundo real, cultura e economia política estão sempre imbricados e virtualmente toda luta contra a injustiça, quando corretamente entendida, implica demandas por redistribuição e reconhecimento”. Nesse sentido, afirma que longe de ocuparem esferas separadas, injustiça econômica e injustiça cultural normalmente estão imbricadas, reforçando-se mutuamente (p. 248).

²⁷ No sentido atribuído por Taylor e Honneth.

²⁸ Entendida como um “modo de diferenciação social enraizada na estrutura político-econômica da sociedade”

diferenciação social, cujas raízes não estão na economia política já que os homens não ocupam uma posição particular na divisão social do trabalho e não constituem uma classe explorada” (p. 257).

A sexualidade desprezada é diferenciada como uma coletividade, em virtude dos padrões sociais dominantes de interpretação e avaliação, não em virtude da divisão de trabalho. Qualquer injustiça estrutural que seus integrantes sofram é, em última instância, rastreável à estrutura cultural-valorativa. A raiz da injustiça, como também seu núcleo, é o não-reconhecimento cultural. O remédio necessário para reparar a injustiça é o reconhecimento cultural.

Ao considerar coletividades localizadas no meio do espectro cultural, Fraser identifica modelos híbridos que combinam características da classe explorada com características da sexualidade menosprezada. Essas coletividades são designadas como ambivalentes. São diferenciadas como coletividades, em virtude tanto da estrutura político-econômica como da cultural-valorativa. Quando oprimidas ou subordinadas, sofrem injustiças ligadas à economia política e à cultura simultaneamente. Coletividades ambivalentes precisam tanto de reconhecimento como de redistribuição.

Raça e gênero são concebidos pela autora como coletividades ambivalentes paradigmáticas. Embora cada uma tenha peculiaridades não compartilhadas pela outra, ambas englobam dimensões político-econômicas e cultural-valorativas. Implicam, portanto, redistribuição e reconhecimento. Gênero contém uma face político-econômica que o traz para o âmbito da redistribuição. Mas também contém uma face cultural-valorativa que o traz simultaneamente para o âmbito do reconhecimento.

“Por um lado, o gênero estrutura a divisão fundamental entre ‘trabalho produtivo’ assalariado e ‘trabalho reprodutivo’ e doméstico não assalariado, designando a mulher inicialmente para o segundo. Por outro lado, gênero também estrutura a divisão dentro do trabalho assalariado entre ocupações manufatureiras e profissionais bem pagas, dominadas por homens, e trabalho doméstico e de ‘colarinho rosa’ (*pink collar*), mal pago, dominado por mulheres” (p. 260-261).

No entender de Fraser, essa estrutura faz de gênero uma diferenciação político-econômica, dotada de certas características de classe, mas gênero também é uma diferenciação cultural-valorativa, apresentando elementos mais similares à sexualidade do que à classe, colocando-o diretamente para a problemática do reconhecimento. Para Fraser:

“uma característica principal da injustiça de gênero é o androcentrismo: a construção autoritária de normas que privilegiam características associadas com a masculinidade. Ao lado disso está o sexismo cultural: a desvalorização e depreciação aguda de coisas vistas como ‘femininas’, paradigmaticamente – mas não apenas – da mulher. Essa depreciação é expressada em um rol de punições sofridas pelas mulheres, incluindo a agressão sexual, exploração sexual e violência doméstica, trivialização, coisificação e humilhação estereotípica nas representações na mídia; molestamento e depreciação em todas as esferas da vida cotidiana” (p. 260-261).

Na opinião de Fraser, androcentrismo e sexismo são injustiças de reconhecimento. Eles são relativamente independentes da economia e não são mera superestrutura, não podendo ser remediados exclusivamente pela redistribuição político-econômica, pois reparar injustiça de gênero requer mudanças na economia-política e na cultura.

Um dilema análogo ao de gênero encontra-se na luta contra o racismo. Raça, como gênero, também é um modo ambivalente de comunidade. Por um lado, assemelha-se à classe, como sendo um princípio estruturante da economia política:

“raça estrutura a divisão dentro do trabalho assalariado entre ocupações mal pagas, sujas, domésticas, desproporcionalmente ocupadas por pessoas de cor, e ocupações técnicas, administrativas, *white Collor*, de maior *status* e melhor pagas, desproporcionalmente ocupadas por brancos [...] raça também estrutura o acesso a mercados de trabalho oficiais e transformam grandes segmentos da população de cor em sub-proletários degradados e ‘supérfluos’, excluídos do sistema produtivo e inúteis até para serem explorados” (p. 262-263).

Todavia, “raça” também incorpora alguns elementos que são mais como sexualidade do que classe. Neste sentido afirma Fraser:

“um aspecto central do racismo é o eurocentrismo: a construção autoritária de normas que privilegiam traços associados com o fato de ser branco. Ao lado disso está o racismo cultural: a desvalorização e depreciação de coisas tidas como ‘negras’, ‘marrons’, e ‘amarelas’, paradigmaticamente – mas não apenas – pessoas de cor. Essa depreciação é expressada em um arco de perdas sofridas pelas pessoas de cor, incluindo representações estereotípicas humilhantes na mídia criminal, bestial, primitivo, estúpido e assim por diante; violência e opressão em todas as esferas da vida cotidiana [...]. Como no caso de gênero, esses males são injustiças de reconhecimento ” (p.263-264).

Gênero e raça são, portanto, modos dilemáticos de coletividades. Ao contrário da classe social, que ocupa uma das pontas do espectro cultural, e ao contrário da sexualidade, que ocupa o outro, gênero e raça são ambivalentes, implicados simultaneamente na política de redistribuição e na política de reconhecimento.

Mas como o gênero, o caráter ambivalente da “raça” é fonte de um dilema. Como as pessoas de cor sofrem pelos menos dois tipos analíticos distintos de injustiça, elas necessariamente requerem pelo menos dois tipos analiticamente distintos de remédios, redistribuição e reconhecimento. A saída para o dilema da redistribuição/reconhecimento, na opinião da autora, consiste em remédios transformativos tanto para as injustiças culturais quanto para as injustiças econômicas.

Remédios “transformativos” para as injustiças culturais estão associados à desconstrução. Eles reparam o desrespeito por meio da transformação da estrutura cultural valorativa. No caso da sexualidade menosprezada, os remédios “transformativos” estão associados a “políticas dos homossexuais” (*queer politics*), que visam desconstruir a dicotomia homo-hetero. Na opinião de Fraser, a política dos homossexuais tende a desestabilizar as diferenciações para permitir reagrupamentos futuros.

Remédios “transformativos” para injustiças distributivistas de classe combinam programas universalistas de bem-estar e tomadas de decisões democráticas. Sua tendência é minar a diferenciação de classe, reduzindo a desigualdade social, sem criar classes estigmatizadas de pessoas vulneráveis percebidas como beneficiárias de vantagens especiais. A redistribuição transformativa pressupõe uma concepção universalista de reconhecimento, o valor moral igual das pessoas.

Na opinião de Fraser, tanto para “gênero” como para “raça” o cenário que mais escapa do dilema da redistribuição/reconhecimento é o socialismo na economia e a desconstrução na cultura ou, como diz a autora, a economia socialista combinada com a política cultural desconstrutivista.

Ao se posicionar no debate sobre “reconhecimento” e “redistribuição”, Bauman (2003) expressa sua concordância em relação à posição de Fraser, afirmando que as lutas por reconhecimento, quando descoladas das questões de justiça social, acabam reforçando os fundamentalismos, os sectarismos, enfim, a absolutização da diferença. No seu entender (p. 72), “colocar a questão do reconhecimento no quadro da justiça social (como faz Fraser) ‘em vez de no contexto da auto-realização (como fazem Charles Taylor ou Axel Honneth), pode eliminar as consequências negativas [...] das demandas por reconhecimento”.

Bauman ressalta ainda que articular as lutas pelo reconhecimento às demandas por igualdade pode deter o reconhecimento da diferença à beira do precipício relativista. Segundo

ele, se o “reconhecimento” for definido como o direito à participação na integração social em condições de igualdade e se esse direito for, por sua vez, concebido como uma questão de justiça social, isso não quer dizer que todos os valores sejam iguais e que cada uma das diferenças mereça ser cultivada simplesmente por ser uma diferença, mas apenas que “todos têm direito de procurar a estima social em condições de igualdade”. Em outras palavras, para Bauman o reconhecimento não pode ser entendido fora das demandas por justiça social, sob pena de incentivar ou servir de base para práticas fundamentalistas.

No entanto, a concepção de Fraser é criticada pela separação que ela faz entre as esferas da economia e da cultura. Neves (2006) e Mattos (2005) afirmam que no debate que se segue à divulgação de seu trabalho, Fraser buscou incorporar algumas críticas feitas às suas interpretações, especialmente as efetuadas pelas teorias feministas. Todavia, tanto Neves como Mattos são de opinião de que Fraser não consegue superar a dualidade presente nas suas interpretações.

Entendo que as reflexões dos autores abordados nesta seção, a despeito das limitações e críticas apontadas nas suas análises, podem fornecer elementos importantes para a análise das lutas pelos direitos humanos levadas a efeito pelo MNDH. A identificação e análise das matrizes discursivas do MNDH, assim como a análise das articulações que o mesmo estabeleceu com os movimentos sociais e ONGs (das situações e acontecimentos que motivaram tais articulações) e, ainda, das relações e interlocuções estabelecidas com as agências estatais, nos capítulos, a seguir, têm a finalidade de verificar em que medida as dimensões do reconhecimento e da redistribuição se articulam nas ações, manifestações e expressões do MNDH na esfera pública.

Dada a importância da categoria dignidade humana no debate sobre os direitos humanos, a seção a seguir efetuará uma breve reconstrução da trajetória histórica do conceito, enfatizando suas dimensões constitutivas como as idéias de autonomia e liberdade, e as reflexões de Lopes (2000) sobre a importância da incorporação da categoria reconhecimento nas discussões atuais sobre a dignidade humana.

1.4 A dignidade humana como fundamento da luta pelos direitos humanos

A categoria dignidade humana possui uma longa tradição no pensamento ocidental. Sua origem pode ser identificada no pensamento cristão e na filosofia política clássica. De acordo com Sarlet (2004), tanto no Antigo quanto no Novo Testamento é possível encontrar referências de que o ser humano foi feito à imagem e semelhança de Deus, isto é, a idéia de que a dignidade humana reside no fato de o ser humano ter sido feito à imagem e semelhança de Deus.

Na antiguidade clássica a dignidade da pessoa humana estava relacionada à posição social ocupada pelo indivíduo e seu grau de reconhecimento pelos demais membros da comunidade. Com o jusnaturalismo, nos séculos XVII e XVIII, a concepção de dignidade humana assim como a idéia de direito natural passa por um processo de laicização e racionalização.

A secularização da categoria dignidade humana se dá especialmente com Kant e Hegel. Segundo Sarlet (2004), na concepção kantiana a dignidade é um atributo exclusivo da pessoa humana que - em virtude de sua racionalidade ocupa um lugar privilegiado em relação aos demais seres. Para Hegel a dignidade não é uma condição ontológica da pessoa humana, mas uma qualidade a ser conquistada. O ser humano não nasce digno, mas torna-se digno a partir do momento em que assume a sua condição de cidadão. A dignidade é também o resultado do reconhecimento.

Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, o acirramento das desigualdades sociais e o impacto negativo do desenvolvimento industrial sobre o meio ambiente e a emergência dos novos movimentos sociais, a concepção racionalista da dignidade humana passou a ser criticada também pelo movimento ambientalista e pelo movimento de defesa e proteção dos animais, que passaram a defender a dignidade da vida em geral e a importância da proteção ao meio ambiente como valor fundamental para a preservação da mesma.

Todavia, a despeito da vasta literatura associando a noção da dignidade humana à cultura ocidental judaico-cristã, esta não é um atributo exclusivo da cultura ocidental, como

afirma Santos (1997) “todas as culturas formulam sua concepção de dignidade humana, ainda que nem todas elas a formulam como direitos humanos como faz o pensamento ocidental”.

Na concepção multicultural proposta por Santos a dignidade humana é o mote a partir do qual se poderia estabelecer diálogo intercultural entre distintas culturas para viabilizar uma política emancipatória de direitos humanos.

Especificamente em relação ao pensamento ocidental, Lopes (2000) identifica duas grandes linhas de entendimento sobre a dignidade humana: uma do ponto de vista substantivo e outra do ponto de vista procedimental. Substantivas seriam as definições que fazem de certas qualidades de caráter um componente essencial da dignidade. Tais definições tendem a tratar a dignidade como um objeto ideal. Além disso, tendem também a ser prescritivas, determinando que certas maneiras de ser são mais ou menos dignas.

A segunda linha de definição é de matriz moderna e recebe em Kant uma formulação mais elaborada. Na perspectiva kantiana dignidade é aquilo que não pode ser trocado, substituído e que não tem equivalente, nem preço. Não há equivalente, não há comensurabilidade no que diz respeito àquilo que é um fim em si, que não pode ser objeto ou instrumento de nenhuma ação. Este fim em si é o sujeito racional, a pessoa humana.

Para Lopes (2000), com todas as discussões que o ponto de vista kantiano pode suscitar, para a teoria dos direitos humanos ele é até hoje fundamental. Sua implicação mais importante está numa antropologia da liberdade. “A dignidade das pessoas está ligada à sua capacidade de agir humanamente, e agir de maneira humana é agir livremente, deliberando, escolhendo seus planos e seus fins. Fazer valer tal escolha é o propósito de uma doutrina dos direitos humanos” (p. 86). A liberdade é também autonomia entendida como a capacidade não apenas de estar livre de interferências, mas também de escolher crítica e autonomamente um plano de vida. No seu entender, “a noção de autonomia tem implicações que a tornam revolucionária em certas circunstâncias sociais. Quando as práticas, a cultura e as instituições promovem – estimulam distinções, é muito mais difícil estender a proteção dos direitos humanos, a todos universalmente” (p. 88).

Às dimensões da liberdade e autonomia Lopes acrescenta o direito de reconhecimento como fundamento para uma cultura de direitos humanos. No seu entender, uma das arenas em que mais claramente se vê o fundamento dos direitos humanos na esfera da autonomia é a do

chamado direito ao reconhecimento. Esta esfera mostra como pode ser limitada a defesa da autonomia das pessoas humanas em função das tradições e tabus herdados acriticamente.

Lopes entende que os direitos de reconhecimento têm um *status* específico, distinto dos direitos de redistribuição. A reivindicação do direito ao reconhecimento tem por finalidade garantir que certas identidades²⁹ não sofram uma denegrição ou violência e que simultaneamente possam se expressar livremente. Diferentemente dos direitos de redistribuição, o direito ao reconhecimento destaca o problema da liberdade da ação e da autonomia num sentido forte, na medida em que a tolerância que se exige é maior do que a simples indiferença das atitudes exclusivamente privadas. Para fazer isso, “o reconhecimento da dignidade humana dos outros é indispensável, e reconhecimento que não exija do outro que deixe de ser o que é, ou melhor, que oculte o que realmente é, desde que isto não cause dano a ninguém” (p. 93).

Além disso, o reconhecimento tem uma precedência sobre a construção da igualdade material. Segundo o referido autor,

“O sentido de dignidade – que as idéias de autonomia, estima pública, auto-estima e reconhecimento traduzem -, e dignidade do agente e do sujeito, é prévio à idéia de distribuição de riqueza [...] a distribuição de riqueza – a igualdade material – só é moralmente devida se houver inicialmente uma consideração pela pessoa. O respeito é devido ao outro que se reconhece como sujeitos de direito ou como sujeito moral” (p. 96).

Lopes ressalta ainda que a falta de reconhecimento nem sempre tem uma consequência econômica direta. Por isso os direitos ao reconhecimento são autônomos em relação aos direitos de redistribuição e é equivocado pensar que o reconhecimento virá como uma consequência pura e simples da distribuição, ou mesmo que a distribuição tem uma precedência sobre o reconhecimento.

As análises de Oliveira (2004) sobre a questão da discriminação racial e do (des) respeito aos direitos no Brasil em certa medida também caminham na direção apontada por Lopes. Para Oliveira se há de fato uma mistura entre raça e classe na questão da discriminação, uma não explica a outra, pois a ascensão social não elimina a discriminação racial, ainda que possa reduzi-las ou suavizá-las.

²⁹ A política de identidade é o local próprio de reivindicação dos direitos de reconhecimento. Pode ter duas vertentes: a valorização positiva da identidade e, portanto, a afirmação das diferenças, ou a desconstrução das identidades (TAYLOR 1991; FRASER, 2001; LOPES, 2000)

Ao comentar a questão do desrespeito aos direitos no Brasil, o autor defende a tese de que entre os brasileiros a classificação do interlocutor no plano moral tem precedência, fazendo com que o respeito a direitos fique, em grande medida, condicionado a manifestações de consideração e deferência.

A precedência na vida cotidiana da noção de consideração à pessoa (singularizável) sobre a idéia de respeito aos direitos do indivíduo (genérico), assim como o caráter excessivamente seletivo da manifestação de consideração ao interlocutor, seriam, na opinião do autor, os principais responsáveis pela incidência da discriminação. Nesse sentido afirma que “um dos problemas da universalização do respeito aos direitos de cidadania no Brasil está no filtro da consideração, através do qual não atentamos para os direitos daqueles que julgamos não merecedores de deferência na vida cotidiana” (p.85).

Oliveira ressalta, no entanto, que a satisfação das demandas por reconhecimento não pode ser contemplada exclusivamente no plano legal:

“aquele que reconhece tem de ser capaz de demonstrar que assim o faz por que acha que deve fazê-lo e que o receptor do reconhecimento é merecedor desta deferência: reconhecer apenas por imposição legal pode ser, em si mesmo, um ato ofensivo, o reconhecimento não pode se realizar unilateralmente ou na ausência de um mínimo de mutualidade entre as partes” (p.86)

Em relação aos direitos humanos, como poderá ser observado nos capítulos subseqüentes, reconhecimento e redistribuição não estão dissociados, uma vez que as lutas pela afirmação da dignidade humana pressupõem tanto o acesso aos direitos instituídos e o respeito às diversidades culturais como combate às desigualdades sociais.

1.5 Sobre as categorias: direitos e direitos humanos

As categorias “direitos” e “direitos humanos” em geral são usadas como expressões correlatas. No entanto, elas não significam exatamente a mesma coisa.

Para o Direito, especialmente sua concepção hegemônica, o positivismo jurídico, os “direitos” se referem às garantias inscritas nos sistemas jurídico-normativos, enquanto os “direitos humanos” constituem os direitos fundamentais constitucionalmente assegurados ou ainda os direitos individuais ou subjetivos inscritos na lei ou na Constituição (ROBLES, 2005; LAFER, 1992).

Numa perspectiva mais sociológica, os “direitos” são concebidos como práticas, discursos e valores que afetam o modo como as desigualdades e as diferenças são figuradas no cenário público; dizem respeito ao modo como as relações sociais se estruturam (TELLES, 1994)³⁰. Já os direitos humanos são concebidos como: meios expressivos da luta pela autodeterminação (HORTY, 1993); como forma de manifestação dos movimentos e das condutas sociais e como parte de um processo político (KOERNER, 1986); como processos conflitivos de disputas simbólicas e materiais, permanentemente redefinidos, ampliados e ressignificados (COSTA, 2003). Para Mbaya (1997):

“os direitos humanos correspondem a um certo estado da sociedade. Antes de serem inscritos numa constituição ou num texto jurídico, anunciam-se sob a forma de movimentos sociais, de tensões históricas, de tendência insensível das mentalidades, evoluindo para uma outra maneira de se sentir e pensar” (p. 20).

Do ponto de vista filosófico os “direitos humanos” são valores morais, isto é, referências valorativas que norteiam os homens em suas ações na sociedade e, neste sentido, não estão necessariamente inscritos em um ordenamento jurídico; os direitos humanos são critérios morais de especial relevância para a convivência humana.

Para Bobbio (1998) “os direitos humanos são pretensões de direitos, são expectativas de direitos” que podem ou não vir a serem incorporados ao sistema jurídico legal. Enquanto expectativas de direito não constituem ainda “verdadeiros direitos”.

Para Robles (2005, p. 5-9) os direitos humanos são critérios morais ou pautas morais que utilizamos, juntos com outros argumentos, argumentos políticos, por exemplo, para fundamentar nossas ações e decisões. Eles são direitos pré-positivos, no sentido de que constituem valores que ainda não foram incorporados pelo sistema jurídico-normativo. Constituem um ideal moral e não direitos em sentido estrito, só possuem potencialmente a estrutura desses direitos.

Para De Vita (1993) os direitos humanos são pretensões apoiadas em razões morais. São normas morais que estabelecem razões peremptórias para a ação política, fornecem um padrão de ação governamental e de prática social decentes a todos os países do mundo.

³⁰ É importante esclarecer que essa compreensão dos direitos não ignora as garantias inscritas na lei e nas instituições e nem a importância dos mecanismos jurídico-legais para a efetivação dos direitos e para a afirmação da dignidade humana. Antes, requer, também a inclusão de direitos para os grupos não-incluídos nos sistemas jurídico-normativos do Estado de direito.

No entender de De Vita (1993) conceber os direitos humanos como uma questão ético-moral significa dizer que as ações humanas, individuais e coletivas são motivadas por valores e princípios que uma sociedade ou um grupo define como primordiais para o seu bem-estar. O fundamento moral presente na definição dos direitos humanos diz respeito à crença no valor intrínseco igual dos seres humanos, ao entendimento de que a vida humana está acima de qualquer preço, isto é, tem dignidade, e que aquilo que tem dignidade não pode ser tratado como meio, mas como um fim em si mesmo. Nesta perspectiva, os direitos humanos antecedem os direitos legais e podem existir independentes do reconhecimento legal, embora estejam sendo cada vez mais incorporados aos sistemas normativos legais.

Nesta perspectiva, se as organizações civis de direitos humanos reivindicam o acesso aos direitos inscritos na Constituição ou em outros instrumentos jurídico-normativos é porque eles também possibilitam as condições para a vivência de valores e práticas necessárias à afirmação da dignidade humana e não porque tais direitos (legais), em si, constituem os direitos humanos.

Entretanto, afirmar que os direitos humanos possuem um fundamento moral (que estão no campo da moral e da ética) não significa dizer que eles não possuem também uma dimensão política. Os valores hegemônicos em uma determinada sociedade são o resultado de disputas políticas e tensões entre os distintos grupos (e no interior de cada grupo) que a constituem. Essa percepção da dimensão política dos direitos humanos se expressa com muita clareza entre os militantes do MNDH, como afirma um dos entrevistados:

“Quando falamos do reconhecimento e desta questão do reconhecimento legal, isto não significa que direitos humanos estão no plano exclusivamente moral. Ele está no plano fundamentalmente político, porque é politicamente que se resolve, tanto as questões morais quanto as questões jurídicas, uma lei não nasce de um sistema jurídico ou da vontade abstrata do legislador. A lei nasce, o direito como figura, nasce de um processo político, nasce e se constitui num processo político. Da mesma forma, lido do ponto de vista coletivo, as questões morais têm que estar num universo político” (Entrevistado F).

No âmbito do MNDH, como se poderá observar no decorrer deste estudo, as dimensões (moral e política) encontram-se mutuamente imbricadas. Expressando-se nas denúncias contra a violação da integridade física dos presos políticos (para me referir ao “estado nascente” do Movimento); nas denúncias contra as práticas de tortura; nas manifestações contra a violência policial e em certa medida contra as discriminações sociais praticadas contra as “minorias sociais” e ou grupos que empunham a bandeira da diferença.

A dimensão política se manifesta também nas disputas em torno das práticas, das concepções e dos discursos sobre direitos humanos enunciados por atores situados nos diferentes espaços públicos³¹; na luta pela inclusão da temática na agenda dos poderes executivo e legislativo; nas reivindicações pela criação de espaços públicos com formatos político-institucionais mais abertos à participação social; nas inovações culturais anunciadas e reivindicadas pelas “minorias sociais”; nas lutas contra a desigualdade econômica, a exclusão e o autoritarismo sociais. O capítulo II, a seguir, mostra como a difusão do debate sobre os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DhESCAs) na agenda do MNDH, a partir de meados da década de 1990, foi importante para a construção de uma visão menos restrita e formal dos direitos humanos; para a ampliação dos atores engajados na defesa dos direitos humanos e, especialmente, para a percepção de que o não-acesso a esses direitos constituem uma forma de violação da dignidade humana e, portanto, de desrespeito.

Tais processos revelam que os direitos humanos não são um dado da natureza como afirmam os jusnaturalistas, e nem se restringem aos direitos fundamentais constitucionalmente assegurados como afirmam os positivistas jurídicos. Tais processos evidenciam ainda que, mais do que o respeito à lei e o acesso ao direito (embora tais reivindicações permaneçam sendo centrais na agenda política do MNDH) os direitos humanos constituem processos de luta por reconhecimento e por redistribuição.

Essa dupla dimensão: reconhecimento e redistribuição exige que os direitos humanos sejam conceitualizados e analisados dentro de um espectro mais amplo, capaz de abarcar as múltiplas dimensões necessárias à afirmação da dignidade humana: a dimensão ético-moral ou cultural, a dimensão político-econômica e a dimensão jurídica. A dimensão ético-moral se manifesta nas lutas pela afirmação de valores que permitam a vivência da diferença no plano da igualdade. A dimensão político-econômica expressa nas lutas pelo estabelecimento de novos padrões de relações societárias, pela erosão do autoritarismo social e institucional e nas reivindicações pela implementação de políticas públicas inclusivas e nas lutas contra a globalização hegemônica. A dimensão jurídica se manifesta através da reivindicação pela criação (ou acesso) de mecanismos jurídico-legais que possibilitem o acesso aos direitos constitucionalmente assegurados e a instituição de novos direitos. É necessário ter claro, porém, que a dimensão jurídica é, ela mesma, resultado de disputas políticas e de relações de poder. Os instrumentos legais constituem forças importantes para afirmar os direitos

³¹ Parlamento, conselhos de políticas públicas, movimentos sociais e ONGs, entre outros espaços.

humanos, mas não são suficientes. Em outras palavras, os direitos humanos estão muito além daquilo que está constituído como direitos do ponto de vista legal.

Aqui, expresso, portanto, minha concordância com autores que, como Tosi (2005), afirmam que os direitos humanos não se referem simplesmente aos “direitos” no sentido jurídico da palavra, mas a um conjunto de valores que implicam várias dimensões: ética, jurídica, política, econômica, social, histórica e cultural.

Nesta perspectiva, sem desconsiderar as contribuições das várias abordagens sobre os direitos humanos aqui apresentadas, (especialmente as contribuições das ciências sociais e da filosofia), adotar-se-á a definição apresentada por Herrera Flores (2004) por considerá-la mais abrangente, capaz de contemplar as múltiplas dimensões contidas nas lutas desenvolvidas pelo MNDH. Segundo Herrera Flores:

“os direitos humanos não são, unicamente, declarações textuais. Tampouco, são produtos unívocos de uma cultura determinada. Os direitos humanos são meios discursivos, expressivos e normativos que propugnam por reinserir os seres humanos no circuito de reprodução e manutenção da vida, permitindo-lhes abrir espaços de luta e de reivindicação. São processos dinâmicos que permitem a abertura e a conseguinte consolidação e garantia de espaços de luta pela particular manifestação da dignidade humana” (p. 382)

As denúncias do MNDH contra as práticas de tortura infligidas aos presos no âmbito do aparato policial brasileiro e contra a violência praticada por agentes públicos sobre os pobres e os negros residentes nas periferias urbanas, aliadas às reivindicações pela implementação de políticas públicas de proteção dos direitos humanos e de combate às desigualdades socioeconômicas expressam, respectivamente, as dimensões moral (reconhecimento) e político-econômica (redistribuição) contidas nas ações e manifestações desencadeadas pelo MNDH.

As denúncias de violação da integridade física, privação ou falta de acesso a direitos e a ofensa configuram o que Honneth denomina desrespeito ou rebaixamento moral, isto é, falta de reconhecimento. Já as reivindicações e proposições por políticas de promoção dos direitos humanos expressam as dimensões político-econômicas das lutas pelos direitos humanos.

Neste sentido, entendo que as abordagens de Santos e Herrera Flores conjugadas às teorias do reconhecimento e da redistribuição, na perspectiva de Honneth e Fraser, podem fornecer subsídios importantes para a compreensão das lutas empreendidas pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Apesar das dissonâncias entre as interpretações de

Honneth e Fraser, penso que, no caso do MNDH, tais abordagens podem ser muito mais complementares do que antagônicas. Afinal, a afirmação da dignidade humana (preocupação presente nas duas abordagens) pressupõe tanto o reconhecimento das diversidades étnico-culturais, isto é, o reconhecimento das minorias sociais terem acesso a direitos instituídos para afirmar suas identidades, dignidade e cidadania, como a implementação de políticas públicas de redução das desigualdades sociais, que possibilitem a melhoria nas condições de vida dos excluídos.

O MNDH contém as duas dimensões. A dimensão moral (reconhecimento) se expressa na luta contra a violência, a tortura e os maus tratos físicos sobre os presos comuns; na luta por novos direitos e pelo acesso aos direitos instituídos, mas o MNDH contém, também, a dimensão da redistribuição, já as lutas pela afirmação dos direitos humanos pressupõem, também, a implementação de políticas de redução das desigualdades sociais.

No caso do Brasil, dadas as profundas desigualdades que caracterizam a nossa sociedade, não me parece possível pensar as lutas pelos direitos humanos apenas nos termos concebidos por Honneth, isto é, sem levar também em consideração a influência que as desigualdades sociais exercem na formação e expressão das organizações de direitos humanos. Mesmo durante o regime autoritário, quando as manifestações contra violação da integridade física dos prisioneiros políticos têm centralidade na agenda das organizações de direitos humanos e, portanto, a questão do reconhecimento constitui um motivo extremamente forte nas mobilizações sociais em defesa dos direitos humanos, o caráter anticapitalista das lutas desencadeadas pelo Movimento está presente nas denúncias contra a exploração capitalista, a apropriação privada da terra e a exploração do trabalho, observando-se, assim uma articulação (ainda que desigual) entre as dimensões do reconhecimento e da redistribuição, nas lutas e ações desenvolvidas pelo MNDH.

CAPÍTULO II

Gênese, trajetória e matrizes discursivas do Movimento Nacional de Direitos Humanos

O presente capítulo tem como objetivo reconstituir a gênese e a trajetória do MNDH, buscando identificar e analisar as matrizes discursivas que orientam o ideário e a prática dos seus militantes, assim como o campo ético-político³² construído no Movimento em suas lutas pela afirmação dos direitos humanos.

A idéia de matriz discursiva é adotada aqui no sentido atribuído por Sader (1988, p. 143), isto é, entendida enquanto modos de abordagem da realidade que implicam diversas atribuições de significado e o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores) como referência a valores e objetivos.

A análise das fontes documentais e das entrevistas permitiu-me identificar a presença de três referências discursivas principais no MNDH: a matriz da Teologia da Libertação; a matriz democrática e a matriz da transversalidade e indivisibilidade dos direitos humanos. Essas três abordagens são formuladas em contextos político-culturais distintos, como resultado das transformações societárias ocorridas nos cenários nacional e internacional nas últimas décadas.

A Teologia da Libertação, formulada nas décadas de 60/70 pelos setores progressistas da Igreja Católica, visando o compromisso da Igreja com a libertação dos oprimidos do continente latino-americano, é a matriz hegemônica no Movimento até meados da década de 1980. A hegemonia da Teologia da Libertação na gênese e constituição do MNDH está relacionada ao papel que os setores progressistas da Igreja Católica exerceram na organização dos setores populares no Brasil, ao apoio dispensado às vítimas da repressão instituída pelo regime autoritário, ao seu engajamento nas lutas pela redemocratização e na criação das primeiras organizações de defesa dos direitos humanos. Sob a influência dessa matriz os direitos humanos são concebidos como direitos dos “pobres” e dos “oprimidos”.

³² Em Doimo (1995, p. 126), a noção de campo ético-político remete à existência de uma linguagem verbal discursiva comum e recorrente entre os integrantes de uma determinada ação coletiva.

Em meados da década de 1980 a matriz democrática passa a exercer a hegemonia no Movimento. A primazia dessa matriz discursiva está relacionada às transformações ocorridas no pensamento teórico-político das esquerdas; ao processo de redemocratização política e à censura imposta à Teologia da Libertação pelo Vaticano, no início da década de 1980. Esses processos, aliados ao surgimento e filiação de novos atores sociais com tradições político-culturais diversas ao MNDH, contribuíram para laicização do discurso sobre os direitos humanos e para emergência de uma nova concepção dos direitos humanos entre os seus militantes. Sob a hegemonia da matriz democrática, os direitos humanos passam a ser concebidos como processo de luta cotidiana que se efetiva na esfera da sociedade civil e do Estado. Durante este período as reivindicações pelos direitos sociais e pela criação de espaços de participação e representação da sociedade civil no interior do aparato estatal ganham centralidade na agenda das organizações de direitos humanos.

A terceira matriz - da transversalidade dos direitos humanos - passa a ter primazia no ideário dos militantes do MNDH, especialmente a partir da segunda metade da década de 1990. Caracteriza-se pela busca da articulação entre as reivindicações pela universalidade do acesso aos direitos e as reivindicações pelo reconhecimento das diferenças. Essa abordagem é formulada no contexto das transformações socioculturais das últimas décadas como a defesa da universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos pela Conferência de Viena (1993), a visibilidade das lutas por reconhecimento e a centralidade que adquirem as reivindicações em torno dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DhESCA) na agenda do MNDH. Tais processos contribuíram não apenas para a ressignificação do conteúdo e do discurso sobre os direitos humanos pelo Movimento, mas também para a ampliação e heterogeneização de sua base social, já que a defesa dos DhESCA levou diversas organizações de mulheres, negros, crianças e adolescentes, homossexuais e ambientais a se filiarem ao Movimento, levando-o a incorporar no plano discursivo principalmente parte das questões apresentadas por estas organizações.

A primazia dessa matriz discursiva no interior do MNDH resulta, portanto, de um duplo movimento: a emergência de uma concepção mais abrangente de direitos humanos na esfera societária e a heterogeneização de sua base social, com a filiação crescente de organizações civis identitárias ao mesmo.

Este capítulo divide-se em quatro seções. A primeira, dada a influência da Teologia da Libertação na gênese e constituição do MNDH, enfoca a trajetória dessa matriz discursiva na

América Latina e no Brasil, bem como seus aspectos ontológicos e epistemológicos. Em seguida, destaca alguns aspectos da influência dessa matriz no ideário das organizações civis de direitos humanos, assim como a presença e o significado das iniciativas dos setores progressistas da Igreja Católica na constituição e emergência do MNDH. A terceira seção analisa, entre outros aspectos, a importância da democratização política para o processo de secularização do discurso sobre os direitos humanos no interior do Movimento e para a elaboração de uma nova concepção de direitos humanos entre os seus militantes. Por fim, a última seção mostra a importância das deliberações da Conferência de Viena e das lutas por reconhecimento para a expansão e heterogeneização da base social do MNDH e para a introdução do debate e reivindicações relacionadas aos DhESCA's na sua agenda.

As análises e reflexões aqui efetuadas foram construídas com base na literatura existente sobre a temática; nas informações contidas nos diversos documentos produzidos pelo MNDH, especialmente os Relatórios dos Encontros Nacionais do período de 1982 a 2004, e nas entrevistas realizadas com militantes do Movimento.

2.1 O Estado nascente do MNDH*

A importância da ala progressista da Igreja Católica para a constituição dos movimentos sociais que emergiram no cenário brasileiro nos anos de 1970 já foi devidamente reconhecida e analisada e não será aqui retomada em profundidade e em extensão (KRISCHKE, 2003; SCHERER-WARREN, 2000, 1996; SILVA, 1999; DOIMO, 1995; SADER, 1988 entre outros).

A preocupação da Igreja Católica com os pobres remonta ao Concílio Vaticano II (1962). No início da década de 1960, na tentativa de recuperar parte da credibilidade perdida, a Igreja manifesta sua opção preferencial pelos pobres, conclamando o engajamento dos católicos nas lutas sociais contra as várias formas de opressão (BOFF, 1982; REGAN, 1986).

* A idéia de “estado nascente” que dá título a esta seção foi tomada emprestada de Alberoni (1991). Para o referido autor, o processo gerador de um movimento social, o “estado nascente”, é uma experiência ao mesmo tempo individual e coletiva que leva a um engajamento, à participação num projeto coletivo, visando mudanças na realidade social. Ao nível individual, o estado nascente é uma experiência extraordinária que interrompe o enredo da vida cotidiana dando-lhe um novo rumo. Trata-se de algo único e irreversível que induz o indivíduo a buscar outros como ele e a agir no mundo. Para Alberoni (p. 13) “a unidade elementar do movimento é o pequeno grupo que se forma quando duas ou três pessoas se encontram, se reconhecem, se identificam e começam a elaborar uma ação comum”. No caso do MNDH, (como se verá a seguir), seu estado nascente tem origem nas iniciativas de setores progressistas das igrejas e de amigos e familiares de presos e desaparecidos políticos que se mobilizam nas denúncias contra a tortura e nas lutas pela redemocratização.

Tal opção vem ao encontro da iniciativa de um grupo de teólogos latino-americanos que nas décadas de 1950 e 1960, preocupados com a deterioração das condições de vida de milhões de latino-americanos, passam a trabalhar na reformulação da teologia católica, buscando o engajamento da Igreja na libertação dos pobres e oprimidos (DUSSEL, 1999).

Preocupada em articular uma leitura da realidade a partir dos pobres e no interesse da libertação dos pobres, a Teologia da Libertação parte do princípio de que a teologia possui também uma dimensão histórica e de que o homem deve ser o sujeito de seu destino pessoal e da história. Nesta perspectiva, propõe-se a lutar com o povo na sua libertação. A libertação histórica e a inserção nos movimentos sociais é condição necessária para que os povos oprimidos da América Latina caminhem em direção a uma libertação integral.

Do ponto de vista teórico-epistemológico (BOFF; BOFF, 1982) a Teologia da Libertação se constrói a partir de três mediações fundamentais: a mediação sócio-analítica, a mediação hermenêutica e a mediação prático-pastoral. A mediação sócio-analítica exige a apreensão crítica da realidade para realizar as transformações necessárias. A perspectiva dialética é concebida como a abordagem mais apropriada para a análise das estruturas e contradições inerentes ao capitalismo, enfim, para conhecer criticamente os mecanismos produtores da pobreza e marginalização. A mediação hermenêutica permite fazer a leitura crítico-libertadora das escrituras cristãs e elaborar critérios teológicos para a análise da realidade social. A mediação prático-pastoral refere-se às ações concretas dos cristãos (via pastorais e CEBs) em articulação com outras forças sociais, com vistas à libertação dos pobres e oprimidos.

No Brasil, essas ações vinham sendo realizadas desde os anos 60, quando setores progressistas da Igreja Católica criam espaços e mecanismos na estrutura da Igreja para atuar junto às populações excluídas. Inserem-se nesta proposta os trabalhos de educação popular, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³³, as Pastorais Operárias, as Comissões de Justiça e

³³ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são organizadas localmente, por iniciativas dos agentes pastorais - sacerdotes, freiras e leigos especialmente treinados. Caracterizam-se pela reflexão dos problemas cotidianos de seus membros à luz da Bíblia, na busca de alternativas de solução prática para esses problemas. Foram criadas para suprir a insuficiência de sacerdotes para o trabalho de evangelização. Ao falar sobre a origem das CEBs, Sader (1988) afirma que estas podem surgir a partir de uma luta popular, da dinamização de uma capela, de uma novena, de um mutirão ou de um encontro para refletir sobre o Evangelho, e que independentemente das discussões empíricas sobre a forma como efetivamente estas surgem observa-se que quase todas começaram por iniciativa de um agente pastoral - ou graças à sua presença - em torno de motivações religiosas. Estudos apontam que nos anos 80 havia aproximadamente 80 mil comunidades eclesiais entre a população de baixa renda (trabalhadores do campo e da cidade). Estudo mais recente (PIERUCCI e PRANDI, 2000 apud KRISCHKE,

Paz (CJPs)³⁴; a criação de organizações como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Tanto as CEBs como as Pastorais Operárias e as CJPs surgem, inicialmente, dentro do espírito das recomendações do Concílio Vaticano II, isto é, sem a preocupação com um engajamento mais crítico-político dos cristãos. Porém, com o recrudescimento da ditadura militar, a perseguição de sacerdotes, padres, freiras e leigos envolvidos com os trabalhos pastorais e o aumento da repressão aos militantes e presos políticos, os integrantes de tais organizações passam a adotar uma postura mais crítica, inserindo-se nas lutas contra a ditadura, pela democratização e contra o capitalismo (ROSSIAUD; SCHERER-WARREN, 2000).

A Segunda Conferência Episcopal dos Bispos Latino-Americanos de Medellín (1968) representa um marco na história da Igreja no Continente. Na Declaração resultante da Conferência, os bispos ligados à Teologia da Libertação conseguem imprimir suas marcas, ao afirmar o compromisso da Igreja com a libertação dos pobres e oprimidos. Na avaliação dos irmãos Boff (1982, p. 27), “Medellín teve o mérito de consagrar, na oficialidade da Igreja, o discurso da libertação e assim respaldar com sua autoridade as práticas libertadoras que se praticavam por cristãos engajados socialmente”.

Nesta perspectiva, ainda durante os primeiros anos da década de 1970, bispos das regiões Centro-Oeste, Nordeste e de São Paulo, envolvidos em trabalhos de base com camponeses, indígenas, e moradores das periferias urbanas em várias regiões do país lançam uma série de manifestos³⁵ denunciando a violência no campo e a exploração capitalista que colocavam na marginalidade milhares de trabalhadores e migrantes.

A Conferência de Puebla (1979) aprofunda a Conferência de Medellín, ratificando o tema da libertação como eixo articulador da evangelização, além de reafirmar o compromisso

2003) reconhece que embora o movimento esteja atualmente declinando ainda tem seguidores entre dois por cento da população total, ou cerca de dois milhões de pessoas no Brasil.

³⁴ A Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP) foi criada em outubro de 1968. No entanto, a publicação do Ato Institucional n. 5 fez com a Comissão fosse instalada apenas em outubro de 1969, passando a funcionar efetivamente em abril de 1971, com a realização do I Seminário Brasileiro de Justiça e Paz. Já durante este período membros da Comissão foram procurados pelos familiares dos presos e desaparecidos políticos. Em 1972 foi criada a Comissão Regional de Justiça e Paz de São Paulo e em 1974, a do Rio Grande do Sul. A partir de 1978 foram criadas as Comissões Regionais de Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santos e São Luiz do Maranhão.

³⁵ Dentre os quais destacam-se: “Eu ouvi os clamores do meu povo” dos bispos do Nordeste, em 1973; “O grito das Igrejas: a marginalização de um povo”, dos bispos do Centro-Oeste, também de 1973, e “Não oprimas teu irmão” dos bispos paulistas, 1974.

com a libertação dos pobres e marginalizados. Porém, se a temática da libertação constitui um tema recorrente nos debates e documentos relativos à Conferência o mesmo não se pode afirmar em relação à Teologia da Libertação, pouco referenciada nos documentos finais da Conferência (BOFF; BOFF, 1982), demonstrando que do ponto de vista da Teologia a Libertação não era uma questão tranqüila na alta hierarquia da Igreja.

Ao analisar as influências teórico-filosóficas da Teologia da Libertação, Dussel (1999) afirma que esta recorreu a diversas contribuições, desde o marxismo francês da primeira geração de teólogos da libertação³⁶ às ciências sociais críticas elaboradas por teóricos latino-americanos de formação marxista. Segundo Dussel:

“ante a ausência de uma filosofia adequada constituída, era preciso utilizar as ciências sociais ‘críticas’ latino-americanas. Não só ciências sociais (como a sociologia e economia etc.), mas ciências sociais críticas (porque se tratava de descobrir e situar a realidade de injustiça) e ‘latino-americanas’ (porque nosso continente tinha questões ‘próprias’ para resolver. Assim, não foi uma decisão a priori, dogmática ou epistemológica. A partir da práxis e da fé cristãs, e por critérios fundamentalmente espirituais e pastorais (o ‘fato’ de que os cristãos comprometiam-se politicamente a lutar contra a injustiça tal como exigia a doutrina social da Igreja), era necessário que houvesse categorias de análise adequadas” (p. 491-492).

No entanto, a apropriação do pensamento marxista pela Teologia da Libertação foi seletiva, adotando-se especialmente as contribuições do jovem Marx, de Gramsci, de Althusser e as contribuições de intelectuais latino-americanos engajados com as lutas sociais e populares do continente (DUSSEL, 1999; BETO, 1999). O materialismo dialético, por exemplo, não foi adotado entre os teólogos da libertação. Entre os marxistas latino-americanos: Che Guevara, Maritégui e Sanches Vásquez são alguns dos pensadores adotados pelos teólogos da libertação. Dussel ressalta ainda que, muito mais do que o marxismo “teórico” o marxismo que influenciou a Teologia da Libertação foi o marxismo sociológico da teoria da “dependência”. A sociologia da dependência, em sua crítica ao desenvolvimentismo, teria permitido a ruptura epistemológica da Teologia da Libertação (BETO, 1999; BOFF; BOFF, 1982).

Além dos aspectos mencionados acima alguns estudos sobre a Teologia da Libertação procuraram identificar também as forças e movimentos presentes no interior da Igreja durante o período. Leonardo Boff (1982b) fala em Igreja Conservadora; Igreja Reformista e Igreja

³⁶ Constituída por teólogos latino-americanos formados na Europa e Estados Unidos, especialmente na Bélgica, França e Alemanha.

Renovadora. Scherer-Warren (1996) afirma que Krumwiede identifica três forças sociais dentro da Igreja Católica Latino-americana no contexto da Teologia da Libertação: a) conservadores e reacionários que querem manter a estrutura tradicional e o modelo hierárquico da Igreja; b) progressistas que advogam uma sociedade pluralística, na qual todos os grupos sociais devem estar integrados e devem defender seu direito de igualdade de condições; c) progressistas radicais que apontam a incompatibilidade de objetivos entre as diferentes classes sociais, defendem a opção preferencial da Igreja pelos pobres e o seu engajamento nas lutas pela mudança estrutural do poder.

A mesma autora também faz referência a Molineaux, que, a partir de termos sugeridos por Paulo Freire, fala em: a) Igreja Tradicionalista representada por uma minoria de bispos conservadores não afetados pela Reforma da Igreja do Conselho Vaticano II; b) Igreja Modernizadora que segue os princípios do Vaticano II, mas tende a ver a mudança social como aceitável apenas dentro da estrutura capitalista e; c) a Igreja Profética que abandona as teorias mais conciliatórias adotadas pela Igreja Modernizadora e toma o lado dos pobres na sua luta por uma nova ordem econômica e política.

2.2 A matriz da Teologia da Libertação

Os antecedentes históricos mais recentes do MNDH podem ser identificados na iniciativa de um conjunto heterogêneo de forças sociais e políticas³⁷ que atuam nas denúncias de violação dos direitos humanos, na defesa da integridade física e dos direitos civis dos presos e exilados políticos, nas lutas contra o regime autoritário, pela Anistia Política e pela redemocratização.

Em meados da década de 1970, sob direção da Igreja Católica, são realizadas várias manifestações contra as prisões e o assassinato de presos políticos³⁸, e pela liberalização do regime. Especialmente importante para a defesa dos direitos humanos neste período é a atuação das Comissões de Justiça e Paz (CJPs). Constituídas por padres e leigos estas

³⁷ Como as diversas manifestações estudantis e sindicais do final da década de 1960, as mobilizações dos partidos de oposição e integrantes mais progressistas das igrejas cristãs, especialmente da Igreja Católica, Ordem dos Advogados do Brasil e Associação Brasileira de Imprensa, dentre outros, nas lutas contra o regime autoritário.

³⁸ Ato Ecumênico celebrado na Praça da Sé, envolvendo as igrejas cristãs (Católica e Protestante) e judaica em protesto contra a morte do estudante Edson Luis, no Rio de Janeiro, e o assassinato do jornalista Wladimir Hersog, em 1975, nas instalações do DOI-CODI em São Paulo, simboliza o início da resistência contra o regime ditatorial (Scherer-Warren; Roussiaud, 2000).

Comissões são, inicialmente, os únicos canais a que familiares e amigos de presos e desaparecidos políticos podem recorrer. É a partir deste período que a questão dos direitos humanos, enquanto uma temática específica, constitui-se em objeto de atuação e luta de organizações da sociedade civil e a gramática dos direitos humanos passa a integrar o universo discursivo e simbólico de setores da sociedade civil brasileira.

Assim, no final dos anos de 1970 e início da década seguinte, sob a proteção da Igreja Católica, emergi na cena pública diversas organizações de direitos humanos como os centros e comissões de defesa dos direitos humanos (CDHs)³⁹ e as organizações civis equivalentes aos CDHs, mas que recebem outras denominações, como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos⁴⁰, a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos⁴¹, e o Movimento Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre⁴², entre tantas outras, criadas nos vários estados brasileiros neste período.

Essas entidades têm em comum a defesa dos direitos humanos, a resistência à ditadura e a defesa da democracia. Surgem a partir da iniciativa de atores com trajetórias político-ideológicas bastante distintas. São intelectuais; professores e estudantes universitários; profissionais liberais, marxistas ou não; pessoas com uma trajetória de militância política em partidos de esquerda, militantes sindicais; ex-militantes de organizações clandestinas; exilados políticos estrangeiros e militantes católicos envolvidos nos trabalhos de educação popular e militantes das CEBS e CJP's, que encontrarão nas igrejas cristãs, especialmente na ala mais à esquerda da Igreja Católica, inspirada pela Teologia da Libertação, o apoio necessário para se constituírem enquanto sujeitos coletivos e se expressarem politicamente. Os depoimentos abaixo são bastante ilustrativos a este respeito:

“nossa origem era igreja mesmo, não há dúvida disso. Mas também tinha gente que vinha da época da luta pela Anistia Política, ex-militantes de

³⁹ De acordo com documentação encontrada no MNDH os CDHs mais antigos são: o Centro de Direitos Humanos de Osasco, criado em setembro de 1976, seguido dos CDHs de João Pessoa e Joinville, ambos de 1978. No caso de Joinville, porém, sua legalização ocorre apenas em 1979.

⁴⁰ Criada em 1979, para atuar nas denúncias de desaparecimento de presos políticos e nos conflitos de terra na região do Pará, a SPDH tem uma base social bastante heterogênea: composta por militantes de esquerda (PC do B), profissionais liberais e militantes provenientes das Igrejas Católica e Luterana.

⁴¹ Como as demais organizações arroladas neste parágrafo, a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos também foi criada em 1979 para atuar nas denúncias de violação dos direitos humanos pelo regime militar.

⁴² O Movimento Justiça e Direitos Humanos, de Porto Alegre, surge em 1979, a partir da iniciativa de militantes do movimento estudantil, de professores, intelectuais, profissionais liberais, militantes de esquerda e católicos, para denunciar o desaparecimento de militantes de oposição ao regime, dentre os quais alguns estudantes estrangeiros (paraguaios).

grupos que tinham voltado do exílio, que tinham saído da clandestinidade. Tinha tudo mas, majoritariamente, a origem era igrejeira, pastores, padres, freiras, agentes pastorais, era esta a classe e a rede que se constituiu” (Entrevistado K).

“é uma coisa inquestionável no Movimento. Não há como negar que a Igreja Católica, especialmente, esteve na história de constituição das organizações de direitos humanos no Brasil [...] também na dá para negar que principalmente no final da década de 1980, esta vinculação, que eu chamo de umbilical, começa a ser extinta em várias regiões do País. Houve, obrigatoriamente, um distanciamento” (Entrevistado O).

“o Movimento é composto por gente de origem da Igreja [...] de uma forma ou de outra no passado teve alguma ligação e o Movimento não tem como negar. Nossa base de fundação foi a Igreja. Então, isso é uma coisa que não resolve assim” (Entrevistado R).

Em 1982, a partir da iniciativa do Grupo Ação Justiça e Paz, de Petrópolis, onde se encontrava um dos principais expoentes da Teologia da Libertação no Brasil, o Pe. Leonardo Boff, é realizado o I Encontro Nacional de Comissões de Justiça e Paz (CJPs) e Grupos de Defesa dos Direitos Humanos, visando articular as entidades. Em 1981 havia sido realizado na cidade mineira de Teófilo Otoni, o I Encontro sobre Direitos Humanos. No entanto, este Encontro teve um caráter mais local, envolvendo apenas organizações do Estado de Minas Gerais e a presença de alguns dirigentes de entidades de defesa dos direitos humanos vinculados às Igrejas do Rio de Janeiro e de São Paulo, com os quais mantinham contatos. É com o Encontro de Petrópolis, portanto, que se torna possível falar em Encontro Nacional, na medida em que, além de envolver entidades de direitos humanos de onze Estados brasileiros⁴³, tinha também o propósito de articulá-las nacionalmente (SEDOC, 1983, 1982).

A participação e a colaboração de setores progressistas da Igreja Católica são decisivas nesse processo, seja pelo apoio às organizações que se constituíram autonomamente, a partir da iniciativa dos próprios sujeitos direta ou indiretamente envolvidos com as experiências de violação dos direitos humanos, seja pela proteção que a Igreja, por se constituir em uma esfera autônoma e até certo ponto fora do controle político do Estado autoritário, proporcionava aos militantes, ou ainda pela influência moral que a Igreja, enquanto instituição, exercia na sociedade em geral e junto às organizações populares emergentes no campo da sociedade civil.

⁴³ Distribuídas da seguinte forma: 23 entidades da região Sudeste; 05 entidades da região Sul; 03 entidades da região Nordeste e 02 entidades da região Norte.

A hegemonia da matriz discursiva formulada pela Teologia da Libertação no âmbito do Movimento é notória durante a década de 1980, especialmente nos primeiros Encontros Nacionais, quando se dá a articulação das diversas organizações de direitos humanos em um Movimento Nacional. Documento relativo ao I Encontro enfatiza a responsabilidade e o compromisso que os cristãos devem ter nas lutas em defesa dos direitos humanos e na transformação social:

“a consciência de cristãos exige a defesa do direito dos pobres e oprimidos a uma vida digna, com possibilidade de organização e participação político-social [...] denunciar suas constantes violações, solidarizar-se com os oprimidos e lutar pela transformação da sociedade e de suas instituições que se fundamentam na desigualdade social” (MNDH, 1982b, p. 1).

Ao proferir a palestra de abertura do I Encontro Nacional, intitulada “Direitos dos Pobres como Direitos Divinos”, o Pe. Leonardo Boff, um dos idealizadores do Encontro, fala sobre a ausência da Igreja na proclamação e definição dos direitos humanos, sua desconfiança em relação ao processo que desencadeia a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), sobre seu pouco envolvimento nas discussões que precederam a aprovação da Declaração⁴⁴ e sobre a importância da guinada da Igreja Latino-Americana ao estabelecer compromisso com a defesa dos direitos humanos dos excluídos sociais do continente.

Na perspectiva apresentada por Leonardo Boff (1982a), “os direitos humanos são principalmente os direitos das grandes maiorias. E estas são pobres. Então, lutar pelos direitos humanos é lutar pelos direitos dos pobres, pela dignidade dos oprimidos em primeiro lugar e, a partir deles, de todos os homens”.

Para Boff, defender os direitos humanos a partir da perspectiva dos excluídos socioeconomicamente é uma forma de “capturar” a apropriação do discurso dos direitos humanos pelas elites dominantes, desmistificar a raiz liberal e individualista dos mesmos e transformá-los em instrumento de emancipação, a serviço das maiorias excluídas.

Nesta mesma direção, na abertura do III Encontro Nacional Ecumênico de Direitos Humanos, o arcebispo de Vitória, D. João Batista afirma:

“não seremos cristãos se não observarmos os direitos humanos. Concebê-los, respeitá-los, pô-los em prática foi um passo importante na caminhada dos direitos humanos, o início de tomada de consciência pela Igreja [...]

⁴⁴ Segundo Leonardo Boff apenas duas organizações católicas participaram das conferências preparatórias à Declaração de 1948: a Organização Mundial das Mulheres Católicas e a Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos, e mesmo assim, com pouco apoio oficial da Igreja.

devemos nos preocupar e chamar a atenção sobre os direitos do homem para que esta pátria mereça ser chamada de cristã” (MNDH, 1984, p. 4).

A importância da igreja progressista e dos ideais da Teologia da Libertação na formação do MNDH pode ser observadas também através do número de Comissões de Justiça e Paz (CJPs), centros, grupos e comissões de defesa dos direitos humanos (CDHs), e das entidades ligadas às igrejas cristãs⁴⁵ presentes nos cinco primeiros Encontros Nacionais, conforme a Tabela I, abaixo.

Tabela I

Organizações presentes aos Encontros Nacionais de DH realizados na década de 1980

Organizações/Ano	1982	1983	1984	1986	1988
Centros e Comissões de DH (CDHs)	14	35	41	45	63
Comissões de Justiça e Paz (CJPs)	08	09	12	08	13
Org. Cívica e Mov. Sociais Identitárias	04	08	09	07	14
Outras ONGs de Assessoria	01	01	04	02	05
Instituições Diversas	06	12	15	05	05
Agências Estatais	01	01	-	-	-
Fóruns	-	-	-	-	-
TOTAL	33	66	81	67	101

Fontes: Relatórios dos Encontros Nacionais do MNDH

As CJPs são criadas através da iniciativa da Igreja Católica, integrando sua estrutura hierárquica, enquanto os CDHs se caracterizam como organizações autônomas, ainda que fortemente apoiados por bispos, padres e freiras, identificados com as lutas populares. É interessante observar que muitos CDHs antes de serem assim nomeados são chamados de Comissão de Direitos Humanos da Diocese, ou da Arquidiocese ou ainda de Comissão Pastoral de Direitos Humanos. Neste sentido, o caráter de autonomia dos CDHs em relação à Igreja, neste momento, deve ser atribuído não propriamente à “ausência” de relações entre os mesmos, mas ao fato dos CDHs possuírem estatuto próprio e de serem, em geral, constituídos a partir da iniciativa de pessoas, cuja trajetória de militância não se insere exclusivamente nas iniciativas da Igreja Católica, como as CEBs e as CJPs.

Tanto as CJPs como os CDHs têm um campo de ação bastante diversificado. Alguns atuam nos conflitos agrários e indígenas, outros nas questões relativas a ocupações urbanas (despejos, desapropriações, indenizações), questões trabalhistas, nas denúncias de violência

⁴⁵ A este respeito consultar especialmente o item Instituições Diversas nos Apêndices II, III, IV e V.

policial, nas lutas por saúde e educação públicas, infraestrutura urbana, solidariedade a refugiados e presos políticos, educação política e assessoria jurídica a organizações populares e movimentos sindicais.

A presença da Igreja Católica na formação do MNDH é ainda mais expressiva ao se levar em consideração que muitos dos movimentos sociais e ONGs incluídos na categoria Organizações Cívicas e Movimentos Sociais Identitários⁴⁶ também surgiram a partir da iniciativa de militantes católicos ou foram diretamente articulados através do trabalho das CEBs e CJP's, como as organizações populares relacionadas à saúde, moradia, mulheres, negros⁴⁷. Além disso, no item Instituições Diversas também é possível verificar a presença de diversas entidades ligadas às Igrejas Católica e Luterana como: Pastorais Operárias, União Brasileira de Comunicação Social, Secretariado Pró-Justiça Movimento Familiar Cristão, CPT, CIMI, CESE, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Metodista entre outros.

Há, entretanto, organizações e movimentos sociais incluídos nesta categoria que se constituíram a partir da iniciativa de múltiplos atores, isto é, onde a Igreja Católica não foi a única instituição religiosa presente, e cuja influência foi menos evidente como: a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, o Movimento Justiça e Direitos Humanos (RS), o Centro de Cultura Luiz Freire, Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos entre outros.

Tais organizações deram origem a diversas entidades de direitos humanos em seus respectivos Estados como o Centro de Cultura Negra (MA) no caso da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos; o Instituto Universidade Popular (UniPop) e o Núcleo de Direitos Humanos de Marabá, no caso da Sociedade Paraense de Direitos Humanos. Da mesma forma o Movimento Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre incentiva a criação de núcleos do Movimento nos diversos municípios do Estado⁴⁸. Essas organizações, em geral, têm atuação expressiva no Movimento até hoje.

⁴⁶ Nesta categoria estão incluídas as organizações e movimentos sociais de defesa dos direitos específicos e ou temáticos como mulheres, negros, homossexuais, criança e adolescente, índios, meio ambiente, saúde dentre outros.

⁴⁷ Um breve histórico acerca dessas organizações assim como das entidades de defesa dos direitos humanos presentes aos primeiros Encontros Nacionais pode ser encontrado na Revista SEDOC (1983; 1982).

⁴⁸ Como o Movimento de Justiça e Direitos dos municípios de Venâncio Aires, Farroupilha e São Leopoldo, no RS.

Pesquisa realizada pelo MNDH em 1991 mostra que mais da metade (61,54%) dos CDHs e entidades de direitos humanos filiados tem origem na Igreja Católica; 32,97% têm origem no Movimento Popular; 9,89% no Movimento Sindical; e 23,19% em outras instituições e movimentos sociais. Da mesma forma, mais da metade dos militantes (51,10%) participaram ou ainda participam de movimentos ligados à Igreja, seguidos de 12,82% de militantes oriundos de partidos políticos; 11,85% do movimento sindical e 23,82% dos militantes advindos de organizações diversas. A maior parte (52,75%) dos centros e entidades de direitos humanos entende-se como entidades de assessoria; 28,57% como movimento popular e 19,78% definem-se como entidades de assessoria e movimento popular, simultaneamente⁴⁹ (MNDH, 1992b).

A influência da Igreja Católica durante a década de 1980 se manifesta também nos temas debatidos nos encontros nacionais⁵⁰, na adoção dos rituais litúrgicos inerentes às celebrações religiosas (orações, leituras de salmos etc), na análise dos fatos e questões debatidos nos Encontros, a partir de uma perspectiva teológica e na presença de representantes da hierarquia eclesiástica nos eventos (conferências, encontros, manifestações etc) realizados pelo Movimento⁵¹. A Igreja propicia também as condições materiais e financeiras para a realização de vários encontros nacionais e regionais, para a produção e divulgação de materiais educativos e para sustentabilidade de muitas organizações de direitos humanos, especialmente dos CDHs⁵². Além disso, organizações vinculadas à sua estrutura, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), desempenham um papel importante na articulação e criação de diversos CDHs no país e na articulação e mobilização das organizações existentes para participarem dos primeiros encontros nacionais⁵³ (MNDH, 1984, 1983, 1982a).

⁴⁹ Esses dados variam de regional para regional. Enquanto 76,92% das entidades do Nordeste definem-se como entidades de assessoria, na regional Sul apenas 37,50% das entidades definem-se como organizações de assessoria.

⁵⁰ Em 1983 o II Encontro Nacional elege como tema a questão da violência, numa clara referência à Campanha da Fraternidade daquele ano “Fraternidade sim, violência não”.

⁵¹ Durante os anos de 1980 era comum a presença de autoridades religiosas nos Encontros Nacionais. Entre eles D. Evaristo Arns, Leonardo Boff e tantos outros menos conhecidos no cenário nacional, mas igualmente importantes nas lutas pela afirmação dos direitos humanos (MNDH, 1992, 1990, 1988).

⁵² A sede de muitas comissões e centros de direitos humanos funciona provisoriamente nos espaços cedidos pela Igreja assim como até hoje muitos encontros nacionais e regionais são realizados em espaços físicos cedidos pela Igreja.

⁵³ Durante os primeiros Encontros Nacionais entidades como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram acionadas para contactar os grupos de denúncia existentes e para articular a participação dos mesmos nos Encontros Nacionais.

Até meados dos anos de 1980 a Teologia da Libertação é a matriz discursiva hegemônica no Movimento, fornecendo o substrato ideológico (filosófico) e valorativo que cimentará os diversos grupos e centros constituídos com a finalidade de denunciar as violações dos direitos humanos. Com a redemocratização, porém, o MNDH passa a se pronunciar cada vez mais a partir de um discurso ancorado nos referenciais laicos e democráticos, observando-se a secularização do discurso sobre os direitos humanos no seu interior.

A Carta de Princípios do Movimento, aprovada no IV Encontro Nacional, em 1986, ao estabelecer o compromisso com os ideais socialistas, democráticos e emancipatórios, tais como a construção de uma “sociedade justa, livre, igualitária, culturalmente diferenciada e sem classes”, expressa um certo distanciamento da concepção humanista cristã contida na Teologia da Libertação⁵⁴. Segundo o referido documento, os direitos humanos são “os direitos das maiorias exploradas e das minorias espoliadas cultural, social e economicamente, a partir da visão destas categorias” (MNDH, 1986).

É preciso ter claro, no entanto, que a “passagem” de um discurso teológico para uma visão secular dos direitos humanos é permeada por tensões e ambigüidades, expressando ora sinais de “ruptura” ora sinais de continuidade com a herança religiosa. Nesta perspectiva, enquanto a Carta de Princípios constitui um indicativo importante da secularização do discurso sobre os direitos humanos, a inclusão da expressão “ecumênico”, na definição do Movimento, revela uma certa continuidade da herança religiosa tão marcante na sua gênese (MNDH, 1988).

⁵⁴ Para cumprir seus compromissos o MNDH propõe-se; 1) Estimular a organização do povo, para que se conscientize de sua situação de opressão, descubra formas de conquistar e fazer valer seus direitos e para se defender das violências e arbitrariedades promovendo em todos os níveis uma educação social e política para os direitos humanos; 2) Lutar com firmeza para garantir a plena vigência dos direitos humanos, em qualquer circunstância, defendendo a punição dos responsáveis pelas violações desses direitos e a justa reparação para as vítimas; 3) Incentivar e garantir a autonomia dos movimentos populares, ultrapassando os interesses institucionais, partidários e religiosos, considerando a pluralidade de opinião e reafirmando a opção fundamental que é o nosso compromisso com os oprimidos; Ter claro seu papel, suas limitações e potencialidades, sua identidade, repudiando qualquer forma de instrumentalização e se caracterizando como entidade não-governamental; 5) Combater todas as formas de discriminação por confissão religiosa, diversidade étnico-cultural, opinião pública, sexo, cor, idade, deficiência física e ou condição mental, econômica e ideológica” (cf. Carta de Princípios, 1986).

2.3 A matriz democrática

Até os anos de 1960 a questão da democracia estava ausente da agenda das organizações de esquerda no País, ficando subsumida à questão do desenvolvimento ou à questão nacional. A instauração do regime ditatorial e a crise do socialismo real levaram as esquerdas a repensarem a questão democrática. Neste contexto, de mero instrumento a democracia passa a ser concebida como um valor e como um meio fundamental para a transformação social e para a democratização do regime autoritário (TOLEDO, 1994; WEFFORT, 1992, 1986; GARCIA, 1986; 1984; COUTINHO, 1986, 1980).

A emergência do novo sindicalismo no final dos anos 60, a eclosão dos movimentos sociais nos anos 70/80 e a criação de um partido político de base popular (o Partido dos Trabalhadores) também contribuíram para a renovação do pensamento teórico-político das esquerdas e para a emergência de uma nova compreensão da democracia⁵⁵, cidadania e direitos. Uma concepção de democracia que, no dizer da Dagnino (2000, 1994), transcende o nível institucional formal e se debruça sobre o conjunto das relações sociais, buscando incorporar as dimensões social e cultural da vida cotidiana permeadas pelo autoritarismo social.

Nesta concepção de democracia e de cidadania, o Estado também deixa de ser interpretado como um espaço exclusivo de representação dos interesses da burguesia passando a ser entendida também como um espaço de correlação de forças entre as diferentes classes e frações de classe, como um espaço de construção de novos significados e também de novas hegemonias. Neste contexto, os movimentos sociais passam a lutar não apenas pela democratização do Estado em sentido estrito (pela realização de eleições livres e diretas), mas também a democratização da sociedade e das relações sociais produzindo, nesse processo, uma redefinição da política e dos espaços da política (DAGNINO, 1994; TELLES 1994).

⁵⁵ Os estudos de Coutinho (1980) e Weffort (1984) entre outros em certa medida expressam o espírito do debate sobre a questão no pensamento teórico político das esquerdas. Referenciando-se no pensamento de Antônio Gramsci e de teóricos neomarxistas, estes autores apresentam contribuições relevantes ao debate sobre a democracia no período. Coutinho enfatiza a idéia de democracia como valor universal e a importância da construção de uma nova hegemonia na esfera da sociedade civil para a construção da democracia. Weffort, por sua vez, defende a revolução como um processo construído a partir de uma reforma moral e intelectual e não mais a partir da tomada violenta do poder, como um ator insurrecional de tomada de poder do Estado. Em tais reflexões a democracia deixa de ser concebida apenas na sua dimensão política, passando a ser interpretada também como um mecanismo de combate à desigualdade, num processo de aprofundamento das lutas sociais e de superação do autoritarismo social.

A consciência quanto aos limites da representação política liberal ou da democracia representativa levou os movimentos sociais dos anos de 1980 a reivindicarem também a criação de espaços de representação e participação da sociedade civil na esfera estatal, como os conselhos de políticas públicas.

A partir dos anos de 1990, especialmente, as discussões sobre a democracia (no campo dos movimentos sociais) passaram a ser enriquecidas pelas contribuições dos chamados estudos culturais. Através desta abordagem, autores como Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) vêm discutindo a interface existente entre cultura e política na prática dos movimentos sociais e a importância desses atores para a construção de concepções contra hegemônicas de democracia. De acordo com tais autores, ao articular as dimensões política e cultural nas suas práticas, os movimentos sociais instauram uma disputa pelo significado da democracia, pela constituição de uma nova gramática social, pela transformação de práticas dominantes e pelo aumento da cidadania.

Em relação ao MNDH, em particular, a democratização produz modificações importantes na sua orientação político-filosófica, observando-se a laicização do discurso sobre os direitos humanos e a hegemonia de uma nova matriz discursiva: a matriz democrática formulada pelas diversas organizações de direitos humanos em suas lutas por democracia e justiça social.

A partir deste período, categorias importantes utilizadas pela Teologia da Libertação, como “povo”, “oprimidos” e “marginalizados” vão sendo substituídas por categorias mais laicas como democracia, cidadania, exclusão social, direitos sociais de cidadania, na perspectiva formulada pelos movimentos sociais dos anos 70/80, isto é, para além da democracia e da cidadania liberal burguesa dos séculos XIX e XX.

Em 1986 ocorre a institucionalização⁵⁶ do Movimento, com a criação de uma entidade nacional de articulação e representação, denominada Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) e de uma Coordenação Nacional. Em 1988 o Movimento passa

⁵⁶ Por institucionalização do MNDH entende-se a elaboração e aprovação de Estatuto, a constituição de uma direção através da criação de uma Coordenação Nacional, a realização de eleições e a criação de fóruns regulares de discussão e deliberação, como as Assembléias Gerais e os Encontros Nacionais e Regionais para deliberar sobre os destinos do Movimento. Tal estruturação vai sendo reformulada na trajetória do Movimento (cf. MNDH, 1986; 1998; 1990; 1992) Do ponto de vista de sua organização interna, atualmente o MNDH estrutura-se da seguinte forma: Entidades de Base (CDHs e entidades filiadas), Regionais (Centro-Oeste, Regional Leste I e II, Regional Nordeste, Regional Norte I e II, Regional Sul I e Sul II) e Coordenação Nacional composta por uma Secretaria Executiva e um Conselho Nacional (MNDH, 2000-2001).

a se autodefinir como “movimento organizado da sociedade civil, sem fins lucrativos, democrático, ecumênico e suprapartidário” (MNDH, 1988).

A emergência de uma nova matriz discursiva e a institucionalização do MNDH⁵⁷ se dão num cenário marcado pelas transformações político-culturais ocorridas no campo da esquerda⁵⁸ que, diante das experiências de tortura sofridas durante o regime ditatorial; da crise do socialismo real e do processo de redemocratização⁵⁹, passa a defender a democracia como valor social e como regime político, se inserindo nas lutas em defesa dos direitos humanos. Esses processos contribuem para o engajamento de novos atores com tradições político-culturais e institucionais distintas das filiações dos militantes mais antigos (provenientes, majoritariamente, das CJP's e das CEB's) como militantes do movimento sindical, estudantes universitários, ex-militantes de esquerda saídos da clandestinidade e ex-exilados políticos.

A emergência de uma nova matriz discursiva no MNDH pode ser atribuída também à reorientação conservadora do Vaticano. Essa reorientação se expressa através da nomeação de bispos conservadores; da tentativa de enquadramento de seminários e universidades católicas; das pressões para enfraquecer as conferências episcopais e da condenação da Teologia da Libertação, uma vez que o silêncio imposto a Leonardo Boff e a condenação de seu livro “Igreja, carisma e poder” pelo Vaticano em 1985, provocou o afastamento de militantes importantes (bispos, padres e leigos mais vinculados aos quadros progressistas da Igreja) da direção nacional do Movimento e o refluxo da Teologia da Libertação enquanto referencial de luta dos movimentos sociais⁶⁰ (MNDH, 1988c, 1985; BOFF; BOFF, 1982)

A predominância da matriz democrática se consolida com a instauração de uma nova institucionalidade política, decorrente da Constituição de 1988, com a criação de espaços de

⁵⁷ A institucionalização do MNDH enfrentou resistências entre alguns militantes históricos, particularmente daqueles grupos mais envolvidos na articulação dos primeiros encontros nacionais, mais vinculados às iniciativas da Igreja Católica, que se afastam da direção nacional, deixando de ser protagonistas principais, embora continuem atuando nos espaços locais. Para alguns a institucionalização implicaria na perda de autonomia e na subsunção do Movimento ao Estado. Para outros, tal processo facilitaria o acesso dos dirigentes aos órgãos e instituições públicas além do reconhecimento do Movimento como um interlocutor legítimo da sociedade civil para atuar junto aos órgãos públicos na formulação de políticas públicas.

⁵⁸ Sobre as transformações no pensamento político-cultural da esquerda no Brasil, durante este período, consultar entre outros Dagnino (2000), Navarro (1994).

⁶⁰ Sobre esta questão é interessante ressaltar que já no início dos anos 80 alguns dirigentes, inclusive padres e bispos, começam a incentivar e a apoiar a autonomia das organizações mais dependentes da estrutura e do apoio da Igreja, de forma a impedir a desarticulação das entidades e das lutas em defesa dos direitos humanos no País, caso o Vaticano viesse a adotar uma postura mais conservadora, como de fato ocorreu. Por outro lado, com a democratização, a Igreja, em função de sua conjuntura interna, recua de sua aposta em um investimento mais direto nos movimentos sociais e na questão dos direitos humanos, entendendo que, com a democratização, isso poderia ser feito por outras instituições.

representação da sociedade civil nas instâncias estatais, como os conselhos paritários de políticas públicas e as experiências de orçamento participativo, inauguradas pelas administrações petistas, que passaram a demandar a formalização (institucionalização) dos movimentos sociais para atuarem como interlocutores da sociedade civil em tais espaços, além do reconhecimento (pelo próprio Estado) da importância e contribuição destes atores no processo de construção democrática.

É preciso ter claro, no entanto, que a autonomia do Movimento em relação às instituições eclesiais e a construção de um discurso ancorado nos referenciais democráticos não significam uma ruptura, no sentido literal da expressão, nas relações com os setores mais progressistas da Igreja. Nesse processo de secularização e autonomização as alianças com as instituições eclesiais de origem (e com aliados históricos) são mantidas, não ocorrendo nem do ponto de vista institucional e nem do ponto de vista simbólico⁶¹ uma ruptura com os setores mais engajados da Igreja Católica.

Se a Teologia da Libertação não constitui mais a principal referência discursiva e as lideranças religiosas deixam de exercer o protagonismo na direção nacional do Movimento, em algumas regiões do País padres, bispos e freiras ainda são referências importantes nas lutas em defesa dos direitos humanos, atuando fortemente na articulação das resistências e nas denúncias às violações desses direitos. O depoimento a seguir ilustra bem a importância desses atores:

“Estamos com outro discurso, estamos distantes da Igreja, eu acho que tem um distanciamento sim. Agora, uma boa parte das nossas entidades, sejam as chamadas entidades de base ou de ponta, como se fala na linguagem atual [...] essas entidades ainda, nos lugares onde elas funcionam, elas ainda têm o apoio da Igreja. Por exemplo, na nossa regional eu fico olhando Cuiabá e fico pensando: por que será que o Henrique Trindade (CDH) está com as portas fechadas hoje? Será que não é a ausência do Pe. Ten Cate? [...] com a saída do Ten Cate, com a doença e depois com a própria morte dele, as coisas mudaram muito em Cuiabá. Ele era aquela pessoa simples, muito modesta, mas era aquele que tinha o tempo todo. Ele estava ali articulando, estava sempre reforçando. Havia uma denúncia ele estava sempre presente. Do jeito dele, mas estava. E isso fazia com que as entidades se fortalecessem [...] Depois eu vejo também o Tocantins, se hoje nós temos entidades de direitos humanos articuladas no Estado de Tocantins devemos única e exclusivamente a D. Eriberto que, por sinal, é uma pessoa que não põe as coisas, o discurso, a fala, a prática da Igreja, mas ele é uma pessoa que está

⁶¹ Figuras importantes da Igreja Católica foram homenageadas com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo MNDH, dentre as quais: D. Paulo Evaristo Arns, em 1988; D. Pedro Casaldáliga, em 1990; Leonardo Boff, em 1992 e D. Lucas Moreira Neves, em 1994. (MNDH, 1994, 1992, 1990, 1988).

ali para dar força, para dar sustentação, para incentivar a criação dos núcleos de direitos humanos” (Entrevistado R).

Neste contexto, a defesa do Estado de direito e das conquistas inscritas na Constituição de 1988 constituem dimensões importantes para a afirmação dos direitos humanos e para o processo de construção democrática. Porém, a democracia e a cidadania têm seus conteúdos ressignificados, não se restringindo à defesa das liberdades individuais e à participação no processo eleitoral. São construções históricas formuladas a partir das lutas sociais cotidianas e, nesta perspectiva, transcendem o aspecto legal e individualista dos direitos, para incluir também as práticas, discursos e valores que permeiam as relações sociais. Caracterizam-se, entre outros aspectos, nas lutas pela democratização das relações entre o Estado e a sociedade, pela busca da superação do autoritarismo social e pela ampliação dos espaços da política e da própria política⁶². Em outras palavras, é democracia construída a partir das lutas empreendidas pelos “de baixo”, uma democracia social e participativa que requer o engajamento dos movimentos sociais na tomada de decisões, na definição das políticas públicas e no controle social.

Na matriz democrática, os direitos humanos são concebidos “como um processo de resistência da classe trabalhadora”, como instrumentos de emancipação das classes subalternas, construídos nas lutas sociais cotidianas empreendidas pelas mais distintas organizações e sua afirmação e vivência requerem tanto a defesa dos direitos legalmente instituídos como a construção de novos direitos para todos (MNDH, 1990, 1988).

Essa releitura dos direitos humanos expressa uma nova compreensão do conteúdo e significado dos mesmos, que passam a ser interpretados para além do aspecto moral de defesa da integridade física e dos direitos civis e políticos tão marcantes na origem do Movimento,

⁶² Para Dagnino (2000; 1994), a noção de uma nova cidadania não se refere a um conceito totalmente novo. É antes de tudo, uma tentativa de (re) significar o conceito ou a noção de cidadania em função dos atores que a reivindicam e das demandas por eles apresentadas. É adotada para demarcar a diferença entre a cidadania liberal dos séculos XVIII e XIX, e a cidadania reivindicada pelos movimentos sociais e ações coletivas contemporâneas. A nova cidadania não pressupõe a eliminação ou exclusão dos direitos formal-legais e dos mecanismos jurídico-institucionais, mas a redefinição da própria noção de direito. Ao contrário da perspectiva liberal clássica, que restringe a cidadania aos direitos individuais (civis e políticos) inscritos na lei e nas instituições e da cidadania social construída pelos movimentos operário e sindical de final do século XIX e primeiras décadas do século XX em suas lutas por igualdade nos planos social, político, econômico, a cidadania reivindicada pelos movimentos sociais e ações coletivas contemporâneas contempla tanto o direito à igualdade como o direito à diferença. A reivindicação do direito à diferença é, aliás, um dos traços mais distintivos da redefinição da cidadania. Está vinculada às ações de grupos sociais subalternos e à descoberta da cidadania como o “direito a ter direitos” e ainda à compreensão de que independentemente das condições socioeconômicas, políticas e culturais todos têm direito a ter direitos. É também uma tentativa de explicitar as diferenças entre as estratégias adotadas pelos movimentos sociais e ações coletivas, em suas lutas pela cidadania e as estratégias adotadas pelo próprio Estado e grupos hegemônicos, ao responder tais demandas.

para abarcar também as dimensões político-culturais, isto é, serem entendidos como uma construção histórica que se dá no processo de luta por reconhecimento. Para os militantes de direitos humanos “já não se trata mais de garantir os direitos do cidadão apenas na sua individualidade” ou de legitimar a democracia liberal-burguesa, através da participação nos processos eleitorais, mas de alterar a própria configuração das relações Estado x sociedade e das relações sociais na esfera societária mais ampla, marcadas pelo autoritarismo e pelas discriminações sociais. Em outras palavras, a luta pelos direitos humanos deve garantir a construção de uma “sociedade pluralista que respeite a diferença e ofereça espaço para as distintas tradições culturais e para as distintas manifestações de fé” (MNDH, 1988).

A mudança de sigla do Movimento, com a exclusão da expressão Defesa⁶³, em 1990, também pode ser vista como um indicativo importante dessa nova fase do MNDH. Mais do que uma simples mudança de nomenclatura, tal alteração reflete a compreensão entre os seus militantes de que, nos regimes democráticos (com todas as restrições que se deva ter ao se considerar a democracia brasileira)⁶⁴, a atuação do Movimento não deve se limitar à defesa dos direitos legalmente instituídos, mas lutar pela construção e afirmação de novos direitos. Da mesma forma, o debate que se estabelece em torno da necessidade da formalização (legalização)⁶⁵ do MNDH reflete as novas exigências colocadas aos movimentos sociais, no contexto da democratização, como a interlocução com o Estado e a atuação nos espaços de participação e representação da sociedade civil para a formulação de propostas de políticas públicas.

Todavia, essa matriz discursiva e as reivindicações e proposições a partir dela formuladas, serão fortemente confrontadas a partir da década de 1990, em virtude da intensificação do processo de globalização hegemônica e da implementação das políticas de ajuste estrutural, de caráter neoliberal, cujas repercussões se fazem sentir mais imediatamente e com maior intensidade no campo dos direitos humanos, tendo em vista a redução de investimentos na área social (a minimização dos gastos sociais) e o conseqüente aumento da

⁶³ De Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) para Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).

⁶⁴ Ao contrário do que ocorrera nas décadas anteriores quando o Movimento concentra suas ações na defesa dos direitos civis e políticos.

⁶⁵ O MNDH está registrado em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas sob n. 15958, reconhecido de utilidade pública no Distrito Federal em 02.05.96, e devidamente registrado no Conselho Nacional de Assistência Social com personalidade jurídica representativa denominada Sociedade de Apoio aos Direitos Humanos (MNDH, 2000-2001).

pobreza, da exclusão social, do desemprego, da precarização das condições de trabalho e o aumento da violência social e institucional.

No final da década de 1980 e início dos anos de 1990, a ampliação e a crescente heterogeneização das organizações⁶⁶ que constituem o MNDH, aliada à expansão, sem precedentes, dos níveis de violência, pobreza, discriminação e exclusão social no país colocam em debate a necessidade da definição de um eixo de ação que, respeitando a diversidade de suas organizações, garantisse a unidade do Movimento. Em 1990 a “Luta pela vida, contra a violência” é o eixo de luta definido pelo Movimento que tem como objetivo principal

“a construção de uma cultura de direitos humanos onde prevaleçam os valores de dignificação, promoção e respeito à integridade física, moral e intelectual do ser humano, independente de sua opção preferencial de natureza política, religiosa, sexual etc., de sua condição socioeconômica ou de etnia pertencente” (MNDH, 1988).

Contudo, a ascensão de governos neoliberais e o agravamento do processo de exclusão social articulados à instauração de um Estado (social) mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, impõem sérias tensões ao MNDH. Neste contexto, as expectativas enunciadas na década anterior, com a aprovação da Constituição de 1988, em relação às possibilidades de efetivação de uma cidadania social e da implementação de políticas de inclusão social que possibilitem a afirmação e a vivência dos direitos humanos, ficam subsumidas diante das graves violações dos direitos humanos⁶⁷. Nos anos 90, além das reivindicações pelos DhESCA's, a luta contra a violência institucionalizada, praticada especialmente por agentes públicos, passa a ter a centralidade no discurso e na agenda do Movimento, levando-o a se inserir fortemente nas instituições estatais para a formulação de propostas de políticas direcionadas à Segurança Pública, de um lado⁶⁸, e a se articular com as organizações da sociedade civil nacional e transnacional (e com os organismos internacionais) para denunciar as violações de direitos, de outro.

Nos relatórios referentes aos primeiros Encontros Nacionais realizados nesta década são bastante explícitas as críticas do MNDH às políticas neoliberais implementadas no País,

⁶⁶ Para uma visualização do crescimento dos movimentos sociais e organizações civis identitárias no MNDH, a partir dos anos 90 consultar os anexos relativos aos Encontros Nacionais realizados neste período.

⁶⁷ Para um balanço sobre a situação dos direitos humanos no Brasil e sobre a atuação do MNDH neste período, consultar, respectivamente, Moser e Rech (2003) e Carbonari (2003).

⁶⁸ A este respeito consultar a dissertação de mestrado “O movimento nacional de direitos humanos e a questão da violência institucionalizada (1986 – 1996)”, de Valéria Getúlio Brito e Silva (1999).

aos impactos negativos de tais políticas sobre as condições de vida da população e a ameaça à cidadania e à justiça social.

É evidente também a compreensão do Movimento quanto à necessidade da articulação de resistências no campo da sociedade civil, através de alianças com as organizações e movimentos sociais mais identificados com a questão dos direitos humanos, como condição para fortalecer e qualificar a participação da sociedade civil nos conselhos de políticas públicas e demais instâncias de participação da sociedade civil na esfera estatal, para garantir a implementação de políticas públicas de afirmação dos direitos humanos.

É neste cenário, paradoxalmente, que as reivindicações pelos direitos sociais, econômicos e culturais, na perspectiva da universalidade, indivisibilidade e interdependência e, em certa medida, a questão das lutas pelo reconhecimento da diversidade, assumem o protagonismo na agenda e no discurso do MNDH.

2.4 A matriz da transversalidade dos direitos humanos

A partir de meados da década de 1990, portanto, há uma clara reorientação na matriz discursiva do MNDH. Essa reorientação se expressa na defesa da universalidade e interdependência dos direitos humanos e na defesa dos direitos reivindicados pelas “minorias”. No VIII Encontro Nacional, por exemplo, as questões relacionadas a gênero, racismo e etnia, pela primeira vez são debatidas em um fórum do Movimento, evidenciando, em certa medida, uma ampliação no arco de questões trazidas para debate no Movimento. É interessante destacar que, embora setores ligados ao movimento negro como o Grupo União e Consciência Negra, o Centro de Cultura Negra do Maranhão e algumas organizações de defesa ao índio integrassem o MNDH desde sua gênese, é especialmente a partir de meados da década de 90 que as questões relativas à discriminação étnico-culturais e raciais, na perspectiva do reconhecimento da diversidade, isto é, do direito à diferença, passam a ser debatidas no Movimento (MNDH, 1994).

A introdução destas questões na agenda e no discurso do MNDH, a partir deste período, coincide com a emergência e a filiação crescentes das organizações civis identitárias, movimentos sociais e ONGs (negros, mulheres, criança e adolescente, homossexuais, organizações indígenas entre outros ao Movimento, como pode ser observado na Tabela II, abaixo, e com a emergência de uma nova compreensão dos direitos humanos na esfera

societária mais ampla, que busca articular as lutas pela igualdade material com as lutas pelo reconhecimento da diversidade.

Tabela II

Organizações presentes aos Encontros Nacionais de DH realizados na década de 1990⁶⁹

Organizações / Ano	1990	1992	1994	1996	2000	2002	2004
Centros e Comissões de D. H.	78	77	74	81	77	54	62
Comissões de Justiça e Paz (CJPs)	06	08	05	02	04	03	03
Org. Cívicas e Mov. Sociais Identitárias	18	11	19	13	15	22	36
Outras ONGs de Assessoria	09	12	12	06	07	06	11
Instituições Diversas	10	11	12	10	09	09	19
Agências Estatais	-	02	02	08	01	02	15
Fóruns	-	02	-	02	01	01	01
TOTAL	121	123	124	122	112	97	147

Fontes: Relatórios dos Encontros Nacionais do MNDH

A resignificação do discurso dos direitos humanos pelo MNDH e a significativa heterogeneização de sua base social podem ser atribuídas a uma conjugação de distintos fatores ocorridos nos cenários nacional e internacional, como a centralidade que os direitos humanos passaram a ter no campo das esquerdas, com o declínio do socialismo real (SANTOS, 2000; SORJ, 2004); a articulação transnacional das organizações da sociedade civil nos processos que antecederam as diversas conferências mundiais realizadas pela ONU na década de 1990⁷⁰, e, em especial, à realização da II Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993), que reafirmou a universalidade, interdependência e indivisibilidade entre os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais⁷¹, apontando para uma nova ampliação do conceito e conteúdo dos direitos humanos.

⁶⁹ Infelizmente não foi possível localizar a relação dos participantes presentes ao Encontro Nacional de 1998.

⁷⁰ As Conferências das Nações Unidas nos anos 90 compreenderam: Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio/92); Direitos Humanos (Viena/93); População e Desenvolvimento (Cairo/94); Desenvolvimento Social (Copenhague/95); Mulher (Beijing/95), Habitat II (Istambul/96).

⁷¹ A importância dos direitos econômicos, sociais e culturais para a afirmação dos direitos humanos já vinha sendo debatida desde a I Conferência Mundial de Direitos Humanos (1968), porém, é a partir da II Conferência que a defesa da universalidade, indivisibilidade e interdependência entre esses direitos passa a integrar, de fato, a agenda dos organismos internacionais. Como mostra o capítulo I, a atuação dos movimentos sociais e ONGs dos anos 70/80 foi fundamental para a inclusão das questões relativas a estes direitos na agenda da CDH/ONU.

A “aproximação” entre os movimentos sociais específicos ou identitários com a questão dos direitos humanos pode ser atribuída também à redefinição das estratégias de ação, das formas de articulação, à expansão da agenda dos movimentos sociais no contexto da globalização e, ainda, à emergência e em alguns casos, maior visibilidade de novos movimentos sociais: como o movimento homossexual, o movimento de meninos e meninas de rua, o movimento ambientalista e os movimentos étnico-culturais.

No cenário nacional, a participação e a articulação dos diversos movimentos sociais e ONGs nos fóruns e eventos que antecederam a realização do II Conferência Mundial de Direitos Humanos e na Conferência propriamente dita, aliadas a uma maior visibilidade da temática na cena pública durante este período, possivelmente contribuíram para que muitas organizações da sociedade civil que até então mantinham uma certa “indiferença” em relação à questão dos direitos humanos, e por decorrência em relação ao MNDH, comessem a participar dos fóruns e eventos organizados pelo Movimento. Nesse processo, muitas organizações (movimentos sociais) descobriram no MNDH um importante espaço de interlocução e um forte aliado em suas demandas por direitos, passando a incorporar a questão dos direitos humanos em suas agendas e discursos (MNDH, 1998, 1996, 1994).

Em certa medida, a articulação e assessoria prestadas pelo MNDH às diversas organizações populares para sistematização de propostas de emendas à Constituição de 1988, assim como a defesa dos direitos sociais de cidadania pelo Movimento, durante este período e o distanciamento de uma concepção mais teológica dos direitos humanos já vinham contribuindo para a reformulação do discurso sobre os direitos humanos e para esta “aproximação recíproca” entre os movimentos sociais identitários (mulheres, negros, homossexuais, indígena, ambientalista etc) e o MNDH.

A partir da segunda metade da década de 1990 essa articulação e aproximação foram fortalecidas com a participação crescente desses movimentos nos espaços de discussão e elaboração de propostas de políticas públicas, destinados à promoção dos direitos humanos como: as Conferências Nacionais de Direitos Humanos; o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos; o Programa Nacional de Direitos Humanos, de um lado; e pela inserção do MNDH nos conselhos de políticas públicas, como o Conselho da Criança e Adolescente (CONANDA), Conselho Nacional de Assistência Social (CNASS) e seu engajamento nos diversos fóruns de movimentos sociais realizados a partir desta década.

Da mesma forma, a defesa da indivisibilidade, interdependência e universalidade entre os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCAs) na agenda e discurso do MNDH, a partir de meados da década de 90, e a ampliação da noção de direitos humanos para além dos tradicionais direitos civis e políticos, com a incorporação dos chamados direitos difusos ou de terceira geração (como o reconhecimento dos territórios quilombolas etc), também contribuíram para que tais organizações percebessem a confluência entre suas demandas e as do MNDH e se reconhecessem a si mesmas como movimentos de direitos humanos, filiando-se ao MNDH.

Especificamente em relação ao movimento feminista, brasileiro e latino-americano, Alvarez (2000) afirma que um dos aspectos que colaborou para esta aproximação entre as organizações de mulheres e a temática dos direitos humanos (e com o MNDH) foi o fato de a questão da violência contra as mulheres ter sido enquadrada como uma questão de direitos humanos na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres. Nesta mesma direção, é interessante o depoimento de um dos entrevistados sobre a participação das organizações de mulheres no MNDH:

“Mulheres sempre teve na organização. Isso é inquestionável. Mas nós tivemos uma maior presença, a partir da Conferência de Viena, ela foi fundamental nisso. Até porque, lá todas as organizações feministas começaram a brigar pelo que se chamava de feminização do conceito de direitos humanos. Você tinha que incluir a mulher neste conceito. Então era trazer para a linguagem (dos direitos humanos) também a figura feminina” (Entrevistado O).

Tais processos, de alguma forma, propiciaram o início de um diálogo e de uma certa articulação entre atores sociais, cujas ações, embora situadas no mesmo campo, dificilmente dialogavam em virtude de equívocos e preconceitos mútuos. As conseqüências mais imediatas e perceptíveis dessa articulação e diálogo têm sido a ressignificação do conteúdo e do discurso sobre os direitos humanos de ambos os lados.

Ao analisar a trajetória do movimento feminista latino-americano e brasileiro, Alvarez (2000) mostra a ressignificação dos discursos e práticas das organizações feministas no continente, ao longo das últimas décadas. Segundo a autora, a maioria das fundadoras da segunda onda⁷² do feminismo latino-americano, além de afirmar a necessidade de se engajar plenamente na luta geral por justiça e contra o capitalismo, também passa a entender a

⁷² Década de 1970 e início dos 80.

opressão das mulheres como profundamente cultural, travando uma luta específica pelos direitos e a dignidade da mulher.

Nos anos de 1990 o movimento feminista teria se diversificado, adotando uma postura mais a favor da questão da democracia expressa nas lutas de gênero e pela afirmação da diferença, observando-se também uma multiplicação vertiginosa dos espaços e lugares em que as mulheres que se denominam feministas atuam e uma reconfiguração das identidades feministas. A autora sugere ainda que, por volta da metade da década, a fronteira que demarcava as práticas feministas estavam ainda mais conturbadas. Neste período ocorre não apenas a heterogeneização do movimento com a emergência de novos grupos: lésbicas, negras, trabalhadoras rurais, assim como a inserção crescente de integrantes do movimento na esfera estatal e a profissionalização e especialização, através da criação de diversas ONGs feministas.

Entretanto, contrariando algumas análises segundo as quais a inserção dos movimentos sociais na esfera institucional teria significado a cooptação dos mesmos pelo Estado, Alvarez defende a tese de que, no caso do movimento feminista, não houve uma cooptação, mas uma redefinição dos espaços e lugares a partir dos quais tais organizações passaram a se pronunciar. A autora sugere ainda que essa situação possivelmente também poderia ser observada em relação ao MNDH.

No âmbito do MNDH, a reformulação discursiva se expressa através da difusão dos direitos econômicos, sociais e culturais (DhESCA's) e do reconhecimento de que os direitos reivindicados pelos movimentos étnicos e culturais (ou identitários) também são direitos humanos, e nesta perspectiva são agendas legítimas. No caso das organizações filiadas, a ressignificação se manifesta a partir da constatação de que a luta pelos direitos humanos, levada a efeito pelo MNDH, vai além da defesa dos direitos civis e políticos, a partir do momento em que os direitos humanos deixam de ser vistos como uma questão de justiça burguesa.

Ao proferir um discurso capaz de abarcar as múltiplas dimensões dos direitos humanos, o MNDH se transforma num ancoradouro para aquelas organizações, cujas agendas enfrentam maior resistência na sociedade, como as organizações homossexuais, das profissionais do sexo, dos aidéticos entre outras. É o discurso mais abrangente dos direitos humanos, de um lado, e a dificuldade de traduzir suas agendas em políticas públicas, de outro,

que fazem com que essas organizações vejam no MNDH um aliado importante em lutas pela democratização da sociedade e a produção de inovações culturais e institucionais.

Entretanto, o fato de estas organizações estarem filiadas ao MNDH e participarem de seus fóruns não significa que o Movimento tenha incorporado as agendas mais específicas destes atores e nem mesmo o debate das questões mais polêmicas contidas em suas agendas, como a defesa do aborto, no caso do movimento feminista, e do casamento homossexual, no caso dos gays e lésbicas, como afirmam os entrevistados abaixo:

“O fato de ter o movimento gay no movimento de direitos humanos não significa que o MNDH tenha incorporado a pauta do movimento gay [...] Da mesma maneira, o fato de ter organizações de mulheres, não significa que o MNDH tenha incorporado a agenda das mulheres, especialmente aquelas agendas mais duras e conflituosas. Por exemplo, a agenda dos direitos sexuais e reprodutivos [...] A agenda da mulher, ou a agenda de gênero até foi incorporada, mas a agenda feminista que é a agenda mais forte, esta não incorporou. Até hoje o Movimento não tem opinião sobre o aborto. Nunca teve uma opinião pública sobre o aborto, e nem interna” (Entrevistado F).

“não tem sido ponto de pauta, pelo menos no momento não. Sobretudo porque a questão das diferenças tem aparecido de forma mais visível de uns poucos anos para cá” (Entrevistado I).

Se no plano discursivo o Movimento tem sido capaz de contemplar a diversidade das demandas dos grupos que o compõem, na ação política concreta a dificuldade de conciliar uma agenda mais genérica com demandas dos grupos específicos é real. No entanto, essa situação é percebida sem maiores tensões dentro do Movimento.

Alguns entrevistados entendem que não cabe ao MNDH se antecipar às reivindicações dessas organizações, colocar-se como protagonista de suas demandas, mas apoiá-las, fortalecê-las e assessorá-las quando elas assim o requererem. Consideram que o importante é que estas encontrem no MNDH um espaço mais amplo de interlocução, de articulação e de solidariedade. Há ainda os que entendem que a dificuldade para incorporar agendas mais específicas revela uma deficiência do Movimento.

Embora algumas entidades e militantes sejam claramente favoráveis às demandas mais polêmicas, não há uma posição pública e nem mesmo interna do MNDH, em relação a estas questões. Alguns entrevistados atribuem esta ausência de discussão à forte influência religiosa ainda existente no Movimento. Questões como o aborto, por exemplo, ainda não foram debatidas pelo Movimento. Não há consenso dentro do Movimento sobre o aborto.

“se a gente fosse fazer uma discussão hoje do aborto, nós teríamos problema. Essa discussão ainda não foi feita dentro do Movimento [...] como a questão do aborto é uma questão polêmica, complexa [...] exatamente por causa da nossa ligação com a Igreja, e a Igreja jamais, pelo menos neste século, eu acho que não vai acontecer, vai abrir uma discussão para o aborto. Ela inclusive não abre mão, ela é contra. Não tem discussão. Na hora que o Movimento chamar para uma discussão dessas, nós vamos ter sérios problemas [...] Muitos dos nossos defensores de direitos humanos são a favor. Isso a gente tem. Muitas entidades são a favor. Agora discutir isso como Movimento (dentro do Movimento) é outra coisa, porque aí, você tem que discutir com o todo, não vai discutir apenas com aqueles que querem discutir” (Entrevistado R).

“[sobre o aborto] essa discussão apareceu, de vez em quando, mas de forma ainda muito superficial. Não se discutiu a questão do aborto, como os fóruns eminentemente feministas fazem. Nunca foi tratado desta forma dentro do Movimento. Você tem, evidentemente, resistências, principalmente advindas das organizações ainda com fortes vínculos especialmente da Igreja Católica. Isso sempre foi um obstáculo [...] esse tipo de pauta já foi levantado em diversas ocasiões, só que nunca se chegou a um denominador comum. E esta é uma das características do Movimento” (Entrevistado O).

Além disso, uma parcela expressiva das entidades filiadas, que participam mais ativamente dos fóruns do MNDH, é constituída por entidades de base, pequenos grupos, situados em espaços locais que não apresentam agendas identitárias mais específicas, como as diversas associações de mulheres (residentes no campo e nas periferias urbanas)⁷³, ou por grupos com dificuldades de divulgar suas agendas, dado o preconceito e a discriminação social que enfrentam, como os homossexuais, os profissionais do sexo e os aidéticos.

“precisam de um espaço para eles se colocarem, dizerem, nem que seja para irem para brigar. Então o MNDH acabou sendo uma articulação onde esses grupos encontram um espaço para desenvolverem seu protagonismo, como segmento ainda não muito visível na sociedade. Os homossexuais são um deles. O Nordeste foi a região que primeiro filiou os grupos homossexuais [...] têm duas organizações dos profissionais do sexo, que é muito difícil conviver com as entidades da Igreja, mas temos duas hoje. Nós tivemos sempre entidades de crianças e adolescentes e entidades negras. As entidades de mulheres, as entidades de homossexuais, as profissionais do sexo, são mais recentes dentro do Movimento” (Entrevistado D).

“No entanto, ainda é muito difícil a convivência, primeiro porque a gente não vai pegar a bandeira dos homossexuais e trazer para dentro do Movimento, porque o Movimento não é só de homossexual. É negro, é indígena, é mulher, criança, saúde, terra, é tudo. Então, a gente tem que ter um cuidado grande para não engessar a rede [...] na verdade nós não fizemos ainda uma discussão séria, a discussão sobre isso dentro da rede” (Entrevistado S).”

⁷³ Um dado curioso a ser observado é o crescimento da participação das organizações de mulheres no MNDH, como o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará; a Associação de Mulheres Unidas da Serra e a Rede Acreana de Mulheres e Homens dentre outros.

Porém, a despeito da dificuldade do Movimento para incorporar agendas mais específicas, a inserção destes atores no MNDH, inegavelmente, vem contribuindo para a ampliação da gramática dos direitos humanos, com a inclusão do discurso do direito à diferença e a incorporação de algumas das demandas apresentadas pelos movimentos de mulheres, homossexuais e negros em suas lutas contra a discriminação sexual e racial e pelos direitos dos povos indígenas à sua autodeterminação e à sua identidade cultural, da defesa da ecologia, além dos direitos ambientais na agenda e discurso do Movimento.

Ao congregar organizações com identidades e demandas tão distintas, o MNDH vai alargando o seu campo discursivo, articulando reivindicações históricas com novas demandas. Nesse sentido, constitui objeto de luta do MNDH tanto a defesa dos direitos legalmente instituídos e as reivindicações por igualdade material, como as reivindicações pelo reconhecimento das diferenças étnicas, culturais, de gênero entre outros.

Além disso, ao articular o discurso do direito à igualdade com o direito à diferença, o MNDH sinaliza para uma perspectiva mais multicultural (SANTOS, 1999) dos direitos humanos, com a incorporação de algumas das demandas dos movimentos: indígena, negro, mulheres entre outros.

Em resumo, a primazia de uma nova matriz discursiva no MNDH a partir de meados da década de 1990, assim como o alargamento e a heterogeneização da base social, podem ser atribuídos tanto à emergência de uma nova compreensão dos direitos humanos no âmbito societário - mais aberta, plural e sensível às demandas por reconhecimento das diversidades étnico-culturais, quanto à crescente consciência, por parte das organizações identitárias filiadas, acerca da importância da atuação em rede e da articulação estratégica com outras forças sociais (movimentos sociais, ONGs) para ampliação dos espaços de discussão de suas temáticas e dos espaços a partir dos quais se pode construir uma sociedade democrática, pautada no reconhecimento do outro.

A heterogeneização da base social do MNDH pode ser observada também através do crescimento expressivo de ONGs no MNDH, sendo possível identificar nelas pelo menos três campos principais de atuação: assessoria, desenvolvimento e intermediação de projetos, e as ONGs voltadas para a produção do conhecimento e para o debate e a sistematização de propostas alternativas. Obviamente, esta distinção tem finalidade heurística apenas, já que na prática muitas ONGs atuam em mais de um destes campos desenvolvendo, simultaneamente,

tanto atividades de assessoria a grupos e organizações de base quanto a formulação de propostas de políticas públicas ou a produção e a disseminação de conhecimento. Dentre as ONGs de assessoria destacam-se, especialmente, a participação daquelas relacionadas ao campo jurídico⁷⁴, a maioria delas com forte inserção no Movimento. Há, no entanto, ONGs com atuação mais ampla que, além do apoio jurídico, dedicam-se ao desenvolvimento de projetos alternativos em diversas áreas: direitos humanos, meio-ambiente, educação popular, saúde, entre outros⁷⁵.

A filiação de ONGs de caráter transnacional como a Justiça Global, a Visão Mundial e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) ao MNDH, vem aumentando nos últimos anos, especialmente a partir de 2000. Expressam as mudanças nas ações coletivas contemporâneas, cujos campos de ação e articulação transcendem os espaços locais (nacionais), para se articular em redes transnacionais, como poderá ser observado no capítulo seguinte.

A filiação de ONGs voltadas para a sistematização de experiências (produção de conhecimento) e o debate e a difusão de propostas alternativas de políticas públicas também aumentou expressivamente a partir de meados dos anos 90. A maior presença destas organizações⁷⁶ na cena pública está relacionada à chamada “onguização” dos movimentos sociais. De acordo com Alvarez (2000), tal fenômeno estaria relacionado à crescente profissionalização e especialização dos movimentos sociais a partir dos anos 90, em virtude da necessidade da produção de conhecimento para qualificar e tornar mais efetiva a participação e a intervenção das organizações da sociedade civil nos conselhos de políticas para a formulação de propostas de políticas públicas.

Todavia, é necessário distinguir o tipo de participação e de engajamento das ONGs com vida própria, isto é, com competência técnica e capital social e cultural⁷⁷ suficientes para formular suas próprias propostas e obter financiamento junto às agências cooperação, como o

⁷⁴ Associação Nacional dos Advogados das Lutas Populares (ANALP); Apoio Jurídico Popular (AJP); Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR); Serviço de Assessoria Jurídica (SAJU); Sociedade de Assessoria aos Movimentos Populares (SAMOPS); Sociedade de Apoio ao Movimento Popular e Sindical; Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP); Centro de Assessoria ao Trabalhador Rural (CETRA), Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) dentre outras.

⁷⁵ Como o Instituto Brasil Central/GO (IBRACE); Instituto Brasileiro de Inovação Pró-Sociedade Saudável (IBISS); Instituto Brasileiro de Direitos Humanos e Desenvolvimento/SP (IBDH); Visão Mundial; Centro de Justiça Global; Fundação Ford; Conectas Direitos Humanos, (CEJIL).

⁷⁶ Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Instituto de Estudos Religiosos (ISER); Instituto Brasileiro de Análise Socioeconômica (IBASE); Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania (SACI); Instituto Polis; Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza (CEAHS); Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP).

⁷⁷ Sobre os conceitos de capital social e simbólico consultar especialmente Bourdieu (2002).

IBASE, o INESC, a Justiça Global e o Instituto PÓLIS; das pequenas ONGS, situadas nos espaços mais locais, sem muitas condições de acessar as agências de financiamento e com dificuldade de articular apoios e alianças e mesmo se expressarem politicamente na cena pública.

A filiação de ONGs com expressão nacional ao MNDH deve ser interpretada antes de tudo como uma questão política, constituindo uma estratégia de empoderamento recíproco entre os movimento sociais e as ONGs na sociedade contemporânea. A filiação destas entidades ao MNDH interessa a ambos os atores. Se é politicamente interessante para essas ONGs estarem integradas a uma rede de direitos humanos com a historicidade e capilaridade no tecido social como o MNDH, na medida em que tal processo lhes permite estabelecer conexões com as entidades de base, também é interessante para o MNDH tê-las em seus quadros de filiação, na medida em que tais filiações ajudam a legitimá-lo como um interlocutor da sociedade civil na defesa dos direitos humanos, perante as agências estatais e os organismos internacionais de direitos humanos, seja para as denúncias de violações dos direitos humanos, seja para a captação de recursos financeiros.

Entretanto, o nível de engajamento destas entidades nas atividades e ações do MNDH, quando confrontado com a participação da maioria dos CDHs, das Organizações Civis Identitárias e mesmo das “pequenas” ONGs é muito mais simbólico do que real. Em geral, visto que elas não participam das decisões e ações cotidianas do Movimento. Apesar de partilharem certos valores e possuírem projetos ético-políticos comuns, as articulações com estas entidades são mais conjunturais, feitas em torno de ações específicas, em função de demandas pontuais. A participação das grandes ONGs é mais elástica, esporádica, ainda que a colaboração destas em algumas situações possa ser mais qualificada.

Em síntese, a análise dos dados revelou a presença de três matrizes discursivas principais, a partir das quais o MNDH construiu o seu discurso acerca dos direitos humanos: a matriz humanista cristã da Teologia da Libertação; a matriz democrática formulada no terreno das lutas sociais, empreendidas pelas organizações de direitos humanos, e a matriz da transversalidade/pluralidade, formulada a partir da Conferência de Viena.

A Teologia da Libertação exerce a hegemonia discursiva até meados da década de 1980. Com a redemocratização essa matriz deixa de ser a referência discursiva hegemônica, cedendo lugar para a matriz democrática, que passa a ter a primazia no Movimento. A

hegemonia da matriz da transversalidade dos direitos humanos é construída a partir de meados da década de 90, com a introdução dos DhESCA's na agenda do Movimento e com a maior heterogeneização de sua base social.

Independentemente das divergências e diferenças entre as três matrizes identificadas, em todas elas os direitos são concebidos como mecanismos estratégicos para a proteção e promoção dos direitos humanos. Daí a importância que adquirem, tanto durante o regime autoritário como na democratização, as reivindicações pelos direitos instituídos e pela instituição de novos direitos no interior do Movimento. Não se trata, porém, de uma visão meramente legalista dos direitos humanos, mas do entendimento de que a esfera jurídica também constitui um espaço importante para a afirmação da cidadania e da dignidade humana, e para o reconhecimento do outro como sujeito de direito. A tendência à judicialização da luta pelos direitos humanos, dentro do Movimento a partir do final da década de 1990, (cap. IV), em certa medida deve ser entendida nesta perspectiva.

Os valores defendidos pelo MNDH são múltiplos e heterogêneos. Na trajetória investigada compõem o ideário discursivo e simbólico do MNDH tanto valores relacionados à Teologia da Libertação quanto os valores socialistas e libertários, da solidariedade, justiça social, democracia, cidadania, diversidade e alteridade. Esses valores têm pesos distintos, segundo as diferentes hegemonias. No entanto, a defesa da vida assim como a defesa da democracia e da cidadania, independentemente das concepções filosóficas vigentes ou das matrizes discursivas hegemônicas, são os valores estruturantes do MNDH. O direito à vida digna, com qualidade (o que implica tanto a defesa da integridade física e psicológica quanto o acesso aos bens culturais, sociais e econômicos produzidos), assim como a valorização da pessoa como ser de dignidade e como sujeito de direito.

Neste sentido, se se entende o campo ético-político como a construção de uma linguagem comum, que permite aos integrantes de um determinado coletivo se identificarem enquanto membros deste coletivo, (DOIMO, 1995) parece ser possível afirmar que o campo-ético político do MNDH caracteriza-se, de um lado, por um forte apelo moral expresso nas lutas contra as violações, na defesa da vida, na afirmação da dignidade humana na defesa da justiça e da solidariedade, e, de outro, pelas dimensões político-culturais presentes nas suas manifestações, reivindicações e proposições para que os direitos humanos venham a ser adotados como parâmetros, tanto nas políticas públicas como nas relações sociais cotidianas, ou seja, tanto pelo Estado como pela sociedade.

Os valores clássicos dos ideais iluministas do século XVIII e XIX como igualdade e liberdade, compõem o ideário do MNDH, mas foram ressignificados. Não se trata mais de uma igualdade abstrata e genérica. A concretização desses valores pressupõe o respeito dos direitos coletivos inscritos na Constituição de 1988, a implementação de políticas públicas que assegurem a inclusão dos excluídos e reconhecimento das diversidades étnico-culturais, sexuais e raciais, geracionais entre outros.

CAPÍTULO III

Movimento nacional de direitos humanos: de rede de articulação a articulação em redes

O presente capítulo tem como objetivo identificar e analisar as articulações que o MNDH vem estabelecendo com as diversas organizações da sociedade civil (nacional e transnacional), com os organismos internacionais de direitos humanos. No entanto, mais do que analisar a efetividade de tais articulações do ponto de vista de seus resultados concretos, interessa-me especialmente identificar os motivos e acontecimentos que levaram o MNDH a se articular a outros atores e movimentos sociais; os atores priorizados nas articulações estabelecidas e os processos gerados ou impulsionados a partir delas. Com esta perspectiva recorri a documentos diversos produzidos pelo Movimento⁷⁸ e a entrevistas com militantes dos direitos humanos. O capítulo compreende as seguintes seções: as abordagens sobre as ações coletivas na sociedade contemporânea; características e dimensões das redes; o MNDH nos anos 80: rede de articulação; o MNDH nos anos 90: articulação em redes e a relação local global através da articulação com os organismos internacionais de direitos humanos.

A primeira seção apresenta uma síntese dos dois principais paradigmas de análise dos novos movimentos sociais: o da Mobilização de Recursos (MR) e o dos Novos Movimentos Sociais (NMS) identificando, brevemente: origens, trajetórias, características principais e o diálogo que se estabelece entre os mesmos no final da década de 1980. A seção destaca ainda a abordagem de redes para a análise dos movimentos sociais. Essa abordagem vem se constituindo num referencial importante para se apreender a diversidade e a pluralidade das ações coletivas no contexto da globalização, assim como suas múltiplas articulações e conexões.

É importante esclarecer que a análise das redes de movimento não constitui propriamente uma oposição, mas uma complementação aos paradigmas anteriores (da Mobilização de Recursos e dos Novos Movimentos Sociais), na medida em que procura compreender e explicar as novas configurações assumidas pelos movimentos sociais nas sociedades complexas e ou da informação.

⁷⁸ Relatórios de Atividades, Relatórios de Gestão, Planos de Trabalho, Informes das Ações e Relatórios de Reunião da Coordenação Nacional.

A segunda seção aborda os aspectos conceituais da noção de redes e a sua utilização pelas diferentes disciplinas das ciências sociais. Para refletir sobre esta questão adotei especialmente os estudos de Scherer-Warren. Esta autora vem se destacando na construção de um referencial de análise dos movimentos sociais, a partir da idéia de redes de movimentos e seus trabalhos são uma referência não apenas nacional, mas também internacional, para todos os que buscam entender as múltiplas formas de manifestação coletiva da sociedade civil brasileira.

Nas duas seções seguintes (terceira e quarta), a partir do referencial adotado, caracterizo o MNDH como exemplo de movimento social que se constitui e se articula em rede, apresentando duas instâncias principais de articulação: uma interna e outra externa. Até o final da década de 1980 o MNDH constitui uma rede de articulação das organizações e movimentos sociais que o integram, além de se articular a outros movimentos. A partir do final dos anos de 1990, principalmente, o MNDH passa a se articular com outras redes de movimentos sociais, ONGs e organismos internacionais de direitos humanos, observando-se dois níveis principais de articulação: com as redes de movimentos sociais, fóruns e ONGs brasileiros e com os movimentos sociais, ONGs e organismos internacionais de direitos humanos. A última seção trata especificamente das articulações com os organismos internacionais de direitos humanos.

Desvelar as múltiplas articulações estabelecidas pelo MNDH constitui uma estratégia metodológica com vistas a identificar de que forma as conexões com as organizações e movimentos transnacionais influenciam no cenário local e vice-versa, procurando verificar também, em que medida o MNDH consegue articular as lutas por reconhecimento às lutas por redistribuição.

3.1 As abordagens sobre as ações coletivas na sociedade contemporânea

Dois paradigmas principais orientaram os estudos sobre os movimentos sociais e as ações coletivas contemporâneas. A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR)⁷⁹, de origem norte-americana, e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), de origem européia.

⁷⁹ A TMR surge em oposição às teorias clássicas dos movimentos sociais que os concebiam ou como resultado das carências materiais ou como comportamento irracional das massas. A emergência do movimento pelos direitos civis e do movimento de mulheres, compostos em grande parte por membros das classes médias fez com que os intérpretes dos movimentos sociais passassem a analisá-los não mais em termos de privações materiais.

Ambas as abordagens buscaram analisar a emergência e o significado dos movimentos sociais contemporâneos (MELUCCI, 2001, 1991; SCHERER-WARREN, 1998, 1996; GOHN, 1997; MUNCK, 1997; CANEL, 1997).

A TMR preocupou-se com as condições de organização dos movimentos sociais, em analisar os recursos necessários para a mobilização e as possibilidades de participação e integração político-institucional dos atores coletivos. Trata-se, segundo Gohn (1997), de uma abordagem centrada mais nas condições de como o movimento surge e não no porquê de seu surgimento.

A TMR destaca a natureza política dos novos movimentos sociais e os interpreta enquanto conflitos pela alocação de bens no mercado político. Esta perspectiva enfoca os aspectos estratégico-instrumentais da ação e coloca os movimentos sociais, simultaneamente, nos níveis da sociedade civil e do Estado. Enquanto a TNMS enfatiza as discontinuidades destacando as diferenças entre os novos movimentos sociais e os atores coletivos tradicionais, a TMR põe ênfase na continuidade entre os novos e os velhos atores coletivos. Para os teóricos da MR as ações coletivas operam ao nível político-institucional, de maneira que a distinção entre ação institucional e não-institucional não é pertinente para o estudo dos movimentos sociais.

A perspectiva dos NMS enfatiza a natureza cultural dos movimentos sociais. Para esta abordagem os movimentos sociais são lutas pelo controle da produção de significados e constituição de novas identidades coletivas. Acentua os aspectos expressivos dos movimentos sociais e os coloca exclusivamente no terreno da sociedade civil (MELUCCI, 2001; CANEL, 1997; MUNCK, 1997).

A teoria dos NMS surge em oposição às abordagens clássicas do marxismo que analisava as lutas sociais como resultado das contradições estruturais e via as ideologias como manipulação da realidade. Para os teóricos dos novos movimentos sociais, os novos atores levantaram questões não-classistas relativas a gênero, etnia, idade vizinhança, meio ambiente e paz. Nesta perspectiva das teorias dos novos movimentos sociais, a identidade dos movimentos sociais contemporâneos não podia ser reflexo mecânico dos interesses econômicos (MELUCCI, 2001; CANEL, 1997).

Até os anos 80 do século passado, grande parte dos estudos sobre os movimentos sociais e as ações coletivas foi realizada segundo tais abordagens⁸⁰. Nas últimas décadas, no entanto, algumas tentativas de síntese entre as duas correntes vêm se constituindo em objeto de esforço por parte de alguns estudiosos (SCHERER-WARREN, 1998, 1996; CANEL, 1997; GOHN, 1997; MUNCK, 1997).

Tais iniciativas partem do pressuposto de que as duas correntes são muito mais complementares do que antagônicas, na medida em que cada uma focaliza suas análises em torno de uma das dimensões constitutivas dos movimentos sociais. O paradigma norte-americano preocupado com a formação do ator e sua relação com as esferas institucionais e o paradigma europeu com a coordenação da ação social e seu significado (MUNCK, 1997).

Klandermans (1992) é um dos autores que critica a dicotomia presente em tais abordagens. Trata-se, no seu entender, de uma falsa dicotomia, pois na prática os movimentos sociais lutam tanto por inovações culturais no mundo da cultura, quanto por reivindicação, participação e integração no mundo da política institucional. Para este autor, os novos movimentos sociais não podem ser pensados apenas em termos de descontinuidade e distanciamento em relação às instituições políticas, como preconiza o paradigma dos novos movimentos sociais. No seu entender, quaisquer que sejam os traços definidores da novidade dos novos movimentos sociais, nem sua marginalidade nem seu distanciamento em relação à organização social e política desempenham um papel crucial, visto que as organizações dos movimentos sociais fazem parte de um conjunto mais amplo de organizações de apoio e de oposição.

Para Klandermans (1992, p. 189), “as organizações dos movimentos sociais surgem de redes multiorganizativas. Mediante vinculações e militâncias múltiplas, estão solidamente integradas nas redes organizativas de suas comunidades”.

A rede multiorganizativa de uma organização ligada a um movimento social tem setores favoráveis e desfavoráveis. Estes dois setores constituem um sistema de alianças e um sistema de forças conflitivas.

O sistema de alianças da organização de um movimento social consiste em grupos e organizações que dão apoio à organização, fornecendo-lhe recursos e oportunidades políticas.

⁸⁰ Segundo Scherer-Warren (1998) na América Latina, a abordagem da TNMS foi a que mais penetrou, pois permitia um melhor diálogo com a tradição marxista, que predominava na época.

Os sistemas de forças em conflito, pelo contrário, limitam as oportunidades. O sistema de forças em conflito é constituído pelas organizações e instituições (partidos políticos, elites institucionais, instituições governamentais) que se opõem à organização dos movimentos sociais, contrárias ao movimento. A fronteira entre esses dois sistemas é imprecisa e pode mudar no curso dos acontecimentos.

O sistema de alianças é composto tanto pelas organizações que constituem o movimento quanto pelas organizações de outros movimentos. As coalizões podem ser facilmente rompidas, devido a conflitos ideológicos. Klandermans ressalta que muito mais freqüentes que as coalizões estáveis são as alianças *ad hoc* entre organizações de movimentos sociais. Além disso, o sistema de alianças também pode agrupar organizações de qualquer tipo: partidos políticos, sindicatos.

Os sistemas de alianças são indispensáveis para que as organizações dos movimentos sociais possam sobreviver e exercer alguma influência política. As redes interorganizativas vinculam as organizações dos movimentos sociais com o sistema político, conectando as minorias aos partidos políticos com o setor do movimento social. Os laços com os partidos políticos e as elites são indispensáveis para obter influência política.

Munck (1997), também destaca a necessidade de combinar as interpretações dessas duas escolas (TMR E TNMS) para o entendimento dos desafios e dos dilemas que caracterizam os movimentos sociais contemporâneos. Para este autor, os movimentos sociais promovem mudanças porque participam da arena político-institucional e desenvolvem uma estratégia política⁸¹. Todavia, como os cientistas sociais foram atraídos pelo tema por considerarem os movimentos sociais como uma alternativa às formas mais tradicionais de exercício da política, pouca atenção foi dedicada à análise das relações entre os movimentos sociais e as instituições políticas nacionais.

Segundo Munck, a maneira como os movimentos desafiam as formas convencionais de exercício da política, e os dilemas associados a esse modo de agir, somente pode ser satisfatoriamente compreendida se enfatizarmos a ação dos movimentos sociais como atores estratégicos – conforme ressalta a teoria americana -, e, ao mesmo tempo, fundamentarmos o

⁸¹ A questão da estratégia política proposta por Munck passa pela intervenção nos espaços político-institucionais em contextos democráticos e pode colaborar na análise dos movimentos sociais brasileiros uma vez que segundo os estudos mais recentes, o desafio posto aos movimentos sociais e atores coletivos na atualidade consiste na necessidade de conciliar a representação institucional (a participação nos conselhos) com a mobilização social.

conceito de ação estratégica na noção de identidade coletiva, tal como formulam as teorias européias.

Assim como os teóricos dos NMS, Munck afirma que o movimento social é constituído e radicado na sociedade civil, porém, diferentemente deles, Munck defende que os movimentos sociais só poderão promover mudanças substanciais através da inserção político-institucional. O fato de os movimentos sociais constituírem um tipo de ação autolimitada (radicada na sociedade civil) não deve impedi-los de se relacionar com a esfera política.

No entender de Munck, o desafio que se coloca para os movimentos sociais contemporâneos é como garantir que o movimento social enquanto uma ação coletiva orientada para a mudança se relacione com as instituições políticas sem se deixar cooptar por elas, isto é, sem perder sua autonomia. Se optar por uma estratégia defensiva, isto é, em nome de sua identidade o movimento se recusar a se relacionar com as instituições políticas, este reduz sua capacidade de produzir mudanças, caindo no fundamentalismo identitário. De outro lado, se em nome da estratégia política, isto é, se os resultados forem buscados a qualquer preço, o movimento abre mão de sua identidade (uma ação orientada para a mudança), correndo o risco de ser cooptado pelo Estado.

Para este autor (1997), embora os movimentos sociais sejam constituídos e radicados na sociedade civil, eles só poderão realizar sua orientação estratégica para a mudança se atuarem também na arena político-institucional. O grande desafio para os movimentos sociais na atualidade é desenvolver uma estratégia ofensiva, sem se deixar cooptar pelo Estado. Nesta perspectiva, assinala:

“embora seja correto entender os movimentos sociais como tendo origem e atuação na sociedade civil, por serem atores estratégicos eles também agem a partir da sociedade civil, representando interesses constituídos no âmbito dessa sociedade em nível político-institucional. Portanto, se os movimentos sociais enfrentam menos dificuldades quando atuam primordialmente na arena social, a recusa em penetrar na arena político-institucional e se comprometer com estratégias políticas pode ser considerada uma derrota parcial em enfrentar com determinação o desafio associado à orientação para a mudança” (p. 7).

Ao transgredir as restrições intrínsecas à forma de ação autolimitada e desenvolver todas as suas potencialidades, adotando uma estratégia ofensiva, o movimento retém um vínculo coerente entre meios e fins, mas, em vez de restringir sua arena de atuação à sociedade civil, ele atua dentro e a partir de sua esfera social de origem.

Simultaneamente a tais abordagens, e em interlocução com elas, uma outra interpretação dos movimentos sociais vem adquirindo relevância entre os estudiosos da temática nas últimas décadas. Tal interpretação parte do pressuposto de que nas sociedades contemporâneas, marcadas pela complexidade e pela alta densidade de informação (MELUCCI; 2001, 1999; SCHERER-WARREN, 2004, 1999, 1998) os movimentos sociais adquirem novas configurações, articulando-se cada vez mais em redes.

Em tais análises as redes se caracterizam pela horizontalidade das relações sociais entre os múltiplos atores que as integram, pelo respeito à diversidade e à diferença, pela resistência a estruturas hierárquicas de poder e ao centralismo organizacional. Envolvem a participação de atores múltiplos (de movimentos, ONGs, cidadãos informais) para a realização de metas ou projetos comuns, que se constroem diante de conflitos ou de uma ação solidária.

Para Melucci (1999) a idéia de rede reflete melhor a forma de ser e de se expressar dos movimentos sociais na contemporaneidade: “uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que exige que as pessoas se envolvam na experimentação e na prática da inovação cultural” (p. 73), estritamente relacionada à vida cotidiana, às necessidades, à identidade dos membros; os momentos de mobilização transformam em ação coletiva visível um potencial que se prepara e se alimenta na situação de latência. A mobilização reforça a solidariedade primária e impede a dispersão e fragmentação das diversas células. Estas redes somente emergem em relação com problemas específicos e ainda que estejam integradas por pequenos grupos separados constituem um circuito de intercâmbios sociais.

Em suas reflexões, o autor (1999) inclui tanto as ‘organizações formais’, como a rede de relações informais que conectam indivíduos e grupos chaves em uma área mais extensa de participantes e usuários de serviços e bens culturais produzidos pelos movimentos. É formada por um sistema de trocas, com as seguintes características: a) propiciam a associação múltipla, b) a militância é somente parcial e de curta duração e c) o desenvolvimento pessoal e a solidariedade afetiva se colocam como uma condição para a participação em pequenos grupos. Na opinião de Melucci “este não é um fenômeno temporal, mas uma alteração morfológica na estrutura da ação coletiva”.

Os movimentos de mulheres, jovens, direitos humanos, ecológicos e as mobilizações pacifistas seriam exemplos de ações coletivas, cujas formas de articulação, mobilização,

expressão e luta expressam as características próprias dos movimentos sociais e ações coletivas na contemporaneidade, ou seja, “são redes submersas de grupos, de pontos de encontros, de circuitos de solidariedade que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado”.

Na tentativa de construção de um paradigma de análise para as ações coletivas e movimentos sociais, no contexto da globalização e da sociedade da informação, e tendo como referência as reflexões de Melucci, Touraine, Castells entre outros, Scherer-Warren (2002), afirma que os movimentos sociais na era da globalização são:

“redes sociais complexas que conectam simbólica, solidarística e estrategicamente sujeitos e atores coletivos cujas identidades vão se construindo num processo dialógico de identificações sociais, éticas, culturais e político-ideológicas, de intercâmbios, negociações, definição de campos de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação e exclusão sistêmica” (p. 82).

Convém esclarecer que a abordagem de redes não é tanto um paradigma (no sentido de um corpo teórico coerente e consolidado), mas uma abordagem da realidade social que procura captar as articulações, interações e inter-relações entre atores, sujeitos coletivos em suas lutas sociais, existentes entre as organizações. Molina (2001, p. 13) ressalta que a análise de redes sociais “estuda relações específicas entre uma série definida de elementos (pessoas, grupos, organizações, países e inclusive acontecimentos”, se centra nas relações e não nos atributos dos elementos. Alguns autores defendem que a análise de redes constitui um novo paradigma capaz de identificar e descrever a estrutura social de uma forma operativa e não metafórica. Outros, como Molina entendem tratar-se de uma aproximação em construção.

3.2 Características e dimensões das redes

O conceito de rede é adotado nas diversas áreas do conhecimento para analisar os mais distintos fenômenos. Historicamente o conceito tem transitado da Física à Biologia, da Antropologia à Geografia. Tratam-se, portanto, de um conceito polissêmico, variando seu significado segundo as diferentes disciplinas ou abordagens teórico-metodológicas. Nas ciências sociais, por exemplo, a idéia de rede é adotada tanto para analisar as relações e interações entre indivíduos como para analisar as relações e articulações que se estabelecem entre ações coletivas diversas ou ainda para analisar os fluxos entre as cidades (SCHERER-WARREN, 1998, 1996; SANTOS, 1996; LOYOLA e MOURA, 1996 entre outros).

Assim, na Antropologia a idéia de redes primárias é adotada para indicar as formas específicas de interação entre indivíduos de um mesmo agrupamento. Na Sociologia a idéia de redes sociais ou redes de movimento é adotada para analisar as articulações e interações entre diversas organizações sociais. Na Geografia a noção de redes urbanas é adotada para analisar os fluxos da cidade.

Além disso, a rede também pode ser definida com base em seus sentidos morfológico, simbólico ou de empoderamento ou, ainda, da relação entre ambos⁸². Do ponto de vista morfológico a rede pode ser entendida como um conjunto de nós interconectados, sem um centro (CASTELLS, 2000 apud SCHERER-WARREN, 2002). Seu funcionamento se caracteriza pela lógica da inclusão exclusão; se um nó da rede cessa de desempenhar uma função útil, será excluído da rede e esta se rearranja, como as células do processo biológico. Nesta perspectiva, alguns nós são mais importantes do que outros, mas cada um necessita dos outros enquanto se encontra dentro da rede; e nenhuma dominação nodal é sistêmica.

Uma definição morfológica de rede também pode ser encontrada em Mance (1999), na medida em que define a rede como:

“uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto, na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidade ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam, através de diversos fluxos” (p. 24).

A rede é ainda interpretada de diferentes formas, segundo a posição dos atores nela envolvidos. No pensamento científico é utilizada como um conceito teórico-metodológico, como um elemento da sociedade da informação. Já os militantes dos movimentos sociais em geral tendem a concebê-la como uma categoria empírica, isto é, como um meio real ou virtual, ou ainda, como uma imagem de novas formas de articulações solidarísticas e políticas da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 2004, 2002, 1998).

As redes de movimento sociais caracterizam-se pela pluralidade de atores no processo (ONGs, organizações populares, associações civis, associações profissionais, sindicatos, grupos atores políticos); pela interação simultânea de indivíduos, organizações formais e ou informais; pela informalidade e ou pouca formalidade; pelo interesse e projetos políticos

⁸² A este respeito consultar Scherer-Warren (2004, 1998, 1996).

culturais coletivos; mobilização de recursos, intercâmbio; solidariedade, cooperação, conflito, interações horizontais e engajamento voluntário.

Na análise de Cohen (2003) a forma de rede transcende as fronteiras nacionais, constrói associações transnacionais da sociedade civil e inclusive extrapola, em termos de participação, a linha divisória entre atores civis e atores estatais. Nesta perspectiva, as redes podem envolver desde:

“movimentos sociais locais, fundações, organizações não-governamentais internacionais e locais de pesquisa e defesa de interesses, organizações intergovernamentais regionais e internacionais e mesmo setores do Executivo e do Legislativo, bem como igrejas, órgãos de defesa de consumidores, intelectuais e sindicatos” (p. 9).

Segundo Scherer-Warren (1996, p. 119-122), as redes de movimentos que vêm se formando no Brasil apresentam algumas características comuns, tais como: a busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; a transnacionalidade; o pluralismo organizacional e ideológico e a atuação nos campos cultural e político.

A articulação de atores e movimentos sociais e culturais pode ocorrer de forma diversificada e por razões múltiplas. Podem-se articular organizações populares do mesmo tipo ou organizadas em torno de uma demanda bastante específica com o objetivo de se constituir numa força de pressão institucional mais ampla. As articulações também podem ser informais, ocorridas em função de lutas conjunturais. A autora destaca especialmente os fóruns de movimentos populares que contam com a participação de diversas forças organizadas da sociedade civil, visando o encaminhamento de soluções de problemas conjunturais.

A transnacionalidade se expressa com intencionalidades diferentes nas diversas ações coletivas, na formação de redes transnacionais de informação e solidariedade ou como mecanismo de pressão institucional ou cultural (direitos humanos e meio ambiente).

O pluralismo organizacional e ideológico caracteriza-se pela participação em várias organizações ou redes e pela incorporação de atores com concepções ideológicas ou simpatias partidárias variadas. Em que pese essa pluralidade, os atores devem partilhar princípios éticos mínimos comuns, como o combate à miséria, à exploração e à discriminação.

Do ponto de vista cultural as redes de movimentos sociais, segundo a autora, tendem a atuar no sentido da formação de novos sistemas de valores, sobretudo em relação à

democracia e o direito a uma vida digna e ecologicamente saudável. Esclarece, porém, que a atuação das redes não é apenas no nível simbólico. Estas visam transformar a opinião pública e se constituir em força de pressão ao sistema institucional e aos padrões dominantes contrários a estes princípios.

Partindo do pressuposto de que pensar os movimentos sociais em forma de rede implica em pensar na possibilidade de integração da diversidade, “em pensar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal e entre o uno e o diverso”, Scherer-Warren (2004, 1998) propõe uma metodologia de análise das redes de movimentos sociais a partir de três dimensões: da espacialidade (territorialidade), das temporalidades históricas (historicidade) e da sociabilidade.

A dimensão da espacialidade trata das conexões entre o local (nacional) e o global (transnacional), dependendo da escala, e entre os distintos atores que formam um determinado movimento e ou associação civil. No contexto da globalização tais conexões são impulsionadas pelo desenvolvimento científico-tecnológico que, através das redes técnicas, possibilita a comunicação e articulação entre movimentos sociais e associações civis situados em diferentes territórios. As manifestações antiglobalização e o Movimento Zapatista são apontados pela autora como momentos emblemáticos da utilização das redes técnicas para essa nova forma de expressão dos movimentos sociais.

A dimensão da historicidade diz respeito aos valores e referenciais ético-políticos que orientam as ações dos movimentos sociais e das identidades criadas no processo de luta dos distintos atores. Contemporaneamente, as redes de movimentos articulam-se em torno da defesa de alguns princípios ético-políticos comuns, como a defesa da democracia, o combate à exclusão, a defesa dos direitos humanos e o respeito à diversidade. Mas, os movimentos sociais atuam também a partir das heranças e tradições culturais e das identidades construídas no plano da ação coletiva e da historicidade.

“As redes de movimentos sociais através de seus vários níveis de manifestação (submersas, latentes, virtuais ou estruturadas) podem, assim, respaldar-se em várias temporalidades: o passado (a tradição, a indignação), o presente (o protesto, a solidariedade, a proposta) e o futuro (o projeto, a utopia). As redes podem também ser portadoras de historicidade, sujeitos de sua própria história”(2004, p.9).

De acordo com a autora, será no jogo dialético entre a tradição e as raízes culturais revistas criticamente, por um lado, e as opções e as utopias, por outro, que as redes de movimento podem construir seus projetos de transformação.

A dimensão da sociabilidade refere-se às relações e articulações que se estabelecem entre as diversas organizações que constituem um movimento ou às relações e articulações que se estabelecem entre movimentos sociais distintos. Estas podem ser observadas através das articulações primárias e secundárias que se estabelecem no plano da ação coletiva.

As articulações primárias caracterizam-se pelo estabelecimento de relações informais, esporádicas e ou transitórias firmadas entre pessoas ou grupos com pouco grau de formalidade, situados nos espaços de moradia, tais como encontros informais entre amigos, ou entre os componentes de grupos com alguma formalidade, como as associações de moradores, os grupos de mulheres entre outros.

No dizer de Loyola e Moura (1996, p. 55) as redes primárias constituem-se “por meio de interações que visam à comunicação, à troca e à ajuda mútua e emergem a partir de interesses compartilhados e de situações vivenciadas em agrupamentos ou localidades – a vizinhança, a família, o parentesco, o local de trabalho, a vida profissional etc”.

As articulações secundárias referem-se às articulações estabelecidas entre as associações civis e movimentos políticos, visando mudanças na realidade, com pretensões políticas. Constituem-se enquanto estratégias políticas, com vistas a alguma mudança de realidade.

A dimensão da sociabilidade nas redes pode ser apreendida através das seguintes categorias analíticas: reciprocidade, solidariedade, estratégia e cognição e ou pensamento crítico (SCHERER-WARREN, 2004). A dimensão da reciprocidade tem sido adotada para analisar as relações sociais do cotidiano local como as redes de vizinhança e as redes de sobrevivência. A dimensão solidarística é mais adotada para a análise das redes de ajuda mútua, de ações do voluntariado e da economia solidária. O apelo à solidariedade vem se constituindo em um recurso legítimo para as mobilizações sociais e para a criação de novas formas de associativismo. É no apelo à solidariedade entre povos e culturas que a intersubjetividade coletiva pode-se firmar com mais facilidade. Além disso, a dimensão estratégica das redes de ações coletivas é utilizada para o entendimento da dinâmica política dos movimentos sociais. Na sociedade da informação, segundo a autora:

“as redes desempenhariam um papel estratégico, como elemento organizativo, articulador, informativo e de empoderamento de coletivos e de movimentos sociais no seio da sociedade civil e na sua relação com outros poderes instituídos. As redes como estratégia de comunicação e de empoderamento da sociedade civil são as formas mais expressivas das articulações políticas contemporâneas dos movimentos sociais como, por exemplo, o que ocorre nos Fóruns Sociais Mundiais ou nas Grandes Marchas Mundiais ‘antiglobalização’ ou pela paz” (p. 17).

Em suas reflexões mais recentes Scherer-Warren (2004, 2002) vem chamando a atenção para a necessidade de construção de novas narrativas (dimensão cognitiva) que busquem compreender as conexões da complexidade, na sociedade globalizada e da informação. No seu entender (2002, p. 73), a dinâmica dos movimentos sob a forma de redes coloca novos desafios à teoria social crítica, entre os quais: a) a superação dos fundamentalismos (ideológico, religioso, étnico e territoriais) que penetraram na dinâmica dos movimentos sociais latino-americanos; b) o descentramento das subjetividades e a construção de novas intersubjetividades debatendo e confrontando percepções de atores multiculturais; c) a superação dos essencialismos, o que implica o reconhecimento do outro, elevando-o da condição de objeto para a de sujeito e construindo a solidariedade, uma vez que esta só existe se houver diferenças; d) o fim da separação entre teoria e prática ao engajamento dialógico na rede ou a necessidade de se repensar as interações e articulações necessárias entre academia, ongs e militância da base.

3.3 O MNDH nos anos 80: rede de articulação

O Movimento Nacional de Direitos Humanos é adotado aqui como exemplo paradigmático de movimento social que se constitui e se articula em rede, seja através das articulações solidarísticas entre as distintas associações civis⁸³ que o constituem; seja através das articulações estratégicas que estabelece com os múltiplos atores da sociedade civil nacional e transnacional (movimentos sociais, ONGs, fóruns e redes de movimentos sociais) e com os organismos internacionais de direitos humanos.

Em seus primórdios o MNDH constituía uma rede de organizações civis composta basicamente pelas Comissões de Justiça e Paz (CJPs), Grupos, Comissões e ou Centros de Defesa dos Direitos Humanos (CDHs) e ou organizações civis equivalentes aos CDHs,

⁸³ De acordo com Scherer-Warren (1988, p. 15), associações civis são formas organizadas de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas como as associações de moradores, as organizações não-governamentais e os grupos de ajuda mútua entre outras.

criados a partir de meados da década de 1970, com a finalidade de denunciar a violação dos direitos civis dos presos políticos pelo regime autoritário, lutar pela democracia pela justiça social.

Até a década de 1980 as articulações eram feitas especialmente com as organizações da sociedade civil local (nacional), sendo possível identificar pelo menos duas instâncias principais de articulação: uma interna, entre as diversas organizações civis filiadas ao MNDH; e outra externa, envolvendo um conjunto muito maior e heterogêneo de forças sociais e políticas (movimentos sociais, partidos políticos e instituições diversas) que se mobilizavam em uma ampla frente de oposição ao regime autoritário, através das mobilizações cívicas pela anistia aos presos políticos, pelas eleições diretas em todas as esferas de governo e pela democratização.

As articulações internas visavam a comunicação, a troca de experiências, o intercâmbio, a solidariedade e o reconhecimento mútuo entre os diversos grupos e os centros de defesa dos direitos humanos. Especialmente importante para a articulação entre os grupos de direitos humanos existentes no período foi a criação, em 1982, do Serviço de Intercâmbio (SIN). Até 1986, com a institucionalização do MNDH e a constituição de uma direção nacional, o SIN funcionava como uma central de recebimento e divulgação de informações e denúncias das violações de direitos humanos, encarregando-se de repassá-las às organizações existentes nos diversos estados que, através de cartas, denúncias e manifestações pressionavam (nos estados de origem das denúncias) os órgãos públicos responsáveis pela apuração das denúncias apresentadas (MNDH, 1984, 1983, 1982a).

As articulações externas buscavam fortalecer as múltiplas ações coletivas em suas lutas pelos direitos de cidadania e pela democratização. Nesta perspectiva, o MNDH se articulava com outros movimentos sociais como o movimento dos favelados, o movimento contra o custo de vida, o movimento negro, o movimento de mulheres e com as reivindicações populares por saúde, educação, transporte e moradia entre outros⁸⁴ (MNDH, 1982a).

Este período evidencia momentos importantes na constituição de uma esfera pública⁸⁵ no campo dos direitos humanos, expresso na emergência de inúmeras organizações civis,

⁸⁴ Sobre os movimentos populares dos anos 70/80 ver, dentre outros, Gohn (1997), Scherer-Warren (1996), Doimo (1995); Paoli (1995) e Sader (1988).

⁸⁵ A concepção de esfera pública adotada no presente estudo está ancorada nas discussões e reflexões realizadas pelo GECD (1999). Tendo como referência os trabalhos de Habermas, Arendt e Fraser sobre esfera pública, o referido Grupo defende a participação dos movimentos sociais em instâncias representativas no interior do

denunciando e problematizando a violação dos direitos e nas suas mobilizações pela inclusão de novos direitos na Constituição de 1988.

Ao contrário da década de 1970, no entanto, quando as denúncias contra a tortura, assassinatos e as prisões arbitrárias (ou violação dos direitos civis dos presos políticos) e as lutas pela redemocratização tinham centralidade na agenda das entidades de defesa dos direitos humanos, na década de 1980 eram as reivindicações pelos direitos sociais e pela criação de espaços de participação e representação da sociedade civil na esfera estatal que assumiam o protagonismo na agenda do MNDH.

Os estudos sobre os movimentos sociais deste período - Gohn (1997), Paoli (1995), Dagnino (1994) e Telles (1994) - mostram que as manifestações e mobilizações empreendidas pelos diversos movimentos sociais durante os anos de 1970/80 produziram um dos momentos de maior vitalidade da sociedade civil brasileira, garantindo a incorporação, na nova Constituição, dos chamados direitos de terceira geração⁸⁶ e a criação de espaços de participação e representação de caráter deliberativo nas agências estatais, como os conselhos de políticas públicas, nas conferências nacionais, dentre outros espaços.

Paradoxalmente, também no início dos anos de 1980, a despeito do reconhecimento do MNDH como um ator e um interlocutor importante na defesa e promoção dos direitos, a luta pelos direitos humanos passou a ser associada, pejorativamente “a defesa de bandidos”.

Estado (como os conselhos de políticas públicas e o orçamento participativo) como condição fundamental para a construção de uma esfera pública democrática. Para os integrantes do Grupo (p. 65) “quanto mais diversificado o público incluído nesses espaços, argumentando, negociando, pactuando, legitimando reciprocamente a si e aos interesses demandados, maior o grau de publicidade e maior as possibilidades de avanço democrático nesse processo, que pode criar o terreno propício à construção de novas hegemonias”. Nesta perspectiva a esfera pública é definida como “um espaço de denúncia, debate, argumentação negociação e formação de uma opinião pública democrática”.

⁸⁶ A classificação sobre as gerações de direitos varia segundo os diversos autores. Na perspectiva adotada por autores como Bobbio (1992), Lafer (1988) e Marshall (1964), os direitos civis e políticos contidos nas Declarações do final do século XVIII e Constituições do século XX, são considerados direitos da primeira geração. São os chamados direitos negativos, por se tratar dos direitos do indivíduo face ao Estado. Os direitos sociais do *Welfare State* (saúde, educação, trabalho) constituem os direitos de segunda geração. São considerados direitos positivos por se tratar dos deveres do Estado em relação aos indivíduos. A terceira geração de direitos é constituída pelos chamados direitos coletivos e ou difusos tais como o direito à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, ao meio ambiente sustentável, à paz e os direitos das minorias étnicas, sociais e culturais. Os direitos de terceira geração, considerados de titularidade coletiva, têm como titular não o indivíduo na sua singularidade, mas os grupos humanos como a família, o povo, a nação, coletividades regionais ou étnicas. Fala-se ainda em uma quarta geração de direitos constituída pelos direitos relativos à bioética e os direitos virtuais. Entretanto, essa classificação de direitos vem sendo questionada por autores como Volkmer (2005), Cançado Trindade (1998), Piovesan (1998, 1997) e Alves (1994). Nas análises desses autores, a classificação dos direitos em termos de gerações teriam fomentado uma visão atomista e linear dos direitos histórica e juridicamente infundadas. Na perspectiva adotada por tais autores fala-se em múltiplas dimensões e não mais em gerações de direitos, sendo os direitos humanos (ou a cidadania) constituídos pelos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais simultaneamente.

Segundo Caldeira (1991) tal associação, feita por políticos conservadores, setores da polícia e da imprensa contrários à política de humanização dos presídios, proposta pelo governo Franco Montoro em São Paulo, foi possível porque, no Brasil, os direitos individuais sempre estiveram associados à idéia de privilégios, enquanto os direitos sociais estão associados às lutas dos setores populares pelo acesso a bens e serviços públicos.

Até a década de 1980, as articulações do MNDH no plano externo (dimensão da espacialidade) eram limitadas, apresentando também uma conformação distinta das articulações atuais. As articulações eram feitas basicamente com a Anistia Internacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) para denunciar as violações dos direitos humanos pelo regime militar. Estas eram feitas através de diversos agentes mediadores, especialmente por representantes da ala progressista da Igreja da Católica, engajados nas lutas pelos direitos humanos e por militantes políticos exilados na Europa e nos Estados Unidos. Havia obviamente intercâmbios com as organizações de direitos humanos de países do continente latino-americano, que, como o Brasil, haviam passado (ou ainda se encontravam) por experiências ditatoriais⁸⁷. Todavia, as articulações estabelecidas não iam muito além das manifestações de solidariedade às entidades e pessoas engajadas na luta pelos direitos humanos e do apoio aos militantes presos no continente ou exilados (MNDH, 1984, 1983, 1982a).

A partir de meados dos anos de 1990 (seção a seguir), além da ampliação do universo de atores envolvidos, as articulações passaram pela definição de estratégias políticas e pela construção de agendas comuns, pela realização de manifestações e pressões conjuntas envolvendo o engajamento de múltiplos atores - movimentos sociais, ONGs, organismos internacionais situados em espaços físico-geográficos distintos. A partir deste período, o MNDH também assumiu o protagonismo na elaboração de diagnósticos sobre a situação dos direitos humanos no País, nas denúncias de violação no cenário internacional e na articulação com as entidades internacionais, para pressionar o Estado brasileiro a implementar políticas de proteção desses direitos. O alto grau de complexidade que adquiriram as dinâmicas político-sociais contemporâneas e a capacidade destrutiva do capitalismo exigiram que os movimentos sociais passassem a se articular em rede para se contrapor aos desequilíbrios provocados pela globalização econômica.

⁸⁷ Os relatórios dos primeiros Encontros Nacionais realizados pelo MNDH, na década de 1980, registram a presença de vários representantes de organizações de direitos humanos de países latino-americanos.

3.4 O MNDH nos anos 90: articulação em redes

A partir da segunda metade da década de 1990, especialmente, o campo de atuação do MNDH torna-se mais complexo e multifacetado, verificando-se, de um lado, a articulação com as redes de movimentos sociais e organizações civis em escala nacional e transnacional e, de outro, a inserção crescente nos espaços socioinstitucionais (conselhos de políticas públicas, conferências nacionais) e a realização de parcerias com as agências estatais para a implementação e monitoramento de políticas públicas (cap. IV).

Ao contrário das décadas anteriores, no entanto, as articulações são estabelecidas não mais entre os movimentos sociais isoladamente (enquanto sujeitos coletivos com demandas e identidades específicas), mas em redes e fóruns de movimentos sociais e ONGs que, não obstante as suas especificidades, unem-se para a construção e defesa de princípios ético-políticos comuns, como a defesa da democracia, da cidadania, dos direitos humanos e o combate à desigualdade e à exclusão social.

Uma única ação pode envolver, simultaneamente, a participação de diversos movimentos sociais e ONGs (nacionais e transnacionais), organismos internacionais e, em alguns casos, dependendo da natureza das ações podem envolver até mesmo representantes de agências estatais.

Através da articulação em redes, busca-se tanto o fortalecimento das organizações de direitos humanos, como o empoderamento (no sentido do fortalecimento e autodeterminação) das demais organizações da sociedade civil em suas demandas por democracia, justiça social e cidadania e pela efetivação dos espaços de representação do Movimento nas agências estatais.

No campo da sociedade civil local (ou nacional), as articulações com os fóruns e redes de movimentos sociais e ONGs têm sido a estratégia política adotada pelo MNDH para pressionar o Estado na implementação de políticas públicas; enfrentar as resistências a projetos e políticas de inclusão social discutidos no âmbito dos conselhos sociais; garantir a inclusão da temática dos direitos humanos na agenda política e denunciar a violação dos direitos humanos. A articulação em rede tem sido também uma forma de enfrentar a desarticulação e o enfraquecimento da participação social na esfera pública.

Espaços mais fluídos e dinâmicos, constituídos por atores sociais múltiplos, os fóruns vêm se configurando como uma das principais formas de articulação das organizações da sociedade civil, seja para estabelecer estratégias de ação conjunta no âmbito dos conselhos e conferências, seja para mobilizações e manifestações na esfera pública.

Gohn (1997, p. 25) define o fórum como “uma reunião pública, um lugar onde se debate os negócios públicos”. Trata-se, segundo a autora, “de uma articulação, uma união circunstancial, momentânea, em função de objetivos pré-determinados, que não diluem a natureza anterior das partes”.

Nesta perspectiva, o MNDH integra-se ao Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA); ao Fórum da Reforma Agrária e Justiça no Campo; ao Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH); ao Fórum Permanente do Sistema de Proteção à Testemunha (este último sem muita articulação); ao Fórum da Violência e à Inter-Redes. Os dois primeiros foram constituídos no início da década, respectivamente, em 1990 e 1992. O MNDH teve participação expressiva na articulação do FDCA, colaborando nas discussões para elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na instalação do CONANDA. O Fórum contra a Violência é bem mais recente e vem enfrentando problemas de articulação entre os atores envolvidos. Sua composição é distinta da composição dos demais fóruns, já que aglutina também representantes dos órgãos do sistema de justiça e segurança pública.

O FENDH foi constituído em meados dos anos de 1990 pelas organizações da sociedade civil⁸⁸ responsáveis pela preparação das Conferências Nacionais. Tem como objetivo articular, fortalecer e qualificar a participação dos movimentos sociais e ONGs no âmbito das Conferências Nacionais, assim como monitorar a implementação de políticas públicas no campo dos direitos humanos⁸⁹.

⁸⁸ Além do MNDH participaram das discussões para a constituição do FENDH: INESC, IBASE, FASE, CIMI, MST, Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, CNBB, CUT dentre outros.

⁸⁹ Atualmente o Fórum é composto por mais de trinta entidades: Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende); Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Articulação do Semi-Árido (ASA), ABONG, Cáritas Brasileira, CUT, Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Comissão Brasileira de Justiça e Paz/CNBB, Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, CPT, Comunidade Bahai, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Conectas, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, CIMI, CESE, FASE, Fundação Fé e Alegria do Brasil, GAJOP, Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia (GAPA-BA), IBASE, POLIS, INESC, Instituto Feminista para a Democracia (SOS Corpo), Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural “Sebastião Rosa da Paz” (IFAS), Instituto Paulo Freire, Instituto Socioambiental (ISA), Justiça Global, MST, MNMMR, Organização de Mulheres Negras (Fala Preta!), Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS), Terra de Direitos .

A Inter-Redes é uma articulação nacional de diferentes redes⁹⁰ de organizações da sociedade civil, com atuação em âmbito nacional que prioriza a interlocução com o atual governo no âmbito do Plano Plurianual (PPA) e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Nestes espaços defendem o controle social das políticas públicas, a participação da sociedade civil na elaboração e revisão do PPA e a construção de indicadores sociais que levem em consideração especificidades relacionadas a gênero, raça, etnia, geração e região (MNDH, 2004b).

O MNDH integra também a Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - Plataforma DhESC⁹¹ Brasil, seção nacional da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos e Desenvolvimento. A Plataforma DHESC pode ser definida como uma rede nacional de articulação de organizações da sociedade civil que busca promover ações comuns em temas relacionados aos direitos humanos. Sua articulação vem sendo construída com o objetivo de promover um amplo debate sobre a integralidade e universalidade dos direitos econômicos, sociais e culturais DHESCs; monitorar a implementação de programas e políticas governamentais que assegurem essa indivisibilidade e difundir a compreensão desses direitos como direitos humanos. Uma primeira tentativa de articulação da Plataforma DhESC ocorreu ainda no início da década de 1990, logo após a II Conferência Mundial de Direitos Humanos, porém sem muito sucesso. As discussões foram

⁹⁰ A Inter-Redes é composta pelas seguintes organizações: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT); Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais (ABONG); Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Articulação de Mulheres Negras Brasileiras-RJ (AMNB); Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMON); Articulação do Semi-árido (ASA); Conselho de Educação de Adultos para a América Latina e Caribe (CEAAL); Central de Movimentos Populares; Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE); Coalizão Rios Vivos (CRV); Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (DHESC Brasil); Rede de Direitos Humanos e Cultura (DHNET); Encontro Nacional de Agroecologia (ENA); Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário no Brasil (FACES); Fórum da Amazônia Oriental (FAOR); Fórum Brasil do Orçamento (FBO); Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS); Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN); Fórum de Direitos da Criança e Adolescente (FDCA); Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC); Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FLC); Fórum Nacional de Assistência Social (FNAS); Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN); Fórum Nacional de Participação Popular (FNPP); Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU); Fórum ONGs AIDs (FONGSAIDs); Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD); Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA); Marcha Mundial de Mulheres; Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Observatório – Social Watch/Observatório da Cidadania; Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAB); Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Rede Cerrado; Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA); Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP); Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (Rede Brasil); Rede Brasileira de Justiça Ambiental; Rede Feminista de Saúde (RFS); Rede Gapas (RGapas); Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS); Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA); Rede Pantanal.

⁹¹ Referem-se aos direitos previstos no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESCs). Ao incluí-los na sua agenda o MNDH acrescenta a letra “h” à sigla DhESC para difundir a idéia de que tais direitos também são direitos humanos. Posteriormente, com a maior difusão do debate sobre a questão ambiental, o MNDH acrescenta a letra “A” à sigla DhESC (DhESCA).

retomadas durante as comemorações do cinquentenário da Declaração de 1948, quando se introduziu na agenda pública o debate sobre a indissociabilidade entre os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais para a afirmação dos direitos humanos. A inclusão da letra h à sigla DESC é entendida pelos integrantes da Plataforma DHESC Brasil como uma estratégia importante para que os direitos humanos sejam compreendidos na perspectiva da universalidade e da integralidade (RODRIGUEZ, 2006).

De uma composição inicial de seis (06) entidades, a Plataforma DhESC congrega atualmente mais de trinta (30) organizações de defesa dos direitos humanos. Sua coordenação nacional é composta por nove (09) entidades, dentre as quais o MNDH⁹², que foi também a entidade responsável pela sua organização no Brasil.

Além da difusão dos DhESCs como direitos humanos, um dos desdobramentos da Plataforma DhESC Brasil foi a criação (em 2002) do Projeto Relatores Nacionais em Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA). O Projeto tem como finalidade monitorar as ações implementadas pelo Governo Federal visando a efetivação dos DhESCA no País (RODRIGUEZ, 2006).

Inspirado na experiência dos Relatores Especiais Temáticos das Nações Unidas, os Relatores Nacionais, representantes de organizações da sociedade civil, têm como missão investigar situações de desrespeito aos direitos humanos no Brasil, dentro de sua área específica. Foram nomeados Relatores Nacionais para o Direito Humano à Saúde; Direito Humano à Moradia Adequada; Direitos Humanos à Alimentação, à Água e à Terra Rural; Direito Humano ao Meio Ambiente; Direito Humano à Educação; e Direito Humano ao Trabalho. Os relatórios são apresentados a cada dois anos em fóruns de entidades nacionais e internacionais, como a Conferência Nacional de Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos da ONU e a Comissão Interamericana (RODRIGUEZ, 2002).

A capacidade de fiscalização e monitoramento das ações governamentais pelos Relatores Nacionais é limitada. Nestes quatro anos de existência⁹³ os Relatores (eleitos de dois em dois anos) visitaram 76 municípios de 18 estados brasileiros. Todavia, o significado e

⁹² Atualmente a Plataforma DhESC é coordenada pelas seguintes organizações: Comissão de Justiça e Paz – SP, Rede de Informação e Apoio pelo Direito de se Alimentar, Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP, Centro de Justiça Global, Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE e o Movimento Nacional de Direitos Humanos, que ocupa a Secretaria Executiva da mesma (MNDH, 2004).

⁹³ Os primeiros relatores nacionais foram nomeados em outubro de 2002.

a importância dos mesmos junto às entidades de direitos humanos e os poderes públicos locais (incluindo aí Ministério Público) não podem ser desconsiderados. Além de serem instrumentos de valorização das reivindicações e dos processos de defesa dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, as missões realizadas pelos Relatores têm permitido também uma aproximação maior das entidades locais com os atores sociais que estão no centro do debate sobre os direitos humanos. A partir de 2006 os Relatores Nacionais passaram a desenvolver também “missões de caráter preventivo” orientando na formação de ações ou projetos para antecipar-se às tragédias anunciadas (RODIGUEZ, 2006).

As articulações transnacionais (na esfera da sociedade civil) têm sido feitas especialmente através da integração do Movimento à Plataforma Interamericana dos Direitos Humanos: Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD) e à Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH).

A Plataforma Interamericana foi criada no início dos anos 90. Sua articulação se dá no contexto da redemocratização e de redirecionamento do financiamento das ONGs internacionais que passaram a priorizar investimentos nos países do leste europeu e da África.

A Plataforma Interamericana busca construir uma agenda consensual para os países da região, nas discussões relativas à indivisibilidade, interdependência e universalidade dos direitos econômicos, sociais e culturais e ambientais; pressionar os governos dos países envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas que contemplem esta interdependência, além de atuar na defesa da justiciabilidade⁹⁴ dos DhESCs.

A Plataforma Interamericana tem se constituído num dos principais espaços de articulação das organizações de direitos humanos no continente latino-americano. Ao integrá-la o MNDH amplia consideravelmente sua esfera de ação do local para o transnacional e vice-versa. Além do fortalecimento mútuo entre as entidades que a integram, a Plataforma amplia o universo das entidades que defendem os direitos humanos na perspectiva dos DhESCs,

⁹⁴ Por justiciabilidade entende-se a criação de mecanismos que possibilitem a aplicabilidade e exigibilidade dos direitos. Em outras palavras, a justiciabilidade pressupõe a criação de condições institucionais e políticas para que todas as categorias de direitos econômicos, sociais e culturais e ambientais possam ser exigidas. Segundo Rodriguez (2002, p. 23), “nenhum direito é justiciável se não conta com mecanismos e normas que permitam à vítima a restituição e/ou reparação de seu direito pela via judicial”. No caso específico do PIDESCs os mecanismos de proteção são os relatórios periódicos que os Estados signatários devem enviar ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da ONU, o que evidentemente passa pela implementação de políticas públicas.

possibilitando também um maior controle e monitoramento sobre as políticas implementadas pelo Estado com vistas à promoção dos direitos humanos.

Atualmente a Plataforma é constituída por dezesseis (16) países da América Latina, América Central e do Caribe. No período de 2002 a 2005 sua Coordenação Regional foi exercida pelo MNDH, que também foi a entidade responsável pela articulação da versão local (nacional) da Plataforma Interamericana no Brasil.

A divulgação da Plataforma Interamericana é feita através da participação de seus integrantes nos encontros, eventos e fóruns promovidos pelas entidades de defesa e promoção dos direitos humanos (movimentos sociais, ONGs e organismos internacionais) e órgãos governamentais nos diversos países da região, visando difundir a importância da implementação do Pacto sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais para a afirmação dos direitos humanos, fortalecer a luta e a articulação das entidades de direitos humanos no continente.

Um outro importante espaço de articulação transnacional em rede (na esfera da sociedade civil) tem sido a Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH). Embora estivesse filiado à FIDH desde o final da década de 1980, a articulação com essa organização só se torna mais efetiva a partir de 2000, quando o MNDH passa a ter um maior domínio sobre os sistemas internacionais de direitos humanos, assim como ter maior consciência do impacto da ação externa no espaço local, isto é, para o fortalecimento de suas lutas no cenário nacional, como afirma o entrevistado abaixo:

“Esta participação na FIDH só se torna efetivamente mais protagonista, com maior consciência do espaço que a gente estava ocupando no ano 2000, quando a gente começa a intervir internacionalmente, quando a gente começa a entender o que é o sistema de direitos humanos da ONU, o sistema de direitos humanos da OEA” (Entrevistado S).

Ao mesmo tempo em que conecta o MNDH a outras redes e organizações civis internacionais de direitos humanos, abrindo possibilidades para novas articulações, parcerias e financiamentos, a FIDH também tem se constituído num mediador importante entre o MNDH e os organismos internacionais como a ONU e a OEA, facilitando o acesso do Movimento a essas organizações. Ela atuou na articulação da visita do relator especial da ONU sobre tortura ao País em 2000, ajudando a deslanchar a Campanha Nacional contra a Tortura. Foi também um dos atores externos acionados pelo Movimento para denunciar a prática da tortura no

Brasil, durante a reunião anual do Comitê contra a Tortura da ONU (CAT). A fala do entrevistado abaixo expressa bem essa situação:

“A FIDH tem aberto as portas para nós. Tanto na ONU quanto na OEA, especialmente na ONU. Se a gente quer ir para a ONU antes fazemos contato com a FIDH. Informamos que estamos indo, que queremos falar com o Relator contra a Tortura [...] e como membro da FIDH podemos formar parte das missões” (Entrevistado Q).

A participação dos diversos movimentos sociais e ONGs latino-americanos nas reuniões regionais preparatórias à II Conferência Mundial de Direitos Humanos e no Fórum de ONGs, paralelo à Conferência, constituíram momentos importantes nesse processo de articulação transnacional em redes, fortemente impulsionado pelas manifestações antiglobalização capitalista, no final da década de 1990, e, no início do século XXI, pelo engajamento do MNDH nos vários Fóruns Sociais Mundiais.

Embora recentes, tais articulações têm proporcionado a ampliação no escopo de ação do Movimento, para além dos limites do Estado-nação brasileiro, e o seu fortalecimento como sujeito coletivo no cenário nacional. Ao se articular às entidades internacionais, o MNDH amplia sua capacidade de pressão sobre o Estado, abre canais de negociação e interlocução com as agências estatais, influi nas políticas públicas, nos discursos, nas normas, além de ampliar sua legitimidade junto às demais organizações da sociedade civil.

“De Viena para cá, a gente começou a ter um grau de articulação maior. Começamos a intervir a nível de América Latina, participar de fóruns. Então a gente começou a alargar um pouco mais os horizontes. O que acontecia? A maioria dos casos apresentados, relativos ao Brasil, eram apresentados por organizações americanas, européias [...] Eles vinham aqui, pegavam todas as informações que o nosso pessoal já havia trabalhado, chegavam lá” (Entrevistado O).

As articulações externas são feitas também com as ONGs que atuam no campo da cooperação internacional envolvendo desde o financiamento de ações mais pontuais (de curto prazo) a projetos estratégicos para o fortalecimento do Movimento enquanto rede. Algumas parcerias históricas, como a parceria com a Ação Quaresmal (Suíça) se mantém e novas parcerias vêm sendo construídas como o financiamento obtido junto à MISEREOR⁹⁵ para manutenção institucional do Movimento; o financiamento obtido junto à Fundação Ford para

⁹⁵ Organização de financiamento da cooperação internacional mantida com recursos da Igreja Católica e governo alemão.

apoio e articulação das regionais filiadas ao MNDH e o financiamento do Processo de Articulação e Diálogo (PAD)⁹⁶ (MNDH, 2004b).

3.5 A relação local x global através da articulação com os organismos internacionais

As articulações e intercâmbios do MNDH com os organismos internacionais, como a Comissão de Direitos Humanos da ONU (CDH/ONU), a Comissão e a Corte Interamericanas de Direitos Humanos da OEA se dão num contexto mais amplo de transformações políticas que se configuram, de um lado, pela erosão da capacidade reguladora do Estado-nação e, de outro, pela emergência e expansão das instituições supranacionais, dedicadas à regulação e produção de regras (OMC, Banco Mundial, União Européia); pela desvinculação da legislação do Estado territorial e pela multiplicação de fontes de direitos acima do nível do Estado.

Especialmente em relação aos direitos humanos, esse processo de enfraquecimento do poder de regulação do Estado-nação pode ser observado através da proliferação de pactos, tratados e convenções aprovados no âmbito da ONU e da OEA e pela pressão política exercida por essas organizações sobre os governos nacionais (ou os Estados-nação) para que estes venham a ratificá-los e, ainda, através da pressão exercida pelas instituições financeiras multilaterais sobre os governos dos países dependentes e periféricos, para que estes passem a implementar políticas macroeconômicas que garantam as condições de expansão do capital. Todavia, esse processo de pressão dos organismos internacionais como a ONU e a OEA não pode ser interpretado de forma monolítica, já que em algumas situações (ver seção a seguir) as intervenções desses organismos decorrem de exigências e reivindicações das organizações da sociedade civil local (nacional) que, diante da omissão de seus governos na implementação de políticas de proteção dos direitos humanos, passam a acioná-los na perspectiva de reverter tais situações.

Ainda em relação ao papel do Estado-nação nesta nova ordem mundial, considero importante esclarecer que, ao contrário das análises segundo as quais os Estados-nação teriam perdido sua função reguladora, ficando subsumidos totalmente aos interesses do mercado, entendo, concordando com Cohen (2003); Vieira (2001b, 2001) dentre outros, que o Estado,

⁹⁶ Articulação financiada pelas igrejas ecumênicas.

apesar de seu crescente declínio, continua sendo uma instância central do poder e o destinatário principal das demandas da população.

Embora reconheça que o Estado-nação vem perdendo espaço no seu poder de regulação, Vieira (2001b) afirma que a superação dos Estados nacionais através de outras formas de organização deve ser vista como um processo histórico de longo prazo. O autor ressalta, porém, que a persistência do Estado-nação não significa que a soberania nacional não tenha sido afetada profundamente pelo choque de forças e relações nacionais e internacionais.

A este respeito é bastante ilustrativa a citação de Cohen (2003) quando esta afirma, contrariando as teses dominantes entre os ideólogos da hegemonia capitalista:

“não subscrevo a ‘tese’ forte da globalização que relegou o Estado nacional à lata de lixo da história. Prefiro um entendimento ‘fraco’ do conceito, que ainda atribui ao Estado importantes aspectos de soberania e continua a ver a sociedade política nacional como referente decisivo para os atores civis. Contudo, é fato que a soberania do Estado está parcialmente desagregada; alguns de seus elementos foram deslocados ‘para cima, para o âmbito dos organismos regionais, internacionais ou globais, e ‘para baixo’, ao nível dos atores locais. Em síntese, existem camadas adicionais de instituições políticas e jurídicas independentes do Estado, que o complementam, mas não o substituem” (p. 423).

A atuação dos movimentos sociais emancipatórios, neste contexto, é realizada com um duplo propósito: pressionar os organismos internacionais para a aprovação de pactos e tratados favoráveis à realização da democracia e da justiça social e, ao mesmo tempo, utilizar o poder de pressão que o acesso a tais organismos proporciona para pressionar, a partir de fora, o cumprimento desses instrumentos pelos governos locais (nacionais). É nesta perspectiva que os organismos internacionais de direitos humanos passaram a ser freqüentemente acessados pelo MNDH e suas entidades filiadas.

Ao analisar a participação das organizações da sociedade civil nas diversas conferências mundiais realizadas pela ONU na década de 1990, Vieira (2001, 2001b) afirma que a participação dessas organizações se ampliou significativamente a partir da década de 1990, com a inclusão de representantes de ONGs nas delegações internacionais. Em países como o Canadá, a Suécia e a França, há algum tempo, os representantes dessas organizações participam diretamente das negociações como representantes das delegações nacionais, com a designação de “membros públicos”. Porém, em países com tradições menos democráticas esse processo passa a ocorrer a partir dos anos 90, influenciado principalmente pelas conferências das Nações Unidas, que forçaram muitos países a abrir diálogos com as ONGs. O Brasil, por

exemplo, passou a convidar representantes da sociedade civil para integrar a delegação do Itamaraty, o que jamais ocorrera antes de 1990. Ainda de acordo com Vieira, foi a capacidade propositiva e formulativa construída pelos movimentos sociais e ONGs que contribuiu para que a ONU passasse a incorporá-las, ainda que sem poder de voto⁹⁷, nos seus fóruns de discussão.

Além destes aspectos, é necessário considerar também a existência de uma certa convergência, ainda que pontual, em relação aos valores e referenciais éticos defendidos tanto pelas entidades civis de direitos humanos quanto pelas organizações internacionais, nas últimas décadas. Essa afirmação, obviamente, não ignora o descompasso existente entre a formação da agenda social da ONU e a estrutura institucional da Organização ou entre os organismos mais humanitários, voltados para o desenvolvimento da paz, e aqueles voltados para a realização dos interesses do mercado.

É neste cenário, portanto, que se deve entender a crescente articulação do MNDH com a Comissão de Direitos Humanos da ONU, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

As articulações do MNDH com os organismos internacionais vêm sendo efetuadas com múltiplas finalidades. Num cenário mais amplo visam tanto a promoção dos direitos, da democracia e da justiça social quanto a constituição e o fortalecimento das redes transnacionais de direitos humanos para se contrapor à globalização hegemônica, articular uma cidadania planetária e uma nova percepção em relação aos direitos humanos.

Do ponto de vista mais interno e político, isto é, no âmbito do Estado-nação brasileiro a articulação com essas organizações busca influir, a partir de fora, na criação e implementação de políticas públicas; nas agendas e discursos dos agentes estatais, na criação de normas, bem como impedir que o Estado, através de seus agentes, continue sendo um dos principais violadores dos direitos humanos no País. Além disso, as conexões estabelecidas através de redes transnacionais também proporcionam ao MNDH acesso, influência e informações utilizadas pelo mesmo para pressionar, desde fora, os órgãos governamentais e as demais organizações da sociedade civil brasileira para a questão dos direitos humanos.

⁹⁷ Segundo Alves (1994), a II Conferência Mundial de Direitos Humanos reuniu 2.000 organizações não-governamentais de direitos humanos no Fórum das ONGs, evento paralelo à Conferência. Destas, mais de oitocentas foram creditadas como observadoras na Conferência propriamente dita. É também conhecida a contribuição dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais de direitos humanos no Brasil, na apresentação de subsídios e propostas, visando a participação do governo brasileiro na referida Conferência.

Neste cenário, duas iniciativas são bastante emblemáticas. A realização da Campanha Nacional Permanente contra a Tortura e a Impunidade e a apresentação do “Relatório da Sociedade Civil sobre o Cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais” no Comitê de Direitos Humanos da ONU em abril de 2000 (ZANETTI, 2004; MNDH 2003b; GUALBERTO, 2002; MNDH/CDH/CD/PFDC, 2000).

Em 1998, como resultado das deliberações de seu X Encontro Nacional, o MNDH propõe como uma das atividades de seu planejamento estratégico, a realização de uma Campanha Nacional contra Tortura. Desde o início, o Movimento tinha claro ser imprescindível a articulação com as entidades internacionais de direitos humanos, pois entendia que internamente (sem a articulação com os organismos internacionais) não conseguiria mobilizar forças suficientes para a realização da Campanha, já que o governo brasileiro não havia dado indícios de que estivesse realmente interessado em combater a tortura, apesar de ter ratificado em 1989 a Convenção Internacional da ONU Contra Tortura e de ter aprovado, em 1997, a Lei contra a Tortura.

Nesta perspectiva, durante os anos de 1999 e 2000, em articulação com diversas organizações da sociedade civil brasileira e com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH/CD), o MNDH realizou várias incursões junto à organizações internacionais de direitos humanos (ONU, OEA) para denunciar a existência da prática de tortura no país. Essas articulações resultaram na visita do relator especial da ONU sobre tortura ao Brasil em abril de 2000⁹⁸. Após visitar diversas cidades brasileiras, o relator divulgou documento revelando a existência da prática sistemática de tortura exercida especialmente por agentes públicos (policiais civis e militares, agentes prisionais, funcionários de instituições de atendimento à criança e ao adolescente) (MNDH, 2000c, 2004b, 2004).

Diante da repercussão causada no Brasil e no exterior pela divulgação do Relatório, no final de 2000, foi realizado um seminário nacional para avaliar a Lei 9.445 intitulado: “A

⁹⁸ O Relator, Prof. Nigel Radley, esteve nas cidades de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Belém e Marabá. O MNDH através da coordenação nacional, das coordenações regionais e das entidades filiadas participou do processo indicando: a) as prisões ou locais de detenção em que uma visita seria considerada imprescindível; b) ONGs que atuam na área de prevenção e combate à tortura e contra a violência policial nas cidades visitadas; c) casos de grave violação à integridade física e ou mental de pessoas detidas, ou mesmo de morte, em razão de tortura para que a vítima ou seus familiares (em caso de violência fatal) pudessem ter acesso ao Relator.

Eficácia da Lei de Tortura”, com a participação de representantes dos três poderes, da CDH/CD e das entidades de direitos humanos (MNDH, 2000c).

No início do ano seguinte, o MNDH e representantes da CDH/CD apresentaram um contra-informe da sociedade civil sobre a situação da tortura, no Comitê contra a Tortura da ONU (CAT). Nesta mesma ocasião o governo brasileiro também apresentou, com quase uma década de atraso⁹⁹, um documento oficial onde reconhecia a existência da tortura como prática investigativa e corrente nas delegacias de polícia e como meio de punição nos presídios, além de assumir que a Lei contra a Tortura praticamente não havia saído do papel (MNDH, 2001).

Como resultado desse processo, em meados de 2001 o MNDH foi contatado pelo Ministério da Justiça, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos, com a proposta de que o MNDH assumisse a coordenação de um Disk Tortura a ser criado pelo Governo Federal. Em contrapartida, o MNDH apresentou a proposta mais ampla de realização de uma Campanha Nacional contra a Tortura, envolvendo a participação das entidades de direitos humanos e dos órgãos do Sistema de Justiça e Segurança Pública, através da instalação de Comitês Políticos da Campanha a serem criados nos diversos estados.

Através de convênio, firmou-se então uma parceria entre o MNDH e a SEDH, com a criação do Sistema SOS Tortura para recebimento das alegações de violação dos direitos humanos em todo o território nacional, e a organização de um Banco de Dados sobre a violência.

Em outubro de 2001 iniciou-se a Campanha contra a Tortura. Do ponto de vista de sua estrutura, esta se organizou da seguinte forma: a) uma Central Nacional (coordenada pelo MNDH); uma Central Estadual, coordenada por uma entidade de direitos humanos filiada ao MNDH, com referência de atuação na área; e os Comitês Políticos, formados pelos diversos atores do Sistema de Justiça e Segurança Pública e por representantes da sociedade civil nos Estados onde existiam as Centrais Estaduais¹⁰⁰.

⁹⁹ Por ter ratificado a Convenção Internacional da ONU contra a Tortura em 1989, o governo brasileiro deveria ter encaminhando relatório informativo sobre a tortura ainda no início de 90.

¹⁰⁰ A composição dos Comitês Políticos varia bastante segundo os diferentes Estados, porém, de uma maneira geral estes são formados por: representantes das Corregedorias e Ouvidorias das Polícias Militar e Civil, do Ministério Público e por representantes da Central Estadual.

Na Central Nacional, cujas instalações funcionaram na sede do MNDH, em Brasília, eram recebidas as alegações de violação dos direitos humanos de todo país. Após analisar se as alegações recebidas configuravam ou não caso de violação, estas eram encaminhadas para a Central do Estado de onde provinha a denúncia. A Central Estadual, por sua vez, após contato com os denunciantes e formalização de processo, fazia os encaminhamentos para os órgãos competentes, normalmente as Corregedorias das Polícias Militar e Civil, já que a maioria das violações era praticada por agentes policiais. No decorrer da Campanha chegou-se à conclusão que seria mais produtivo enviar as denúncias para o Ministério Público e não para as Corregedorias de Polícia. Entendeu-se que o Ministério Público, por ser menos parcial, daria maior agilidade no julgamento dos casos. Estrategicamente, as Centrais Estaduais também passaram a encaminhar estas denúncias para as Comissões de Direitos Humanos das Assembléias Legislativas. Embora não fizessem parte dos Comitês, em alguns Estados estas Comissões atuaram como atores políticos importantes, pressionando os órgãos envolvidos na apuração das denúncias. Após o encaminhamento das denúncias, entrava em ação o trabalho dos Comitês Políticos. Estes tinham como função monitorar e pressionar a apuração das mesmas, isto é, dar andamento aos casos.

A Campanha foi realizada no período de outubro de 2001 até março de 2004¹⁰¹. Neste período o SOS Tortura recebeu 25.698 ligações e dessas 1336 foram enquadradas como caso de tortura institucional. Constatou-se que quase metade das torturas tem lugar nas delegacias de polícia¹⁰². Ao todo foram instalados 24 Comitês Políticos. Nos Estados onde dispunham de melhor estrutura estes continuavam funcionando, mesmo após o encerramento do convênio¹⁰³ (MNDH, 2004).

Uma das principais contribuições da Campanha, além de colocar a questão da tortura na agenda política, foi o fato de propiciar uma certa interlocução entre os diversos atores do Sistema de Justiça e Segurança Pública e entre estas instituições e as organizações de direitos humanos. Processo este considerado importante pelo Movimento para a obtenção um entendimento sistêmico em relação ao problema da violência e para a apresentação de alternativas (propostas) mais eficazes na erradicação da tortura.

¹⁰¹ Na prática a Campanha funcionou até outubro de 2003, já que o período restante foi dedicado à elaboração do Relatório Final.

¹⁰² Para maiores informações em relação ao andamento dos casos, consultar o Relatório Final da Campanha Nacional Permanente de Combate à Tortura e à Impunidade (MNDH, 2004).

¹⁰³ Em julho de 2005, durante a realização das entrevistas, 10 Comitês Políticos ainda se encontravam em funcionamento.

As articulações entre o MNDH e os organismos internacionais podem ser observadas também nas discussões em torno da implementação do Pacto sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado pelo Brasil em 1992. A apresentação de relatórios sobre a implementação dos PIDESCs é uma exigência da ONU aos países signatários¹⁰⁴. Para o governo brasileiro, a apresentação do referido Relatório significava revelar o descumprimento do Pacto, uma vez que sua principal política de direitos humanos, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), havia priorizado a implementação de uma política orientada para efetivação dos direitos civis e políticos, em detrimento dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Assim, em 1999, diante da omissão do governo brasileiro e do grave quadro de violação dos direitos humanos¹⁰⁵ as entidades de direitos humanos e demais organizações da sociedade civil, reunidas na IV Conferência Nacional de Direitos Humanos, deliberaram pela apresentação de um relatório paralelo sobre a situação dos DhESCs à Comissão de Direitos Humanos da ONU. A preparação do Relatório sob responsabilidade do MNDH, da CDH/CD e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), envolveu a participação de aproximadamente duas mil organizações nas audiências públicas¹⁰⁶, realizadas em 17 Estados da Federação (ZANETTI, 2004; MNDH 2003b; GUALBERTO, 2002; MNDH/CDH/CD/PFDC, 2000c).

A apresentação do Relatório no Comitê de Direitos Humanos da ONU, em abril de 2000, chamou a atenção da mídia brasileira que abriu espaço para que as diversas organizações envolvidas na sua elaboração se pronunciassem em relação ao assunto, o que, em última instância, significava denunciar também a discriminação racial, as desigualdades sociais, a destruição ambiental, já que o Relatório (por se tratar dos direitos contidos no PIDESC) enfatizava as violações cometidas contra as minorias étnico-culturais e/ou grupos socialmente vulneráveis, revelando ao mesmo tempo os limites da política de direitos humanos implementada pelo Estado brasileiro, que priorizava a proteção aos direitos civis e políticos em detrimento dos direitos coletivos.

¹⁰⁴ Pacto aprovado pela ONU em 1966 e subscrito pelo Brasil em 1992.

¹⁰⁵ Sobre esta questão consultar, dentre outros, Carbonari (2003).

¹⁰⁶ Nos Estados as audiências públicas estaduais foram convocadas e coordenadas pela Comissão de Direitos Humanos das Assembléias Legislativas, Seções estaduais da OAB, Procuradorias Regionais dos Direitos dos Cidadãos e representações do MNDH.

Contudo, a apresentação do Relatório foi importante não apenas pelo aspecto da denúncia, ou por revelar a insuficiência e a ineficácia das políticas governamentais existentes, mas, especialmente, por ter “recolocado” na agenda pública, de forma mais abrangente, o debate sobre a indivisibilidade e a interdependência dos DhESCs iniciado pelo MNDH (através da Plataforma DhESC), articulando-o às reivindicações pela implementação de políticas públicas que contemplassem essa indivisibilidade, condição imprescindível para a promoção desses direitos.

Do ponto de vista do Movimento, de sua auto-afirmação e legitimidade, dentre as conquistas mais importantes obtidas nesse processo estão o seu fortalecimento como um dos mais importantes interlocutores da sociedade civil na luta pelos direitos humanos, o reconhecimento de sua capacidade propositiva e formulativa pelas instituições estatais e a ampliação dos canais de diálogo com as agências estatais. Nesse processo, o MNDH se fortaleceu também junto aos organismos internacionais que, a partir de então, frequentemente passaram a consultá-lo nas questões relacionadas aos direitos humanos no Brasil.

Ainda no campo da articulação com os organismos internacionais, o MNDH passou a recorrer também à Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, para pressionar a apuração e julgamento dos crimes de violação dos direitos humanos não encaminhados pelos tribunais nacionais. Essas ações são ainda bastante recentes, pois só em 1998 o Brasil aceitou a jurisdição da Corte Interamericana (BENVENUTO JR., 2002)¹⁰⁷.

A legitimidade obtida pelo Movimento na cena pública internacional, a partir da segunda metade da década de 1990, deve-se, de um lado, à sua capacidade de articulação com os movimentos sociais, ONGs e instituições intergovernamentais, em nível nacional e transnacional e, de outro, à sua capacidade de intervenção nos espaços socioinstitucionais, conselhos e agências estatais, responsáveis pela formulação de políticas públicas.

Em síntese, a análise das articulações estabelecidas pelo MNDH revelou a presença de um sujeito coletivo que tanto constitui uma rede de movimentos quanto se articula com outras

¹⁰⁷ Diversos entrevistados fizeram menções a denúncias encaminhadas pelo Movimento à CIDH/OEA. Informações neste sentido também foram encontradas em vários relatórios e ou documentos consultados. Contudo, não foi possível (até porque essa não era uma preocupação inicial da pesquisa) efetuar um levantamento sistemático dos casos encaminhados já que as informações em geral estão incompletas. Documento relativo ao ano de 1998, por exemplo, informa que o MNDH examina a possibilidade de encaminhar, em conjunto com outras entidades, dentre as quais o CEJIL, cinco denúncias de violação à CIDH/OEA.

redes de movimentos, ONGs e com os organismos internacionais de direitos humanos. Sua esfera de atuação vai do local (nacional) ao transnacional e vice-versa.

Dentre as questões que motivaram as articulações estabelecidas estão a luta contra a tortura, a difusão e as reivindicações em torno dos DhESCs, que assumem centralidade na agenda do Movimento. As denúncias contra as violações da integridade física (a tortura e a violência policial) e a preocupação em torno da divulgação de uma nova compreensão dos direitos humanos estão entre as principais articulações estabelecidas pelo MNDH, tanto no cenário nacional quanto internacional. Tais articulações envolvem desde a “simples” denúncia às violações, às reivindicações pela criação de mecanismos e políticas de erradicação desta prática quanto o engajamento concreto do Movimento em ações de combate à tortura como a parceria para a realização da Campanha contra a Tortura e a Impunidade e para a implantação do PFAVTA .

As questões relacionadas aos novos direitos (aos DhESCs) também motivaram articulações importantes na esfera da sociedade civil. Tanto a Plataforma Interamericana quanto a Plataforma DhESC foram constituídas com propósito de divulgar nos diferentes espaços e contextos a importância da indivisibilidade entre os direitos civis e políticos e os direitos econômicos sociais e culturais para a afirmação dos direitos humanos. As discussões relacionadas aos DhESCs transcenderam a simples denúncia indicando uma articulação ainda que parcial das demandas por reconhecimento com as demandas por redistribuição.

Nesse processo, o MNDH tanto constitui num espaço público de debate, denúncia e formação de uma opinião pública sobre direitos humanos quanto influencia a criação e qualificação de espaços públicos, como o FENDH, a CDH/CD, as Conferências Nacionais de Direitos Humanos efetuando a discussão sobre a questão da indivisibilidade dos direitos também nos espaços onde tem representação, como os conselhos de políticas públicas.

A ampliação do escopo de atuação do Movimento (da esfera nacional para a esfera transnacional) e a articulação em redes com os distintos atores sociais na esfera nacional vem possibilitando o engajamento de atores distintos na luta pelos direitos humanos e a instituição de mecanismos institucional-legais para promoção e proteção dos mesmos. Porém, se no campo da sociedade civil o MNDH tem conseguido cada vez mais construir um discurso capaz de articular atores distintos na luta pelos direitos humanos, na esfera estatal (cap. IV) o

desafio é fazer com que os direitos constitucionalmente assegurados sejam efetivados e os agentes estatais deixem de ser os principais violadores dos direitos humanos.

Tal expansão, no entanto, não tem sido capaz de evitar o que Sorj (2004, p. 13) denomina de paradoxo democrático. Segundo ele, o paradoxo se configura “por um lado, na enorme expansão do associativismo, dos novos direitos ligados a identidades coletivas e de organizações que se apresentam como expressão da vitalidade da ‘sociedade civil’; e, por outro lado, na limitada eficácia que tais procedimentos desempenham na diminuição da desigualdade social”.

CAPÍTULO IV

As ambivalências da relação com o Estado e a judicialização dos direitos humanos

O presente capítulo propõe a analisar a relação que se estabelece entre o MNDH e o Estado. Essa análise faz-se necessária dada a pressão e interlocução do MNDH com as diversas instâncias estatais e ao papel atribuído pelo Movimento ao Estado na proteção e afirmação dos direitos humanos. Na perspectiva dos militantes entrevistados, o Estado é a instituição responsável pela afirmação dos pactos, tratados e convenções internacionais; pela implementação de políticas públicas de proteção e afirmação dos direitos humanos, além de ser também um dos principais violadores destes direitos no país. Neste cenário, o Estado é tanto o sujeito antagonista sobre o qual recaem as críticas e as denúncias do MNDH, quanto o principal destinatário de suas demandas.

Entende-se que a análise da relação com o Estado a partir das reivindicações, proposições, críticas e interlocuções também podem fornecer elementos importantes para compreender em que medida o MNDH consegue articular as lutas por reconhecimento das diversidades culturais e, portanto, das identidades com as lutas pela universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos em suas ações concretas.

O capítulo é composto por quatro seções. A primeira analisa a relação com o Estado nos diferentes contextos históricos, dos anos 60/70 até 2003¹⁰⁸. As fontes empíricas revelam que tal relação assume contornos distintos, segundo as diferentes conjunturas. Assim, de uma relação marcada pelo confronto e pelo antagonismo durante o regime autoritário, com a redemocratização e a criação de canais de representação e participação do Estado, tal relação caracteriza-se pelo estabelecimento de interlocuções, confrontos e parcerias com as diferentes agências estatais.

Esse processo ocorre principalmente nos anos de 1990, com a implementação de políticas de proteção dos direitos humanos como o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), a Campanha Contra a Tortura e o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a

¹⁰⁸ Apesar de fazer várias referências a acontecimentos, ações e documentos relativos aos anos posteriores a 2002, não analiso a relação do MNDH com o Estado a partir deste período.

Testemunhas Ameaçadas (PFAVTA). Neste período o que se observa é que tal relação, antes concentrada nas agências do poder executivo, estende-se para outras esferas do Estado como os poderes legislativo e judiciário, seja para reivindicar e/ou pressionar pela aprovação de mecanismos (leis, pactos, tratados, orçamento etc.) necessários à implementação de políticas públicas, seja para garantir o acesso aos direitos instituídos ou a reparação às violações de direitos humanos.

A segunda seção analisa especificamente as parcerias realizadas com o Estado, tomando como referência duas iniciativas principais: a Campanha contra a Tortura e a implementação do PFAVTA, buscando explicitar os impasses, as dificuldades, as conquistas e os limites contidos em tais experiências. As parcerias são realizadas segundo perspectivas e estratégias diferentes, de acordo com os atores envolvidos (Estado e MNDH): enquanto o Movimento as concebe como estratégia para forçar o Estado a implementar políticas públicas, o Estado, em geral, as utiliza ou para compensar a falta de investimentos na área ou para responder às pressões das organizações internacionais para que o Estado brasileiro venha a implementar políticas de proteção dos direitos humanos.

A terceira seção trata da relação com o poder judiciário. Revela que a conquista de novos direitos e a ampliação do papel do poder judiciário pela Constituição de 1988, de um lado, e a “incapacidade” do poder executivo em implementar políticas públicas que possibilitem efetivamente a afirmação dos direitos humanos, aliada à ampliação da violência e da exclusão social, de outro, levaram o MNDH a intensificar suas demandas também junto ao poder judiciário, configurando assim uma tendência à judicialização das lutas pelos direitos humanos no interior do Movimento.

A última seção identifica, na ótica dos sujeitos da pesquisa, os setores e/ou categorias profissionais mais atuantes na questão dos direitos humanos. Além de aliados históricos como os setores progressistas da Igreja Católica e os operadores do Direito (advogados militantes de ONGs e movimentos sociais, CDH/OAB e alguns integrantes do poder judiciário), os entrevistados apontam o engajamento crescente de algumas categorias profissionais (psicólogos, assistentes sociais e antropólogos) à questão dos direitos humanos. Esse processo vem ocorrendo através da inclusão e debate sobre a temática em seus fóruns (conselhos e congressos científicos); da participação de representantes destas categorias nos fóruns promovidos pelo MNDH e através do incentivo à produção e o debate acadêmico sobre a temática.

4.1 Da contestação e confronto à interlocução conflitiva

A relação do MNDH com o Estado desde sua origem é permeada por tensões, conflitos e antagonismos, caracterizando-se, inicialmente, pelo confronto e negação do Estado autoritário e pela autonomia em relação às instituições políticas. As tensões e os conflitos são mais fortes até o final dos anos de 1970, em virtude das violações dos direitos humanos praticadas no interior do aparato policial e das restrições às liberdades civis e políticas.

Durante esse período as entidades de defesa dos direitos humanos concentram suas ações nas denúncias contra as práticas de tortura infligidas aos presos políticos; as prisões arbitrárias; a perseguição a militantes políticos de oposição ao regime e nas lutas pela redemocratização. Porém, as denúncias envolvendo conflitos e assassinatos no campo e na cidade, pela ocupação e posse da terra e os conflitos relativos ao mundo do trabalho, também, estão na agenda destas organizações.

Com a instauração do governo civil de transição, o Estado deixa de ser visto como um espaço antagônico à sociedade civil, passando a ser interpretado também como um espaço de correlação de forças entre atores com interesses e projetos distintos, como espaço de luta pela cidadania e pela democracia.

A reconfiguração na dinâmica da relação entre Estado e Movimento nos anos 80 se dá em função da compreensão, entre os militantes, de que, com a redemocratização, o Estado precisava ser transformado, de que ele era também um espaço onde a sociedade civil, através de suas organizações, tinha que incidir e influenciar¹⁰⁹. Nesta perspectiva, em meados da década de 1980, durante o processo constituinte, o MNDH se articula a outras organizações da sociedade civil na luta pela inscrição de novos direitos na Constituição; pela democratização do Estado e pela ampliação dos espaços da política, através da criação de espaços de participação e representação da sociedade civil no Estado.

¹⁰⁹ O estudo de Ana Maria Doimo (1995), relativo aos movimentos sociais dos anos 70/80, identifica um campo ético-político que se caracteriza pela participação movimentalista com uma dupla face: uma expressivo-disruptiva e uma integrador-corporativa. A face expressivo-disruptiva se caracteriza pela contestação dos movimentos sociais ao Estado por um alto poder expressivo mobilizador, instaurando um *ethos* de negatividade indiscriminada à esfera institucional, e a face integrador-corporativa que se caracteriza de um lado, pela reivindicação dos direitos ao mesmo Estado pelos movimentos, e de outro, pelo perfil reivindicativo, traduzidos pela linguagem dos direitos.

As demandas pelos direitos sociais e o apoio às reivindicações pelas reformas agrária, urbana, sindical e política passam a ter centralidade na agenda do Movimento, além das lutas pela democratização do Estado e das relações Estado x sociedade (MNDH, 1988, 1986, 1984).

Com a Constituição de 1988 e a instauração de uma nova institucionalidade política – criação dos conselhos gestores de políticas públicas, das conferências nacionais e as experiências de orçamento participativo, inauguradas pelas administrações petistas em diversos municípios brasileiros –, a postura anti-Estado, característica das décadas anteriores, vai sendo substituída pela busca de interlocução e parcerias com algumas agências estatais. Neste cenário, além das denúncias de violação dos direitos humanos, o MNDH vai adotando uma postura mais propositiva, passando a atuar também na formulação de propostas de políticas públicas e a estabelecer parcerias com algumas agências estatais.

A inserção institucional decorre também da compreensão que os militantes têm em relação ao papel do Estado na promoção e proteção dos direitos humanos. Os depoimentos abaixo são bastante ilustrativos a este respeito:

“Segundo a nossa perspectiva, por isso nós atuamos na institucionalidade com muita força, é o Estado que cria os instrumentos de direitos humanos, é ele que assume internacionalmente, que assina e diz que se compromete em respeitar e ouvir os direitos humanos. Então é este o elemento que faz com que você esteja permanentemente cobrando. Ou seja, o Estado é o principal agente violador, mas nós temos que passar do discurso e da prática de um Estado como principal agente violador para um Estado como principal agente promotor, pois é ele que assina os documentos de direitos humanos. Ou nós transformamos o Estado para ele ser coerente, e não vamos trabalhar isso numa perspectiva conspiratória e muito menos de assalto, ou então vamos mudar ele para ser um Estado de direitos humanos [...] o que precisamos é criar mecanismos para que ele possa construir políticas, ações, para que ele seja realizador” (Entrevistado F).

“Hoje é necessário você ter essa relação com o Estado, desde que isso esteja muito bem claro, definido qual é o papel da sociedade civil [...] como é que você efetiva políticas públicas sem a presença do Estado? Não tem jeito. Eu não estou falando de governo, estou falando de Estado [...] porque quem faz política pública é o Estado” (Entrevistado R).

É importante ter claro, no entanto, que a reconfiguração das relações entre o Movimento e o Estado não significa ausência de confronto, de contestação. Exceto o período de resistência à ditadura, em que a negação e a contestação ao Estado autoritário eram unânimes entre os militantes de direitos humanos, a relação com o Estado é sempre uma relação tensa e contraditória, mesmo nos momentos de diálogo.

Nesse processo, o desafio do MNDH é a democratização do Estado, é fazer com que este deixe de ser um dos principais violadores dos direitos humanos para se transformar num agente promotor destes direitos; é garantir a criação de mecanismos políticos e ações para que o Estado possa construir políticas públicas; é fazer com que o Estado se comprometa a responder, promover, proteger e realizar os direitos humanos, enfim, que ele esteja a serviço da cidadania e dos direitos humanos.

Contestação e interlocução expressam bem a relação que se estabelece entre o MNDH e o Estado no contexto da democratização. Nesse cenário, ao mesmo tempo em que condena o Estado pelas violações de direitos humanos por ele cometidas, o Movimento reivindica deste mesmo Estado a implementação de políticas de combate à exclusão e à desigualdade sociais, de políticas de afirmação dos direitos humanos. Como afirma um dos entrevistados “a relação com o Estado é sempre uma relação de amor e ódio. Ao mesmo tempo em que a gente rebate o Estado, a gente vai para dentro do Estado exigindo que ele faça direitos humanos” (Entrevistado S).

O fato de o Estado ser simultaneamente um dos principais violadores dos direitos humanos e a instituição responsável pela implementação de políticas de proteção e promoção desses direitos, impõe um duplo desafio ao MNDH: dialogar e exigir desse mesmo Estado respostas para combater as violações dos direitos humanos cometidas por agentes públicos. Não é incomum que, num mesmo momento em que “dialoga” com as agências estatais, o MNDH se veja obrigado a denunciar o Estado pelas violações dos direitos e pelas arbitrariedades cometidas por agentes públicos. Também não é incomum que essa situação acabe influenciando no rompimento de algumas parcerias ou que, nesse processo, haja um recrudescimento da relação com o Estado.

De maneira geral, a década de 1990 e o início deste novo milênio caracterizaram-se, do ponto de vista da relação com o Estado, pelos embates, interlocuções e parcerias com as agências estatais para a implementação, execução e o monitoramento de políticas públicas e pelas reiteradas denúncias de violação dos direitos humanos.

Neste período, a atuação do MNDH no cenário local (nacional), como pode ser observado a seguir, configura-se, cada vez mais, pela inserção nos espaços político-institucionais e por um certo deslocamento, em seu campo de atuação, de uma esfera pública mais societal (marcada pelas manifestações, mobilizações e pressões sobre o Estado) para

uma esfera pública mais institucional¹¹⁰, isto é, pela participação nos conselhos de políticas públicas e pela interlocução e parceria com algumas agências estatais.

A participação nas discussões e elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)¹¹¹; a parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)¹¹² para a realização da Campanha contra a Tortura; a implementação do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (PFAVTA)¹¹³ e a discussão e sistematização, no âmbito das Conferências Nacionais, da proposta de criação de um Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos (SNPDH), constituem exemplos emblemáticos dessa interlocução entre MNDH e as diversas esferas do poder estatal – executiva, legislativa e judiciária (MNDH, 2004b, 2004^a, 2000, 1998).

Contudo, essa relação é extremamente tensa e conflituosa. Nesse processo, o que se observa é que, se por um lado o Estado incorpora, ainda que parcialmente, algumas reivindicações e propostas do MNDH, criando os mecanismos institucionais necessários para implementá-las, por outro, não consegue traduzi-las em políticas públicas efetivas. As políticas implementadas em geral são limitadas em sua abrangência, funcionando muito precariamente ou são logo desarticuladas por falta de recursos. Isto pode ser observado tanto em relação ao PNDH quanto em relação à Campanha contra a Tortura. Estas duas políticas e o

¹¹⁰ Ao analisar o processo de democratização da esfera pública no Brasil os autores em geral o fazem a partir de duas abordagens fundamentais: a societal e a institucional. A perspectiva societal enfatiza a importância dos movimentos sociais, organizações não-governamentais, fóruns populares entre outros para a construção de uma esfera pública democrática. A abordagem institucional, por sua vez, enfatiza o papel dos espaços públicos mistos com a representação da sociedade civil como os conselhos de políticas públicas, orçamento participativo e os conselhos tripartites, constituídos por atores com interesses e poderes políticos antagônicos, supostamente com maior poder de negociação e pressão para a democratização. Os defensores desta perspectiva entendem que tais espaços por serem deliberativos e congregarem representantes de setores sociais com interesses antagônicos são mais efetivos do que os espaços societários. Tais abordagens, no entanto, não são totalmente excludentes. No dizer de COSTA (2002) elas são em parte concorrentes, em parte complementares. Os autores que atribuem centralidade à dimensão institucional não desconsideram a importância dos espaços societários para a democratização da política e a construção de uma cultura de direitos. De outro lado, a ênfase nas organizações da sociedade civil por parte de alguns autores não significa que a atuação dos mesmos seja considerada suficiente para alterar a lógica das políticas implementadas pelo Estado (COSTA, 2002, 1997; DAGNINO 2002, 1994; GEDC 1998-1999).

¹¹¹ Lançado em 13 de maio de 1996.

¹¹² A SEDH, inicialmente denominada Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH) foi criada em maio de 1997, vinculada ao Ministério da Justiça. Em 1º janeiro de 1999 foi elevada à condição de Secretaria de Estado. No início do Governo Lula, em janeiro de 2003, adquire *status* de ministério diretamente vinculada à Presidência da República.

¹¹³ Criado através da Lei 9.807, de 13 de julho de 1999, com o objetivo de proteger vítimas de violações dos direitos humanos e testemunhas ameaçadas, bem como garantir a proteção de acusados ou condenados que voluntariamente se dispõem a colaborar com a investigação policial para apuração de denúncias. O êxito da experiência do PROVITA levou o Governo Federal, através do Ministério da Justiça, a adotá-lo (através do PFAVTA) como modelo a ser reproduzido em outros Estados.

Programa de Assistência à Testemunhas de Violência serão tomados como referências principais para analisar a relação do MNDH com o Estado.

Desde os anos de 1980 as organizações de direitos humanos já vinham construindo interlocuções com os governos municipais e estaduais visando a implementação de políticas públicas, especialmente na área de justiça e segurança pública (CARBONARI, 2003; MARIANO, BICUDO, 2003 e SILVA, 1999). Porém, é com a formulação de uma política de direitos humanos em nível federal (o PNDH) e a instituição do aparato institucional-jurídico necessário à sua implementação, que esta interlocução adquire expressão nacional, no sentido de que passa a ser realizada com o Governo Federal.

O PNDH, principal instrumento de ação governamental no campo dos direitos humanos até 2002, constituiu um marco importante nas relações entre o Movimento o Estado durante o período. Sua formulação mobilizou tanto as organizações de direitos humanos, que há muito reivindicavam uma política neste sentido, quanto os representantes dos órgãos estatais diretamente envolvidos com a implementação e execução da proposta como o Ministério da Justiça¹¹⁴. Entretanto, a participação do Movimento nos debates e discussões não foi suficiente para garantir a inclusão de propostas que viabilizassem a indivisibilidade e universalidade dos direitos humanos. O PNDH limitou-se a implementar ações de promoção dos direitos individuais – civis e políticos¹¹⁵ (MNDH, 2004c, 2000, 1998; CARBONARI, 2003).

Em 1997, durante a II Conferência Nacional de Direitos Humanos, o MNDH apresentou uma série de propostas visando a reformulação do PNDH e a criação de um instrumento de monitoramento permanente de suas ações. O núcleo de monitoramento, constituído por representantes da sociedade civil e do Estado, foi criado em 1998. Porém, só em maio de 2002 foi lançado o PNDH II. Diferentemente do primeiro Plano, a participação da sociedade civil neste momento foi limitada, uma vez que as organizações apresentaram sugestões, mas não participaram do processo de sistematização das mesmas. Essa situação fez com que o documento final, mesmo contemplando algumas sugestões das entidades de

¹¹⁴ A elaboração do PNDH ficou sob a coordenação do Núcleo de Estudos da Violência da USP, que durante o ano de 1995 realizou audiências públicas com a participação de representantes das entidades de direitos humanos e agências estatais nos diversos estados brasileiros.

¹¹⁵ O PNDH I contempla cinco objetivos: proteção do direito à vida, proteção do direito à liberdade, tratamento igual perante a lei, educação para a cidadania e ação internacional. Sobre as críticas em relação ao PNDH I consultar dentre outros Carbonari (2003) e Oliveira (2000).

direitos humanos, fosse concebido pelas organizações da sociedade civil como uma proposta de governo e não do Estado.

O PNDH II apresentava alguns avanços em relação ao Programa anterior, no entanto, suas ações estavam muito distantes daquilo que as organizações de direitos humanos reivindicavam e consideravam ideal para uma política afirmativa dos direitos humanos. Foram evidentes os limites do Programa no combate à exclusão e às desigualdades socioeconômicas. Além disso, o PNDH II continuava sem mecanismos concretos de avaliação, uma vez que o núcleo de monitoramento criado para fiscalizar as ações do Programa pouco se reuniu. Segundo Carbonari (2003), o fato de o Programa ter sido coordenado por um órgão (a Secretaria de Estado de Direitos Humanos) sem muita força política entre os principais órgãos responsáveis pela sua implementação dificultou a realização das ações previstas (CARBONARI, 2003; MNDH, 2000, 1998).

A despeito de as respostas do Estado em relação à questão dos direitos humanos, durante este período, terem sido limitadas e superficiais, com pouca ênfase à perspectiva da universalidade e indivisibilidade e à implementação de políticas de afirmação da cidadania e dignidade das minorias, não se pode ignorar que o PNDH constituiu um marco importante nas relações entre o MNDH e o Estado. A fala de um dos entrevistados expressa bem a importância do PNDH para esse processo de interlocução entre o MNDH e o Estado: “Aí, na construção deste Programa a nível nacional e estadual se produz o primeiro diálogo entre Estado e sociedade civil. Se o programa serviu para isso, só para isso, já é alguma coisa”¹¹⁶.

Além das pressões e reivindicações do MNDH pela implementação de políticas públicas pós-Constituição de 1988, dois outros fatores também contribuíram para que o Estado brasileiro assumisse algum compromisso com a questão dos direitos humanos neste período: a Conferência de Viena (1993) e a articulação do Movimento com as organizações internacionais de direitos humanos (capítulo III). Parte da interlocução do MNDH com as agências estatais e das respostas do Estado para a questão dos direitos humanos durante este período foram fortemente influenciadas pelas deliberações da Conferência de Viena, que recomendou aos países-membros a implementação de políticas de promoção dos direitos humanos¹¹⁷. Embora tais reivindicações constituíssem demandas antigas na agenda do MNDH

¹¹⁶ Entrevistado Q.

¹¹⁷ As articulações entre as organizações de direitos humanos e os representantes do Ministério da Justiça após a referida Conferência devem ser entendidas nesta perspectiva, isto é, como a tentativa de estabelecer a uma

é especialmente a partir da Conferência que se dão as primeiras iniciativas do Estado neste campo. O PNDH, assim como a criação da SEDH e a aprovação da Lei de Tortura, constituem desdobramentos diretos da Conferência (MNDH, 2000, 1998; PINHEIRO, 1996), segundo afirma um dos entrevistados:

“Na volta de Viena, quando se fez a agenda de direitos humanos, a agenda definiu várias questões. É dessa agenda que sai a Secretaria de Direitos Humanos, que o FHC cria, logo que vira governo, o Plano Nacional de Direitos Humanos [...] e também o projeto propondo a criação do Conselho Nacional de Direitos Humanos, ainda hoje em tramitação no Congresso” (Entrevistado F).

“influenciamos, a partir da Conferência de Viena, na construção da Secretaria Especial de Direitos Humanos e na construção de uma agenda de direitos humanos. De lá para cá, acho que [a relação com o Estado] só veio num crescente” (entrevistado O).

As interlocuções com as agências estatais e as repostas do Estado neste momento resultam também das articulações do MNDH com os movimentos sociais e os organismos internacionais de direitos humanos. Como ficou evidente no capítulo anterior, a repercussão das denúncias de violação efetuadas pelo MNDH por intermédio destas organizações no cenário internacional contribuiu para que o Estado brasileiro, através dos poderes executivo e legislativo aprovasse medidas de proteção dos direitos humanos dentre as quais: a Lei de Tortura (1997); e o reconhecimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (1998) e a própria realização da Campanha contra a Tortura.

A presença de ex-militantes do MNDH com cargos de direção nas agências estatais¹¹⁸ também deve ser levada em consideração neste processo de interlocução do MNDH com o Estado. Muitos destes atores, até por suas trajetórias de militância nas lutas em defesa dos direitos humanos, têm sido aliados importantes do Movimento, tanto na criação de canais de diálogo e interlocução como nos embates que o Movimento estabelece com os demais dirigentes estatais¹¹⁹. Em geral, são os que apresentam maior abertura e sensibilidade em relação às demandas do Movimento. São também os primeiros a absorverem, na órbita estatal, o discurso do MNDH sobre os direitos humanos. Contudo, suas contribuições são mais

agenda de direitos humanos para o país, levando-se em consideração as reivindicações do MNDH e as deliberações da referida Conferência.

¹¹⁸ Tanto a CDH/CD quanto a SEDH foram dirigidas por ex-militantes do Movimento.

¹¹⁹ Além de alguns dirigentes individualmente considerados é importante mencionar também a atuação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH/CD). Esta Comissão tem sido uma aliada importante nesse processo articulando-se ao Movimento nas denúncias de violação dos direitos humanos pelo Estado e nas pressões junto às diversas agências estatais para a definição de fontes orçamentárias, liberação de recursos e a implementação de políticas de promoção dos direitos humanos.

simbólicas do que objetivas, se dão principalmente no plano discursivo. Na prática as instituições que dirigem têm pouco poder na definição das políticas públicas e são também as primeiras a sofrerem cortes orçamentários nos momentos de contenção dos gastos públicos. Em outras palavras, a presença destes atores não garante o atendimento das reivindicações do Movimento pelo Estado, embora na maioria das vezes sejam aliados importantes do Movimento nesta esfera.

Malgrado a importância da construção de um marco institucional-legal e da implementação e posterior reformulação do PNDH, o que se constata é que o Estado brasileiro pouco avançou no seu compromisso com a implementação de políticas afirmativas dos direitos humanos durante a década de 1990. Além dos limites das ações implementadas pelo PNDH II, proposta importante como a criação do SNPDH¹²⁰, debatida amplamente com as diversas organizações da sociedade civil e com o Estado, não foi implementada (MNDH, 2004b, 2004a).

Pelo contrário, os anos de 1990 e os dois primeiros anos do novo milênio, caracterizaram-se pela intensificação da adoção de políticas de ajuste estrutural, com a abertura da economia nacional às empresas estrangeiras; pela reforma do Estado (privatização das empresas estatais, redução dos investimentos públicos na área social e desregulamentação dos direitos trabalhistas e previdenciários) e pelo estabelecimento de marcos regulatórios na relação entre o Estado e as organizações da sociedade civil¹²¹, impactando profundamente a forma de organização da sociedade civil (movimentos sociais e ONGs) e suas relações com o Estado.

A política de reestruturação do Estado é acompanhada de um discurso político-ideológico que responsabiliza os pobres pelos seus insucessos; valoriza a participação da sociedade civil no enfrentamento das questões sociais e transfere parte da responsabilidade estatal no trato da questão social para os movimentos sociais e ONGs, especialmente para aquelas organizações de cariz filantrópico e assistencialista que são levadas a se

¹²⁰ A proposta de criação de um SNPDH foi apresentada pelo Movimento na VI Conferência Nacional de Direitos Humanos, em 2001. No ano seguinte, após discussões com as entidades filiadas e com diversas organizações da sociedade civil, a proposta foi assumida pelo FENDH, transformando-se na pauta central da VII Conferência Nacional. Simultaneamente a tais discussões o MNDH realizou oficinas no Fórum Social Mundial com a participação do Secretário Nacional de Direitos Humanos, representantes do Ministério Público e de entidades de direitos humanos (KLICK, 2001).

¹²¹ Lei 9.970 de 1999 que qualifica as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e institui o termo parceria. Essa regulamentação que, segundo Landim (2002), já vinha ocorrendo desde 1995-1996 levou a um novo momento classificatório das organizações da sociedade civil e à afirmação e visibilidade do terceiro setor.

modernizarem segundo critérios de eficiência e eficácia, além de provocar o crescimento do chamado terceiro setor (DAGNINO, 2004; LANDIM, 2002; GOHN, 2000).

Todavia, ao contrário das ONGs criadas nas décadas anteriores, voltadas para a politização do social (SCHERER-WARREN, 1999), a maioria das ONGs que surgem neste período não possuem uma vinculação orgânica com os movimentos sociais, operando segundo a racionalidade de mercado, isto é, segundo critérios de eficácia e produtividade. É neste contexto, como se verá na seção a seguir, que as entidades de direitos humanos serão convidadas a desenvolver parcerias com as agências estatais para a execução e implementação de políticas públicas.

Este período caracteriza-se, do ponto de vista da relação movimentos sociais e Estado, também por uma política de criminalização e desqualificação dos movimentos sociais e sindicais mais combativos (movimento dos trabalhadores sem terra, dos sem teto e o sindicato dos petroleiros) cujas manifestações são duramente reprimidas, seja através da repressão policial e prisão de alguns de seus dirigentes, seja através de sanções (multas) impostas ao sindicato dos petroleiros durante a greve desta categoria (GOHN, 2002; LANDIN, 2002).

A ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em janeiro de 2003, sinaliza algumas mudanças qualitativas importantes no campo das políticas públicas direcionadas à afirmação da cidadania e dignidade das minorias, com a implementação de políticas nacionais de promoção da igualdade da mulher, de combate ao racismo e à discriminação contra negros, índios, homossexuais entre outros e de redução das desigualdades sociais¹²². O destaque fica por conta do lançamento, em 2004, do Programa Brasil sem Homofobia, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos. As políticas e os programas implementados contaram com a participação ativa dos movimentos de mulheres, negros, homossexuais, dentre outras minorias, nas discussões e formulações de propostas relativas a tais políticas.

¹²² Dentre as iniciativas do Governo Lula neste campo destacam-se: a criação, em janeiro de 2003, de Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; a atribuição de *status* de ministério à Secretaria Especial de Direitos Humanos que passa a ser vinculada à Presidência da República e não mais ao Ministério da Justiça; a criação da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (2004); a instituição do ano de 2005 como o ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial; a criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial; do Fórum intergovernamental de Proteção da Igualdade Racial; o lançamento do Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Foge ao escopo deste estudo avaliar o impacto dessas iniciativas na vida dessas populações. Todavia, não se pode ignorar que as ações implementadas constituem demandas antigas na agenda das organizações de mulheres, negros, homossexuais, entre outros grupos representando um avanço substancial em relação aos governos anteriores na promoção da política de reconhecimento das diversidades étnico-culturais e sexuais. Apesar dos avanços que representa a implementação dessas políticas, críticas importantes vêm sendo feitas à forma de convocação (feita pelo atual governo) dos representantes da sociedade civil, através da convocação de “pessoas notáveis” e de alguns setores e organizações que, embora apresentem uma relação mais orgânica com a sociedade civil, são escolhidas com pouca ou nenhuma ingerência da sociedade civil¹²³.

No que se refere ao MNDH, à sua relação com o Estado, além das pressões, reivindicações e participação na formulação de propostas de políticas públicas, a seção a seguir mostra que o Movimento desenvolveu também algumas parcerias com o Estado para a execução e implementação das mesmas. Entretanto, as parcerias estabelecidas são atravessadas por tensões, contradições e interesses distintos. Da parte do Estado em geral, as parcerias integram a estratégia da política de transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil, num contexto de reestruturação do Estado e de redução dos investimentos públicos para a área social. Já da parte do MNDH, as parcerias constituem uma estratégia para forçar o Estado a implementar políticas de promoção e proteção dos direitos humanos.

4.2 Parcerias: uma relação de desconfianças mútuas

Ao analisar a relação que se estabeleceu entre os movimentos sociais e o Estado nos anos 90, Dagnino (2002) afirma que esta relação se caracteriza por alguns tipos de encontro entre o Estado e a sociedade civil e pela aposta na possibilidade de uma atuação conjunta entre estes dois atores.

A atuação conjunta se expressa através de projetos políticos compartilhados, de complementaridades e parcerias. A presença de indivíduos em posições-chave no interior do aparato estatal que se comprometem individualmente com os projetos participatórios é

¹²³ Sobre esta questão consultar dentre outros Pinto (2004).

apontada por representantes das organizações da sociedade civil como um elemento decisivo na implementação bem sucedida das várias experiências¹²⁴.

Outra dimensão presente nas experiências de *atuação conjunta* entre Estado e sociedade civil no período analisado é o que Dagnino denomina complementaridade instrumental. Esta complementaridade se realiza num campo marcado por uma confluência perversa entre o projeto emancipatório, construído a partir do final dos anos 70 e anos 80, ao redor da extensão da cidadania e do aprofundamento da democracia, e o projeto do Estado mínimo que se isenta progressivamente do seu papel de garantidor de direitos. Para a autora, “a perversidade está colocada no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva”.

Em artigo mais recente, a autora (2004) analisa as consequências dessa confluência perversa para a experiência contemporânea de construção democrática no país. Segundo Dagnino essa confluência perversa entre o projeto democratizante e participativo, que emerge da luta contra o regime militar, empreendida por setores da sociedade civil, e o projeto neoliberal que se instaura nas últimas décadas, vem configurando uma crise discursiva na experiência contemporânea de construção democrática no país:

“a disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia. A utilização dessas referências, que são comuns, mas abrigam significados distintos, instala o que se pode chamar de crise discursiva: a linguagem corrente, na homogeneidade de seu vocabulário, obscurece diferenças, dilui nuances e reduz antagonismos [...] Nessa disputa, na qual os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são armas principais, a prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário” (140-141).

A autora ressalta ainda que a coincidência na exigência de uma sociedade civil ativa e propositiva, que estes dois projetos antagônicos apresentam é emblemática de uma série de outras coincidências no nível do discurso que, examinadas com cuidado, escondem distinções e divergências fundamentais. Neste contexto, categorias como sociedade civil, participação e cidadania integram o universo discursivo de ambos os projetos, porém, com significados e intencionalidades diferentes.

¹²⁴ As reflexões da autora têm como base estudos de caso relacionados às experiências de Orçamento Participativo em Porto Alegre e Belo Horizonte, dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, de ONGs, do Fórum Nacional de Reforma Urbana, Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra e do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher nos anos 90.

Para Dagnino (2004), grande parte da interlocução entre o projeto neoliberal e o projeto participativo se dá justamente através daqueles setores da sociedade civil que se engajaram nessa aposta de uma atuação conjunta e passam a atuar nas instâncias de participação junto ao Estado.

No âmbito do MNDH as parcerias e/ou encontros têm sido realizados através de convênios para a implementação, a execução e ou monitoramento de programas como a Campanha contra a Tortura (capítulo III) e o PFAVTA. As parcerias são sempre pontuais e provisórias. São concebidas como uma estratégia para forçar o Estado a implementar políticas públicas ou responder a determinadas demandas do Movimento. Em algumas situações as parcerias também são concebidas como instrumento de pressão para ampliação e ou aprimoramento das propostas estatais. Isso fica bastante evidente, por exemplo, em relação à Campanha contra a Tortura, quando o MNDH condiciona a assinatura do convênio com o Ministério da Justiça à criação dos Comitês Políticos da Campanha nos diversos estados. Estes Comitês não estavam previstos na proposta original do Governo Federal, mas eram considerados fundamentais pelo Movimento para garantir não só a ampliação dos atores (governamentais e não-governamentais) no desenvolvimento da Campanha, mas também como uma estratégia para estabelecer interlocuções com representantes de órgãos governamentais vinculados à área da justiça e segurança pública que, em outras situações, dificilmente demonstrariam disposição em estabelecer interlocução com as entidades de direitos humanos. A participação destes atores nos Comitês Políticos era considerada estratégica pelo Movimento para garantir um entendimento sistêmico em relação à questão da tortura e para discutir estratégias de prevenção e combate à tortura.

As parcerias também são concebidas como uma estratégia do MNDH para sensibilizar os governos e os dirigentes de agências estatais, quanto à viabilidade de algumas iniciativas das organizações de direitos humanos; este é o caso, por exemplo, do PROVITA¹²⁵, como

¹²⁵ O PROVITA foi criado em 1996, pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP) com a finalidade de “promover garantia de vida às testemunhas, vítimas e familiares de vítimas de violência com disposição para testemunhar”. Surge em resposta à necessidade de preservação das testemunhas de homicídios cometidos por policiais, grupos de extermínio ou crime organizado em Recife. Atualmente colabora também na apuração de crimes que envolvem tortura, trabalho escravo, tráfico de armas, de seres humanos e o narcotráfico. Em 1998, através de convênio com o Ministério da Justiça e o Governo do Estado de Pernambuco, o GAJOP passa a assessorar a implantação do Programa naquele Estado. Em 1999 ocorre a “federalização” do PROVITA através da criação, pelo Governo Federal, do Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Lei 9.807). Com a “federalização” do PROVITA firma-se parceria entre o GAJOP e o Ministério da Justiça para a sua implementação nos diversos estados. O PFAVTA é implantado inicialmente na Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Espírito Santo e, em seguida, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Nesse processo de parceria, cabe ao GAJOP assessorar a implantação do

uma oportunidade para conhecer a dinâmica de funcionamento do Estado; como uma estratégia para estabelecer interlocuções com representantes de órgãos governamentais historicamente mais resistentes às organizações de direitos humanos, como as secretarias estaduais de justiça e segurança pública, e para coletar informações, com vistas a subsidiar a formulação de propostas de políticas públicas. Ao analisar as parcerias com o Estado os entrevistados afirmam:

“o SOS Tortura nos deu instrumento para cobrar do Estado, entendeu? Ele nos dá instrumentos para que a gente preste um serviço público, receber denúncias. Mas, ao mesmo tempo, nós estávamos alimentando o nosso banco de dados para comprovadamente podermos dizer: olha, o Estado tem sido irresponsável com a punição dos torturadores. Quer dizer, hoje nós temos como dizer isso com propriedade e foi a partir de uma parceria estabelecida” (Entrevistado H).

“foi importante naquele momento. Primeiro, porque hoje as informações que temos a respeito da tortura e todos os dados com gráficos foram produzidos nesse período [...] Quando essa parceria foi rompida, de lá para cá, não temos mais informação nenhuma” (Entrevistado I).

“a Campanha contra a Tortura possibilitou rearticular uma série de coisas nos estados que a gente não conseguia [...] Se não fosse a Campanha o IBRACE¹²⁶ não teria a proximidade que tem com a Corregedoria da Polícia Militar [...], não estaríamos tão próximos da Secretaria de Segurança Pública, sabendo que tem momentos que a gente vai para o pau, porque não temos como. É o nosso papel” (Entrevistado R).

Em relação à parceria com o Ministério da Justiça para a realização da Campanha contra a Tortura, o que se observou é que após algumas resistências ao convite do Governo Federal, chegou-se à conclusão de que a participação do Movimento na execução da mesma era estratégica, uma vez que ela poderia propiciar ao MNDH as informações e os subsídios necessários à formulação de propostas de políticas públicas na área da justiça e segurança pública¹²⁷.

Programa; selecionar a entidade gestora - uma organização da sociedade civil; realizar a seleção e a capacitação da equipe técnica multidisciplinar responsável pela sua execução, constituída por advogados, assistentes sociais e psicólogos. O MNDH atua na condição de mediador, propiciando o contato entre as entidades filiadas e a consultoria do GAJOP, bem como garantir o diálogo entre as organizações da sociedade civil e os órgãos governamentais. O PFAVTA constitui a primeira experiência de parceria formal, pública e nacional, do MNDH com o Estado. Com exceção do Rio de Janeiro que criou uma ONG específica para gerir o Programa, nos demais estados as entidades responsáveis pela execução do Programa são todas filiadas ao MNDH (MNDH, 2000, 1998; RIBEIRO; BARROS, 1997).

¹²⁶ Instituto Brasil Central.

¹²⁷ As resistências ocorreram também em relação ao convênio para a implementação do Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas de Violência. Essa situação exigiu mediação da Coordenação Nacional do Movimento com as entidades locais de direitos humanos e o poder público. Essa resistência adiou, inclusive, a implementação do Programa em alguns estados.

Muitos militantes se opõem à realização de parcerias por entender que estas comprometem a autonomia e a capacidade crítica do Movimento. Ao comentar o engajamento do Movimento na Campanha Contra a Tortura um dos entrevistados afirma:

“nós tivemos um desgaste muito sério sobre isso porque nós tínhamos várias entidades que eram contra. Que achava que a gente estava apoiando o Governo [...] Muitas entidades não queriam mesmo a Campanha e não foi simples aceitar essa Campanha exatamente por causa dessa divergência” (Entrevistado R).

As resistências ocorreram também em relação ao convênio (com o Ministério da Justiça) para a implementação do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas. Os impasses no estabelecimento de parcerias dificultaram inclusive a implantação do Programa em alguns Estados, exigindo da Coordenação Nacional do Movimento, um papel ativo na mediação entre as entidades de direitos humanos e o poder político local (MNDH, 1999).

Entretanto, as parcerias não significam, necessariamente, a cooptação do Movimento pelo Estado, nem a perda do seu potencial crítico e contestador ou, ainda, que este tenha deixado de lado sua orientação para a mudança (MUNCK, 1997). Obviamente as organizações menos estruturadas, com menos recursos, menos “politizadas” ou menos preparadas para o embate e a interlocução com o Estado correm um risco maior de serem cooptadas (engolidas), de se transformarem num braço do Estado, mas isso tem muito mais a ver com a falta de preparo destas organizações para lidar com a institucionalidade e a dinâmica inerentes à esfera estatal do que com uma ação deliberada dos agentes públicos. As organizações mais qualificadas, ao contrário, conseguem desenvolver ações de monitoramento sem serem cooptadas. Os depoimentos abaixo deixam evidente que mais do que uma relação de subsunção ou de submissão, a relação com o Estado nesse processo de parceria é marcada pelo embate e pelo confronto com as agências estatais

“Não vamos deixar de criticar, de dizer, de brigar, de discordar, de apontar, de denunciar. Essa é a relação profunda que tem que ter com o Estado. Esta relação dialética estamos contra, mas também estamos aí brigando para que ele venha a construir políticas públicas [...] é assim que tem sido a relação com o Estado, bem pesada, desgastante, mas uma relação necessária. Necessária porque a democratização do Estado só se dá se a sociedade estiver pressionando [...]” (Entrevistado S)

Há, entretanto, um certo voluntarismo, uma certa ingenuidade entre alguns entrevistados em relação ao poder do Movimento nesse processo, como se o encerramento ou mesmo a

direção e a condução das parcerias dependessem apenas do Movimento, como se os limites das mesmas dependessem apenas da vontade política, da clareza de papéis, da competência técnica e prática do Movimento.

“Nós temos uma convicção muito forte, tínhamos e temos, sabíamos exatamente o que queríamos com a Campanha, porque é isso que acontece também, as organizações entram no Estado em alguns espaços de parceria, em alguns espaços institucionais, mas não têm clareza do que efetivamente estão fazendo” (Entrevistado S).

“também cabe a nós, sociedade civil, ter competência para na hora do sim dizer sim e na hora do não dizer não. É não deixar de delimitar qual é o espaço de atuação de cada um” (Entrevistado R).

Ao comentar as parcerias com o Estado para a realização da Campanha contra a Tortura, um dos entrevistados afirma: “esta é uma relação marcada por desconfianças mútuas na maioria das situações”. De um lado, porque o Movimento sabe que, por mais que alguns dirigentes estatais sejam sensíveis às suas demandas, os recursos e as políticas implementadas são sempre limitados, aquém das expectativas geradas nos processos de interlocução e negociação. De outro lado, porque os dirigentes estatais sabem que as parcerias e as interlocuções, ainda que provisórias e pontuais, não significam a subsunção do Movimento pelo Estado, nem implicam uma redução da capacidade de crítica ou das denúncias de violação dos direitos humanos pelos agentes públicos. Estabelece-se, então, um acordo de desconfianças mútuas.

Apesar de ter sido realizada em um curto espaço de tempo (dez/2001 a mar/2004) a Campanha contra a Tortura apresentou alguns resultados positivos como a “inauguração” de um debate mais amplo sobre a tortura no país; a articulação de um arco de “alianças” abrangendo diversas agências estatais¹²⁸ e entidades de direitos humanos para a avaliação e a construção de propostas de políticas públicas para o sistema de segurança pública e, ainda, a elaboração de um Banco de Dados sobre a violência institucional pelo Movimento¹²⁹. Esse processo foi interrompido com a decisão do Governo Federal de assumir a responsabilidade com a execução da Campanha. Na prática, a Campanha restringiu-se à criação de um Disk-Tortura Nacional, que deveria congrega todos os disk-denúncias. Porém, este mecanismo tem

¹²⁸ Polícias Civil e Militar, Ouvidorias e Corregedorias de Polícia, Secretarias Estaduais de Justiça e Segurança Pública, Ministério Público, além das Comissões de Direitos Humanos das Assembléias Legislativas de diversos Estados.

¹²⁹ Durante o período de realização da Campanha o SOS Tortura recebeu 25.698 ligações, e destas 1.336 foram enquadradas como caso de tortura institucional. Constatou-se que quase metade das torturas tem lugar nas delegacias de polícia (MNDH, 2004).

funcionado de forma precária e só mais recentemente o Governo vem buscando aprimorá-lo e garantir seu funcionamento de fato.

É necessário reconhecer, no entanto, que as parcerias, quase sempre, são motivadas por interesses contraditórios. Na perspectiva do Estado, além de integrar a estratégia política de transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil, as parcerias constituem a alternativa encontrada para minimizar as consequências da redução de investimentos públicos na questão social. As parcerias também buscam suprir as dificuldades político-operacionais do Estado na implementação de políticas públicas nos espaços locais. Neste contexto, além de sua competência técnica, de sua reconhecida capacidade propositiva e formulativa, o fato de o MNDH ser uma rede de organizações civis com grande capilaridade no território nacional, também contribuiu para que o Movimento fosse convidado pelo Governo Federal à realização de parcerias.

Para o MNDH, entretanto, as parcerias inserem-se no contexto da aposta na possibilidade da atuação conjunta entre o Estado e a sociedade civil, isto é, dentro do projeto democratizante e participativo em que a participação político-institucional é considerada estratégia importante para a democratização do Estado e o alargamento da democracia. As parcerias são concebidas também como estratégia para forçar o Estado a implementar políticas de promoção e proteção dos direitos humanos; construir canais de interlocução com os representantes das diversas agências estatais e influenciá-los na elaboração de políticas comprometidas com a cidadania e a dignidade humana.

Tanto em relação à Campanha contra a Tortura como em relação ao PFAVTA a parceria com o MNDH era considerada estratégica pelo Estado, para a identificação e articulação das entidades locais de direitos humanos e para mediar a relação entre essas entidades e as diversas instituições estatais envolvidas na execução dos referidos programas.

As interlocuções e as pressões sobre o Estado não se restringem às agências do poder executivo. Com a inauguração de um novo marco jurídico-legal pela Constituição de 1988, o MNDH passa a atuar de forma mais incisiva também sobre as esferas parlamentar e judiciária seja para garantir a regulamentação de alguns direitos seja para reivindicar o acesso aos direitos inscritos (veja seção a seguir).

A partir de meados da década de 1990, especialmente, intensificam-se as pressões do MNDH sobre o poder legislativo (Câmara e Senado). A atuação junto a esta esfera tem como

objetivo pressionar os parlamentares para a apresentação e aprovação de projetos de lei de interesse das organizações de direitos humanos, como a reformulação do CDDPH¹³⁰; a aprovação do Projeto de Lei contra a Tortura; a reforma do poder judiciário e a ratificação de pactos, tratados e convenções internacionais de direitos humanos¹³¹ (MNDH, 2004c).

Na esfera legislativa, além das pressões exercidas sobre os parlamentares para a aprovação de leis e projetos destinados à proteção e promoção dos direitos humanos¹³², merece destaque especialmente a atuação do MNDH junto à CDH/CD¹³³. Esta Comissão, até pela sua constituição¹³⁴, tem sido uma aliada importante do MNDH na apresentação de denúncias de violação dos direitos humanos, junto aos organismos internacionais e nas pressões sobre o poder executivo pela implementação de propostas e deliberações das Conferências Nacionais. Foi também uma das instituições responsáveis, ao lado do MNDH, pela elaboração e apresentação do Relatório da Sociedade Civil sobre o cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais no CD/ONU.

¹³⁰ Ao contrário dos conselhos criados a partir da Constituição de 1988, o CDDPH (criado pela Lei 4.319, de 16 de março de 1964) não possui caráter deliberativo, apenas consultivo. Legalmente o CDDPH não tem espaço reservado à participação da sociedade civil. O MNDH participa dele na condição de membro *ad hoc*. No início da década de 1990 o MNDH encaminha Projeto à Câmara dos Deputados, solicitando a reformulação do Conselho. Em 2003 o projeto é aprovado em primeira instância na Câmara e em seguida encaminhado ao Senado onde sofre diversas alterações. Atualmente o projeto aguarda votação na Câmara dos Deputados (MNDH, 2004c; 1998).

¹³¹ Dentre os quais a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas; a Convenção Interamericana sobre o Tráfico Internacional de Menores; a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos Humanos de todos os Trabalhadores Migrantes e suas famílias; reconhecimento da jurisdição da Corte Internacional de Direitos Humanos; o Protocolo Facultativo ao Pacto sobre os Direitos Cíveis e Políticos, que possibilita que denúncias sejam apresentadas ao Comitê de Direitos Humanos da ONU, diretamente pelos cidadãos.

¹³² Dentre algumas leis reivindicadas e cobradas pelo MNDH estão: Projeto de Lei que define crimes de tortura; revogação da Lei de Segurança Nacional; transformação do CDDPH em CNDPH; PL que dispõe sobre a proteção de testemunhas de crime; PL que exige o pagamento de indenizações às vítimas de crimes praticados por agentes do Estado.

¹³³ A CDH/CD, criada em 1995, foi articulada através da iniciativa do MNDH e de ex-militantes dos direitos humanos que ascenderam à esfera parlamentar. Constituída por representantes da sociedade civil e do Estado (poderes executivo, legislativo e judiciário) é a organização responsável pela realização das Conferências Nacionais de Direitos Humanos. O MNDH é membro permanente desta Comissão, sendo também uma das entidades responsáveis pela organização das Conferências Nacionais.

¹³⁴ A presidência da CDH/CD por diversas vezes foi ocupada por ex-militantes do MNDH ou por pessoas com uma trajetória de engajamento na luta pelos direitos humanos, dentre os quais: Pedro Wilson, ex-dirigente do MNDH; Hélio Bicudo ex-presidente do Centro Santo Dias de Direitos Humanos/SP e Nilmário Miranda, ex-militante do MNDH. Este último exerceu a presidência da Comissão por duas vezes (1995 e 1997) e foi também Secretário Nacional de Direitos Humanos no Governo Lula.

4.3 A judicialização das lutas pelos direitos humanos

Maciel e Koerner (2002) afirmam que na Ciência Política o termo judicialização da política é adotado para analisar as relações entre os poderes legislativo e executivo e a crescente interpenetração e interação entre estas duas esferas do Estado. No campo dos movimentos sociais a expressão é utilizada para se referir às constantes pressões dos diferentes grupos e organizações civis sobre o poder judiciário para ampliar a proteção estatal, garantir a efetivação dos direitos inscritos e a afirmação jurídica de novos direitos.

No Brasil, os estudos de Arantes (1999) e Viana (1999) fornecem pistas importantes para se situar em relação ao debate sobre a judicialização dos conflitos sociais. Estes autores apresentam interpretações dissonantes em relação ao papel do poder judiciário na resolução dos conflitos sociais.

Arantes (1999) adota uma postura crítica em relação à ampliação dos poderes do sistema judicial, proporcionada pela Constituição de 1988; ao uso que os promotores fazem de sua legitimidade ativa para propor ações civis públicas e à participação do poder judiciário na resolução dos conflitos sociais. Para ele, o voluntarismo político orientador da reconstrução institucional teria resultado na ampliação desmesurada da intervenção do sistema judicial nos conflitos políticos e na constituição de um modelo institucional contraditório que politizou um órgão de justiça independente. No seu entender, a crescente ampliação do judiciário teria levado à substituição da sociedade civil pelo judiciário, especialmente pelo Ministério Público.

Ao contrário de Arantes, Vianna (1999) entende a atuação do Ministério Público como complementar e não concorrente em relação ao poder judiciário. Para este autor o Ministério Público atuaria mais como um agente de mediação entre os agentes sociais e poderes políticos do que como um agente de judicialização.

Segundo Sorj (2004, p. 94) a judicialização do conflito social na América Latina foi radicalizada pela convergência de três fatores específicos: 1) as novas constituições elaboradas após o ciclo de experiências ditatoriais, que fortaleceram o papel das cortes constitucionais, criando novas instâncias de defesa dos direitos e da cidadania e ampliaram os direitos assegurados pela constituição; 2); o caráter conjuntural das leis, visto que a luta contra a inflação e pela estabilização monetária exigiu a produção constante de leis e a quebra de

contratos por parte do Estado, colocando os cidadãos e as empresas contra os poderes executivo e legislativo e transformando o judiciário no árbitro do conflito social; 3) a expansão e a criação de novos direitos relacionado à mulher, à infância, à cultura e à ecologia.

Na análise de Sorj (2004), esse processo de criação de novos direitos e sujeitos de direitos transferiu para a ordem jurídica e ao poder judiciário demandas e expectativas de redistribuição da riqueza e de reconhecimento social, porém, o poder judiciário tem limites para a resolução de problemas que exigem respostas de ordem executiva e administrativa; respostas que, numa sociedade democrática, estão fora do alcance e possibilidades funcionais.

Nesta perspectiva, a judicialização dos direitos humanos estaria relacionada tanto à conquista de novos direitos e à criação de mecanismos jurídico-institucionais destinados à afirmação dos mesmos pela Constituição de 1988¹³⁵ quanto à “incapacidade” do poder executivo para responder às demandas das organizações de direitos humanos pela implementação de políticas públicas que possibilitem a afirmação e a vivência desses direitos.

A partir da segunda metade da década de 1990 e início do novo milênio, como ficou evidente nos capítulos anteriores, o MNDH concentra suas energias no sentido de publicizar o ideário da universalidade, interdependência e indissolubilidade dos direitos humanos, bem como reivindicar o acesso a esses direitos.

A inclusão dos direitos econômicos, sociais e culturais na agenda do MNDH, em certa medida, também influenciou esse processo de judicialização das lutas pelos direitos humanos, visto que o fato de estes direitos terem sido colocados em pauta, num momento de forte redução dos gastos sociais pelo Estado, exigiu que o MNDH passasse a pressionar constantemente as instâncias do poder judiciário¹³⁶ para que os operadores do Direito nelas inseridas viessem a deliberar de acordo com as demandas e expectativas das entidades de direitos humanos, isto é, de acordo com os DhESCA's.

¹³⁵ Estatuto da Criança e do Adolescente, Código de Defesa dos Direitos do Consumidor, Ministério Público; Ação Civil Pública, Habeas Corpus entre outros.

¹³⁶ O poder judiciário é organizado em poder judiciário da União e poder judiciário dos Estados. O Poder Judiciário da União compreende ramos especializados da justiça nas áreas eleitoral, de direito do trabalho, de direito penal militar, e em razão da presença de entidades do governo federal no processo, constituindo o ramo da justiça eleitoral. O Supremo Tribunal Federal é o órgão de cúpula do sistema. O Superior Tribunal de Justiça é órgão de uniformização do direito federal, no âmbito das leis não constitucionais e corte recursal para os Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça (estaduais). Há ainda tribunais superiores especializados (Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar), e cortes regionais e juízes locais, tanto da justiça especializada quando da Justiça comum estadual.

A judicialização das lutas pelos direitos humanos é identificada no apelo crescente do MNDH às instituições e mecanismos jurídico-legais (nacionais e internacionais) para assegurar o acesso aos direitos inscritos; nas pressões sobre as diversas instâncias do poder judiciário para agilizar o julgamento das denúncias de violação encaminhadas; nas solicitações de reparação e indenização às vítimas de violação e nas pressões para que os integrantes do poder judiciário levem em consideração, no momento de suas decisões, os direitos coletivos e/ou difusos¹³⁷ reivindicados pelo Movimento.

A judicialização se expressa ainda na ênfase que o MNDH vem dando à formação de seus militantes no campo do direito internacional dos direitos humanos¹³⁸ e na recente criação do grupo de trabalho “Direitos Internacionais dos Direitos Humanos”, constituído com a finalidade de capacitar as organizações filiadas para acessar os sistemas internacionais¹³⁹ (MNDH 2004c; 2001b).

A explosão do fenômeno da violência nas suas múltiplas expressões - tortura, assassinatos, ameaças de morte, discriminação e a falta de acesso aos direitos legalmente instituídos, a partir da década de 1990, também levou as entidades de direitos humanos a intensificarem as ações de denúncia junto aos tribunais, nacionais e internacionais¹⁴⁰.

Em síntese, por judicialização dos direitos humanos entende-se aqui o processo através do qual o MNDH direciona parte de suas demandas para o poder judiciário, na

¹³⁷ De acordo com Souza Filho (2003, p. 94) o direito coletivo “é um direito onde todos são sujeitos. Se todos são sujeitos do mesmo direito, todos dispõem dele, mas ao mesmo tempo ninguém pode dele dispor, contrariando-o, porque, a disposição de um seria a violação de todos os outros”. São portadores de direitos coletivos: os povos indígenas, as comunidades negras tradicionais (quilombolas), populações ribeirinhas entre outros.

¹³⁸ No final da década de 1990 e principalmente a partir do novo milênio, o MNDH passa a desenvolver oficinas e cursos de capacitação das entidades filiadas para a operacionalização dos sistemas internacionais de direitos humanos.

¹³⁹ O GAJOP, as Sociedades Paraense e Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos; o CDH Marcos Passerini e o CEJIL são algumas das organizações filiadas com atuação na arena internacional, tendo encaminhado diversas denúncias de violação à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

¹⁴⁰ A escalada da violência se expressa através do extermínio de crianças; da eliminação seletiva de dirigentes sindicais e militantes de direitos humanos no campo e na cidade e da violência policial nas favelas, sob o pretexto das iniciativas oficiais de combater o narcotráfico. Em 1990, o Movimento calcula em 10 mil o número de fuzilamentos sumários praticados por grupos de extermínio – integrados por civis e militares. Os números apresentados pelo MNDH evidenciam ainda que a violência que mais mata é a violência institucionalizada (MNDH, 1990b). Dentre as múltiplas expressões da violência, a luta contra a tortura, assassinatos e linchamentos (ou execuções sumárias) tem sido recorrente na história e trajetória do Movimento, porém, o combate a tortura ganha novo impulso na agenda política do Movimento no final da década de 1990. Inserem-se nesse processo as mobilizações e pressões junto aos poderes executivo e legislativo pela aprovação da Lei contra a Tortura, a realização da Campanha contra a Tortura e a Impunidade, as denúncias contra as execuções sumárias e linchamentos praticados por agentes públicos contra civis e o assassinato de defensores dos direitos humanos (lideranças sociais – trabalhadores sem terra, sindicalistas, indígenas, seringalistas entre outros militantes).

expectativa de garantir o acesso aos direitos instituídos e a implementação de políticas que possibilitem a redução das desigualdades socioeconômicas e o acesso das “minorias” aos novos direitos.

Na perspectiva dos entrevistados, há várias possibilidades de realização dos direitos humanos: através das políticas públicas; pelo monitoramento das metas (isto é, pelo acompanhamento das ações implementadas pelo Estado) e pela via da justiça.

A implementação de políticas públicas que garantam a inclusão social, o combate à violência e às desigualdades sociais é considerada a alternativa mais adequada para a efetivação dos direitos humanos entre os militantes entrevistados. Todavia, a “incapacidade” do poder executivo federal em ofertar tais políticas faz com que o MNDH passe a pressionar também a esfera judiciária:

“eu acho que há vários caminhos, várias possibilidades de realizar direitos humanos. O caminho das políticas públicas é talvez o mais adequado para realizar os direitos, porque ninguém pode pretender que, com a justiciabilidade, a judicialização, que esta seja a forma mais comum de realizar os direitos [...] Judicializar direitos é isso, quando a gente não consegue realizar pelo meio das políticas públicas ou pelo monitoramento do método, aí a gente, como último recurso, vai buscar realizar, ou tentar, pelo menos, no plano do Poder Judiciário [...] O movimento atua nestas duas frentes” (Entrevistado D).

É importante ressaltar que as contradições e os dilemas inerentes a esse processo de judicialização das lutas pelos direitos humanos não passam despercebidos pelos entrevistados. Estes, em geral, têm uma postura bastante crítica em relação à atuação do poder judiciário e dos organismos internacionais de direitos humanos. Ao refletir sobre a inserção do MNDH junto a estes organismos, um dos entrevistados afirma:

“litigamos nas instâncias multilaterais, não é que sejamos apaixonados e achamos que elas resolvam. Nós achamos que elas são instrumentos, esta é a nossa leitura [...] a litigância no sistema internacional, regional, quanto global é um reforço à nossa luta interna [...] Então essa é a nossa concepção. Não é que nós acreditamos que os sistemas internacionais resolvam, mas eles nos ajudam, nos dão elementos de discurso, nos dão suporte, ah, mas o comitê recomendou. Tem aporte de força política e moral” Entrevistado F).

Os entrevistados, em geral, entendem que os conflitos sociais poderiam ser mais facilmente resolvidos na esfera política do que na esfera judiciária. Porém, o crescimento da violência, da exclusão e a falta de implementação de políticas públicas capazes de promover os direitos humanos pelo poder executivo fazem com que o Movimento passe a recorrer também às instâncias judiciais para assegurar o acesso aos direitos inscritos, mesmo

reconhecendo os limites dessa esfera na definição de processos políticos. Por outro lado, entendem que a judicialização contém também um aspecto positivo, na medida em que ela produz demandas para a democratização do poder judiciário, além de pressionar seus integrantes a levarem os DhESCA's em consideração nas suas decisões judiciais.

O que motiva as ações do MNDH sobre esta esfera do Estado não é tanto a expectativa de que o judiciário venha preencher as lacunas do poder executivo. As reivindicações e pressões junto à esfera judiciária são realizadas na perspectiva de pressionar os seus integrantes a emitirem decisões que possam influenciar na formulação de políticas públicas mais consistentes e sensíveis às demandas dos grupos socialmente vulneráveis pelos direitos coletivos. Trata-se, na opinião dos entrevistados, de pressionar o poder judiciário para emitir decisões favoráveis à promoção dos direitos humanos pelo executivo e produzir mudanças institucionais que possibilitem a emissão de pareceres com base nos DhESCA's. Com essa estratégia, o Movimento também espera tornar exigíveis direitos inscritos, mas ainda não incorporados pelos integrantes do poder judiciário em suas decisões judiciais.

Apesar das restrições dos entrevistados quanto à eficácia política das pressões sobre a esfera judiciária para combater as desigualdades sociais, e das afirmações de que as instâncias jurídicas “constituem apenas mais um dos espaços de luta para a afirmação dos direitos humanos, nem o mais importante e nem o mais efetivo”, as pressões e as demandas do MNDH sobre este poder têm sido cada vez mais freqüentes. Esse processo, ao lado das interlocuções e parcerias com as agências estatais dos poderes executivo e legislativo vem configurando um deslocamento crescente no campo de ação do Movimento, da esfera pública societal para a esfera institucional, reforçando ainda mais o caráter institucionalizado do Movimento¹⁴¹.

Uma das principais consequências desse deslocamento tem sido a redução da capacidade de mobilização e de pressão do Movimento na esfera pública mais ampla¹⁴². Ao “transferir” para o poder judiciário reivindicações comumente apresentadas na esfera da política, através da mobilização social, o Movimento perde parte significativa de seu poder de

¹⁴¹ As reflexões realizadas nos capítulos anteriores, especialmente os capítulos II e III, indicam que o MNDH não se configura como um movimento de massas, uma vez que não organiza ou articula as pessoas individualmente para a ação coletiva, isto é, para mobilizações e manifestações na esfera pública. É, antes, um Movimento de organizações. Articula as diversas entidades filiadas (ONGs, movimentos sociais e grupos de base) promovendo o intercâmbio, a troca de informações, e dando voz às suas demandas nos cenários nacional e internacional.

¹⁴² Estou me referindo particularmente ao contexto nacional.

pressão, já que a atuação nessa esfera é marcada por uma lógica distinta da atuação na esfera societária. Com isso, não se está afirmando que a esfera judiciária seja imune às pressões sociais por mudanças. Como todas as instituições estas também resultam de lutas, embates e tensões políticas existentes na sociedade e entre os seus próprios integrantes.

Porém, não se pode negar que esse processo contribui para a desmobilização de sua base social e, ao mesmo tempo, para o seu enfraquecimento político, já que parte das respostas do poder judiciário às demandas das organizações de direitos humanos depende também da capacidade de pressão e mobilização da sociedade civil. Em tese, quanto maior a capacidade de mobilização e expressão de um movimento, maior sua força política e maior o seu poder de negociação e pressão sobre o Estado (agências estatais).

Por outro lado, não se pode ignorar que dentre as esferas do Estado a esfera judiciária, em geral, é a que apresenta uma cultura institucional mais resistente a mudanças. Mesmo os direitos constitucionalmente assegurados enfrentam resistências por parte dos profissionais mais conservadores. As demandas dos movimentos sociais pelos direitos coletivos, por exemplo, dificilmente são levadas em consideração pelos operadores do Direito em suas decisões, principalmente quando estas batem de frente com interesses de grupos socioeconomicamente poderosos¹⁴³.

Em que pese a abertura e o engajamento de alguns operadores do Direito em relação às demandas dos movimentos sociais, a maioria dos integrantes do poder judiciário é ainda muito refratária aos apelos da sociedade civil organizada pelos direitos coletivos. Como afirma um dos entrevistados “é insignificante o número de juízes que decidem com base nos DhESCA’s”.

Esses novos direitos (os direitos relacionados às minorias e aos grupos socialmente vulneráveis) ainda não foram integrados na linguagem e nas categorias específicas do Direito e da maior parte dos operadores do Direito.

¹⁴³ Essa mesma situação pode ser observada no estudo de Souza Filho (2003) sobre o movimento indígena. Ao analisar as demandas pelo reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas na América Latina, este autor ressalta a dificuldade de compatibilização desses direitos com a matriz individualista do direito e das teorias constitucionais liberais. De acordo com este autor, o reconhecimento dos direitos coletivos e a sua consagração na ordem constitucional de diferentes Estados é o resultado de um longo e complexo processo de lutas, de alianças com diferentes setores das sociedades nacionais e de invenção de fórmulas constitucionais inovadoras. Souza Filho ressalta ainda que nesse processo o poder judiciário tem tido um papel preponderante na aplicação desses novos direitos, mas mantido uma posição conservadora na maioria das vezes.

Todavia, a judicialização dos direitos humanos não pode ser vista apenas como um aspecto negativo, na medida em que ela também produz exigências para que o sistema jurídico avance, tome decisões mais progressistas, incorpore os novos direitos na jurisprudência. Como afirma Sorj:

“a judicialização do conflito social na América Latina não pode ser avaliada simplesmente como um processo virtuoso ou negativo. Ela é a expressão da democratização da sociedade e ocupa o espaço das instituições políticas incapazes de gerar respostas e visões de futuro que organizem o conflito social dentro do quadro político partidário” (p. 949).

Além das pressões, parcerias e interlocuções com as agências estatais para a implementação e execução de políticas públicas, a inserção do MNDH nos espaços sócioinstitucionais de participação e representação da sociedade civil (como os conselhos de políticas públicas) também tem se constituído num grande desafio para o MNDH, pois, se de um lado essa nova institucionalidade política é uma decorrência das reivindicações de organizações da própria sociedade civil, de outro, com a inserção em tais espaços o MNDH perde o contato mais próximo (estrito) com a base social, configurando-se, assim, um dilema comum à maioria dos movimentos nesse período: articular a atuação nas esferas socioinstitucionais como a mobilização social.

Apesar destas dificuldades, a participação nos conselhos de controle social tem sido importante, tanto para a discussão e avaliação das políticas públicas quanto para a difusão do debate sobre os direitos humanos, na perspectiva adotada (construída) pelo MNDH. Ao se inserir em tais espaços, o Movimento fortalece, ao mesmo tempo, tanto as suas demandas quanto as demandas dos demais movimentos sociais e ONGs neles representados. A participação nos conselhos possibilita também a ampliação do universo de ONGs, movimentos sociais e instituições envolvidos no debate sobre a temática (cada vez mais ONGs e movimentos sociais concebem-se como entidades de direitos humanos) possibilitando uma a difusão do debate sobre os direitos humanos, na perspectiva formulada pelo Movimento.

A participação nestes conselhos amplia os espaços públicos de debate sobre os direitos humanos permitindo que atores diversos, situados na sociedade civil e no Estado, passem a introduzir, ainda que de forma parcial e seletiva, a temática dos direitos humanos em seus discursos e agendas (mais nos discursos do que nas agendas, diga-se de passagem).

Dentre os conselhos nos quais o MNDH tem ou teve representação¹⁴⁴, a atuação no CONANDA¹⁴⁵ é analisada pelos entrevistados como um espaço privilegiado para assegurar a continuidade do ECA; fortalecer as organizações relacionadas à criança e ao adolescente e discutir a interface entre os direitos humanos, tal qual defendido pelo MNDH, e as demandas das organizações da sociedade civil nele representadas. Como afirma um dos entrevistados, ao se referir à participação do MNDH neste Conselho: “mesmo as entidades da criança e adolescente mais despolitizadas já entendem que estão no campo dos direitos humanos [...] que estão atuando no campo dos direitos humanos”¹⁴⁶. O CONANDA é também o espaço onde o MNDH deságua boa parte das demandas das organizações filiadas, relacionadas à criança e ao adolescente.

O CDDPH, por sua vez, tem-se constituído num *locus* privilegiado de debate sobre as reivindicações e proposições do MNDH junto às diversas agências estatais que o constituem, como a SEDH, o Ministério da Justiça, entre outras organizações dos poderes executivo e legislativo. Ainda que não tenham caráter deliberativo, as discussões realizadas neste espaço (CDDPH) permitem ao MNDH contatar agentes estratégicos situados no Estado, ajudando a criar um ambiente favorável a propostas de mudanças ou a inovações institucionais; formar aliados importantes para a implementação de políticas públicas, e ainda criar um ambiente favorável para debater suas propostas.

A partir dos anos de 1990, como se pôde observar no decorrer deste estudo, o MNDH adotou uma estratégia mais propositiva, optando por uma atuação mais próxima à “ética da responsabilidade” do que à “ética da convicção” (WEBER, 2000). A “ética da convicção” é movida pelo desejo de mudança, sem se ater à criação das condições necessárias para atingi-las, isto é, preocupa-se com os resultados, sem se ater aos meios necessários para obtê-los. Já a “ética da responsabilidade” se caracteriza pela preocupação com a criação das condições necessárias para viabilizar as mudanças desejadas.

A “ética da responsabilidade” está presente na preocupação do MNDH com a formulação de propostas de políticas públicas a serem incorporadas pelo Estado; nas

¹⁴⁴ Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS).

¹⁴⁵ Na visão dos entrevistados o CONANDA é o espaço onde o MNDH tem tido uma atuação mais expressiva, além de ser também um dos primeiros conselhos ocupados pelo MNDH. O MNDH foi um dos articuladores do MNMMR, tendo participado ativamente das discussões em torno da elaboração e criação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

¹⁴⁶ Entrevistado S.

iniciativas das entidades de direitos humanos em desenvolver programas de proteção às vítimas de violência; na preocupação com a criação de mecanismos e ações para que o Estado se comprometa a respeitar, promover, proteger e realizar os direitos humanos; na preocupação com o monitoramento das políticas implementadas; enfim, no desafio de fazer com que as políticas implementadas possibilitem a efetivação da cidadania e a democracia dos grupos excluídos.

Ao mesmo tempo em que esse processo gera um certo compromisso do Estado na promoção dos direitos humanos, não há como ignorar que a “ética da responsabilidade”, ao prevalecer sobre a “ética da convicção”, acaba reduzindo a potencialidade emancipatória do Movimento, uma vez que a incorporação (ou atendimento) de suas propostas pelo Estado depende também da demonstração de força política expressa através da mobilização social na esfera pública societária e, como a criação de condições necessárias à efetivação dos direitos (ou seja, a ética da responsabilidade) pressupõe o diálogo e a interlocução constantes com os agentes estatais (esfera estatal) e o envolvimento na execução das políticas implementadas, esse processo acaba comprometendo sua capacidade de mobilização social, já que a lógica estatal é distinta e menos dinâmica do que a lógica da sociedade civil ou dos movimentos sociais.

A seção, a seguir, apresenta os setores profissionais mais atuantes (na ótica dos entrevistados) na questão dos direitos humanos. Esses setores fogem das representações das militâncias dos vários movimentos sociais e ONGs que poderiam ser mais sensíveis aos direitos humanos, mas, dada a frequência com que foram mencionados pelos entrevistados, como exemplos de setores que vêm apresentando grande abertura e engajamento em relação à temática, optou-se por considerá-los na presente análise.

4.4 Os setores profissionais mais atuantes no campo dos direitos humanos

Os setores mais progressistas das igrejas ainda são, na opinião dos entrevistados, os setores mais sensíveis à questão dos direitos humanos. Mesmo não apresentando o vigor mobilizatório dos anos 60 e 70, quando apoiavam fortemente a articulação dos CDHs e atuavam como porta-vozes dos presos políticos, dos pobres e oprimidos, os setores mais progressistas das igrejas continuam sendo aliados importantes nas lutas pela afirmação da

dignidade humana e contra as violações dos direitos. Não raramente são os primeiros a manifestar publicamente suas críticas e indignações contra as violações dos direitos humanos, sejam elas decorrentes de atos de violência (torturas, assassinato, linchamentos etc.) ou de políticas macroeconômicas excludentes e concentradoras, implementadas pelo Estado, ou ainda da não-implementação de políticas sociais direcionadas à promoção dos DhESCA's.

Em seguida é apontado o universo das categorias profissionais, especialmente advogados, assistentes sociais, psicólogos e antropólogos. Dentre as profissões mais atuantes no campo dos direitos humanos os entrevistados mencionam os operadores do Direito. Deixam claro, no entanto, que essa atuação se dá muito mais pela proximidade com o campo do que pela discussão sobre a temática (direitos humanos), ou pela adesão a valores, concepções político-filosóficas ou ainda pela incorporação da gramática dos direitos humanos na perspectiva formulada pelo MNDH. Como revelou a seção capítulo anterior, o fato de serem mais “sensíveis” não significa necessariamente uma abertura para uma concepção pluralista e multicultural dos direitos. Entre os operadores do Direito prevalece ainda a concepção liberal-formal que prioriza em suas decisões judiciais os direitos individuais em detrimento dos direitos difusos.

Para efeito do que se pretende neste estudo, os profissionais do Direito foram agrupados em duas categorias principais: os integrantes do poder judiciário ou operadores do Direito (juizes, promotores, procuradores) e os advogados militantes de direitos humanos – integrantes de movimentos sociais, ONGs e representantes das Comissões de Direitos Humanos da OAB (CDH/OAB).

Dentre os operadores do Direito, alguns têm demonstrado uma sensibilidade maior em relação às demandas das organizações da sociedade civil pelos direitos coletivos e ou difusos. Entretanto, essa sensibilidade se expressa muito mais no plano pessoal, em virtude de convicções político-ideológicas individuais, não refletindo uma mudança na cultura política dos operadores do Direito como um todo. Está restrita a um universo reduzido de profissionais, destacando-se especialmente a atuação de alguns representantes do Ministério Público em questões de interesse das organizações de direitos humanos. Essa sensibilidade se expressa através do engajamento destes profissionais nas questões de interesse das organizações de direitos, como a participação nas discussões e fóruns de debates sobre a

implementação de políticas públicas (PNDH, SNDH) e nas discussões sobre a reforma do poder judiciário.

Os operadores do Direito situados nas instâncias com maior poder de decisão e abrangência, como Supremo Tribunal Federal, ainda são muito resistentes às demandas dos grupos e minorias sociais pelos direitos coletivos, apesar de estes direitos estarem assegurados na Constituição de 1988. Os novos direitos, aqueles relacionados às “minorias” e aos grupos socialmente vulneráveis, ainda não foram integrados na linguagem das categorias específicas do Direito. De uma maneira geral, estes profissionais ainda são muito refratários às demandas pelos direitos difusos contidos nos DhESCA.

Ainda entre os profissionais do Direito é importante mencionar a participação dos integrantes das CDH/OAB nas ações e eventos do MNDH¹⁴⁷. É comum o engajamento de representantes destas Comissões na apuração de denúncias apresentadas pelas entidades de direitos humanos, na realização de visitas a presídios, delegacias ou a outras instituições e ou situações que expressem violações aos direitos humanos. A relação das Organizações presentes aos Encontros Nacionais do MNDH¹⁴⁸ mostra a participação crescente das Comissões Regionais de Direitos Humanos da OAB nos Encontros dos últimos anos. Nacionalmente, no entanto, ao contrário do que se observa nos espaços locais e regionais, a atuação da OAB no campo dos direitos humanos já foi politicamente mais engajada e comprometida com as lutas populares pelos direitos humanos.

O engajamento dos profissionais de Direito na questão dos direitos humanos pode ser identificado, ainda, através da presença significativa de ONGs de assessoria jurídica que integram o MNDH¹⁴⁹. Incluem-se, aqui, desde organizações de assessoria jurídica a trabalhadores rurais e sindicatos a ONGs que atuam na formação e qualificação dos militantes para a operacionalização dos mecanismos de proteção dos direitos humanos – tratados, pactos, convenções internacionais.

Ainda no universo das categorias profissionais os entrevistados apontam o crescimento na adesão de algumas categorias como a Psicologia, o Serviço Social e a Antropologia em relação à questão dos direitos humanos, através de suas entidades representativas como os

¹⁴⁷ Sobre a participação das Comissões de Direitos Humanos da OAB nos Encontros dos MNDH consultar Apêndices – item Instituições.

¹⁴⁸ Ver Apêndices, item Instituições.

¹⁴⁹ Para se ter uma idéia destas ONGs consultar nota de rodapé 74, à página 87.

Conselhos Federais e Regionais de Serviço Social e de Psicologia e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Na área de Serviço Social a preocupação com os direitos humanos se expressa tanto no projeto ético-político da profissão, ao defender o compromisso com os movimentos populares e a participação da categoria nos conselhos de políticas públicas, quanto na criação das Comissões de Ética e Direitos Humanos pelos Conselhos Regionais e Federal de Serviço Social. A discussão sobre a temática é feita, principalmente, pelo viés dos direitos sociais, pela defesa do acesso às políticas sociais como instrumentos de afirmação da cidadania e de inclusão social (BONETTI, 2006; CFESS, 1993). No que se refere à Psicologia, o engajamento desta categoria na questão dos direitos humanos pode ser observada também na participação de representantes dos conselhos regionais relacionados a esta área nos Encontros Nacionais do MNDH nos últimos anos¹⁵⁰. A Antropologia também é mencionada pelos entrevistados como uma das profissões que vem despertando seu olhar para a temática, através da discussão sobre a diferença e/ou sobre as minorias. Além do engajamento político-militante a partir de suas entidades profissionais, estas categorias, cada uma a seu modo, vêm estimulando a produção de conhecimento e o debate sobre os direitos humanos no meio acadêmico, em suas respectivas áreas.

A relação das entidades participantes dos Encontros Nacionais do MNDH revela a crescente participação de departamentos e núcleos de pesquisas vinculados a universidades nos eventos e encontros promovidos pelo Movimento nos últimos anos. Além dos núcleos relacionados aos direitos humanos, cidadania e violência (temáticas com uma certa tradição de pesquisa no campo acadêmico), é possível observar a participação de grupos de pesquisa sobre criança e adolescente, mulher, negro, terceira idade entre outros. Esses dados são indicativos importantes da crescente penetração da temática dos direitos humanos no campo acadêmico (MNDH, 2004).

Nos anos de 1980 praticamente não se observava a presença das instituições públicas de ensino superior nos Encontros Nacionais do MNDH, embora muitos professores universitários estivessem engajados nas entidades de direitos humanos. A exceção, durante este período, fica por conta do Programa de Direitos Humanos da Universidade Católica de Goiás, do Núcleo de Estudos da Violência da USP e da Universidade Metodista, com uma frequência recorrente nos eventos organizados pelo Movimento.

¹⁵⁰ A este respeito consultar Apêndices XII e XIII – item: Instituições diversas.

Enfim, retomando, à guisa de conclusão, as questões abordadas no presente capítulo, a análise da relação com o Estado revelou que as questões relacionadas à violência física, sejam as denúncias de tortura sejam as reivindicações por direitos e as proposições pela implementação de políticas públicas de combate a tais práticas, pautaram grande parte da agenda do MNDH nas interlocuções e embates que estabeleceu com as diversas agências estatais, independentemente das conjunturas sociopolíticas e econômicas. Inserem-se nesse processo as denúncias de tortura contra os presos políticos durante o regime ditatorial; as denúncias contra a tortura infligida a presos comuns e a violência praticada por agentes públicos junto às populações residentes nas periferias urbanas; as pressões para a aprovação da Lei de Tortura e da Convenção Internacional contra a Tortura; para a realização da Campanha contra a Tortura e a Impunidade e as pressões e parcerias com o Estado para a implementação do PFAVTA.

A luta contra a violência física e a tortura em certa medida impede que o MNDH dedique maior atenção às questões relacionadas à violência simbólica ou desenhe propostas voltadas para o reconhecimento da diversidade cultural e a inclusão das minorias. O que se observa é que, embora o MNDH reconheça como legítimas as demandas dos grupos socialmente vulneráveis ou “minorias” por direitos específicos, incorporando-as no seu ideário e discurso, tal reconhecimento não tem se traduzido na elaboração de propostas concretas para a afirmação da cidadania e da dignidade humana desses grupos pelo Movimento, independentemente de que uma ou outra organização filiada, pela sua própria especificidade o faça, ou ainda que alguns indicativos importantes nessa direção possam ser vislumbrados dentro do Movimento nos últimos anos.

Neste sentido, a perspectiva de Honneth, que atribui à esfera jurídica um papel importante no processo de reconhecimento, parece ser bastante apropriada para pensar o MNDH. Entretanto, as reflexões de Fraser não podem ser desconsideradas, já que a promoção dos direitos humanos pressupõe também a criação de condições estruturais (econômicas e políticas) que possibilitem a vivência desses direitos, como a implementação de políticas públicas de redução das desigualdades socioeconômicas, ainda que apenas secundariamente esta dimensão seja explicitada. Nas manifestações e reivindicações do MNDH, na esfera pública, são as questões relacionadas às denúncias de violência física e a exigência do direito, da importância do acesso ao direito para erradicar tais práticas, que adquirem maior visibilidade. No entanto, como estas questões não estão desvinculadas das questões

econômicas, as contribuições de Fraser sobre a luta por justiça no plano econômico não podem ser desconsideradas na análise do MNDH.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou analisar a contribuição do MNDH para legitimar na esfera pública uma nova concepção sobre os direitos humanos. Com tal propósito, reconstituiu-se a história e trajetória do Movimento, identificando as matrizes discursivas e os valores ético-políticos que orientaram o ideário e a prática dos seus militantes; as articulações nacionais e transnacionais que este estabeleceu com as organizações da sociedade civil, com os organismos internacionais de direitos humanos e as suas relações e interlocuções com o Estado.

Na trajetória analisada constatou-se que o MNDH produziu não só uma “gramática” sobre os direitos humanos, como ressignificou o seu discurso e compreensão sobre os mesmos, dando visibilidade à temática na cena pública.

A ressignificação da categoria direitos humanos pelos militantes do MNDH se deu através da inclusão dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DhESCs) na agenda do Movimento e também através da redefinição das noções de direito, cidadania, democracia e dos sujeitos de direitos. A inclusão dos DhESCs na agenda do MNDH constituiu um marco importante na história e trajetória do MNDH, expressando uma nova fase na luta pelos direitos humanos caracterizada, de um lado, pela preocupação com a publicização e difusão dos DhESCs como direitos humanos e, de outro, pelas reivindicações e propostas em torno da implementação de políticas públicas voltadas para a promoção desses direitos e o combate às desigualdades socioeconômicas.

Todavia, a luta por esses direitos não ocupa o mesmo espaço na agenda do MNDH. Os direitos ambientais, por exemplo, embora concebidos como direitos humanos, estão pouco presentes na pauta e reivindicações do MNDH, ainda que faça parte das preocupações simbólicas e discursivas de muitos de seus militantes. O envolvimento do MNDH nas questões relacionadas ao meio ambiente ocorre de forma indireta, isto é, através da participação nos fóruns, manifestações e ações empreendidas pelas entidades ambientalistas, ou ainda através de manifestações públicas de solidariedade às lutas em defesa do meio ambiente. Em certa medida, o mesmo se observa em relação aos direitos culturais. O MNDH reconhece a diversidade cultural e as reivindicações das “minorias” por identidade, mas sem incorporar efetivamente as reivindicações desses grupos e/ou organizações nas suas

proposições de políticas públicas, prevalecendo na sua agenda as reivindicações pela igualdade de acesso aos direitos.

No entanto, as lutas pela universalidade dos direitos ou pela igualdade de acesso aos mesmos não significam direitos iguais para todos. A “consciência” em relação à importância de direitos específicos para assegurar a cidadania e a dignidade dos grupos mais vulneráveis socialmente ou das “minorias sociais”, em certa medida já se manifesta no ideário e discurso dos militantes entrevistados, ainda que sem incorporá-las de fato nas suas reivindicações e propostas.

Neste sentido, reconhecimento (entendido como o respeito ao outro e o acesso aos direitos instituídos) e redistribuição (entendida como a implementação de políticas socioeconômicas de combate às desigualdades) não se configuram como dimensões distintas no interior do Movimento, ainda que a articulação prática entre tais dimensões seja incipiente. O desafio do MNDH (sendo um Movimento constituído por organizações tão heterogêneas e onde a presença das organizações civis identitárias é cada vez mais expressiva) consiste em articular de maneira pertinente tais dimensões.

A luta contra a violação da integridade física expressa nas práticas de tortura e violência policial, a ameaça à vida e as reivindicações pelo acesso aos direitos instituídos são as que recebem maior atenção do MNDH. A centralidade da luta contra a violência e das reivindicações pelo acesso aos direitos assegurados constitucionalmente (independentemente de corte identitário) decorre, em parte, da perpetuação das profundas desigualdades sociais, da pobreza e dos altos índices de violência e exclusão que caracterizam a sociedade brasileira e, em parte, da dificuldade mesma do MNDH de articular demandas genéricas com demandas específicas.

Este cenário faz com que as denúncias relacionadas às dimensões simbólicas da violência, expressas nas práticas racistas e discriminatórias contra as “minorias” e no não-reconhecimento de suas identidades, fiquem subsumidas pelas denúncias contra a tortura e a violência física e pelas demandas em torno do acesso aos direitos instituídos, ainda que a preocupação com as dimensões simbólicas da violência venha conquistando espaços na agenda do Movimento nos últimos anos.

O estudo mostrou também que a repercussão e influência da nova concepção de direitos humanos difundida pelo MNDH têm maior ressonância, especialmente, entre os atores da

sociedade civil organizada. Esse processo foi observado, por exemplo, através do grande número de organizações civis identitárias, que influenciadas pelo debate sobre os DhESCA's, se filiaram ao Movimento a partir dos anos 90. Mas, a influência dessa nova concepção de direitos humanos foi observada também em algumas instâncias e atores situados na esfera estatal, particularmente entre alguns formuladores de políticas públicas destinadas à promoção e proteção dos direitos humanos, muitos dos quais ex-militantes do MNDH, que passaram a ocupar cargos de direção nas agências estatais, e em alguns espaços de discussão e debate sobre a temática, como a CDH/CD.

A participação desta Comissão na construção do Relatório da Sociedade Civil sobre o cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (para mencionar um momento bastante emblemático na história mais recente da luta pelos direitos humanos no Brasil), constitui um exemplo importante desse processo. Através de parcerias e articulações com esta Comissão, o MNDH tem pressionado o poder executivo a implementar políticas de promoção dos DhESCA's, constituindo-se a Comissão num ator e aliado importante do Movimento na luta pelos direitos humanos na esfera estatal.

A despeito da existência de uma visão mais ampla dos direitos humanos dentro do MNDH e da resignificação discursiva que os concebe para além da dimensão jurídico-normativa, a luta por direitos e pelo acesso e o respeito aos direitos legalmente instituídos e ainda pela instituição de novos direitos mobiliza boa parte das energias dos militantes de direitos humanos.

A importância atribuída à esfera jurídica para a afirmação dos direitos humanos pode ser observada também nas reivindicações do MNDH pelas ratificações e/ou cumprimento, por parte do Estado brasileiro, dos pactos, tratados e convenções internacionais de direitos humanos; nas denúncias de violação dos direitos civis e políticos; nas pressões e exigências para julgamento e indenização de vítimas de violação dos direitos humanos; nos recursos encaminhados aos tribunais nacionais e internacionais e, principalmente, nas pressões pelo respeito e o acesso aos direitos inscritos.

Não se trata, porém, de uma visão meramente legalista dos direitos humanos, mas do entendimento de que esta esfera também constitui um espaço importante para a afirmação da dignidade humana e da cidadania de todos. Mais do que a “judicialização” das lutas pelos direitos humanos, esse processo de descentramento das pressões e demandas do Movimento,

dos poderes executivo e legislativo, também para a esfera judiciária, constitui uma estratégia política do Movimento no sentido de ampliar os espaços de luta pela promoção e proteção dos direitos humanos na esfera estatal, especialmente numa conjuntura em que o poder executivo, em virtude de políticas macroeconômicas adotadas, vê-se “debilitado” na sua capacidade de implementação de políticas públicas e os recursos para tais políticas são cada vez mais escassos. Em que medida o MNDH, que tem apresentado uma tendência muito forte a dialogar com os espaços institucionais (estatal), tem conseguido conciliar essa pressão sobre as instâncias jurídicas com a mobilização social ou, ainda, em que medida a esfera jurídica tem sido priorizada em detrimento da esfera política é uma questão a ser investigada. No entanto, esse processo não parece suficiente para afirmar neste momento a substituição da esfera política pela esfera jurídica.

O estudo mostrou também que a luta pelos direitos humanos, no âmbito do MNDH, perpassa os diferentes campos da vida social, incidindo tanto no campo moral (com a defesa de valores que possibilitem a afirmação da dignidade humana) quanto nos campos político-cultural na medida em que procura influenciar as instâncias político-estatais para a aprovação de mecanismos (leis, tratados, políticas e programas) que possibilitem a promoção e proteção desses direitos e na criação de uma cultura em que o respeito aos direitos do outro não esteja vinculado a manifestações de consideração e deferência, mas ao entendimento de que ele é um sujeito de direitos.

Dizer que as demandas do MNDH incidem tanto no campo moral quanto nos campos político-econômico, social e cultural é o mesmo que dizer que suas lutas contêm, simultaneamente, uma dimensão subjetiva e uma dimensão objetiva. Lutar pela afirmação da dignidade humana pressupõe lutar também contra as desigualdades socioeconômicas; contra as discriminações étnico-culturais, sexuais e raciais e por transformações nas instituições e políticas em geral. Neste sentido é que se observa que reconhecimento e redistribuição não se apresentam como dimensões distintas dentro do Movimento, ainda que a articulação entre as mesmas deixe a desejar. A análise das fontes empíricas revelou que historicamente essas duas dimensões têm se constituído em motivos importantes para a manifestação e expressão do Movimento na esfera pública, ainda que nem sempre a articulação entre elas seja explicitada. As manifestações e críticas do MNDH em relação ao modelo de desenvolvimento econômico ou ainda as dimensões anticapitalistas de suas lutas, em geral, ficam subsumidas pelas denúncias contra as violações.

No contexto assinalado, as denúncias de violação da integridade física, a privação ou exclusão de direitos e a ofensa moral configuram o que Honneth denomina desrespeito ou rebaixamento moral (falta de reconhecimento). Já as manifestações contras as desigualdades sociais, as reivindicações por políticas públicas e as críticas à globalização neoliberal, configuram as dimensões da redistribuição, no sentido atribuído por Fraser.

A especificidade do MNDH reside na diversidade e pluralidade de suas demandas. A capacidade de abarcar, no plano discursivo, e de forma desigual, as múltiplas dimensões dos direitos humanos tem sido um aspecto ao mesmo tempo positivo e negativo para o Movimento. Positivo porque permite ao MNDH aglutinar uma diversidade de organizações civis em torno da questão e, nesse processo, se fortalecer junto às agências estatais e aos organismos internacionais de direitos humanos. É negativo porque o fato de congregar uma infinidade de organizações civis com demandas, objetivos e identidades distintas torna sua identidade difusa na esfera pública.

O que mantém a unidade do MNDH é o desejo de tornar os direitos humanos um valor, um referencial ético-moral para a sociedade. É o desejo de transformá-los numa utopia a ser defendida pelos mais distintos atores e setores da sociedade brasileira. É também a necessidade, diante de tantas arbitrariedades e barbáries, de transformá-los numa questão nacional. O fato de constituir uma rede com várias centenas de organizações filiadas, articuladas em torno de um mesmo propósito, incluir os direitos humanos na agenda pública, faz com que as organizações locais de direitos humanos se sintam mais fortes para os embates cotidianos com as agências estatais, os setores conservadores e para denunciar as violações de direitos humanos.

Além das questões (conquistas) assinaladas, uma outra importante contribuição do MNDH ao longo da trajetória investigada foi transformar os direitos humanos não só num lugar de denúncia ou de rebatimento de violações, mas também num espaço de formulação de propostas de políticas públicas de promoção desses mesmos direitos; num espaço de construção de uma nova cidadania, de uma nova ética, de uma nova solidariedade, enfim, num espaço de luta pela afirmação da dignidade humana e da não-violência, o que requer tanto a defesa do direito à diferença no plano do reconhecimento quanto a defesa da igualdade nos planos social e econômico.

A inclusão dos direitos econômicos, sociais e culturais na agenda do MNDH foi importante também porque ajudou a ampliar o universo dos atores engajados na luta pelos direitos humanos, além de explicitar as ambivalências contidas no direito e nas instituições jurídicas. No entanto, a preocupação com a erradicação da tortura – uma questão recorrente na agenda do Movimento, contribui para que as suas demandas e ações incidam mais fortemente sobre a defesa dos direitos individuais (especialmente sobre os direitos civis), ainda que tenha como horizonte a efetivação dos DhESCA's e a eliminação das desigualdades sociais.

Verificou-se também a ampliação dos espaços públicos de debate, deliberação e formulação de propostas de políticas públicas na esfera estatal. A ampliação desses espaços ocorreu através da criação das Comissões de Direitos Humanos nas diversas esferas do poder legislativo (federal, estadual e municipal), dos conselhos estaduais e municipais de direitos humanos e das Conferências de Direitos Humanos.

A inserção do MNDH nestes espaços e sua articulação com os sujeitos coletivos neles inseridos revelaram-se importantes, não só pelas reivindicações e pressões que exerceram sobre o Estado, mas, principalmente do ponto de vista político-educativo, ao possibilitar ao Movimento a discussão das interfaces entre suas demandas e as reivindicações das demais organizações neles representadas, levando muitas entidades a incorporarem o discurso dos direitos humanos na perspectiva formulada pelo MNDH.

Em relação à esfera estatal, algumas conquistas importantes do ponto de vista legal-institucional foram observadas, porém, na prática, os direitos instituídos e as políticas públicas implementadas têm se constituído muito mais em mecanismos de regulação e repressão do Estado, isto é, como uma gestão controlada das desigualdades sociais e da exclusão, do que em mecanismos de emancipação, isto é, de efetivação da cidadania e da dignidade dos grupos socialmente mais vulneráveis.

No campo da sociedade civil, as articulações do MNDH com os movimentos sociais e os organismos internacionais de direitos humanos revelaram-se importantes na medida em que forçaram o Estado brasileiro a adotar políticas que dificilmente seriam adotadas sem a pressão destes atores sociais, ainda que não tenham conseguido reverter, efetivamente, a orientação da política hegemônica em relação às políticas sociais e o quadro de violações dos direitos humanos no país. Tais articulações se constituem em iniciativas contra-hegemônicas também porque, de alguma forma, forçam a ampliação do Estado e dos direitos, porque

produzem um novo discurso e uma nova interpretação em relação aos direitos humanos, mais ampla e mais inclusiva do que a visão hegemônica preconiza, além de produzirem um outro discurso para a exclusão, a desigualdade sociais e as vítimas de violação dos direitos humanos, exigindo respostas diferentes das historicamente dadas.

A despeito da visibilidade da temática e da ampliação do número de organizações de direitos humanos, tanto na esfera societária quanto na esfera estatal-institucional, de uma maneira geral a sociedade brasileira ainda é conservadora em relação aos direitos humanos, porque estranha o seu discurso. A mídia ainda mantém uma visão equivocada, sensacionalista em relação aos direitos humanos, interessando-se mais pela divulgação das cenas de violência e de violação dos direitos humanos do que em promover um debate crítico, construtivo e educativo em relação aos mesmos. No entanto, não se pode negar que tem havido um aumento de sensibilidade, que ficou mais fácil falar dos direitos humanos nos últimos anos, talvez pela difusão dos direitos sociais econômicos e culturais ou dos DhESCA's do que pela temática em si.

Em resumo, tanto a identificação das matrizes discursivas quanto a análise das articulações com os movimentos sociais, ONGs e com os organismos internacionais de direitos humanos e, ainda, a análise da relação com as agências estatais, indicaram mudanças significativas na concepção de direitos humanos difundida pelo Movimento, de uma concepção centrada na defesa dos direitos civis e políticos para uma perspectiva mais pluralista e democrática dos direitos humanos. Ao vincular, no seu ideário e discurso, a defesa da dignidade humana com as lutas contra as desigualdades sociais, o Movimento articula, em certa medida, as dimensões do reconhecimento e da redistribuição.

Contudo, esse processo não se revelou linear nem cumulativo, mas permeado por contradições, impasses e ambigüidades, apresentando ora avanços ora recuos, especialmente quando comparados os avanços ocorridos no pensamento político e social dos militantes e as conquistas nas esferas legal-institucionais com a situação cotidiana dos milhões de brasileiros submetidos à pobreza, exclusão e às manifestações de preconceito.

REFERÊNCIAS

- ALBERONI, Francesco. **Gênese**. Traduzido por Mário Foudell. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- ALVAREZ, Sônia E. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- ARANTES, Rogério Bastos. Judiciário e democracia no Brasil. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n. 54, 1999.
- AZEVEDO, Dermi. **Um pouco da história de luta pelos direitos humanos no Brasil: a ação político do MNDH**. São Paulo, 2000. (Mimeo).
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Traduzido por Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Traduzido por Marco Estevão e Renato Aguiar. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BENVENUTO JR, Jaime. Entrevista com Antônio Augusto Cançado Trindade. In: **Proposta. Revista Trimestral de Debate da FASE**. Rio de Janeiro, n. 92, mar/mar, 2002.
- BETTO, Frei. Cristianismo e marxismo. In: LÖWY, Michel. (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos nossos dias**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOFF, Leonardo. **Igreja, carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante**. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982b.
- BOFF, Leonardo. Direitos humanos. Direitos dos empobrecidos. In: **MNDH. Relatório do I Encontro Nacional**. Petrópolis-RJ, 1982a.
- BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. **Da libertação: o sentido teológico das libertações sócio-históricas**. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982.
- BONETTI, Dilséa et all. **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Traduzido por Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”? desventuras da democratização brasileira. In: **Revista Novos Estudos**, n. 30, p.162-174, jul. 1991.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. O significado e o valor da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. In: Câmara dos Deputados. Brasília, 1998. **Relatório da Terceira Conferência Nacional de Direitos Humanos.**

CANEL, Eduardo. **New social movement theory and resource mobilization theory: the need for integration.** Disponível em: <http://web.idre.ca/en/ev-54446-201-1-DO_TOPIC.Html>. Acesso em: 2 ago. 2004.

CARBONARI, Paulo César. Situação dos Direitos Humanos no Brasil. In: MOSER, Cláudio; RECH, Daniel. (Orgs.). **Direitos Humanos no Brasil: diagnóstico e perspectivas: olhar dos parceiros de Misereor.** Rio de Janeiro: CERIS / Mauad, 2003. (Coletânea CERIS, Ano 1, n. 1).

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade.** Traduzido por Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CFESS. **Código de ética profissional dos assistentes sociais.** Brasília: CFESS, 1993.

COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46 n. 3, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional dos assistentes sociais.** Brasília: CFESS, 1993.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COSTA, Sérgio. **Direitos humanos e anti-racismo no mundo pós-colonial.** Mimeo, 2003.

COSTA, Sérgio. Do simulacro e do discurso: esfera pública, meios de comunicação de massa e sociedade civil. In: **Revista de Comunicação Política**, v. IV, n. 2, 1997b.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, out. 1997^a.

COUTINHO, Carlos Nelson. As esquerdas e a democracia. In: GARCIA, Marco Aurélio. (Org.). **As esquerdas e a democracia.** São Paulo: Paz e Terra: CEDEC, 1986.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. In: **Política e Sociedade. Revista de Sociologia**, Florianópolis, v.1, n. 5, p. 137-145, out. 2004.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo, Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Orgs.). **Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DE VITA, Álvaro. O lugar dos direitos na moralidade política. In: **Revista Lua Nova**, n. 30, p.5-34, 1999.

DHESC BRASIL. PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. Seção: *Relatores Nacionais*. (Disponível em: <http://www.dhescbrasil.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=10>. Acesso em: 15 de mar., 2005.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUSSEL, Enrique Dussel. Teologia da libertação e marxismo. In: LÖWY, Michel. (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos nossos dias**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

GARCIA, Marco (Org.). **As esquerdas e a democracia**. São Paulo: Paz e Terra: CEDEC, 1986.

GOHN, Maria da Glória. **Os movimentos sociais no século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis; RJ: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos novos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 5. ed. Rio de Janeiro Record, 2001.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. **Dossiê. Os movimentos sociais e a construção democrática**. Idéias. 5(2) / 6(1). Campinas, 1998-1999. (Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp).

GUALBERTO, Márcio A. **A experiência brasileira na preparação do “Relatório da Sociedade Civil sobre o Cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais”**, seus desdobramentos e perspectivas futuras. (Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/desc/desc/_prepara.html>. Acesso em 15 mar. 2005.

GUALBERTO, Márcio. **Sobre a Dhesc Brasil**, 2002.

HABERMAS, Jürgen. A luta por reconhecimento no Estado democrático de direito. In: HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. 2. ed. Traduzido por George Sperber, Paulo Astor Soethe e Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Traduzido por Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALL, Stuart. A questão Multicultural. In: HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Org.). **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Traduzido por Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2003.

HERRERA FLORES, Joaquín. Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência. In: WOLKMER, Antonio Carlos. (Org.). **Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Lumem Júris, 2004.

HONNET, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Traduzido por Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HORTY, Richard. Human rights, rationality and sentimentality. In: SHUTE, Stephen; HURLEY, Susan. **On human rights**. The oxford amnesty lectures, 1993. New York, Basic, Books, 1993.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KEIL, Ivete L. M. O paradoxo dos direitos humanos no capitalismo contemporâneo. In: KEIL, Ivete; ALBUQUERQUER, Paulo; VIOLA, Sólon. (Orgs.). **Direitos humanos**: alternativas de justiça social na América Latina. São Leopoldo-RS: Editora UNISINOS, 2002.

KLANDERMANS, P. B. La unión de lo “viejo” com lo “nuevo”: el entremado de los movimientos sociales em los países bajos. In: DALTON, R. J.; KUECHLER, M. (Orgs.). **Los nuevos movimientos sociales**. Valência: Edicions Alfons el Magnanim, 1992.

KLICH, Olmar. **Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos**: proposta do MNDH. Brasília, 2001 (Exposição realizada no painel da VI Conferência Nacional de Direitos Humanos).

KOERNER, Andrei. O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53. p. 143-157, out. 2003

KRISCHKE, Paulo J. Comunidades Eclesiais de Base e mudança social. In: KRISCHKE, Paulo. **Aprendendo a democracia na América Latina**: atores sociais e mudança cultural. Porto Alegre: EdPUCRS, 2003.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, Sérgio. (Org.). **Ongs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: Abong: Peirópolis, 2002.

LAVALLE, Adrián; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata M. Quando novos personagens saem de cena: continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. In: **Política e Sociedade. Revista de Sociologia**, Florianópolis, v.1, n. 5, p. 137-145, out. 2004.

LINDGREN ALVES, José Augusto. **Os direitos humanos como tema global**. São Paulo: Perspectiva; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1994. (Coleção Estudos).

LOYOLA, Elizabeth; MOURA, Suzana. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, Tânia. (Org.). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Direitos humanos e tratamento igualitário: questões de impunidade, dignidade e liberdade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 64, fev. 2000.

MACIEL, Débora A.; KOERNER, Andrei. Sentidos da judicialização da política: duas análises. In: **Lua Nova Revista de Cultura Política**, São Paulo, n. 57, 2002.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

MARIANO, Benedito Domingos; BICUDO, Hélio Pereira. Justiça, segurança e direitos humanos. In: MOSER, Cláudio; RECH, Daniel. (Orgs.). **Direitos humanos no Brasil: diagnósticos e perspectivas**. Rio de Janeiro: CERIS/Mauad, 2003.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATTOS, Patrícia Castro. **A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília. 2005.

MAZZOTTI, Agostinho; PEDRON, Janice; DORNELLES, João Ricardo et al. **MNDH: alguns aspectos históricos – 1982/1994**. Caxias do Sul; RS, 1999. (Mimeo).

MBAYA, Etienne Richard. Gênese, evolução e universalidade frente à diversidade de culturas In: **Estudos Avançados**. São Paulo. USP v. 11, n. 30 mai/agos. 1997.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Traduzido por Maria do Carmo A. Bonfim. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana e democracia**. México. El Colégio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

MITRE, Maya; DOIMO, Ana M.; MAIA, Rousely. **Redes de participação, Internet e novos espaços públicos: o caso da DH Net**. 2003 (mimeo).

MNDH. **Roma Locuta**. Documentos sobre o livro “Igreja, carisma e poder”. 2. ed. Brasília, 1985.

MOLINA, José Luis. **El análisis de redes sociales: una introducción**. Barcelona: Ediciones bellaterra, 2001. (Serie General Universitária, 10).

MOSER, Cláudio; RECH, Daniel. **Direitos Humanos no Brasil: diagnóstico e perspectivas: olhar dos parceiros de Misereor**. Rio de Janeiro: CERIS / Mauad, 2003. (Coletânea CERIS, Ano 1, n. 1, 2003).

MUNCK, Gerardo. Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo sobre os movimentos sociais. In: **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n.1, 1997.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. **Ação política entre reconhecimento e redistribuição: os dilemas da luta anti-racista no Brasil**. Caxambu, 20006. (Trabalho apresentado ao XXVIII Encontro Nacional da ANPOCS).

NOVAES, Regina R.; LIMA, Roberto Kant. **Antropologia e Direitos Humanos**. Niterói/RJ. EUFF, 2001. (Prêmio Associação Brasileira de Antropologia – Fundação Ford).

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMAN, M. (Org.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O passado não está morto: nem passado é ainda... In: DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil**. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PINTO, Célia Regina Jardim. A sociedade civil institucionalizada. In: **Política e Sociedade. Revista de Sociologia**, Florianópolis, v.1, n. 5, p. 99-116, out. 2004.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Max Limoned, 1998.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 3. ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

OLIVEIRA, Luis R. Cardoso de. Racismo, direitos e cidadania. In: **Estudos Avançados**, n. 50, p. 81-93, 2004.

RAPPORT, Nigel. Social anthropology. V. 6 (13), 1998. p.381-33). (European Association of social Anthropologists);

OLIVEIRA, Francisco de. Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as Ongs da democratização? In: HADDAD, Sérgio. (Org.). **Ongs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: Abong: Peirópolis, 2002.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro. Cidadania e política de direitos humanos no Brasil. In: **Contemporaneidade e Educação: revista semestral de ciências Sociais e Educação**. Rio de Janeiro, Ano V, n. 8 – 2º sem/2000. Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada.

OLIVERA, Luciano. Direitos humanos e cultura política de esquerda. In: **Revista Lua Nova**, n. 27, 1992.

REGAN, David. **Igreja para libertação**: retrato pastoral da Igreja no Brasil. Traduzido por José W. de Andrade; rev., John B. Doyle, José Bortolini. São Paulo: Paulinas, 1986.

RIBEIRO, Anália Belisa; BARROS, Neiva. Provita: uma ação interdisciplinar. In: **Direitos Humanos**: proteção a testemunhas da violência. Recife, GAJOP, 1997.

ROBLES, Gregório. **Os direitos fundamentais e a ética na sociedade atual**. Traduzido por Roberto Barbosa Alves. Barueri-SP: Manole, 2005.

RODRIGUEZ, Maria Elena. (Org.). **Plataforma DhESCA BRASIL**. Relatores nacionais em direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Informe 2005. Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUEZ, Maria Elena. Os direitos econômicos, sociais e culturais: uma realidade inadiável. In: **Proposta. Revista Trimestral de Debate da FASE**, Rio de Janeiro, n. 92, mar/mai, 2002.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza; NUNES, João Arriscado. Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; v.3).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 48, p. 11-31, jun.1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. São Paulo, 1995. (Palestra Congresso Brasileiro de Sociologia).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 3. ed. rev. e ampliada. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed. 2004 (Cap. I Conteúdo e significado da noção de dignidade da pessoa humana).

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes sociais**: trajetórias e fronteiras. Florianópolis, 2004, (mimeo, s/d).

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e sociedade civil global. In: HADDAD, Sérgio. (Org.). **Ongs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: Abong: Peirópolis, 2002;

SCHERER-WARREN, Ilse. ROSSIAUD, Jean. **A democratização inacabável: as memórias do futuro**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. (Coleção Ciências Sociais, 42).

SCHERER-WARREN, Ilse. Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. XIII, n. 1, jan/jul, p.56-69, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO (SEDOC). Serviço de Documentação. **III Encontro nacional de direitos humanos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO (SEDOC). Serviço de Documentação. **II Encontro ecumênico de direitos humanos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO (SEDOC). Serviço de Documentação. **I Encontro de direitos humanos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982.

SEMPRINI, Andréa. **Multiculturalismo**. Traduzido por Laureano Pelegrin. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

SEOANE, José, TADDEI, Emilio. De Seattle a Porto Alegre: passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal. In: SEOANE, José, TADDEI, Emilio. (Orgs.). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SHETH, D. L. Micro-movimentos na Índia: para uma nova política de democracia participativa. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Valéria Getúlio de B. **O movimento nacional de direitos humanos e a questão da violência institucionalizada. (1986-1996)**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SOUSA, Rosinaldo Silva de. Direitos humanos através da história recente em uma perspectiva antropológica. In: NOVAES, Regina R.; LIMA, Roberto Kant. (Orgs.). **Antropologia e direitos humanos**. Niterói: EdUFF, 2001.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico M. Multiculturalismo e direitos coletivos. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Instituto Piaget, Princeton University, 1991. (Cap. A política de reconhecimento).

TELLES, Vera Silva. Sociedade civil e construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TOLEDO, Caio Navarro de. Esquerdas: rupturas e continuidades. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, educação e multiculturalismo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

TOSI, Giuseppe. Direitos humanos: reflexões iniciais. In: TOSI, Giuseppe. (Org.). **Direitos humanos: história, teoria e prática**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2005.

TOURAINÉ, Alain. **O que é democracia?** Traduzido por Guilherme J.F. Teixeira. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

VIANNA, Luis Werneck. **A judicialização das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Revan, 1999.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. Traduzido por Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2000.

WEFFORT, FRANCISCO. As esquerdas e a democracia. In: GARCIA, Marco Aurélio. (Org.). **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.

WEFFORT, Francisco. **Qual democracia?** 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Acesso aos direitos e à justiça**. Palestra proferida no Fórum Internacional de direitos sociais: direito, cidadania e justiça social. Florianópolis, 2005;

(WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito**. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1997.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

ZANETTI, José Carlos. **A Assunção dos DESCs**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/zanetti/inde3x.html>>. Acesso em: 25 de nov., 2004.

DOCUMENTOS CONSULTADOS (MNDH)

MNDH. **Relatório do XIII Encontro Nacional**. Brasília, 2004d.

MNDH. **Relatório da Gestão 2002 a 2004**. Brasília, 2004c.

MNDH. **Sistema Nacional de Direitos Humanos**. Brasília, 2004b.

MNDH. Relatório Final da Campanha Nacional Permanente de Combate à Tortura e à Impunidade. Brasília, (s/d - 2004).

MNDH. 20 anos de luta pela vida, contra a violência. Novos tempos. Novos Temas. Novos Desafios à luta pelos direitos humanos. Documento Institucional. Brasília, 2003b.

MNDH. Relatório de atividades a partir do planejamento estratégico do MNDH. Brasília, ago., 2001b.

MNDH. Texto base para subsidiar o debate no XII Encontro/Assembléia Nacional do MNDH. Proposta do Conselho Nacional para debate. Brasília, 2001a.

MNDH. Relatório de Atividades e Balanço de Impacto Político. Brasília, 2001.

MNDH. Informe de ações da coordenação Nacional. Brasília, jul./ dez., 2000c.

MNDH. Informe de ações da Coordenação Nacional. Brasília, dez., 2000b.

_____. CDH/CD. **O Brasil e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais:** relatório da sociedade civil sobre o cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Brasília, 2000..

MNDH. Relatório de atividades: sede nacional. Brasília, 1999.

MNDH. Manifesto à Opinião Pública. Petrópolis-RJ, 1988b.

MNDH. Projeto: monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos. Relatório de 1998. Brasília, 1998.

MNDH. COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO. Avaliação do Movimento Nacional de Direitos Humanos: equipe mista CESE/MNDH. Brasília, 1996b.

MNDH. IX Encontro Nacional de Direitos Humanos. Violência no Brasil neoliberal: desafios e perspectivas para os direitos humanos. Brasília, 1996.

MNDH. VIII Encontro Nacional de Direitos Humanos: cidadania e direitos humanos rumo ao século XXI. Brasília, 1994.

MNDH. O Movimento Nacional de Direitos Humanos - 1991: um estudo descritivo. Caixas do Sul, 1992b.

MNDH. 10 anos de luta pelo direito à vida. Relatório do VII Encontro Nacional. Brasília, 1992.

MNDH. Relatório do VI Encontro Nacional. Vargem Grande Paulista. São Paulo, 1990.

MNDH. V Encontro Nacional. Goiânia. 1988.

MNDH. IV Encontro Nacional de Direitos Humanos. Documento Final. Olinda, 1986.

MNDH. Relatório do III Encontro Nacional. Vitória;ES, 1984

MNDH. Relatório do II Encontro Nacional. Taboão da Serra;SP, 1983.

MNDH. Exposição sobre o Serviço de Intercâmbio Nacional para o II Encontro Nacional de Direitos Humanos. São Paulo, 1983.

MNDH. Direitos Humanos, direitos dos empobrecidos. Documento do I Encontro Nacional de Direitos Humanos. Petrópolis-RJ, 1982b.

MNDH. Relatório do I Encontro Nacional. Petrópolis-RJ. 1982a.

APÊNDICE I

ROTEIRO DE ENTREVISTA MNDH (A)

I - DADOS GERAIS

- 1.1. Entrevistado (a):
- 1.2. Cargo:
- 1.3. Tempo de militância no Movimento:
- 1.4. Associação civil a que pertence:
- 1.5. Local e data:

II - OS VALORES ÉTICO-POLÍTICOS

- 2.1 Quais são os valores ético-políticos defendidos pelo MNDH?
- 2.2 Em que situações esses valores são explicitados (traduzidos) pelo Movimento? Dê exemplos:
- 2.3 Como você avalia o papel do Movimento para a construção de uma cultura de direitos humanos no País?
- 2.4 Em sua opinião que tipo de cultura o MNDH vem produzindo em relação aos direitos humanos?
- 2.5 Você poderia apontar alguns exemplos que sinalizem nessa direção?
- 2.6 Até que ponto essa percepção dos direitos humanos está sendo incorporada pela sociedade? E quais os setores (instituições, organizações) que têm se mostrado mais sensíveis a ela?

III - RECONHECIMENTO DAS DIFERENÇAS

- 3.1 Qual tem sido a posição do MNDH em relação aos direitos das minorias étnico-culturais (negros, homossexuais, índios, ciganos etc)?
- 3.2 A partir de quando as demandas relacionadas a estes grupos são incorporadas na agenda do Movimento?
- 3.3 Que fatores influenciaram nessa tomada de posição?
- 3.4 Como o Movimento avalia sua atuação nesse campo?
 - as principais conquistas
 - as principais dificuldades
- 3.5 Como conciliar o discurso da universalidade e individualismo dos direitos humanos com o reconhecimento das diferenças étnico-culturais?

IV -A ESFERA PÚBLICA

- 4.1 Em sua opinião quais as principais contribuições do MNDH para a democratização da esfera pública nas últimas décadas?
- 4.2 Quais as principais inovações do MNDH no campo da articulação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais, Estado e organizações intergovernamentais?
- 4.3 Quais foram as principais questões e temas colocados pelo MNDH para debate na agenda pública nas últimas décadas.

4.4 Que fatores influenciaram nessa tomada de posição? O que levou o Movimento a discutir tais questões?

V - PARA A COORDENAÇÃO E SECRETARIA DO MOVIMENTO

5.1 Quais são os conselhos e fóruns que o Movimento tem acento?

5.2 Como tem sido a participação do MNDH nestes espaços?

- as principais conquistas
- as principais dificuldades
- as estratégias adotadas para a superação dos impasses

5.3 Como se dá a articulação com os demais representantes da sociedades em tais espaços?

ROTEIRO DE ENTREVISTA MNDH (B)

I - ARTICULAÇÕES E PARCERIAS DO MNDH

1. Com as associações civis filiadas ao MNDH
 - como são feitas as articulações;
 - as principais dificuldades;
 - as principais conquistas.
2. Com os movimentos sociais e ONGs em escala nacional.
 - que movimentos e associações civis têm sido priorizados? Por quê?
 - quais as estratégias adotadas;
 - as principais dificuldades;
 - as principais conquistas.
3. Com os movimentos sociais e ONGs em escala transnacional
 - que movimentos e associações civis têm sido priorizados? Por quê?
 - quais as estratégias adotadas
 - as principais dificuldades;
 - as principais conquistas.
4. Com os organismos internacionais (ONU/OEA)
 - quais as estratégias adotadas;
 - as principais dificuldades;
 - as principais conquistas;
5. Com as instituições estatais
 - quais as agências priorizadas;
 - como são feitas as articulações;
 - as principais dificuldades;
 - as principais conquistas;

APÊNDICE II

ORGANIZAÇÕES PRESENTES AO I ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE DIREITOS HUMANOS 1982

Tipos/ Organizações	Qtde	Organizações Civas, Movimentos Sociais, Instituições Diversas
1) Centros, Grupos e Comissões de Direitos Humanos (CDHs)	14	02 Comissões Pastoral Arquidiocesana de Direitos Humanos
2) Comissões de Justiça e Paz (CJPs)	08	
3) Organizações Civas e Mov. Sociais Identitários	04	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos Movimento de Justiça e Direitos Humanos - RS Grupo União e Consciência Negra Comitê Brasileiro Pela Anistia
4) Outras ONGs de Assessoria	-	
5) Instituições Diversas	06	02 Pastorais Operárias Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil União Cristã Brasileira de Comunicação Social - UCBC Secretaria Pró-Justiça/ Movimento Familiar Cristão CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços
6) Agências Estatais	01	- Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do RS
7) Fóruns	-	
TOTAL	33	

Fonte: MNDH – Relatório I Encontro Nacional

APÊNDICE III

ORGANIZAÇÕES PRESENTES AO II ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE DIREITOS HUMANOS 1983

Tipos Organizações	Qtide	Organizações Civas, Movimentos Sociais e Instituições Diversas
1) Centros, Grupos e Comissões de Direitos Humanos (CDHs)	35	
2) CJP's	09	
3) Organizações Civas e Mov. Sociais Identitários	08	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos Movimento Reintegração do Hanseniano Grupo Popular de Base Comissão de Direito à Moradia Movimento de Defesa dos Favelados Grupo União e Consciência Negra Movimento de Justiça e Direitos Humanos - RS Comitê de Solidariedade D. Oscar Romero
4) Outras ONGs de Assessoria	01	Anistia Internacional
5) Instituições Diversas	12	OAB/RJ Secretariado Nacional Justiça e Não-Violência Universidade Metodista União Cristã Brasileira de Comunicação Social – UCBC 04 Pastorais CESE / CPT e CIMI Movimento Familiar Cristão
6) Agências Estatais	01	Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do RS
TOTAL	66	

Fonte: MNDH – Relatório II Encontro Nacional

APÊNDICE IV

ORGANIZAÇÕES PRESENTES AO III ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE DIREITOS HUMANOS 1984

Tipos Organizações	Qtde	Civis, Movimentos Sociais e Instituições Diversas
1) Centros, Grupos e Comissões de Direitos Humanos	41	03 cdh Arquidiocese 05 Comissão Pastoral dos Direitos Humanos
2) Comissões de Justiça e Paz (CJPs)	12	
3) Organizações Cívicas e Mov. Sociais Identitários	09	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos Sociedade Rondoniense de Defesa dos Direitos Humanos Movimento de Justiça e Direitos Humanos - RS Grupo União e Consciência Negra Movimento Reintegração do Hanseniano (MORHAN) Comissão de Direito à Moradia de Vitória Comitê de Solidariedade aos Povos do Cone Sul (CLAMOR) Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA) Movimento de Defesa dos Favelados Direitos Humanos Sem Fronteira
4) Outras ONGs de Assessoria	04	SAR – Serviço de Assistência Rural (Natal) GAJOP – Gab. de Assessoria Jurídica às Organizações Populares Anistia Internacional Centro de Documentação e Memória Popular
5) Instituições Diversas	15	Presbitério de Vitória Programa de Direitos Humanos UCG União Cristã Brasileira de Comunicação Social – UCBC OAB Comitê de Solidariedade da Universidade Metodista Piracicaba Comitê Cristão de Solidariedade com El Salvador “Dom Oscar Romero” Diocese de Viedna – Rio Negro (Argentina) Apoio Luterano Mundial CNBB – Linha 6 Movimento Familiar Cristão

		Conselho Nac. de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil CIMI / CPT / CESE
6) Agências Estatais		
TOTAL	81	

Fonte: MNDH – Relatório III Encontro Nacional

APÊNDICE V

ORGANIZAÇÕES PRESENTES AO IV ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE DIREITOS HUMANOS 1986

Tipos de Organizações	Qtde	Organizações Civas, Movimentos Sociais e Instituições Diversas
1) Centros, Grupos e Comissões de Direitos Humanos	45	09 cdh Arquidiocese 02 Grupo de Defesa dos Direitos Humanos CNBB
2) Comissões de Justiça e Paz (CJPs)	08	
3) Organizações Civas e Mov. Sociais Identitários	07	Associação das Donas de Casa de Ariqueles Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos Centro de Apoio aos Movimentos Populares de Sergipe Movimento Reintegração do Hanseniano – MORHAN Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos Comitê de Solidariedade aos Povos da Cone Sul (CLAMOR)
4) Outras ONGs de Assessoria	02	SAR – Serviço de Assistência Rural (Natal) Cáritas
5) Instituições Diversas	05	Frente Social Cristã de Crateus 04 CPT
6) Agências Estatais	-	
TOTAL	67	

Fonte: MNDH – Relatório IV Encontro Nacional

APÊNDICE VI

ORGANIZAÇÕES PRESENTES AO V ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE DIREITOS HUMANOS 1988

Organizações	Qtde	Organizações Civas, Movimentos Sociais e Instituições Diversas
1) Centros, Grupos e Comissões de Direitos Humanos	63	10 cdh da Arquidiocese/ Diocese 04 cdh CNBB
2) Comissões de Justiça e Paz (CJPs)	13	
3) Organizações Civas e Mov. Sociais Identitárias	14	Movimento de Justiça e Direitos – Venâncio Aires Movimento de Justiça e Direitos Humanos – RS Movimento de Defesa dos Direitos Humanos Farroupilha Frente Gaúcha Pela Garantia do Direito de Morar Movimento Reintegração do Hanseniano – MORHAN Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos Centro de Cultura Negra do Maranhão Centro de Defesa do Estudo do Negro Centro de Cultura Popular Oscar Romero Movimento de Defesa dos Direitos Humanos Movimento de Defesa pelo Direito à Moradia Comitê Pela Reforma Agrária Grupo União e Consciência Negra
4) Outras ONGs de Assessoria	05	Gabinete de Assessoria Jurídica às Org. Populares (GAJOP) Assist. Jurídica Sindical Trabalhista Rural e Urbana Assistência Jurídica do Mosteiro de São Bento IBRACE – Instituto Brasil Central Centro de Documentação e Memória Popular
5) Instituições Diversas	05	CPT Serviço Regional Sul de Justiça e Não-Violência Programa de Direitos Humanos da UCG/Igreja CDH da OAB Cristãos pelos Direitos Humanos na América Latina
6) Agências Estatais	-	
TOTAL	101	

Fonte: MNDH – Relatório V Encontro Nacional

APÊNDICE VII

ORGANIZAÇÕES PRESENTES AO VI ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 1990

Tipos de Organizações	Qtde	Organizações Cíveis, Movimentos Sociais e Instituições Diversas
1) Centros, Grupos e Comissões de Direitos Humanos (CDHs)	78	01 Comissão Paroquial de Defesa dos Direitos Humanos 02 Comissão Pastoral de Direitos Humanos 07 Cdh da Diocese / Arquidiocese
2) CJP's	06	
3) Org. Cíveis e Mov. Sociais Identitárias	18	Movimento Educação de Base Comitê Pela Reforma Agrária Movimento Pela Moradia/ES Articulação Movimentos Populares Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos Centro de Cultura Negra do Maranhão Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade CEDENP – Centro de Estudos e Defesa do Negro/PA Movimento Popular de Saúde Centro de Cultura Luiz Freire Grupo de Mulheres Sem Casa Movimento Sindical Rural Centro da Juventude Comissão Posseiros Urbanos Movimento Justiça Direitos Humanos – RS MST Nacional Comitê de Solidariedade do Cone Sul (CLAMOR)
4) Outras ONGs de Assessoria	09	SERPAJ- CEPOCS SAMOPS – Soc. de Assessoria ao Mov. Popular e Sindical GAJOP – Grupo de Assessoria a Organizações Populares AJUP – Apoio Jurídico Popular CEPIS - Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) Instituto Brasil Central (IBRACE)

		Fundação das Emas/GO
5) Instituições Diversas	10	CESE / CIMI /CPT Programa Direitos Humanos – UCG 02 Comissões Direitos Humanos OAB/MS, SP UniPop - Universidade Popular Núcleo de Direitos Humanos UERJ Núcleo de Estudos da Violência SP Central Única dos Trabalhadores Juventude Ecumênica
6) Agências Estatais		
7) Fóruns	-	
TOTAL	121	

Fonte: MNDH – Relatório VI Encontro Nacional

APÊNDICE VIII

ORGANIZAÇÕES PRESENTES AO VII ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 1992

Organizações	1992	Organizações Cíveis, Movimentos Sociais e Instituições Diversas
2) Centros, Grupos e Comissões de Direitos Humanos	77	06 - Cdh Diocese/Comissão Diocesana 01 - Comissão Paroquial Defesa Dir. Humanos 02 - Pastoral de Direitos Humanos
2) CJP's	08	
3) Org. Cíveis e Mov. Sociais Identitárias	11	MNMMR Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos Comissão Posseiros Urbanos Movimento Comunitário Contra a Violência Movimento Justiça Direitos Humanos - RS Grupo Tortura Nunca Mais MST Assoc. Nacional do Solo Urbano (ANSUR) Rede Mulher Coordenadoria Autônoma dos Trabalhadores (CAT) Comitê de Solidariedade do Cone Sul (CLAMOR)
4) Outras ONGs de Assessoria	12	SERPAJ – Instituto Brasil Central (IBRACE) Fundação Emas ASDAC - Soc. de Assessoria aos Movimentos Populares (SAMOPS) Gabinete de Assessoria a Organizações Populares (GAJOP) CENDEHC – Apoio Jurídico Popular (AJUP) CDAP CESEP – Centro Sergipano de Educação Popular Cáritas Brasileira Visão Mundial

5) Instituições Diversas	11	Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) Agência Ecumênica de Notícias (AGEN) Programa Direitos Humanos – UCG 03 Comissões Direitos Humanos OAB/Federal, MT e SP UniPop - Universidade Popular Embaixada Canadá Diretoria Centro Acadêmico Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) Instituto de Estudos da Violência/SP
6) Agências Estatais	02	Com. Direitos Humanos Prefeitura Municipal Pouso Alto Procuradoria Geral da República 03 Centro Defesa da Criança Adolescente
7) Fóruns	02	Fórum Contra a Violência a Favor da Vida Fórum dos Direitos da Criança e Adolescente
TOTAL	123	

Fonte: MNDH – Relatório VII Encontro Nacional

APÊNDICE IX

ORGANIZAÇÕES PRESENTES AO VIII ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 1994

Tipos de Organizações	Qtde	Organizações Cíveis, Movimentos Sociais e Instituições Diversas
3) Centros, Grupos e Comissões de Direitos Humanos (CDHs)	74	06 - Cdh Diocese/Comissão Diocesana 01 - Comissão Direitos Humanos CNBB
2) Comissões de Justiça e Paz (CJPs)	05	
3) Org. Cíveis e Mov. Sociais Identitárias	19	02 Centro de Cultura Negra PA Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos 02 Centro da Mulher 8 de Março / Mulheres Assoc. de Desenvolvimento e Apoio Comunitário 02 MNMMR Jovens 02 Ação Pela Cidadania/ES Movimento Pela Moradia Comissão Contra a Violência MST Grupo Tortura Nunca Mais / SP Movimento Leopoldinense de Justiça e Direitos Humanos Movimento Justiça Direitos Humanos – RS Centro de Cultura Negra/MA (CECUN)
4) Outras ONGs de Assessoria	12	Soc. de Assessoria ao Mov. Popular e Sindical (SAMOPS) Gabinete de Assessoria às Organizações Populares (GAJOP) Associação Nacional dos Advogados das Lutas Populares (ANALP) Apoio Jurídico Popular (AJUP) Instituto Bras. de Direitos Humanos e Desenvolvimento/SP (IBDH) Serviço de Assistência Jurídica (SAR) Instituto Brasil Central (IBRACE) Inst. Brasileiro de Inovação em Saudável (IBISS)

		Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) CEDEP CENACORA – Coord. Ecumênica Soc. Sergipana de Estudos e Cidadania (SACI)
5) Instituições Diversas	12	AGEN – Agência Ecumênica de Notícias Programa de Direitos Humanos – UCG CDH OAB/SP Instituto de Estudos da Violência/SP Escola Livre de Agricultura Ecológica Casa de Passagem Associação Santo Dias Associação Padre Gabriel Pastoral Carcerária Instituto de Estudos Religiosos (ISER) Centro D. Hélder Câmara de Estudos e Ação Social Centro de Publicação e Estudos Peruíbe – Giogio Caligari/SP
6) Agências Estatais	02	Coord. De Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte SERPAJ –
7) Fóruns		
TOTAL	124	

Fonte: MNDH – Relatório VIII Encontro Nacional

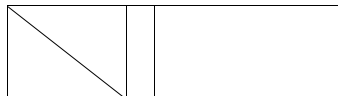
APÊNDICE X

ORGANIZAÇÕES PRESENTES AO IX ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 1996

Organizações	Qtde	Organizações Cíveis, Movimentos Sociais e Instituições Diversas
4) Centros, Grupos e Comissões de Direitos Humanos (CDHs)	81	
2) Comissões de Justiça e Paz (CJPs)	02	
3) Org. Cíveis e Mov. Sociais Identitários	13	04 Menor/CEDECA Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos CEDENPA - Centro de Defesa do Negro do Pará – MNMMR Movimento Comunitário Contra a Violência Movimento Estadual Moradia Centro da Mulher 8 de Março Movimento de Defesa da Cidadania União de Mulheres de São Paulo Famíliares de Desaparecidos Políticos Centro de Cultura Negra do Maranhão (CECUN)– Rede Brasileira de Direitos Humanos Geledes – Instituto da Mulher Negra
4) Outras ONGs de Assessoria	07	Soc. de Assessoria ao Mov. Popular e Sindical (SAMOPS) Gabinete de Assessoria à Organizações Populares (GAJOP) Instituto Brasil Central (IBRACE) Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cultural/RN (CENARTE) Soc. Afrosergipana de Estudos e Cidadania (SACI) Com. Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo (CENACORA)
5) Instituições Diversas	10	Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) Programa de Direitos Humanos – UCG 06 CDH OAB/MT,DF, SP, AL, MA, PI Pastoral do Negro

		CEAS/Rural
6) Agências Estatais	08	02 CDH Câmara Municipal e Belo Horizonte 02 CDH Assembleia Legislativa do Acre e SP Secretaria de Justiça e Cidadania DH Prefeitura Municipal de Belo Horizonte Secretaria de Justiça e Cidadania SERPAJ
7) Fóruns	02	Fórum do Campo e Cidade Fórum Contra a Violência
TOTAL	122	

Fonte: MNDH – Relatório IX Encontro Nacional



APÊNDICE XI

ORGANIZAÇÕES PRESENTES AO XI ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 2000

Organizações	Qtde	Organizações Civis, Movimentos Sociais e Instituições Diversas
5) Centros, Grupos e Comissões de Direitos Humanos (CDHs)	77	
2) Comissões de Justiça e Paz (CJPs)	04	
3) Org. Cíveis e Mov. Sociais Identitários	15	Movimento Nacional de Luta pela Moradia Nação Zumbi OJAB Centro de Cultura Negra (CECUN) Movimento Contra a Violência em Defesa da Vida Coordenação dos Movimentos de Moradia Soc. De Apoio aos Portadores e Sofrimento Mental Movimento Justiça e Solidariedade GT Mulheres sem Casa Grupo Tortura Nunca Mais Grupo Gay de Alagoas Associação de Prevenção à AIDs 03 MNMMR Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos Grupo Tortura Nunca Mais/PR Movimento dos Mutuários
4) Outras ONGs de Assessoria	07	IBISS – Centro de Cooperação às Atividades Populares (CEAP) Soc. De Assessoria aos Movimentos Populares e Sindicais (SAMOPS) Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cultural (CENARTE) AATR Instituto de Estudos Socioeconômicos (NESC) CEDEP Instituto Brasil Central (IBRACE)

5) Instituições Diversas	09	Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura Conselho Regional de Psicologia Federação dos Mutirões Nova Iguaçu Pastoral do Menor Centro D. Hélder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC) Comissão de Direitos Humanos/UFPI CDH/OAB/GO Programa Direitos Humanos – UCG Programa de Direitos Humanos – UFG
6) Agências Estatais	01	CDH/Assembleia Legislativa - RJ
7) Fóruns	01	Fórum Popular Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente
TOTAL	112	

Fonte: MNDH – Relatório IX Encontro Nacional

APÊNDICE XII

ORGANIZAÇÕES PRESENTES AO XII ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 2002

Tipos de Organizações	Qtde	Organizações Cíveis, Movimentos Sociais e Instituições Diversas
1) Centros, Grupos e Comissões de Direitos Humanos (CDHs)	54	
2) CJP's	03	
3) Organizações Cíveis Identitárias e Movimentos Sociais	22	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Altamira Campo e Cidade Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará Centro de Defesa do Negro do Pará – CEDNP Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos Movimento Homossexual de Belém Nação Zumbi MST/ES 02 – MNMMR Assoc. das Mães e Familiares Vítimas de Violência Assoc. de Mulheres Unidas da Serra Fundação para a Infância e Adolescência Associação Ipê Rosa Grupo Tortura Nunca Mais Assoc. de Mães e Adolescentes em Situação de Risco – AMAR Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura Mov. Leopoldinense Justiça e Direitos Humanos – São Leopoldo/RS Associação Londrinense de Saúde Mental Fala Preta – Organização de Mulheres Negras Geledes – Instituto da Mulher Negra Centro de Cultura Negra/CECUN
4) Outras ONGs de Assessoria	06	Centro de Justiça Global (CEGIL) Instituto Brasil Central (IBRACE) Centro de Cooperação e Atividade Popular Inst. Brasileiro De Inovação Pró-Soc. Saudável (IBISS/CO)

		Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) Negro Sim – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Sócio-Cultural Centro de Estudos da Cultura Negra (CECUN)
5) Instituições Diversas	09	<i>Assoc. dos Conselheiros Tutelares do ABC</i> Pastoral do Menor UniPop -Universidade Popular Conselho Regional de Psicologia Núcleo de Violência e Segurança Programa de Direitos Humanos UCG Pastoral Carcerária Pastoral da Saúde Federação dos Mutirões/Rj
6) Agências Estatais	02	Comissão de Direitos Humanos Assembleia Legislativa RJ Coord. De Direitos Humanos – Prefeitura Belo Horizonte
7 Fóruns	01	Fórum popular da Criança e do Adolescente
TOTAL	97	

Fonte: MNDH – Relatório XII Encontro Nacional

APÊNDICE XIII

ORGANIZAÇÕES PRESENTES AO XIII ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 2004

Tipos de Organizações	Qtde	Organizações Cíveis, Movimentos Sociais e Instituições Diversas
1) Centros, Grupos e Comissões de Direitos Humanos	62	02 CDH Arquidiocese
2) CJP's	03	
3) Organizações Cíveis Identitárias e Movimentos Sociais	36	<p>Centro Popular da Mulher Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos Plataforma Interamericana de Direitos Humanos – PIDH Rede Acreana de Jovens e Ação Rede Acreana de Mulheres e homens Central de Movimentos Populares/RO Movimento Homossexual de Belém CECUN - Centro de Cultura Negra/MA Federação das Mulheres de Sergipe Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania – SACI CEDENPA- Centro de Cultura Negra do Pará Assoc. de Defesa Homossexual/SE Gestos, Soropositividade, Comunicação e Gênero/PE Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos GAPA- Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS/BA AGLT/GO Comunidade Bahai do Brasil Ipê Rosa Oxumaré, Negritude, Direitos Humanos e Homossexualidade/GO ARCA- Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente AMAR – Assoc. de Mães e Adolescentes em Situação de Risco/SP Casa A. B. Flor/RJ Instituto Palmares de Direitos Humanos AMORA – Grupo Tortura Nunca Mais Rede Social de Justiça e Direitos Humanos Associação Loucos por Você /MG</p>

		<p>Centro de Referência Afro-indígena Movimento Nacional de Luta pela Moradia Movimento Hip Hop/Es AMUS – Associação de Mulheres Unidas da Serra/ES AGES -Associação de Gays/ES MNMMR Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência Geledes Instituto da Mulher Negra DJUMBAY – Org. Pelo Desenvolvimento da Arte e Cultura Negra SACI- Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania</p>
4) Outras ONGs de Assessoria	11	<p>Gabinete de Assessoria às Organizações Populares (GAJOP) Centre de Justiça Global (CEGIL) AATR – Serviço de Assessoria Jurídica (SAJU) Inst. Brasileiro De Inovação Pró-Soc. Saudável (IBISS/CO) Instituto Brasil Central (IBRACE) Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) Conectas Direitos Humanos Cáritas Instituto Cultural Latino-Americano de Estudos e Pesquisa CENARTE – Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cultural/RN</p>
5) Instituições Diversas	19	<p>03 CDH OAB/AL – PI – MG 03 Pastoral Carcerária/ Pastoral da Educação/do Menor 03 Conselho Regional de Psicologia CRP/05-CRP/09 – CRP/04 Conselho Regional de Serviço Social Associação dos Conselheiros Tutelares do ABC Centro Acadêmico XI de Agosto Presidiário, Integração Evangélica, Família e Sociedade Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Violência/USP Associação dos Aposentados e Pensionistas Sindicato dos Professores/GO Federação dos Mutirões/RJ Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) Associação dos Cristãos para a Abolição da Tortura (ACAT)</p>
6) Agências Estatais	15	<p>SECOM/GO Ministério Público/PE Prefeitura de GO Ouvidoria Sistema de Segurança Pública/PA SMO-COMOB/GO</p>

		Min. da Educação Polícia Militar CDH Assembléia Legislativa/GO Câmara Legislativa/DF Secretaria de Justiça/MG Secretaria de Estado de Direitos Humanos/ES PFDC -Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão Ministério Público Federal UnB - Universidade de Brasília SEDH - Secretaria de Estado de Direitos Humanos
7 Fóruns	01	Fórum popular da Criança e do Adolescente
TOTAL	147	

Fonte: MNDH – Relatório XIII Encontro Nacional